







TRABALHAR E VIVER NO SÉCULO XXI

ESTUDOS DO TRABALHO EM
PORTUGAL

Organização

Duarte Rolo

Raquel Varela

Roberto della Santa

hnmus



**TÍTULO**

TRABALHAR E VIVER NO SÉCULO XXI:
ESTUDOS DO TRABALHO EM PORTUGAL

ORGANIZAÇÃO

DUARTE ROLO | RAQUEL VARELA | ROBERTO DELLA SANTA

REVISÃO

ANTÓNIO SIMÕES DO PAÇO

TRADUÇÕES

DUARTE ROLO | ANTÓNIO SIMÕES DO PAÇO

CAPA

PEDRO PÁSCOA

© EDIÇÕES HÚMUS E AUTORES

EDIÇÕES HÚMUS, LDA., 2021
APARTADO 7081
4764-908 RIBEIRÃO – V. N. FAMALICÃO
TELEF. 926 375 305
HUMUS@HUMUS.COM.PT
WWW.EDICOESHUMUS.PT

IMPRESSÃO

PAPELMUNDE | V. N. FAMALICÃO

DEPÓSITO LEGAL

487779/21

ISBN

978-989-755-656-2

DATA DE PUBLICAÇÃO

Agosto de 2021

APOIO:

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ



índice

7	Agradecimentos
9	Introdução
	PARTE I
19	O sentido do trabalho numa sociedade sustentável John Bellamy Foster
39	Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista Michael Löwy
49	Pensar o trabalho: crítica metodológica, investigação-ação e “inquérito social operário” no OCVT da UNL Roberto della Santa
91	“A organização do trabalho é um problema político”, uma entrevista com Cristophe Dejours
	PARTE II
111	Trabalho e saúde mental: a perspetiva da psicodinâmica do trabalho Duarte Rolo
123	Depressão <i>major</i> na população portuguesa no período que antecedeu a eclosão da pandemia por covid-19 Mariana Neto
141	Longas jornadas de trabalho: efeitos na saúde José António Antunes
157	Por um novo SNS Ana Aleixo
171	O trabalho e os dias no Paleolítico Superior Miguel Real
217	Biografias dos autores
223	Apêndice: O Inquérito Operário (1880) Karl Marx





Agradecimentos

Este livro só foi possível graças ao incentivo e apoio à ciência dado pela Câmara Municipal de Loulé. É uma honra para o Observatório para as Condições de Vida e Trabalho contar com esta parceria entre a sociedade e as autarquias e a produção científica, que nos permitiu reunir anualmente no município de Loulé e publicar esta obra com contributos centrais para os temas do trabalho e da sustentabilidade social. Agradecemos a Christophe Dejours a entrevista que nos concedeu, a Michael Löwy, John Bellamy Foster e às revistas *Monthly Review* e *Em Pauta* a cedência dos direitos para tradução dos artigos destes autores. A todos os colegas do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho pelo seu contributo para a investigação coletiva e transdisciplinar. Por fim, mas não menos importante, o nosso obrigada a todos os autores que contribuíram para esta obra.







Introdução

Sentidos e conteúdos do trabalho para uma sustentabilidade global

Este livro reúne uma série de reflexões sobre o mundo do trabalho e as questões do modo de vida no Portugal recente, além dos desafios globais da “efetiva sustentabilidade social” e do “trabalho realmente digno” que hoje se colocam às sociedades, e representa a primeira coletânea publicada dos trabalhos de pesquisa-ação-participada desenvolvidos no Observatório para as Condições de Vida e Trabalho / Nova4TheGlobe / Universidade Nova de Lisboa (OCVT / N4TG / UNL). É uma alegria e um compromisso apresentá-lo para o diálogo social mais amplo numa esfera pública do trabalho ainda por construir após quase meio século da poesia política daquele “dia inicial inteiro e limpo”

Na primeira parte o leitor encontrará as reflexões teóricas de intelectuais e académicos da área do trabalho, e/ou da sustentabilidade social, alguns dos quais pela primeira vez traduzidos no nosso retângulo português. John Bellamy Foster, editor-chefe da *Monthly Review* e Prémio Memorial Tamara e Isaac Deutscher de 2020, reflete sobre os sentidos do trabalho numa sociabilidade sustentável. Michael Löwy, sociólogo, investigador sénior do Centre National de la Recherche Scientifique (França), desenvolve a sua proposta de ecossocialismo face à crise económica, social e ambiental; Roberto della Santa, cientista social, expõe a teoria e metodologia dos estudos sociais do trabalho, levados a cabo pelo Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (OCVT), e Christophe Dejours, psicanalista do trabalho e um dos mais importantes pensadores mundiais do labor, dá-nos aqui uma longa entrevista sobre o devir histórico da organização do trabalho, os seus efeitos na saúde mental e o verdadeiro desafio político que representa a questão do sofrimento no trabalho para o movimento social dos trabalhadores como um todo.

Na segunda parte o leitor encontrará os textos que resultam das comunicações e debates apresentados no primeiro Seminário Residencial que o OCVT realizou graças à parceria com a Câmara Municipal de Loulé, em outubro de



2020. Duarte Rolo, professor na Universidade de Paris e psicólogo do trabalho, traz-nos algumas das contribuições (clínicas, científicas e sociais) da psicodinâmica do trabalho; Mariana Neto, investigadora do Instituto Nacional Ricardo Jorge, apresenta um estudo que pretende contribuir para uma caracterização da situação da saúde mental em Portugal na atualidade; José António Antunes, médico de saúde pública, apresenta uma recensão bibliográfica dos estudos sobre as longas jornadas de trabalho e os seus impactos na saúde de nexos psicofísico; e Ana Aleixo, professora aposentada da Universidade Nova de Lisboa e médica cardiologista, expõe uma proposta para a reorganização do Serviço Nacional de Saúde. Como diriam Oscar Wilde ou Lara Resende, “Eu quero amigos sérios, dos que fazem da realidade fonte de conhecimento / Mas que lutam para manter viva a fantasia.”¹ Por isso, encerramos o livro com um texto de ficção do ensaísta Miguel Real sobre o papel do trabalho no alvorecer da humanidade, “O trabalho e os dias no Paleolítico Superior”. Além de professor de filosofia e ensaísta cultural, Miguel Real é um romancista e dramaturgo. O que presencialmente foi matéria de apresentação científica, no Seminário de Loulé, na pena do intelectual público, traduz-se em filigrana de imaginação a contracorrente, em paráfrase artística ao poeta Hesíodo.

O nosso Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (OCVT) é um colaboratório integrado e transdisciplinar que agrega investigadores da Universidade Nova de Lisboa / Projecto Nova4The Globe, Instituto Superior Técnico, Universidade de Paris, Instituto Nacional Ricardo Jorge, entre outros, e que interliga várias áreas do saber – artes, filosofia, ciências etc. – com o objetivo de estudar trabalho, saúde, educação, habitação, estado social, segurança social e, enfim, dinâmica de populações.

Desde o nascimento do OCVT colocamo-nos o desafio global de inspiração bourdieusiana – na verdade, ligado ao coletivo intelectual autónomo *Raisons d’Agir* (1998-2002)² – relativo a estabelecer o que poderia vir a ser algo como um índice social geral da *économie politique du bien-être* ou até uma *économie sociale du bonheur*.³ A partir da conceptualização, avaliação e debate sobre o que seria o bem-estar social em geral, bem como com o arcabouço a partir do qual políticas públicas e direitos sociais realmente existentes são

1 “Loucos e Santos”, peça de Lara Resende (Rio de Janeiro, Contexto, 1990, p. 15).

2 Lebaron, Frédéric et Gérard Mauger. *Raisons d’agir: un intellectuel collectif autonome*. In: *Journal des Anthropologues*, Eds. 77-78, 1999, p. 295-301: <https://doi.org/10.4000/jda.3089>.

3 Carles, Pierre. *La sociologie est un sport de combat*. Avec Pierre Bourdieu (Paris, 2001).

concebidos, buscamos pôr, devidamente, a questão económico-social a respeito de condições de vida dignas. Mas a economia do bem-estar não é o bastante para uma vida ativa no alvorecer do século XXI. As questões de redistribuição económico-social devem vir *pari passu* acompanhadas da temática do reconhecimento político-cultural em sentido mais amplo. Uma vida plena de sentido, no trabalho e fora dele, deve necessariamente articular a necessidade humana da busca pela felicidade geral – da pirâmide das motivações de Abraham Maslow, de claro corte positivista à teoria da necessidade social de Agnes Heller, numa perspectiva mais claramente dialética, em diversas acepções /perspetivas, omnilateralmente.

Queremos saber como vivem e trabalham as pessoas na atualidade e debater as suas condições. Aquilo que Charles Wright Mills considerava “questões públicas urgentes e problemas humanos persistentes”,⁴ apesar das vivas cores dramáticas dos séculos XX e XXI – sucessão de guerras locais e internacionais, crises económicas e políticas, convulsões sociais e culturais –, vem, por uma série de razões, escapando ao retrato das questões das universidades. Os saberes diversos das ciências históricas e sociais devem centrar-se em retornar a produção ao que são as suas fontes inspiradoras, tornando públicas as questões referentes a perturbações supostamente privadas. O caminho aqui eleito é o de reunir aquilo que o mundo do capital separou e o dito “ajuste estrutural” tenta divorciar: a ciência social, crítica e reflexiva e os seus públicos, agentes, espessos e a contrapelo. As trilhas da centralidade axiológica do conhecimento social produzido por quem trabalha, sobre o que trabalha, são uma aposta estratégica pela unidade de diversos: o mundo do trabalho, sindicatos, e o mundo da cultura, universidade; ciências da natureza e ciências do espírito; *homo sapiens* e *homo faber*. O projeto volta a pôr a questão fulcral do ofício científico: para quem e para quê?

Realizamos inúmeros seminários temáticos, relatórios especializados, estudos sociais e os mais diversos trabalhos académicos e extra-académicos voltados para o debate público das sociedades humanas nos seus dilemas e impasses mais fulcrais para a produção e reprodução do ser social. O Observatório para as Condições de Vida e Trabalho opera sobretudo junto de associações, movimentos sociais, ordens profissionais, autarquias, centrais sindicais, federações, sindicatos, CTs e outras ORTs e as mais diversas entidades, institutos

4 Wright Mills, Charles. *Sociological Imagination*. Oxford University Press, 1959, pp. 256.

e organizações com investigação-ação-participante. Aduzimos determinada forma de ciência pública engajada com o mundo do trabalho, a qual não enreda a incontornável busca por objetividade, consistência e rigor no meio de toda a responsividade ético-política e do compromisso valorativo inerentes a tal busca – por uma adoção ostensiva do que seria dada neutralidade moral e político-intelectual. Pelo contrário, procurámos centrar o foco nas ligações realmente existentes entre o que são as perturbações privadas e as questões públicas, a partir da centralidade do ser-que-trabalha e do conhecimento de grupos sociais de trabalhadores. A dupla crítica ao positivismo natural que reifica sujeitos enquanto objetos passivos de estudo e ao pós-modernismo social que entifica a agência em aceções solipsistas como a epistemologia de um “lugar de fala” é um ato histórico de superação dialética, a partir de uma forma científica específica, na medida em que instiga uma maneira própria de formar os seus públicos “densos, ativos, visíveis e a contracorrente”,⁵ que na maior parte das vezes supõe ainda determinada práxis político-pedagógica. A contrapelo da divisão sociotécnica do trabalho científico-investigativo, e da sua configuração atual no sistema académico tradicional, reunimos o que o sistema de controlo sociometabólico da educação-para-o-capital tratou de separar: a universidade e a sociedade, o mundo da cultura e o mundo do trabalho, lecionação e investigação, conceção e execução, as mãos e as cabeças. A “perspetiva de totalidade” ao fim e ao cabo.

O OCVT já desenvolveu até ao presente diversos mapeamentos e cartografias para a investigação histórica pública, desde as histórias do povo de diferentes localidades do País – como *História Social de Loulé* (2015), *História Social da Maia*, (2016) e *História Social do Funchal* (2017) –, sob a inspiração das *people's histories* (história social, “de baixo”, etc.) de linhagem anglosaxónica,⁶ a convite de distintas câmaras municipais, passando por importantes estudos do trabalho e do estado social (relações laborais, SNS, segurança social) até, mais recentemente, uma importante cepa de inquéritos sociais ao mundo do trabalho a convite de diferentes ordens profissionais, autarquias e sindicatos, envolvendo ocupações profissionais tão fundamentais quanto as dos professores, tripulantes de voo, estivadores, etc. No âmbito destes estudos

5 “Por uma Sociologia Pública”, discurso de Michael Burawoy à Associação Mundial de Sociologia.

6 Sob a inspiração de Edward P. Thompson, Howard Zinn, Chris Harman, Christopher Hill, entre outros.

ainda em curso – e com várias novos grupos sociais de trabalhadores firmando novos protocolos, convénios e pesquisas – desenvolvemos uma conceção teórica e um desenho metodológico que, esperamos, apresente um novo curso aos tradicionais estudos sobre desgaste (*burnout*), risco e penosidade no trabalho. Para além dos modelos-padrão de investigação social empírica e estudos de matriz psicométrica, colocamos no terreno uma crítica metodológica em ato reflexivo que incorpora o melhor daquilo que compõe o viés da teoria crítica da sociedade e da metodologia das ciências sociais e humanas, por um lado e, por outro, entronizamos os paradigmas matemáticos dos sistemas populacionais dinâmicos e o que corresponde à análise de amostragem probabilística, numa rara combinação entre o que são métodos quantitativos e qualitativos, ciências biológicas e históricas — as humanas e as exatas. Com os colegas da psicopatologia e da psicodinâmica do trabalho, por exemplo, e os seus complexos categoriais, apreendemos o “real do trabalho” enquanto premissa fundadora do trabalho vivo. A partir de considerações e críticas dos colegas psicanalistas enriquecemos os pressupostos relacionais da história da humanidade. Em diálogo com os geógrafos do labor descobrimos novas problemáticas de tempo e lugar e com a antropologia do trabalho incorporamos uma prática científica e social total. E, juntos, pudemos chegar mais longe.

Na segunda metade da década de 80, a Fundação Calouste Gulbenkian patrocinou o que se tornou a primeira e muito fecunda fase do Projeto Portugal 2000, que gerou um valioso conjunto de reflexões sobre o quadro (e principais pontos) relacionados com a possível trajetória do País no alvorecer do século XXI. No decorrer da iniciativa, a mesma fundação procurou apoiar as reflexões e estudos sobre os temas de carácter global e problemas cuja consideração (e solução) foram consideradas essenciais para a busca comum de um futuro melhor para a sociedade em geral. Neste enquadramento, pareceu apropriado reexaminar as ciências sociais e o papel que desempenham, tanto em termos das interações entre as suas várias disciplinas como no nexos de todas estas com as humanidades e as ciências sociais.

Reivindicamos aqui todas as fases de consecução deste amplo projeto, desde a sede em Lisboa, em 1994, até ao segundo e terceiro momentos, na Maison des Sciences de l’Homme, em Paris, e no Fernand Braudel Centre, em Binghamton, em meados de 1995. Sobretudo, gostaríamos de reafirmar o

imperativo categórico de “abrir as ciências sociais”:⁷ transpor as rígidas fronteiras que impedem a criação partilhada de saberes, inclusive entre as ciências exatas, ciências naturais e ciências humanas e sociais e, além disso, ousar propor uma nova perspetiva pluralista e, portanto universalista, de difusão da ciência, para além das estreaduras académico-científicas tradicionais. O *Informe Gulbenkian*, coordenado pelo Prof. Dr. Immanuel Wallerstein, até hoje impressiona pela sua amplitude e largueza de vistas, ao propor ligações mais sólidas entre a lecionação, a investigação e a sociabilidade mais ampla; maior liberdade de pesquisa em relação aos cânones pré-estabelecidos; vinculação umbilical entre investigadores e realidade social na qual estão envolvidos; rompimento com a impoção que afirma a possibilidade e/ou necessidade da neutralidade axiológica; ultrapassagem das divisões mais estanques entre os domínios, supostamente autónomos, do político, do social, do económico e do cultural.

A adoção de uma perspetiva transdisciplinar, a afirmação de um nexó metabólico-social entre o ser social e o ser natural, o rompimento com moldes analíticos presos aos estados nacionais (visão estadocêntrica) através da afirmação de uma nova lógica, traduzida pelo postuladó de “pensar globalmente/ agir localmente”, a quebra de fórmulas de pensamento endocêntricas (como, por exemplo, o eurocentrismo), a assunção de postura e índole mais tradutória – intercultural e intercivilizacional, a apreciação da particularidade através da consciência social de que o universal se apresenta amalgamadó numa plêiade de pluralidades e a abertura de uma visão a-dialética, que contrapõe objetividade a subjetividade ainda hoje representam todo um programa de apelo científico e social histórico e humano.

Trata-se de uma crítica metodológica, inovação dialética e transdisciplinaridade dialógica a um só e mesmo tempo e lugar.

Por fim, vale a pena sublinhar que em meio a esta verdadeira aventura científica de novos desafios e descobertas constantes também teve lugar um género de revolução permanente ou de refundação da existência do que são os próprios cidadãos conscienciosos e cientistas comprometidos que se reencontram, no OCVT, com a sua própria fibra moral originária, que deu forma

7 Wallerstein, I. *Para Abrir as Ciências Sociais (Informe Gulbenkian)*. Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1996.

intelectual à crítica social e forma social à crítica intelectual a partir do engajamento no terreno do mundo do trabalho vivo. Um estilo de fazer ciência que também forjou novas formas de comunicação e de expressão ligadas às mais diversas necessidades sociais e intelectivas dos públicos de grupos diversos do ser-que-trabalha e aspira a constituir o OCVT em internacional científico-social de estudo e debate do labor e da vida social hoje.

A proposta fica a meio caminho entre o convite e a convocatória. É possível e faz sentido, mas também é urgente e absolutamente necessária. O debate público sobre os modos de viver e de trabalhar em Portugal não pode ficar circunscrito às estatísticas do Estado, aos organogramas das fundações, ligadas às empresas, ou aos muros da academia portuguesa.

Duarte Rolo
Raquel Varela
Roberto della Santa,
pela Coordenação do OCVT/N4TG/UNL
Loulé, Outubro de 2021





Parte I







O sentido do trabalho numa sociedade sustentável*

JOHN BELLAMY FOSTER

A natureza e o significado do trabalho, no que se refere a uma sociedade futura, dividiu profundamente os pensadores ambientalistas, socialistas, utópicos e românticos desde a revolução industrial.¹ Alguns teóricos radicais consideraram que uma sociedade mais justa requer simplesmente a racionalização das relações de trabalho atuais, juntamente com um aumento do tempo de lazer e uma distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho. Outros defenderam a necessidade de transcender todo o sistema de trabalho alienado, fazendo do desenvolvimento de relações de trabalho criativas o elemento central de uma nova sociedade revolucionária. No que parece ser um esforço para contornar este velho conflito, os discursos atuais sobre desenvolvimento sustentável, embora não neguem a necessidade do trabalho, muitas vezes põem-no em segundo plano, enfatizando antes os benefícios que adviriam de um aumento das horas de ócio.² Parece difícil questionar os benefícios desse aumento do tempo livre, e também é fácil imaginar tal possibilidade no contexto de uma sociedade sem crescimento. A questão do trabalho, por outro lado, está repleta de dificuldades intrínsecas, pois afeta as raízes do sistema socioeconómico vigente, desde a forma de divisão das atividades produtivas até às relações de classe. No entanto, é verdade que não é possível conceber de forma consistente um futuro ecologicamente sustentável sem abordar o problema do *homo faber*, ou seja, o papel criativo, construtivo e historicamente determinado que os seres humanos desempenham na transformação da natureza: a relação social com o mundo físico que distingue a humanidade como espécie.

* Publicado originalmente em <https://monthlyreview.org/2017/09/01/the-meaning-of-work-in-a-sustainable-society/>. Este texto é uma versão revista de “The Meaning of Work in a Sustainable Society: A Marxian View”, publicado em Março de 2017 pelo Center for the Understanding of Sustainable Prosperity na Universidade do Surrey.

1 Este ensaio é dedicado a Harry Magdoff e inspirou-se no seu artigo “The Meaning of Work: A Marxist Perspective”, *Monthly Review*, vol. 34, n.º 5 (outubro de 1982), pp. 1-15.

2 Para um livro importante sobre sustentabilidade ecológico-económica que, no entanto, dedica apenas uma pequena parte da sua análise ao assunto do trabalho, ver Tim Jackson, *Prosperity without Growth*, London: Earthscan, 2011.



Entre a literatura socialista utópica de finais do século XIX é possível distinguir duas tendências fundamentais relativamente ao futuro do trabalho, representadas por um lado por Edward Bellamy, autor de *Looking Backward*, e por outro por William Morris, autor de *News from Nowhere*.³ Bellamy, imaginando algo que hoje nos é familiar, concebeu o avanço da mecanização, juntamente com uma completa organização tecnocrática do trabalho, como base para o aumento do tempo de lazer, considerado o bem supremo. Em contrapartida, Morris, cuja análise derivava de Charles Fourier, John Ruskin e Karl Marx, enfatizou a centralidade do trabalho útil e agradável, que exigiria a abolição da divisão capitalista do trabalho. Hoje, a maioria das concepções de uma economia sustentável parece-se mais com a visão mecanicista de Bellamy do que com a visão mais radical de Morris. Esta ideia de “libertação do trabalho” como a base do desenvolvimento sustentável está muito presente nos escritos dos primeiros ecossocialistas e teóricos do decrescimento, como André Gorz ou Serge Latouche.⁴

Argumentarei aqui que a ideia de libertação quase total do trabalho, por causa da sua unilateralidade e incompletude, é, em última análise, incompatível com uma sociedade genuinamente sustentável. Após examinar, em primeiro lugar, a visão hegemónica do trabalho na história do pensamento ocidental, que remonta aos Gregos antigos, passo a considerar as ideias sobre o tema de Marx e Adam Smith, mostrando a oposição entre ambas. Isto leva-me à questão de como pensadores socialistas e utópicos discordaram entre si na questão do trabalho, tema que abordarei centrando-me nas diferenças entre Bellamy e Morris. Tudo isto aponta para a conclusão de que o verdadeiro potencial de qualquer sociedade sustentável do futuro assenta não tanto em aumentar o tempo livre, mas na capacidade de gerar um novo mundo de trabalho criativo e coletivo, controlado por produtores associados.

3 Existe tradução portuguesa – de Paulo Cezar Castanheira, com introdução de Leandro Konder e Michael Löwy – com o título de *Notícias de Lugar Nenhum*, Expressão Popular, São Paulo, Brasil, 2019 (NT).

4 Ver André Gorz, *Paths to Paradise*, London: Pluto, 1985; Serge Latouche, *Farewell to Growth*, Cambridge: Polity, 2009. Os primeiros pensadores ecossocialistas, como Gorz, tentaram combinar a análise ecologista e a teoria socialista, com a primeira a prevalecer frequentemente sobre a última. Em contrapartida, os ecossocialistas da segunda vaga, ou marxistas ecológicos, procuraram como ponto de partida para as suas análises os fundamentos ecológicos subjacentes ao materialismo histórico clássico. Sobre esta distinção, ver John Bellamy Foster e Paul Burkett, *Marx and the Earth*, Boston: Brill, 2016, pp. 1-11.

A ideologia hegemónica do trabalho e do ócio

A narrativa que hoje encontramos em todos os livros de texto da economia neoclássica retrata o trabalho em termos puramente negativos, como desutilidade ou sacrifício. Sociólogos e economistas costumam apresentar isto como um fenómeno trans-histórico, que se estende desde a Grécia clássica até ao presente. Assim, o teórico cultural italiano Adriano Tilgher declarou em 1929: “Para os Gregos o trabalho era uma maldição e nada mais”, apoiando a sua afirmação em citações de Sócrates, Platão, Xenofonte, Aristóteles, Cícero e outras figuras, que representam a perspetiva aristocrática sobre o assunto na Antiguidade.⁵

Com a ascensão do capitalismo, o trabalho era visto como um mal necessário que exigia, para ser executado, o uso da coerção. Em 1776, no alvorecer da revolução industrial, a *Riqueza das Nações* de Adam Smith definiu o trabalho como sacrifício, exigindo “o esforço e a fadiga (...) do nosso próprio corpo”. O trabalhador “sempre sacrificará (...) a sua tranquilidade, a sua liberdade e a sua felicidade”.⁶ Alguns anos antes, em 1770, apareceu um tratado anónimo intitulado *Essay on Trade and Commerce* (Ensaio sobre o comércio), escrito por uma figura (mais tarde associada a J. Cunningham) que Marx descreveu como “o representante mais fanático da burguesia do século XVIII”. Na opinião do autor, para quebrar o espírito de independência e ociosidade dos trabalhadores ingleses, deveriam ser estabelecidas *work-houses* para aprisionar os pobres nelas, transformando-as em “casas do terror, onde deveriam trabalhar catorze horas por dia, de tal forma que, deduzidas as horas de refeição, sobrassem doze horas inteiras de trabalho”. Thomas Robert Malthus promoveu pontos de vista semelhantes nas décadas subsequentes, levando à New Poor Law de 1834.⁷

A ideologia económica neoclássica hoje trata a questão do trabalho (*work*) como um meio-termo entre o lazer e o tempo de trabalho (*labour*). Assim, contradiz, pelo menos parcialmente, a sua própria definição mais geral de trabalho como desutilidade, apresentando-o mais como uma opção financeira pessoal do que como resultado de coerção.⁸ No entanto, é verdade, como observou

5 Adriano Tilgher, *Homo Faber*, Chicago: Regnery, 1958, pp. 3-10; Aristotle, *The Politics*, Oxford: Oxford University Press, 1958.

6 Adam Smith, *The Wealth of Nations*, Nova Iorque: Modern Library, 1937, pp. 30-33.

7 Autor anónimo citado em Paul Lafargue, *The Right to Be Lazy (O direito à preguiça)* (1883), capítulo 2; Karl Marx, *Capital*, vol. 1, Londres: Penguin, 1976, pp. 685, 789 e 897.

8 David A. Spencer, *The Political Economy of Work*, Londres: Routledge, 2009, p. 70.

o economista alemão Steffen Rätzel em 2009, que no fundo o “trabalho”, na teoria neoclássica, “é visto como *um mal* necessário, cujo único uso é gerar rendimentos para o consumo” (itálicos do autor).⁹

Esta conceção de trabalho, cuja credibilidade deriva em grande parte da alienação que caracteriza a sociedade capitalista, tem sido questionada repetidamente por pensadores radicais. Tais pontos de vista não são universais nem eternos, nem o trabalho deve ser visto simplesmente como uma desutilidade, embora as condições dominantes na sociedade contemporânea tendam a torná-lo isso mesmo, associando-o, por conseguinte, à coerção.¹⁰

Na verdade, o mito de que os antigos pensadores gregos eram genericamente anti-trabalho, de modo que haveria uma continuidade histórica desde então até à ideologia atualmente dominante, foi refutado pelo classicista e filósofo da ciência marxista Benjamin Farrington no seu estudo de 1947, *Head and Hand in Ancient Greece*. Farrington mostrou que tais pontos de vista, embora bastante comuns entre as fações aristocráticas representadas por Sócrates, Platão e Aristóteles, eram contrariados pelos filósofos pré-socráticos e pelo contexto mais vasto da filosofia, ciência e medicina gregas, que tinha raízes em tradições de conhecimento prático artesanal. “A teoria central dos Milésios”, que estão na origem da filosofia grega, escreveu Farrington, “baseava-se na ideia de que todo o universo funciona da mesma maneira que as pequenas partes dele que estão sob o controle do homem”. Assim, “toda a técnica humana”, desenvolvida no processo de trabalho, como a de cozinheiros, oleiros, ferreiros e agricultores, era avaliada não apenas em função dos seus fins práticos, mas também em função do que dizia sobre a natureza das coisas. Na época helenística, os epicuristas, e mais tarde Lucrecio, desenvolveram essa visão materialista, explicando o reino da natureza a partir da experiência do trabalho artesanal. Tudo isto evidencia o enorme respeito concedido ao trabalho, e ao trabalho artesanal em particular.¹¹

Os materialistas da Antiguidade construíam portanto as suas ideias a partir de um conhecimento profundo do trabalho e do respeito pela compreensão do

9 Steffen Rätzel, “Revisiting the Neoclassical Theory of Labor Supply – Disutility of Labor, Working Hours, and Happiness”, Otto von Guericke University Magdeburg, n.º 5, p. 2.

10 No estudo citado acima, Rätzel mostra que, mesmo nas condições atuais, o trabalho não é simplesmente uma desutilidade, mas uma base para a felicidade humana. Parece claro que isso seria ainda mais verdadeiro em ambientes de trabalho não alienados.

11 Benjamin Farrington, *Head and Hand in Ancient Greece*, Londres: Watts, 1947, pp. 1-9 e 28-29. Ver também Ellen Meiksins Wood, *Peasant-Citizen and Slave*, Londres: Verso, 1998, pp. 134-45.

mundo que ele trazia, em claro contraste com os idealistas que, representando o desprezo aristocrático pelo trabalho manual, promoviam mitos celestiais e ideais antitrabalho. Podemos constatar esta visão, por exemplo, num depoimento atribuído a Sócrates por Xenofonte: “as chamadas profissões manuais são estigmatizadas e, por conseguinte, desrespeitadas nas nossas cidades” (*Oeconomicon*, IV, 2). Nada poderia estar mais longe da visão do mundo dos materialistas gregos, que viam o trabalho como a personificação das relações dialéticas entre natureza e sociedade.¹²

A conceção do trabalho individualista e possessiva de Adam Smith, que representa o ponto de vista burguês posterior, foi igualmente questionada pelos pensadores socialistas. Escrevendo em 1857-58, Marx afirmou:

“Ganharás o pão com o suor do teu rosto” foi a maldição que Jeová lançou sobre Adão. É isto o trabalho para Smith, uma maldição. O “repouso” surge como o estado adequado, idêntico a “liberdade” e “felicidade”. Parece muito longe da mente de Smith que o indivíduo, “no seu estado normal de saúde, força, atividade, capacidades, recursos”, também precise de uma porção normal de trabalho e de interrupção do repouso. (...) Ele está certo é claro, em que nas suas formas históricas como trabalho escravo, trabalho servil e trabalho assalariado, o trabalho sempre aparece como repulsivo, sempre como trabalho forçado por outrem; e o não-trabalho, em contrapartida, como “liberdade e felicidade” (...) [Nessas formações sociais] o trabalho (...) ainda não criou as condições subjetivas e objetivas para si (...) nas quais o trabalho se torna atraente, a autorrealização do indivíduo (...). A. Smith, a propósito, tem apenas em mente os escravos do capital.¹³

Marx está a explicar que a ideia de liberdade de Smith como “não-trabalho”, longe de ser uma verdade imutável, é produto de condições históricas específicas, as do trabalho assalariado desenvolvido sob condições de exploração. “O trabalho torna-se atraente”, para Marx, apenas em circunstâncias de

-
- 12 Ver Foster e Burkett, *Marx and the Earth*, p. 65. As opiniões da sociedade grega sobre o trabalho foram profundamente afetadas pela existência da escravidão. No entanto, isso teve um impacto maior na aristocracia, que dependia fortemente do trabalho escravo, do que no *demos*, o conjunto de cidadãos pobres cujo trabalho como artesãos ou camponeses fornecia o sustento necessário para serem politicamente livres. Estas distinções de classe dentro da pólis refletiram-se na esfera das ideias, onde é possível diferenciar entre pontos de vista idealistas e materialistas. Ver Ellen Meiksins Wood e Neal Wood, *Class Ideology and Ancient Political Theory*, Oxford: Oxford University Press, 1978.
- 13 Karl Marx, *Grundrisse*, Londres: Penguin, 1973, pp. 611-12. Marx referia-se aqui à mesma passagem de Smith citada anteriormente. Tradução portuguesa de A. S. Paço.

não alienação, quando deixa de ser uma mercadoria. Isso requer novas e superiores formas de produção social sob o controle dos produtores associados. Tudo isso tem raízes, é claro, na poderosa crítica do jovem Marx ao trabalho alienado nos seus *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844*.¹⁴ Para Marx, os seres humanos são fundamentalmente corpóreos. Dissociar a humanidade das suas relações materiais, separando radicalmente o trabalho intelectual do trabalho manual, equivalia a garantir a alienação humana.¹⁵

O utopismo socialista: Bellamy e Morris

Porém, sendo de esperar que os socialistas rejeitassem a visão hegemónica das relações de trabalho associadas ao capitalismo, a medida em que isso se traduziu em visões das relações de trabalho fundamentalmente diferentes das do *statu quo* variou significativamente dentro da própria literatura socialista. Apesar de pouco lido hoje, *Looking Backward*, de Edward Bellamy, publicado em 1888, foi um dos livros mais populares da sua época, perdendo apenas para *A Cabana do Pai Tomás* e *Ben-Hur*, vendendo milhões de exemplares e sendo traduzido para mais de vinte idiomas. Erich Fromm relata, por exemplo, que em 1935 “três personalidades proeminentes, Charles Beard, John Dewey e Edward Weeks”, consideraram (separadamente) que o romance de Bellamy foi o segundo livro mais influente do meio século anterior, apenas atrás de *O Capital* de Marx.¹⁶

O romance utópico de Bellamy apareceu num período de rápida expansão económica, industrialização e concentração de capital nos Estados Unidos. O protagonista, Julian West, acorda em Boston no ano 2000 para descobrir uma sociedade completamente transformada no sentido socialista.¹⁷ As tendências de construção de confiança da Idade do Ouro levaram à criação de uma empresa monopolista gigante, que posteriormente nacionalizada, colocara a economia sob controle total do Estado. O resultado era uma sociedade altamente organizada e igualitária. Todos os indivíduos eram obrigados a ingressar no exercício do trabalho aos vinte e um anos, passavam três anos como trabalhadores

14 Karl Marx, *Early Writings*, London: Penguin, 1974, pp. 322-34.

15 Joseph Fracchia, “Organisms and Objectifications: A Historical-Materialist Inquiry into the ‘Human and Animal’”, *Monthly Review*, vol. 68, n.º 10 (março de 2017), pp. 1-16.

16 Erich Fromm, “Introduction”, in Edward Bellamy, *Looking Backward*, Nova Iorque: New American Library, 1960, p. v. O primeiro volume de *O Capital* só foi traduzido para inglês em 1886, pelo que em 1935 podia ser ainda considerado uma obra do meio século anterior.

17 Bellamy, *Looking Backward*; Magdoff, “The Meaning of Work,” pp. 1-2.

comuns e, de seguida, avançavam para uma ocupação qualificada, com o trabalho obrigatório a durar até aos quarenta e cinco anos. Ao longo das suas vidas, todos os cidadãos e cidadãs podiam aspirar a aceder a uma vida de lazer. Nessa sociedade idealizada por Bellamy, o trabalho ainda era concebido como sofrimento, não como prazer, e o objetivo final era transcendê-lo.

William Morris, então o principal dirigente da Liga Socialista, com sede em Londres, escreveu uma resenha muito crítica do livro de Bellamy, concentrando-se nas suas descrições de trabalho e lazer. Em 1890, publicou o seu próprio romance socialista utópico, *News from Nowhere*, que apresentava uma visão muito diferente do trabalho. Morris, nas palavras de E. P. Thompson, “foi um comunista utópico, com toda a força da tradição romântica por trás dele”.¹⁸ As principais influências na sua compreensão do papel do trabalho na sociedade foram Fourier, Ruskin e Marx, que criticaram, embora de perspetivas políticas marcadamente diferentes, a distorcida e alienante divisão do trabalho e as relações de trabalho sob o capitalismo. De Fourier, Morris tirou a ideia de que o trabalho poderia ser estruturado de uma forma que fosse agradável.¹⁹ De Ruskin, adotou a ideia de que as artes decorativas e a arquitetura do final da Idade Média refletiam as condições em que os artesãos viveram e trabalharam. Na sua opinião, essas circunstâncias permitiram que eles canalizassem livremente os seus pensamentos espontâneos, as suas crenças e ideias estéticas para tudo o que fizeram. Como escreveu Thompson, “Ruskin (...) foi o primeiro a apontar que ‘o prazer dos homens no trabalho que os alimenta’ constitui o próprio alicerce da sociedade e a relacionar isso com toda a sua crítica das artes”.²⁰ De Marx, Morris tirou a crítica materialista histórica da exploração do trabalho, que está na raiz da sociedade de classes capitalista.

A síntese resultante levou à famosa ideia de Morris de que “A arte é a expressão da alegria do homem no trabalho”. O trabalho criativo, argumentou ele, é essencial para os seres humanos, que devem “estar ou a fazer algo ou a fazer de conta que o fazem”. Olhando para a ligação histórica entre arte

-
- 18 E. P. Thompson, *William Morris, Romantic to Revolutionary*, Nova Iorque: Pantheon, 1976, p. 792. Para um excelente estudo sobre a conceção do trabalho em Morris, veja-se Phil Katz, *Thinking Hands: The Power of Labour in William Morris*, Londres: Heatherington, 2005.
- 19 William Morris, *News from Nowhere*, Oxford: Oxford University Press, p. 79; William Morris e Ernest Belfort Bax, *Socialism: Its Growth and Outcome*, Londres: Sonnenschein, 1893, p. 215; Jonathan Beecher, *Charles Fourier*, Berkeley: University of California Press, 1986, pp. 274-96.
- 20 Thompson, *William Morris*, pp. 35-37; John Ruskin, *The Stones of Venice*, vol. 2, Nova Iorque: Collier, 1900, pp. 163-65.

e trabalho nos tempos pré-industriais, Morris afirmou que “todos os homens que deixaram qualquer sinal da sua existência praticaram a arte”. Há sempre um “prazer sensível” no trabalho, na medida em que é arte, e o mesmo na arte, na medida em que seja trabalho não alienado; e esse prazer aumenta “na proporção da liberdade e individualidade do trabalho”. O objetivo principal da sociedade deve ser a maximização do prazer no trabalho, a fim de satisfazer as necessidades humanas genuínas. É “a falta desse prazer no trabalho diário” sob o capitalismo, diz Morris, “que tornou as nossas cidades e casas insultos sórdidos e horríveis à beleza da Terra, que desfiguram, e todos os acessórios da vida em algo miserável, trivial e feio”.²¹

Morris criticou o desperdício de trabalho dedicado à produção de quantidades incontáveis de produtos inúteis, como “arame farpado, canhões de 100 toneladas e painéis publicitários que estragam a paisagem ao longo dos caminhos de ferro, entre outras coisas”. Também criticou os “bens adulterados”, que estragam vidas humanas e também poluem o ambiente natural e social.²²

Os exemplos de Morris foram bem escolhidos. “Arame farpado” e “canhões de 100 toneladas” foram símbolos das guerras imperiais britânicas e da produção de armas que acarretaram. (Hoje, os Estados Unidos gastam mais de um bilhão [10¹²] de dólares por ano em gastos militares reais, embora o número oficial seja menor).²³ A referência aos *outdoors* aludia a todo o fenômeno, mais amplo, da publicidade. (Hoje, gasta-se mais de um bilhão de dólares por ano em publicidade nos Estados Unidos).²⁴ Por fim, ao referir-se aos “bens adulterados”, Morris sublinhava o problema da adulteração de alimentos, mas também o desenvolvimento de aditivos – estratégias utilizadas tanto para reduzir custos e aumentar as vendas, como também para a produção de diversos produtos de má qualidade, aquilo a que agora chamamos obsolescência programada.

21 William Morris, *Collected Works*, vol. 23, Nova Iorque: Longmans, Green, 1910, p. 173; *News from Nowhere and Selected Writings and Designs*, Londres: Penguin, 1962, pp. 140-43; *Signs of Change*, Londres: Longmans, Green, 1896, p. 119.

22 May Morris (ed.), *William Morris: Artist, Writer, Socialist*, vol. 2, Cambridge: Cambridge University Press, 1936, pp. 478-79; William Morris, *Signs of Change*, p. 17.

23 Mark Strauss, “Ten Inventions that Inadvertently Transformed Warfare”, *Smithsonian*, 18 de setembro de 2010; John Bellamy Foster, Hannah Holleman e Robert W. McChesney, “The U.S. Imperial Triangle and Military Spending”, *Monthly Review*, vol. 60, n.º 5 (outubro de 2008), pp. 1-19.

24 Fred Magdoff e John Bellamy Foster, *What Every Environmentalist Needs to Know about Capitalism*, Nova Iorque: Monthly Review Press, 2011, pp. 46-53.

(Atualmente, a penetração das estratégias de publicidade na produção afeta quase todas as mercadorias).²⁵

Do ponto de vista de Morris, a produção de bens que não contribuam para a reprodução social ou sejam prejudiciais é simultaneamente um desperdício de trabalho humano.²⁶ Afirmava, por exemplo:

Pensem, peço-vos, na produção da Inglaterra, a fábrica do mundo: não vos desconcerta, como a mim, pensar na quantidade de coisas que nenhum homem em seu perfeito juízo poderia desejar, mas que com esforço inútil nos dedicamos a fabricar e vender?²⁷

Ao criticar essa produção por ser desperdício, pela falta de valor estético e pela alienação do trabalho, Morris não pretendia atacar a mecanização da produção como tal, mas insistir na necessidade de a produção ser organizada de tal forma que o ser humano não se reduzisse a ser, como disse Marx, um “apêndice de uma máquina”. Como disse o próprio Morris, o trabalhador está degradado na sociedade capitalista industrial ao ponto de “não ser sequer uma máquina, mas uma porção calculada daquela grande e quase milagrosa máquina que é a fábrica”.²⁸

Com palavras semelhantes às usadas por Marx ao tratar a questão do trabalho alienado nos *Manuscritos Económicos e Filosóficos de 1844*, Morris afirmou na sua conferência de 1888 “A arte e os seus produtores” que os interesses vitais do trabalhador “estão divorciados do objeto do seu trabalho”.

25 Sobre a análise de Marx da adulteração de alimentos na Inglaterra do século XIX, que sem dúvida influenciou Morris, ver John Bellamy Foster, “Marx as a Food Theorist”, *Monthly Review*, vol. 68, n.º 7 (dezembro de 2016), pp. 2-8.

26 A crítica do desperdício económico e ecológico e a sua abordagem teórica em termos de reprodução social têm sido centrais para a economia política marxista, incluindo os conceitos de “valor de uso capitalista” e “valor de uso negativo”. Ver, por exemplo, Paul A. Baran y Paul M. Sweezy, *Monopoly Capital*, Nova Iorque: Monthly Review Press, 1966; Michael Kidron, *Capitalism and Theory* Londres: Pluto, 1974; John Bellamy Foster, “The Ecology of Marxian Political Economy”, *Monthly Review*, vol. 63, n.º 4 (setembro de 2011), pp. 1-16. Essas análises estudam e criticam o desperdício não em termos éticos, mas do ponto de vista económico e ecológico, tendo como critério a reprodução social. O desenvolvimento de armas nucleares, por exemplo, é um beco sem saída nessa perspetiva, pois não contribui, de forma alguma, para a reprodução social.

27 Morris, *Signs of Change*, pp. 148-49.

28 Marx, *Capital*, vol. 1, p. 799; William Morris, “Art and its Producers,” in *Art and its Producers and the Arts and Crafts of to-Day*, Londres: Longmans, 1901, pp. 9-10.

O trabalho do proletário tornou-se emprego, isto é, a mera oportunidade de ganhar a vida submetido à vontade de outra pessoa. Os interesses que norteiam a produção de mercadorias neste sistema distanciaram-se completamente dos do trabalhador comum e respondem apenas aos dos organizadores do seu trabalho; e esses interesses geralmente pouco têm a ver com a produção de mercadorias, na medida em que as coisas destinadas a ser manuseadas, observadas, utilizadas (...) se reduzem, pelo contrário, à tentativa de se posicionar bem no grande jogo do mercado mundial.²⁹

Para Morris, a visão de Bellamy era “puramente moderna, a-histórica, não muito artística”. Representava o ideal do “profissional de classe média” que, na utópica Boston de *Looking Backward*, estava disponível para todos após alguns anos de trabalho normal. “A imagem que ele [Bellamy] concita é a de um exército grande e firmemente organizado, forçado por um destino misterioso a produzir ansiosa e incessantemente mercadorias para satisfazer qualquer capricho, por mais esbanjador e absurdo que seja.”

Em nítido contraste, para Morris “o ideal do futuro não visa diminuir a energia do homem reduzindo ao mínimo o trabalho, mas antes reduzir ao mínimo o sofrimento no trabalho, a tão pouco que o trabalho deixará de ser pesado”. Na sua visão, não há barreiras para que o trabalho seja criativo e artístico, pois a produção não é determinada por um conceito estreito de produtividade, voltado para os lucros capitalistas. A utopia de Bellamy, com o seu “semifatalismo económico” mortificante, preocupava-se “desnecessariamente” com encontrar “algum incentivo ao trabalho para substituir o medo da fome, que atualmente é o nosso único, ao passo que nunca é de mais repetir que o verdadeiro incentivo para o trabalho útil e feliz deve ser o prazer no próprio trabalho”.³⁰

News from Nowhere apresentava a visão utópica de Morris. Um homem chamado William – a quem os seus conhecidos chamam William Guest – acorda de um sonho (embora seja deixada intencionalmente ambígua a possibilidade de ele estar ainda a sonhar) e vê-se na Londres do início do século XXII, cerca de século e meio após uma insurreição revolucionária na década de 1950 que levou à criação de um sociedade comunal socialista.³¹ Na utopia de

29 Morris, “Art and its Producers”, pp. 9-10.

30 William Morris, *Escritos Políticos*, Bristol: Thoemmes 1994, pp. 419-25.

31 As datas fornecidas no texto deixam algumas questões em aberto. Morris mudou algumas das datas que apareciam na versão publicada em série na *Commonweal*, avançando certos eventos para

Morris, a tecnologia é usada para reduzir o trabalho fastidioso, mas não para minimizar o trabalho em geral. A produção está orientada para a satisfação de necessidades genuínas e para a criação artística. Existem formas novas e menos destrutivas de produção de energia e a poluição foi erradicada. Os trabalhadores permaneceram a princípio presos à visão mecanicista do trabalho, mas depois da Grande Mudança, “sob o disfarce do prazer que não era para ser trabalho, o trabalho que era prazer começou a substituir o trabalho mecânico. (...) As máquinas não podiam produzir obras de arte e (...) as obras de arte eram cada vez mais procuradas”. A arte e a ciência revelaram-se “inesgotáveis”, assim como as possibilidades para a criatividade humana por meio do trabalho significativo, tomando assim o lugar da produção capitalista anterior, que fabricava “uma grande quantidade de coisas inúteis”.³²

Hoje, esta pitoresca e moralizadora “crítica artística” do capitalismo pode, sem dúvida, parecer estranha para muitos. Pensadores como Luc Boltanski e Eve Chiapello veem a atual ausência de críticas desse tipo, representadas no passado por figuras tão diversas como Morris ou Charles Baudelaire, como uma das principais consequências da flexibilidade e inovação pós-fordista de finais do século XX. O “novo espírito do capitalismo”, argumentam, implica uma integração generalizada das formas de arte na produção capitalista.

O ponto fraco da análise de Boltanski e Chiapello é que misturam aparências superficiais com problemas estruturais. Tornam-se vítimas do fetichismo da mercadoria nas suas formas mais novas e elegantes, sem conseguirem explicar adequadamente em que medida “crítica artística” e “crítica social” estão inextricavelmente ligadas e em que medida existem, em ambas as dimensões, obstáculos intransponíveis dentro do sistema capitalista. Assim, após a crise do capitalismo global de 2008-09, a crítica clássica, tanto social como artística,

datas posteriores. A ponte mencionada no capítulo 2, por exemplo, foi construída em 1971 na versão *Commonweal*, enquanto no livro data de 2003. Tomando as datas da edição de 1891, a Grande Mudança ocorre durante os primeiros anos da década de 1950. A guerra civil começa em 1952, e parece ter terminado na época da “limpeza da casa” em 1955. William Guest é informado no início do texto de que a ponte construída em 2003 “não é muito antiga” em termos históricos. Mais tarde, Hammond diz que a nova época dura cerca de 150 anos, o que presumivelmente situaria o romance nos primeiros anos após 2100. Uma referência mais indireta a “duzentos anos atrás” pareceria referir-se ao tempo desde o final do século XIX ou finais do século XIX, início do século XX. Morris, *News from Nowhere*, pp. 8, 14, 46, 69, 94 e 184.

32 Morris, *News from Nowhere*, 40, 78-85, 140 e 153-55.

da alienação e da exploração, representadas por Marx e Morris, parecem ser mais revelantes que nunca.³³

Um ponto forte da visão de Morris sobre o trabalho em *News from Nowhere* está na sua descrição da relativa igualdade de gênero no local de trabalho. A figura do mestre artesão aparece apenas uma vez em todo o romance, num capítulo intitulado “Os dissidentes obstinados”, e essa posição é ocupada por uma mulher, Dona Philippa, talhadora de pedra e pedreira. Embora o capataz seja do sexo masculino, é Philippa quem decide quando e como o trabalho é realizado. A sua filha também é talhadora de pedra, enquanto a comida é servida por um jovem. A divisão do trabalho, na sociedade de Morris, não está estritamente relacionada com o sexo (embora, ao abordar esta questão, Morris incorpore intencionalmente algumas contradições, representando um mundo ainda em mudança).³⁴

Como Marx, Morris acompanhou a sua análise da possibilidade do trabalho criativo e não alienado com questões ecológicas, assinalando que a degradação das relações de trabalho humanas e a degradação da natureza estão inseparavelmente ligadas. Para Marx a propriedade da terra era semelhante e tão irracional como a propriedade de seres humanos, pois levavam à exploração de alguns homens por outros e à destruição da natureza. Da mesma forma, para Morris, na sociedade capitalista – como Clara diz em *News from Nowhere* – as pessoas procuravam “fazer da natureza sua escrava, pois pensavam que a natureza era algo que lhes era exterior”.³⁵ Morris argumentou ainda que a produção de carvão deveria ser cortada para metade, porque é um trabalho que enfraquece a humanidade e destrói a saúde humana, mas também por causa da poluição maciça que gera. Uma sociedade mais racional seria aquela que fizesse cortes profundos na produção de carvão, ao mesmo tempo que

33 Luc Boltanski e Éve Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, Londres: Verso, 2005, pp. 38, 466- 67 y 535-36. Sobre as contradições históricas do pensamento fordista e pós-fordista, ver John Bellamy Foster, “The Fetish of Fordism”, *Monthly Review*, vol. 39, n.º 10 (março de 1988), pp. 1-13.

34 Morris, *News from Nowhere*, pp. 148-51. A intenção feminista de Morris também é evidente no próprio nome de Philippa, uma clara homenagem à sua contemporânea Philippa Fawcett, uma matemática de inteligência excepcional, defensora dos direitos das mulheres, que Morris admirava muito. William Morris, *We Met Morris: Interviews with William Morris, 1895-96*, Reading: Spire, 2005, pp. 93-95. Como uma obra literária complexa, com pretensões realistas, o romance utópico de Morris representa uma sociedade que passou por grandes mudanças e ainda está a mudar. A dimensão imaginativa da obra é complementada pela mimética, refletindo não só a pré-história capitalista, mas também o potencial passado, presente e futuro da nova sociedade. Isto é especialmente claro na abordagem de Morris às questões de gênero.

35 Morris, *News from Nowhere*, p. 154; Marx, *Capital*, vol. 3, Londres: Penguin, 1981, p. 911.

aprofundasse a satisfação das necessidades humanas, abrindo novos espaços para o progresso humano.³⁶

A crítica da divisão do trabalho

Marx e Morris argumentaram que a repulsa pelo trabalho na sociedade burguesa se deve à organização alienante do trabalho, uma visão que combinava a crítica estética do capitalismo com a crítica político-económica. Desde as primeiras civilizações humanas, e mesmo antes, houve divisões do trabalho entre sexo masculino e feminino, entre cidade e campo e entre trabalho intelectual e trabalho manual. O capitalismo ampliou e aprofundou essa divisão desigual, dando-lhe uma forma ainda mais alienante, ao separar os trabalhadores dos meios de produção e impor um regime de trabalho rigidamente hierárquico que não só divide os trabalhadores com base nas tarefas que desempenham, mas também fragmenta o próprio indivíduo. Essa profunda divisão do trabalho é a base sobre a qual a classe capitalista garante a ordem social. Derrubar o regime do capital significa, acima de tudo, transcender o estranhamento em relação ao trabalho e criar uma sociedade profundamente igualitária baseada na organização coletiva do trabalho pelos produtores associados.

A crítica à divisão do trabalho no capitalismo não foi um elemento menor para Morris, nem para Marx. Numa tradução livre da edição francesa de *O Capital*, Morris escreveu: “Não é apenas o trabalho que se divide, subdivide e distribui entre vários homens: é o próprio homem que se divide, transformando-se na mola automática de uma operação única e repetitiva.”³⁷ Morris, que também lamentou a “transformação do trabalhador em máquina”, viu nisso a essência da crítica socialista (e romântica) ao processo de trabalho capitalista.³⁸

Estas questões reapareceram, mais uma vez, no final do século XX, na obra de Harry Braverman, *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Labor in the 20th Century* (1974). Braverman documentou como a ascensão da gestão científica do trabalho sob o capitalismo monopolista, tal como se vê no trabalho de Frederick Winslow Taylor *The Principles of Scientific Management*, transformou a “integração formal do trabalho no capital” num processo

36 Veja-se Morris, *News from Nowhere*, p. 59; John Bruce Glasier, *William Morris and the Early Days of the Socialist Movement*, Londres: Longmans, Green, 1921, pp. 76, 81-82.

37 Thompson, *William Morris*, pp. 37-38; Marx, *Capital*, vol. 1, p. 481.

38 Ruskin, *The Stones of Venice*, vol. 2, p. 163; Thompson, *William Morris*, pp. 37-38.

material real.³⁹ A centralização do conhecimento e o controle tecnocrático do processo de trabalho permitiram uma enorme extensão da divisão do trabalho e, conseqüentemente, maiores lucros para o capital. Aquilo a que Braverman chamou a “degradação generalizada do trabalho sob o capitalismo monopolista” formou a base material para a crescente alienação e perda de capacidades que se espalhou no mundo do trabalho para a vasta maioria da população.

No entanto, a evolução da tecnologia e das capacidades humanas apontava para novas possibilidades revolucionárias, que estavam mais em sintonia com Marx do que com Smith. Como Braverman escreveu:

A tecnologia moderna, de facto, tem uma forte tendência para quebrar as velhas divisões do trabalho, reunificando os processos de produção. (...) os pinos de Adam Smith, por exemplo, deixam de ser feitos por um trabalhador que estica os fios, outro que corta as medidas, um terceiro que molda as cabeças, um quarto que os fixa nos pinos, um quinto que afia a ponta, uma sexta que lhes dá banho de estanho e os branqueia, outra que os pouca num papel, etc. Todo o processo é reunido numa única máquina, que transforma grandes bobinas de arame em milhões de pinos, preparados no papel e prontos para venda. (...) O processo reunificado, em que a execução de todas as etapas corresponde ao mecanismo de operação de uma única máquina, parece casar-se bem com um grupo de produtores associados, nenhum dos quais deve dedicar a vida inteira a uma única função, sendo possível que todos participem da engenharia, projeto, melhoria, reparação e operação de máquinas cada vez mais produtivas. Tal sistema não implicaria perda de produtividade e representaria a reunificação da fábrica num corpo de trabalhadores muito superior aos antigos artesãos. Os trabalhadores podem hoje tornar-se mestres da tecnologia que gerem ao nível de engenheiros e podem também distribuir entre si de forma equitativa as diversas tarefas relacionadas com esta forma de produção, que se tornou tão fácil e automática.⁴⁰

Para Braverman, portanto, o desenvolvimento da tecnologia e dos conhecimentos e capacidades humanas, aliados à automação, permitiriam no futuro uma relação mais completa e criativa do trabalhador com o processo de trabalho, em contraposição à extrema divisão do trabalho que caracteriza um sistema capitalista baseado unicamente na acumulação de lucros. Isso abriria novos horizontes para o trabalho não alienado e o desenvolvimento de

39 Harry Braverman, *Labor and Monopoly Capital*, Nova Iorque: Monthly Review Press, 1998.

40 Braverman, *Labor and Monopoly Capital*, p. 320.

competências no trabalho, recuperando, a um nível superior, o que se perdera com o desaparecimento do artesão. Mas exigiria uma mudança social radical.

Um aspecto fundamental da obra de Braverman foi a crítica ao marxismo tal como se desenvolveu na União Soviética, onde surgiram ambientes de trabalho degradados semelhantes aos do capitalismo, embora sem a coerção do desemprego, o que resultara em problemas crônicos de produtividade. Lenine havia defendido a adaptação de alguns aspectos da gestão científica de Taylor à indústria soviética, alegando que combinava “a brutalidade refinada da exploração burguesa e algumas das maiores realizações científicas nesse campo”. Mais tarde, os planejadores soviéticos ignoraram os elementos mais críticos da proposta de Lenine e puseram em prática um taylorismo puro, reproduzindo assim os métodos mais cruéis da organização capitalista do trabalho.

Na URSS e na esquerda em geral, a crítica de Marx (e de Morris) ao processo de trabalho capitalista foi amplamente esquecida, e o horizonte de progresso foi reduzido a melhorias relativamente menores nas condições de trabalho, a um certo grau de “controle operário” e ao planejamento centralizado da economia. “As semelhanças entre as práticas soviéticas e as do capitalismo”, escreveu Braverman, “podem levar à conclusão de que não há outra maneira de organizar a indústria moderna” – uma conclusão que, no entanto, ia contra o verdadeiro potencial de desenvolvimento das capacidades e necessidades humanas da tecnologia moderna.⁴¹ Para Braverman, a alienação e a degradação do trabalho não são inerentes às relações de trabalho modernas, mas o resultado da prioridade dada ao lucro e ao crescimento, um caminho parcialmente replicado na União Soviética, que minara a promessa inicial de libertação contida na sociedade soviética.

Um mundo de trabalho criativo

O que foi dito acima sugere que a essência de uma futura sociedade socialista sustentável deve estar localizada no processo de trabalho – nos termos de Marx, o metabolismo da natureza e da sociedade. Visões de um futuro pós-capitalista que giram em torno da expansão do tempo de lazer e da prosperidade

41 Braverman, *Labor and Monopoly Capital*, pp. 8-11. A partir da década de 1930, a psicologia das relações humanas foi introduzida na gestão das empresas, supostamente para tornar o trabalho mais agradável e menos alienante, embora na realidade não tenham sido introduzidas mudanças significativas que pudessem neutralizar a degradação objetiva que o trabalho sofreu. Braverman aborda isso num capítulo intitulado “The Habituation of the Worker to the Capitalist Mode of Production”.

geral, sem abordar a necessidade de trabalho com sentido, estão destinadas ao fracasso.

No entanto, hoje a maioria das representações de uma sociedade futura sustentável vê o trabalho e a produção como dimensões absolutamente determinadas pela economia e pela tecnologia, ou simplesmente como realidades que serão substituídas pela automação. Consequentemente, a maximização do lazer aparece como o objetivo supremo da sociedade, muitas vezes acompanhada de algum tipo de rendimento mínimo garantido.⁴² Isso pode ser visto nas obras de teóricos como Serge Latouche ou André Gorz. O primeiro define o “decrescimento”, do qual é um destacado defensor, como uma formação social “para além da sociedade do trabalho”. Despacha os argumentos da esquerda que defende o desenvolvimento de uma sociedade em que o trabalho assuma um papel mais criativo chamando-lhes “propaganda pró-trabalho”. Por outro lado, é a favor de uma sociedade em que “o lazer e a brincadeira tenham tanto valor quanto o trabalho”.⁴³

As primeiras análises ecossocialistas de Gorz assumem uma postura semelhante. No seu livro *Paths to Paradise* (1985), com subtítulo (na tradução para o inglês) *On Liberation from Work*,⁴⁴ ele retorna à noção aristocrática de Aristóteles de que a vida é mais gratificante fora do reino mundano do trabalho. Gorz prevê uma grande redução da jornada de trabalho, “o fim da sociedade do trabalho”, calculando que os empregados trabalharão apenas mil horas por ano, ao longo de vinte anos de vida de trabalho. Esta redução do tempo de trabalho formal proposta por Gorz, segundo ele inevitável numa sociedade futura, é a ideia de uma sociedade em que todos seremos pequeno-burgueses, graças à “revolução microeletrônica” e à automação.

As relações de trabalho padrão, conforme previsto em *Paths to Paradise*, seriam dominadas pela automação, e a redução resultante nas horas de trabalho permitiria que mais empregos agradáveis e profissionais fossem partilhados entre mais pessoas. No entanto, tudo isso ocupa um lugar secundário: o mais importante é a promessa de um grande aumento do tempo livre, permitindo

42 Embora também haja algumas visões progressistas do futuro que não caem no determinismo tecnológico e atribuem um papel central à ação humana. Ver, por exemplo, os argumentos de Paul Mason, *Postcapitalism*, Londres: Penguin, 2015.

43 Latouche, *Farewell to Growth*, pp. 81-88.

44 Na edição francesa original, *Les chemins du Paradis. L'agonie du Capital*, Éditions Galilée, Paris 1983 (NT).

que as pessoas participem em todo o tipo de atividades autónomas, concebidas como atividades de lazer individual e de produção a partir de casa, e não em termos de trabalho associado. O local de trabalho capitalista continua a ser organizado com base na gestão científica taylorista, enquanto as questões mais complexas relacionadas com a automação e a degradação do trabalho são abordadas apenas superficialmente. A liberdade é vista como não trabalho, na forma de puro lazer, ou como produção informal ou a partir de casa. O ponto de vista socialista alternativo, que se concentra na transformação do próprio trabalho numa sociedade futura, é categoricamente descartado como um dogma dos “discípulos da religião do trabalho”.⁴⁵

No entanto, os tipos de automação e robotização total agora projetados para a sociedade capitalista avançada, que são frequentemente tratados como representativos de tendências teleológicas inevitáveis – levando a discussões sobre “um mundo sem trabalho” – não se coadunam com a concepção de um estado estacionário da economia e da sociedade, onde os seres humanos não seriam nem apêndices das máquinas nem seus servos.⁴⁶ Nem o fatalismo hoje dominante está suficientemente fundamentado numa crítica das contradições capitalistas contemporâneas. É possível afirmar, por exemplo, e ao contrário do que se costuma presumir, que na economia política de hoje a produtividade não é demasiado baixa, mas demasiado elevada. O mero desenvolvimento quantitativo – medido em termos de crescimento do PIB – já não é o principal desafio para que as necessidades sociais sejam atendidas. Numa sociedade mais racional e próspera, como Robert W. McChesney e John Nichols argumentam em *People Get Ready*, os aspectos qualitativos das condições de trabalho seriam enfatizados.⁴⁷ As relações de trabalho seriam vistas como uma base de igualdade e sociabilidade, ao invés de desigualdade e associalidade. Os

45 Gorz, *Paths to Paradise*, pp. 29-40, 53, 67 e 117; Herbert Applebaum, *The Concept of Work*, Albany: State University of New York Press, 1992, pp. 561-65. Poder-se-ia argumentar que a análise de Gorz da obra no seu posterior *Capitalism, Socialism, Ecology* é mais matizada. Mas nesta obra Gorz continua a dar como certa a ideia de que, de acordo com a concepção clássica, trabalho é “dor, irritação e fadiga”. A ideia do trabalho como um processo criativo seria, de acordo com isto, uma invenção do movimento operário do século XIX. Gorz afirma, por exemplo: “A ideologia do trabalho, segundo a qual ‘trabalho é vida’, e que exige levá-lo a sério e tratá-lo como vocação – junto com a concomitante utopia de uma sociedade governada por produtores associados (concepção de Marx) –, favorece os interesses dos empresários, consolida as relações capitalistas de produção e dominação e legitima os privilégios de uma aristocracia operária”, *Capitalism, Socialism, Ecology*, Londres: Verso, 1994, pp. 53 e 56.

46 Derek Thompson, “A World Without Work”, *Atlantic*, julho-agosto de 2015.

47 Robert W. McChesney e John Nichols, *People Get Ready*, Nova Iorque: Nation, 2016, pp. 96-114.

empregos repetitivos e pouco qualificados seriam substituídos por formas de emprego ativo que poderiam contribuir para o desenvolvimento humano integral. A tecnologia, que constitui um valioso corpo de conhecimento historicamente acumulado, seria usada para promover o progresso social sustentável, ao invés de aumentar a concentração de capital e os lucros de uns poucos.

Os seres humanos não precisam apenas de trabalho criativo nos seus papéis como indivíduos, mas também nos seus papéis sociais, uma vez que o trabalho é um elemento constitutivo da própria sociedade. Um mundo onde a maioria das pessoas se retira do trabalho, como no romance futurista de Kurt Vonnegut, *Player Piano* (A pianola), seria pouco mais do que uma distopia.⁴⁸ O fim do trabalho, que se ambiciona em muitas projeções de futuro, só poderia conduzir a uma espécie de alienação absoluta: significaria afastarmo-nos do cerne da nossa “atividade vital”, que nos faz seres humanos, agentes transformadores que interagem com a natureza. Abolir o trabalho constituiria uma ruptura com a nossa existência objetiva na sua forma mais significativa, ativa e criativa, uma ruptura com a própria espécie humana.⁴⁹

A incapacidade de algumas visões de prosperidade sustentável de compreender todo o potencial do trabalho humano livremente associado mina ainda mais as críticas (muitas vezes corajosas) do crescimento económico que caracterizam o ambientalismo radical de hoje. A infeliz consequência é que muitos dos argumentos a favor de uma sociedade próspera sem crescimento têm mais em comum com Bellamy do que com Morris (ou Marx), uma vez que se concentram quase exclusivamente na expansão do lazer como não-trabalho, ao mesmo tempo que minimizam as possibilidades produtivas e criativas da espécie humana. Na verdade, é impossível imaginar um futuro viável que não se concentre na metamorfose do próprio trabalho. Para Morris, como vimos, arte e ciência são as duas áreas “inesgotáveis” da criatividade humana em que toda a gente pode participar ativamente num contexto de trabalho humano associado.

Numa futura sociedade socialista, caracterizada pela prosperidade sustentável, que reconheceria os limites materiais da Terra como seu princípio essencial – de acordo com a máxima de Epicuro segundo a qual a “riqueza sem limites é uma grande pobreza” –, seria crucial conceber novas relações

48 Kurt Vonnegut, Jr., *Player Piano*, Nova Iorque: Simon and Schuster, 1952.

49 Marx, *Early Writings*, pp. 327-29.



de trabalho social e ecologicamente reprodutivo.⁵⁰ A ideia adquirida de que maximizar o lazer, o luxo e o consumo é o objetivo principal do progresso humano, e que as pessoas se recusam a produzir a menos que sejam coagidas ou impulsionadas pela ganância, perde muita da sua força à luz das crescentes contradições da nossa sociedade superprodutora e superconsumidora. A visão hegemónica é contrária ao nosso conhecimento antropológico de muitas culturas pré-capitalistas e está longe de constituir uma conceção realista da natureza humana variável que leve em consideração a evolução histórica dos seres humanos como animais sociais. A motivação de cada um para criar e contribuir para a reprodução social da humanidade, juntamente com os padrões mais elevados resultantes do trabalho coletivo, fornecem estímulos poderosos para continuar o desenvolvimento humano livre. A crise universal que marca o nosso tempo requer uma época de mudança revolucionária intransigente, voltada para o aproveitamento da energia humana para o trabalho criativo e socialmente produtivo num mundo ecologicamente sustentável e substancialmente igualitário. No fim de contas, não há outra maneira de conceber uma prosperidade verdadeiramente sustentável.

Tradução de António Simões do Paço

50 Brad Inwood y L. P. Gerson (eds.), *The Epicurus Reader*, Indianápolis: Hackett, 1994, p. 37.







Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista*

MICHAEL LÖWY

A atual pandemia da covid-19 é mais um exemplo das dramáticas consequências de um sistema económico perverso e totalmente insustentável. Se conseguirmos livrar-nos desta, outras epidemias aparecerão, enquanto continuar a destruição do meio ambiente, a transformação de todos os animais em mercadorias e a invasão das florestas pelo agronegócio. E quaisquer que sejam as suas origens precisas num ou noutro ponto do planeta, enquanto continuar a globalização neoliberal e a movimentação incessante de mercadorias e de passageiros de um lugar para outro, elas estender-se-ão inevitavelmente pelo mundo inteiro. A multiplicação irracional do transporte marítimo e aéreo, resultado inevitável das políticas neoliberais de deslocalização da produção, é ao mesmo tempo uma fonte crescente de emissões de CO₂ e um vetor de propagação do vírus. A crise sanitária e a crise ecológica estão intimamente associadas, são inseparáveis, e resultam da dinâmica de expansão ilimitada do capitalismo.

Não por acaso, os governos neofascistas e ecocidas são os que se recusaram a tomar medidas sérias para conter a pandemia. Qualificando a covid-19 de “gripezinha”, rejeitando as políticas de prevenção mínima indispensáveis e priorizando a continuação da atividade económica a qualquer preço, os Bolsonaro e Trumps permitiram que o vírus se estendesse pelos seus países, resultando em centenas de milhares de vítimas. A sua lógica é a do social-darwinismo fascista: a sobrevivência dos mais fortes. Os fracos, doentes, idosos e vulneráveis têm mesmo é que desaparecer. Confrontado com as cifras aterradoras dos mortos, vítimas da pandemia, Jair Bolsonaro respondeu: “E daí? Vou fazer o quê?”

Estes são exatamente os mesmos governos que negam ou minimizam as mudanças climáticas e fazem de tudo para encorajar a oligarquia fóssil do petróleo e do carvão (Estados Unidos) e a oligarquia do agronegócio da soja e do gado (Brasil) a continuar a sua obra de destruição, emitindo mais e mais

* Publicado originalmente em *Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2.º semestre de 2021, n.º 48, v. 19, pp. 48-56.
DOI: 10.12957/rep.2021.60290



CO₂ na atmosfera e destruindo as últimas florestas do planeta. A sua lógica ecocida no terreno ambiental e a sua necropolítica no terreno sanitário são também inseparáveis.

Também não é por acaso que Cuba, um dos poucos países que têm tentado implementar uma política económica mais ecológica – em parte por necessidade, devido à falta de petróleo –, é aquele que consegue melhor enfrentar a crise do coronavírus, graças a enérgicas medidas de prevenção e a um sistema de saúde pública e medicina social altamente desenvolvido.

As epidemias e a crise ecológicas resultam ambas de um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os animais, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério a não ser a expansão dos negócios e a acumulação dos lucros.

Os cientistas preveniram: se continuar o *business as usual* do capitalismo, no futuro próximo enfrentaremos desastres sem precedente na história humana. Há alguns anos atrás, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores referiam-se ao futuro dos nossos netos ou bisnetos, a algo que estaria num futuro longínquo, dentro de cem anos. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática acelerou-se a tal ponto que já não estamos a discutir um futuro a longo prazo. Estamos a falar de processos que já estão em curso – a catástrofe já começou, esta é a realidade. E realmente estamos numa corrida contra o tempo para tentar impedir, travar, conter esse processo desastroso.

Quais são os sinais que mostram o carácter cada vez mais destrutivo do processo de acumulação capitalista em escala global? Epidemias como a da covid-19 são um destes sinais. Mas o mais perigoso é o processo de mudança climática, um processo que resulta do CO₂ e de outros gases emitidos pela indústria, pelo agronegócio e pelo sistema de transportes existente nas sociedades capitalistas modernas, gerando o efeito de estufa. Esta mudança, na realidade, já começou. Segundo os cientistas, se a temperatura do planeta aumentar em mais de 1,5 graus em relação à época pré-industrial, o processo de aquecimento global tornar-se-á irreversível e incontrolável, podendo subir em 5, 6, 7 ou mais graus. Isto terá como resultado não só o aumento insuportável da temperatura em todo o planeta, mas a desertificação de regiões inteiras de vários continentes, a elevação do nível do mar, o desaparecimento de cidades marítimas – Veneza, Amsterdão, Hong-Kong, Rio de Janeiro – sob os oceanos. Uma série de catástrofes que se colocam no horizonte dentro de – não se

sabe – vinte, trinta, quarenta anos, isto é, no futuro próximo. A partir de que momento a sobrevivência humana estará em perigo? Ninguém pode responder a esta pergunta. O que podemos ter a certeza é de que não há um outro planeta à nossa disposição...

Tudo isso não resulta do excesso de população, como dizem alguns, nem da tecnologia em si, abstratamente, ou tão pouco da má vontade do género humano. Trata-se de algo muito concreto: as consequências do processo de acumulação do capital, em particular na sua forma atual, da globalização neoliberal sob a hegemonia do império norte-americano. Este é o elemento essencial, motor desse processo e dessa lógica destrutiva que corresponde à necessidade de expansão ilimitada – aquilo a que Hegel chamava a “má infinitude” –, um processo infinito de acumulação de mercadorias, acumulação de capital, acumulação do lucro, que é inerente à lógica do capital.

Não se trata da “má vontade” de tal ou qual multinacional ou governo, mas da lógica intrinsecamente perversa do sistema capitalista, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido; uma lógica que é necessariamente destruidora do meio ambiente e responsável pela catastrófica mudança do clima.

A questão da ecologia, do meio ambiente, é a questão do capitalismo; para parafrasear uma observação do filósofo da escola de Frankfurt Max Horkheimer (1939) – “se não quisermos falar do capitalismo, é melhor não falarmos do fascismo” –, eu diria também: se não quisermos falar do capitalismo, não adianta falarmos do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital. Logo, a questão que se coloca é a de uma alternativa, mas de uma alternativa que seja radical.

As tentativas de soluções “moderadas” revelam-se completamente incapazes de enfrentar este processo catastrófico. O chamado Tratado de Quioto está muito aquém, quase infinitamente aquém do que seria necessário, e ainda assim o governo norte-americano, principal poluidor, campeão da poluição planetária, recusa-se a assiná-lo. O Tratado de Quioto, na realidade, propõe resolver o problema das emissões de gases de estufa por meio do chamado “mercado dos direitos de poluir”. As empresas que emitem mais CO₂ vão comprar a outras, que poluem menos, direitos de emissão. Isto seria “a solução” do problema para o efeito de estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a

lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, pois são incapazes de enfrentar a crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana.

A Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, de dezembro de 2009, em Copenhaga, foi mais um exemplo clamoroso da incapacidade – ou da falta de interesse – das potências capitalistas em enfrentar o dramático desafio do aquecimento global. A montanha de Copenhaga pariu um rato, uma miserável “declaração política” sem nenhum compromisso concreto de redução das emissões com efeito de estufa.

De todas estas conferências sobre o clima das Nações Unidas, a mais bem sucedida, segundo os seus organizadores, foi a Conferência de Paris, em 2015. Os governos participantes reconheceram a necessidade de não superar o limite de 1,5 graus de aquecimento e cada um deles anunciou publicamente um compromisso de redução de emissões no seu país. Dois pequenos problemas reduzem bastante o brilho deste evento: 1) cinco anos depois, nenhum destes governos (salvo em algumas pequenas ilhas do Pacífico) cumpriu as suas promessas; 2) segundo o cálculo dos cientistas do Grupo Internacional de Estudo do Clima (GIEC), mesmo que todos os países cumprissem as suas promessas, a temperatura acabaria por subir 3,3 graus.

Precisamos de pensar, portanto, em alternativas radicais, em alternativas que coloquem um outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o ecossocialismo, uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista. Existe hoje à escala mundial uma corrente ecossocialista: há um movimento ecossocialista internacional que por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém (janeiro de 2009) publicou uma declaração sobre a mudança climática. E existe aqui, no Brasil, uma rede ecossocialista que publicou também um manifesto, há alguns anos.

Ao mesmo tempo, o ecossocialismo é uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que considera possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso do meio ambiente. Trata-se da crítica e da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão

da propriedade dos meios de produção. Mas o ecossocialismo é também uma crítica ao socialismo não ecológico, por exemplo, da União Soviética, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente. O envenenamento do lago de Aral e a catástrofe nuclear de Chernobil são apenas alguns dos exemplos do caráter ecologicamente desastroso de um processo que procurou imitar a tecnologia e a dinâmica produtivista das economias capitalistas.

Há outras experiências socialistas, porém, mais interessantes do ponto de vista ecológico, como a experiência cubana, por exemplo. O desenvolvimento de uma agricultura ecológica, a reduzida circulação de automóveis, a baixa intensidade do consumismo são alguns dos aspectos positivos deste modelo. Sem dúvida, estas opções têm causas objetivas – a escassez de petróleo –, mas existe vontade política de favorecer uma transição ecológica.

Deste modo, o ecossocialismo implica uma crítica profunda, uma crítica radical das experiências e das concepções tecnocráticas, burocráticas e não ecológicas de construção do socialismo. Isso exige-nos também uma reflexão crítica sobre a herança marxista, o pensamento e a tradição marxista, sobre a questão do meio ambiente. Muitos ecologistas criticam Marx por considerá-lo um produtivista, tanto quanto os capitalistas. Essa crítica parece-me completamente equivocada: ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria, é justamente Marx quem faz a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, à ideia de que a produção de mais e mais mercadorias é o objetivo fundamental da economia e da sociedade. O objetivo do socialismo, explica Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas sim reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar na vida política, estudar, jogar, amar. Portanto, Marx fornece as armas para uma crítica radical do produtivismo e, nomeadamente, do produtivismo capitalista. No primeiro volume de *O Capital*, Marx (1968) explica como o capitalismo esgota não só as energias do trabalhador, mas também as próprias forças da Terra, esgotando as riquezas naturais, destruindo o próprio planeta. Assim, essa perspectiva, essa sensibilidade está presente nos escritos de Marx, embora não tenha sido suficientemente desenvolvida.

O problema é que a afirmação de Marx – e mais ainda, de Engels – de que o socialismo é a solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção foi interpretada por muitos marxistas

de forma mecânica: o crescimento das forças produtivas do capitalismo choca com os limites que são as relações de produção burguesas – a propriedade privada dos meios de produção –, e portanto a tarefa da revolução socialista seria simplesmente destruir as relações de produção existentes, a propriedade privada, e permitir assim o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Parece-me que essa interpretação de Marx e de Engels deve ser criticada, porque ela pressupõe que as forças produtivas sejam algo neutro; o capitalismo tê-las-ia desenvolvido até um certo ponto e não pôde ir mais além porque foi impedido por aquela barreira, aquele obstáculo que deve ser afastado para permitir uma expansão ilimitada. Essa visão deixa de lado o facto de as forças produtivas existentes não serem neutras: elas são capitalistas na sua dinâmica e no seu funcionamento e, portanto, são destruidoras da saúde do trabalhador, bem como do meio ambiente. A própria estrutura do processo produtivo, da tecnologia e da reflexão científica ao serviço dessa tecnologia e desse aparelho produtivo está inteiramente impregnada pela lógica do capitalismo e leva inevitavelmente à destruição dos equilíbrios ecológicos do planeta.

O que se necessita, por conseguinte, é de uma visão muito mais radical e profunda do que seja uma revolução socialista. Trata-se de transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo e do sistema de energia (baseado nos produtos fósseis). Esta é, na minha conceção, uma das ideias fundamentais do ecossocialismo. Há que aplicar ao aparelho produtivo a mesma lógica que Marx aplicava ao aparelho de Estado a partir da experiência da Comuna de Paris, quando ele diz o seguinte: os trabalhadores não podem apropriar-se do aparelho de Estado burguês e usá-lo ao serviço do proletariado. Não é possível, porque o aparelho do Estado burguês nunca vai estar ao serviço dos trabalhadores. Então, trata-se de destruir esse aparelho de Estado e criar um outro tipo de poder.

Essa lógica tem de ser aplicada também ao aparelho produtivo: ele tem que ser, se não destruído, pelo menos radicalmente transformado. Não pode ser simplesmente apropriado pelos trabalhadores, pelo proletariado, e posto a trabalhar ao seu serviço, mas precisa de ser estruturalmente transformado. A título de exemplo, o sistema produtivo capitalista funciona com base em fontes de energia fósseis, responsáveis pelo aquecimento global – o carvão e o petróleo –, de modo que um processo de transição para o socialismo só é possível quando houver a substituição dessas formas de energia pelas energias

renováveis, que são a água, o vento e, sobretudo, a energia solar. Por isso, o ecossocialismo implica uma revolução do processo de produção das fontes energéticas. É impossível separar a ideia de socialismo, de uma nova sociedade, da ideia de novas fontes de energia, em particular do sol. Alguns ecossocialistas falam do comunismo solar, pois entre o calor, a energia do Sol e o socialismo e o comunismo haveria uma espécie de afinidade eletiva.

Mas não basta tão pouco transformar o aparelho produtivo, é necessário transformar também o estilo, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo, que é o padrão do capitalismo baseado na produção maciça de objetos artificiais, inúteis e mesmo perigosos. A lista de produtos, mercadorias e atividades empresariais que são inúteis e nocivas aos indivíduos é imensa. Tomemos um exemplo evidente: a publicidade. A publicidade é um desperdício monumental de energia humana, trabalho, papel, árvores destruídas para gasto de papel, eletricidade, etc., e tudo isso para convencer o consumidor de que o sabonete x é melhor que o sabonete y. Eis um exemplo evidente do desperdício capitalista. Logo, trata-se de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das verdadeiras necessidades sociais, o que é algo completamente diferente das pretensas e falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista.

É necessária uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição para o socialismo, na qual a própria população – e não as “leis do mercado” ou um Bureau Político autoritário – decide, num processo de planificação democrática, as prioridades e os investimentos. Esta transição conduziria não só a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um modo de vida alternativo, uma nova civilização, ecossocialista, superando o reino do dinheiro, os hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e a produção até ao infinito de mercadorias inúteis.

Se ficarmos só nisso, porém, seremos criticados como utópicos. Os utópicos são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro e a imagem de uma outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não suficiente. O ecossocialismo não só é a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização da solidariedade – no sentido profundo da palavra, solidariedade entre os humanos, mas também com a natureza –, como é também uma estratégia de

luta, desde já, aqui e agora. Não podemos esperar até ao dia em que o mundo se transforme, não, nós vamos começar desde já, agora, a lutar por esses objetivos. Assim, o ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas, contra o inimigo comum que são as políticas neoliberais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o imperialismo americano, o capitalismo global. Este é o inimigo comum dos dois movimentos, o movimento ambiental e o movimento social.

Não se trata de uma abstração. Há muitos exemplos, aqui mesmo no Brasil. Como um belo exemplo do que seja uma luta ecossocialista tivemos o combate heroico de Chico Mendes, que pagou com a sua vida o seu compromisso de luta com os oprimidos. Como essa há muitas outras lutas. Seja no Brasil, seja noutros países da América Latina e no mundo inteiro, cada vez mais se dá essa convergência. Mas ela não ocorre espontaneamente, tem de ser organizada conscientemente pelos militantes, pelas organizações; é preciso construir uma estratégia ecossocialista, uma estratégia que faça convergir as lutas sociais e as lutas ecológicas.

Esta parece-me ser a resposta ao desafio, a perspectiva radical de uma transformação revolucionária da sociedade para além do capitalismo, sabendo que o capitalismo não vai desaparecer como vítima das suas contradições, como dizem alguns supostos marxistas. Já um grande pensador marxista do começo do século XX, Walter Benjamin, dizia que, se temos uma lição a aprender, é que o capitalismo não vai morrer de morte natural, será necessário acabar com ele... Precisamos de uma perspectiva de luta contra o capitalismo, de um paradigma de civilização alternativo e de uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, desde agora plantando as sementes dessa nova sociedade, desse futuro, plantando sementes do ecossocialismo. Esta será a única garantia, não só contra futuras pandemias, mas contra uma catástrofe ecológica com consequências inimagináveis.

A alternativa ecossocialista implica, em última análise, uma transformação revolucionária da sociedade. Mas que significa revolução? Walter Benjamin (1968, p. 123) escrevia o seguinte, em 1940: “Marx disse que as revoluções são as locomotivas da história mundial. Talvez as coisas se apresentem de outra maneira. Pode ser que as revoluções sejam o ato pelo qual a humanidade, que viaja neste comboio, puxa o travão de emergência.” O que acontece hoje em dia? O comboio suicida da civilização capitalista ocidental moderna, do qual



somos todos passageiros, avança, com uma velocidade crescente, em direção a um abismo, à catástrofe ecológica, à mudança climática. Os Trumps e Bolsonaros propõem acelerar esta corrida colocando mais e mais carvão na fornalha. Os governos mais “razoáveis” propõem... pintar de verde a locomotiva. Do que precisamos, entretanto, é puxar o travão de emergência da revolução, antes que seja tarde demais.

Referências

BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Vol. 1, 3. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1968.

HORKHEIMER, M. Die Juden und Europa. New York, *Zeitschrift für Sozialforschung*, vol. 8, n. 1-2, 1939.

LÖWY, M. *O que é o ecossocialismo?* São Paulo: Ed. Cortez, 2020. MARX, K. *Le Capital*, Paris, Flammarion, 1968.







Pensar o trabalho: crítica metodológica, investigação-ação e “inquérito social operário”* no Observatório para as Condições de Vida e Trabalho da Universidade Nova de Lisboa

ROBERTO DELLA SANTA

“Todos estão loucos neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há, e as que estão ainda para haver, são já demais de muitas, muito maiores e muito diferentes – e a gente tem mesmo é de necessitar de aumentar, cada vez mais, nossa cabeça – para o total.” (João Guimarães Rosa, 1908-1967)

“É simples imaginar o lugar que o trabalho material deveria ocupar numa sociedade bem organizada: ele deveria constituir o seu núcleo espiritual mais fundamental.” (Simone Weil, 1909-1943)

“No princípio não foi o verbo, como reza a bíblia sagrada, nem a ação, como canta o Fausto de Goethe. Na verdadeira génese encontra-se o verbo de ação da relação.” (António Coimbra de Matos, 1929-2021)

* Este texto, tentativo e exploratório, não seria possível sem o trabalho coletivo junto com Duarte Rolo e Raquel Varela e todos os colegas do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, bem como os sujeitos-trabalhadores participantes das investigações-ações levadas a cabo nos últimos anos. O seu título, livremente inspirado num volume histórico, editado *a cura* do epistemólogo franco-brasileiro Michael Thiollent, é uma singela homenagem ao responsável primeiro por nos fazer chegar à noção de pesquisa-ação. Sobretudo, é por sua causa que, pela primeira vez, pusemos os olhos na *enquête ouvrière* do velho Mouro. Os nossos primeiros mestres são, sempre, irretribuíveis. É por isso que estendo os meus mais profundos agradecimentos a todos os docentes do sistema universitário público.



Introdução

O trabalho ocupa um lugar central nas sociedades: na política, na cultura e na economia. Apóia a produção social de bens ou de serviços; tem um valor social fundamental e é preponderante na socialização humana; garante o acesso ao consumo; é fonte de direitos sociais e de cidadania política; qualifica e situa as pessoas na sociedade em geral; parece pertinente na resolução de todos os problemas ambientais e ecológicos. Essa proeminente centralidade constituiu-se num caminho complexo de luta e resistência pela dignidade do trabalhador e contra a sua alienação, num raro equilíbrio entre o individual e o coletivo, afirmando-se e reafirmando-se o trabalho humano enquanto valor histórico universal. Na verdade, o trabalho é tudo isso e muito mais, para o indivíduo e para o género humano. A centralidade do trabalho é um ponto de partida fundamental do nosso próprio trabalho (Antunes, 2013; Dejours & Deranty, 2010b; Rolo, 2015b; Lessa, 1997 & Harribey, 2017).

A crise económica internacional de 2008 criou, para além do seu séquito de devastações, também condições globais para um retorno do espectro do trabalho na academia, o que, em Portugal, encontrou uma nova expressão na Universidade Nova de Lisboa: o Grupo de Estudos Interdisciplinares Globais do Trabalho, pioneiro no sistema académico português do último quartel de século. À medida que o seu devido impacto social passou a transbordar ambientes exclusivamente universitários e que a análise exigiu transcender as ciências sociais e humanas – ampliando-se, no tempo ou no espaço –, também se impuseram a necessidade e a possibilidade da criação do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (OCVT), que deu lugar a um renovado e aliciante modelo de pesquisa coletiva, notadamente interdisciplinar, multi-profissional e internacional. São os seus métodos, programas e conteúdos de trabalho que nos propomos tratar neste ensaio crítico.

O *leitmotiv* filosófico de Públio Terêncio (185 a.C.-159 a.C.) não poderia ser-nos mais atual e atuante, no que se refere à nossa conceção total de mundo, nada do que é humano nos é alheio. A “perspetiva de totalidade” converte-se aí num ponto de vista excecional para a observação do mundo social na sua inteireza: dinâmicas, estruturas e, sobretudo, a partir do seu complexo sistema de relações sociais. Mais do que um piedoso ideal, trata-se de uma prática efetiva que fundou o OCVT. Criado numa altura em que um quarto da população de Portugal vivia abaixo daquilo que os organismos multilaterais consideram

o “limiar da pobreza”,¹ e a maioria da população trabalhadora mundial – nos níveis local, regional e global – assistiu a uma brutal degradação do seu modo de vida e condições de trabalho, fruto do que veio a afirmar-se como as “políticas de austeridade”, que em grande medida acentuaram a desigualdade social e todo o seu rol de problemas sociais: condições degradadas de trabalho, habitação, saúde, segurança social, alimentação e bem-estar social.

O OCVT é simultaneamente, uma aposta estratégica, um projecto integrador e uma certa “objectivação duradoura”, ampliada tanto no tempo histórico, de longa duração, quanto no espaço social, internacionalista, de estudos, investigações e divulgação pública, com sede em Lisboa, que congrega distintas áreas do conhecimento, instituições académicas e ocupações socioprofissionais, em diferentes países do mundo. A sua equipa científica – assim como o respetivo conselho consultivo – perspetivam constituir-se num coletivo intelectual global e um programa científico abrangente de pesquisas *vis-à-vis* o trabalho, a saúde, a educação, a alimentação, a habitação, a situação do Estado social (“welfare state”), o sistema de segurança social, os fluxos migratórios, as políticas públicas, o “movimento social como um todo”, a democracia substantiva, as relações internacionais, as formas históricas de opressão social, a crítica da economia política, a consciência adjudicada e as conceções de cultura, além dos nexos dinâmico-causais das populações, o direito à cidade (transportes, infraestruturas, etc.), a história social do mundo do trabalho, a sociabilidade humana e as chamadas questões do modo de vida.

Das ciências históricas e sociais – “teoria”, se quiserem –, bem como do sistema de artes, visões sociais de mundo e das humanidades – “cultura”, em síntese –, às ciências exatas e naturais, desde a biologia à medicina, por um lado, até às matemáticas e a estatística, por outro. Dentro daquilo que se convencionou dizer “ciência”,² na modernidade-mundo, fazemos questão de congregar um diálogo real entre as mais diversas áreas disciplinares.

Neste texto iremos tratar exclusivamente uma série de trabalhos investigativos que, durante os últimos anos, desenvolvemos junto de sindicatos de

- 1 Como atestam já os vários estudos sobre o Sul do modelo social europeu. Vide Varela, Raquel *et. al.*, *A Segurança Social é Sustentável: trabalho, Estado e segurança social em Portugal*. Lisboa : Bertrand, 2013.
- 2 Sem querer realizar um circunlóquio metacientífico a esse respeito, por ora bastaria afirmar que o norte que nos guia passa pelas seguintes coordenadas fulcrais: a) intenção e gesto efetivos pela verdade, b) valor cognitivo do discurso e da prática científica e c) livre debate de ideias teóricas e metodológicas no grupo.

trabalhadores, ordens profissionais e/ou autarquias. Mais especificamente, trataremos de perquirir com maior detalhe a dupla dimensão – teórico-metodológica e político-social – a respeito dos estudos que desenvolvemos sobre as condições de trabalho e de vida realmente existentes em categorias socio-ocupacionais tão diversas quanto professores, médicos, estivadores, tripulantes de cabina, funcionários públicos, maquinistas de comboio, operadores de metro, enfermeiros, jornalistas e metalúrgicos da AutoEuropa, entre outros. Depois de vários anos de pesquisa, em vários sectores laborais, que incluem sucessivos movimentos de aproximação (e distanciamento), desde os primeiros contactos para a pesquisa de campo, na singularidade de cada sector, até ao debate público mais amplo dos relatórios científicos, acreditamos que é chegada a hora de sistematizar e organizar o material resultante de modo coerente e unitário. Para isso, vamos dividir o ensaio em três: pesquisar o trabalho, ii) trabalhar a pesquisa e iii) para um modelo de pesquisa coletiva.

Pesquisar o trabalho

A negação, pusilânime ou apologética, da centralidade do trabalho – um tema importante e persistente nas ciências sociais e humanas³ – tornou-se mais pronunciada nas últimas décadas, coincidindo com a génese de uma “crise orgânica do capital”. As origens dessa tendência são já antigas. Desde 1925, Karl Mannheim, na sua célebre obra *Ideologia e Utopia*, afirmava que “as classes estão a fundir-se”, pois que, segundo uma ideia muito mais antiga, emprestada à tradição filosófica alemã, vivemos a “era da equalização.”⁴ Mas, como alguém já disse, uma e outra vez, “tudo o que é sólido se desvanece no ar”.

Poucos anos passaram desde a projeção de Mannheim e, precisamente em 1929, a Grande Depressão acabara por revelar-se uma grave crise sistémica mundial, o que ocorreu ao longo dos anos 30 do século XX, variando em ritmos e intensidade, e se prolongou até à tragédia da Segunda Guerra Mundial, abrindo uma nova era, na década de 30, de revoluções e contrarrevoluções, cujo epicentro foi, mais uma vez, o trabalho. 1929 trouxe uma era de fomes, decadência e desespero –o oposto da “equalização”, e foi considerada a depressão a mais longa, profunda e disseminada do século XX. A tendência

3 Vide: Gorz, 1980; Offe, 1984; Kurz, 1991; Castells, v/ed.; Habermas; v/ed.; Arendt, v/ed.; e muitos mais...

4 Apud Mészáros, István. Presentation. In: Antunes, Ricardo. Meanings of Work. Brill : Boston, 2012, p. 9.

real em presença, portanto, foi a de uma equalização das taxas diferenciais de exploração global pela qual a classe capitalista de todo o mundo tratou de repor a força de trabalho da humanidade sob uma forma cada vez mais intensa de subordinação social. O contrariar desta tendência teve o seu ápice na revolução espanhola, na resistência ao nazifascismo e, finalmente, no pacto social, resultante da derrota deste na Europa e países centrais que trouxe – por três décadas, apodadas “anos dourados”⁵ – a crença na possibilidade de se conciliar concentração de riqueza e mitigação da pobreza. Rapidamente, a crise dos anos 70 iniciou a sua reversão histórica e a pauperização absoluta retornou aos países centrais, acompanhada de uma deslocalização de parte da produção pesada para a Ásia, a entrada do mercado chinês de trabalho superbarato, (ou hiperdesprotegido) no mercado mundial, a extensão da precariedade (e das subcontratações) na Europa e o aumento exponencial da desigualdade social. As diversas mistificações intelectuais já não logravam descartar a questão social por “preocupações anacrônicas do século XIX”. A necessidade mesma de desafiar a subjugação hierárquica e estrutural do trabalho ao capital continua, assim, a ser o grande tema do nosso tempo, a saber, a instauração efetiva de uma autêntica democracia substantiva no mundo do trabalho. Pensar e agir sobre esta questão cimeira, na teoria e/ou na metodologia, bem como no âmbito social e político, é impensável sem reafirmar de maneira convincente a centralidade do trabalho em todos os aspetos fulcrais da vida: na seara ontológica ou epistemológica, económico-social e político-cultural, quotidiana e histórica, individual ou coletiva, como meio e fim, em quantidade e qualidade, no passado e no futuro.

Para a reafirmação da centralidade do trabalho, é preciso, contudo, elencar de maneira inequívoca as diversas dimensões – humanamente objetivas – constituidoras do ser social.

A globalização neoliberal é um fenómeno social abrangente, que conectou *commodities*, investimentos e a força de trabalho à escala global. Esse processo refundou o mundo, quantitativa e qualitativamente e adquiriu um novo impulso nas últimas cinco décadas, com a urbanização maciça e o emprego assalariado de milhões de trabalhadores do Sul global. No entanto, ocorreu num movimento desigual e combinado, unindo a mesma enorme cadeia de

5 Devemos a Mandel (1962) uma demonstração irrefutável do carácter excepcional deste interlúdio histórico.

abastecimento global em diferentes territórios, nacionalidades, regiões, culturas, diferenças em formação e qualificação da força de trabalho, acesso a transporte e serviços (salário social) e níveis salariais muito diversos e/ou condições de vida e de trabalho, em sincronia com as diversas migrações populacionais maciças e realocização de empresas ao redor do globo, dificultando a avaliação de pesquisadores individuais.

Quais são os fatores chave que moldam a atual reestruturação produtiva à escala global, bem como as suas principais tendências? Qual é a relação entre a força de trabalho e as periferias, as semiperiferias e o centro vivo do sistema inter-Estados? Houve um impulso mundial tanto na movimentação de mercadorias (incluindo bens de consumo) quanto na força social de trabalho no mundo após a década de 1970. Desde então, as metrópoles prevalecem de uma forma muito preponderante sobre o campo, e a grande maioria da população mundial trabalha para os mercados, nas suas diversas formas sociais, e em relações sociais de trabalho muito heterogêneas, o que rearranjou o sistema inter-Estados.

A reprodução ampliada da contradição entre acumulação e legitimação tem recrudescido tanto a financeirização do capital, a despossessão do trabalho e uma dinâmica económico-social de baixa intensidade, sobretudo sem a criação de empregos, quanto suscitado um novo discurso chauvinista, a bonapartização política e a corrupção sistémica, numa escala inaudita. Urge lembrar que a crescente degradação do trabalho amparada pelo estímulo governamental ao empreendedorismo dos subalternos, à imigração laboral e ao trabalho barato não é mais que uma maneira de transubstanciar vinho em água, i.e., tende a agravar os efeitos deletérios do embate entre o polo da acumulação e o polo da legitimação. Numa conjuntura de erosão à escala global dos rendimentos do trabalho, as ilusões populares em soluções individuais para a crise fatalmente irá esbater-se face à brutal recessão no horizonte.

Apesar do afã facilmente identificável no noticiário televisivo – em relação aos planos de recuperação e resiliência social, à transição digital e à reconversão verde (a “bazuca europeia”) –, o chamado “capitalismo do 4.0” simplesmente não pode substituir as velhas promessas do consenso keynesiano do segundo pós-guerra ou o pacto social dos anos dourados, de inserção social via trabalho subsequente à cidadania salarial, exatamente por não ser apto a reproduzir a condição proletária sem marginalizar amplas franjas de trabalhadores do acesso a direitos sociais mais elementares, inclusivamente, o próprio direito

ao trabalho. A “fordização” do trabalho de serviços – *vide* tapete rolante que se estende dos hospitais às escolas, e a proletarização/desprofissionalização crônicas que lá imperam – e as novas vagas de plataformização do trabalho revelam, em si e para si, a universalização da lógica da concorrência no interior das próprias fileiras dos “de baixo” esposada com o polo da acumulação e, ao mesmo tempo, estruturalmente divorciada do polo da legitimação “por cima”. Neste sentido, não é difícil saber como a crise econômica alimenta a crise política. Ou, brutalmente: as supostas “salvações sagradas” para a crise são a sua “danação profana”.

A pandemia e a resposta a esta enfatizaram a irracionalidade do sistema sociometabólico dominante e chamam à nossa atenção mais uma vez a centralidade do trabalho. É preciso refletir sobre o valor de todo o trabalho humano, sobre os valores nos quais ele deve alicerçar-se, sobre as suas rígidas divisões sociais ou internacionais. A precariedade da vida e a não regulamentação do trabalho são formas de controlo violentas e unilaterais sobre os trabalhadores, favorecendo assim o egoísmo, o utilitarismo e as concentrações escandalosas, injustas e estéreis de riqueza social. O debate sobre o capitalismo voltou para ficar.

Ao lado da centralidade do trabalho, temos de destacar duas tendências de significação teórica e metodológica em estudos do trabalho, quais sejam: a teoria social crítica como um horizonte fundador, sobre o modo tradicional de produção do saber, e a primazia da práxis – e.g., o nexo de indissociabilidade teoria-prática –, como ideada na tradição dialética.

Gramsci (1975) vaticinou, a respeito do trabalho científico em ciências sociais e humanas, que “descobrir a substancial diversidade por detrás da aparente identidade (e vice-versa) é a mais delicada, ignorada e, porém, essencial aptidão do crítico das ideias e do historiador do processo social”. Parece-nos que o nexos de unidade e distinção entre as vagas médias da troika (2011-2014) e da geringonça (2015-2019) permanece inexplorado entre si e, por outro lado, abstraídos tanto à dinâmica de ciclos curtos como à estrutura de longa duração. Não temos espaço e tempo necessários para desenvolver o fio argumentativo nuclear, mas parece-nos que se enganam tanto aqueles que apelam à identidade absoluta como os que advogam por uma diferença substantiva entre os distintos arranjos governativos dos últimos dez anos que aqui nos

ocupam, motivados por intenções alheias à busca da verdade.⁶ Se é verdade que a descontinuidade em relação aos aspetos mais barbarizantes desta crise social mitigou algumas contradições mais agudas, também o é que o estrutural se manteve.

A mais laudatória exegese do último período encontra-se em Daniel Finn (2017), e a mais devastadora crítica pode ser buscada em Mickaël Correia (2019), em diametral oposição. O leitor poderá avaliar por si só com o distanciamento crítico necessário as análises supra. A verdade, contudo, é que nos últimos dez anos a esfera pública esvaiu-se do debate sobre apostas estratégicas, horizontes utópicos e saídas alternativas para a transformação social e a discussão intelectual sobre a política, em sentido mais amplo, quando a houve, gravitou em termos sobretudo de escaramuças sobre a validação de políticas públicas mitigadoras, conflitos palacianos por poder ou microguerrilhas techno-burocráticas a partir da governação. A clássica distinção entre grande política, da transformação do Estado, e pequena política, das indiscrições dos corredores, tem lugar e hora com contornos dramáticos, posto que é justamente quando a realidade nos exige a vontade e o intelecto de tempos de transição que encontramos uma metamorfose daqueles que se apresentavam como radicais críticos da ordem e agora foram reconvertidos na representação rotineira da ordem face à crítica.

Evidentemente, nada está decidido em definitivo de antemão, e a forma de trânsito geral rumo à centralidade da despossessão de direitos e à coerção estatal sobre os trabalhadores vai depender dos desdobramentos dos conflitos sociais, não só no país, como na Europa. Estará o actual regime de regulação – do arranjo governativo luso – com os dias contados? Afinal, se a especificidade do actual regime repousa na articulação entre o consentimento passivo dos subalternos e o consentimento ativo dos dirigentes dos movimentos sociais, como poderá este modelo reproduzir-se sem o assentimento da “base”,

6 Parece-nos, às vezes, que o exercício singelo de cotejar as análises realizadas sobre um período e outro já fariam iluminar as zonas de penumbra entre a essencial identidade por detrás da aparente diversidade. Para não ir longe, sugerimos o singelo cruzar de dados, hipóteses e/ou modelos apresentados ambos em alentadas investigações de pós-doutoramento, conduzidas com mobilidade internacional de quadros supervisionadas: i) no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra com Leandro Galastri (FFC/Unesp) e Elísio Estanque (CES/UC), e, ii) no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa com Marcelo Braz (ESS/UFRJ) e Francisco Louçã (ISEG/UL). Os projetos chamam-se “O actual modelo político português: a construção de alianças à esquerda” (2019), de um lado e “Para a Crítica da Crise” (2015), do outro.

seguido pela intensificação da pressão social desta sobre “o topo” da direção das estruturas sindicais? Como veremos a seguir, parece que as condições para o “pacto social” estão perto do fim. Neste sentido, o sismógrafo social e político indicaria uma crise de hegemonia no País.

Entretanto, vimos generalizar-se o teletrabalho e o ensino à distância, além de *lay-offs* e despedimentos coletivos, do insucesso educativo e do abandono escolar, junto com uma série de desafios e dilemas inevitáveis para as condições de trabalho e vida das massas.

O impacto da reconversão digital na organização social do trabalho é algo tão (ou mais) importante quanto o da revolução industrial precedente que deu origem ao Estado social. Dito desta maneira pode soar algo desproporcionado, do ponto de vista lógico e histórico, mas se atentarmos nos nexos psíquicos e físicos de gerações inteiras que já viveram estas grandes transformações no mundo do trabalho e da vida, perceberemos que o próprio *sensorium* corpóreo – isto é, o aparelho material-sensível de cada organismo humano como um todo – sofreu alterações radicais, não expectáveis, no curso da história.

Que o diga quem acompanha mais de perto a educação escolar dos mais jovens que em parte acabaram por realizar a alfabetização informacional antes da sua literacia verbal, ou a vida laboral de quem passou a ser governado pelo acicate do algoritmo-no-trabalho. Não é razoável supor que o lapso entre o campo e a cidade é tão abissal para o trabalho e a vida social quanto o hiato havido do lápis e caneta para as plataformas ou ecrãs digitais? E tais mutações tecnológicas, de tamanha magnitude, são necessariamente acompanhadas por uma reestruturação institucional. Aí a crise social e laboral faz-se acompanhar de uma crise ecológica sem precedentes e coloca em novo patamar a questão da sustentabilidade. Não espero aqui o consenso com os psicólogos ou os historiadores do trabalho, que tanto do ponto de vista micro quanto do macro poderiam objetar-nos de uma forma ou de outra, mas, pelo menos, interpelar a audiência com um debate, o qual merece ter lugar entre nós. Sem sombra de dúvidas trata-se de uma questão pública da mais elevada importância.

De acordo com os termos da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adoptada há mais de um século já, “tal mal-estar constitui uma ameaça à paz e harmonia universais”. O crescimento vertiginoso das desigualdades sociais, o abandono das classes sociais subalternas à precariedade laboral e subproletarização, as migrações em massa de populações expulsas – pela miséria, guerras ou pela devastação global – suscitam a ira e a violência

poliédrica que retroalimentam o retorno dos nacionalismos e das xenofobias. Na maioria dos países, sobretudo com um registo de ajustes estruturais, o ódio latente suscitado pela injustiça social provoca o ressurgir do bonapartismo político – embora de natureza distinta – e as divisões entre “eles” e “nós”. O introito da própria Constituição da OIT e a Declaração de Filadélfia (1944) asseveravam já que “que a paz duradoura só advirá da justiça social”.⁷ As particularidades históricas nacionais do Sul global permitem antever o futuro do Norte mundial.

Os riscos desta submersão na desumanização do trabalho são brutais nesta nova época. Ao domínio de nexos físico sobre o trabalhador acresceu-se já um novo de nexos psíquico. O trabalho vivo das pessoas é reconcebido a partir da protoforma do trabalho morto dos computadores, ou seja, como o desígnio de execução de uma programação inamovível. Transformados em novos apêndices de redes computacionais destinadas a tratar, vinte e quatro horas por dia, nos sete dias da semana, de *quantum* crescente de *qualis* decrescente, são ora avaliados individualmente com base em indicadores de desempenho isolados da sua experiência concreta nas tarefas a cumprir.⁸ Daí o aumento espetacular do sofrimento psíquico no trabalho, já percebido por todo o mundo. A gestão informacional, com todos os elementos da subsunção salarial mas sem as suas antigas garantias, traz consigo toda uma nova coorte de aviltamento e sujeição.⁹

A nova era poderia emancipar todas as atividades não calculáveis e não programáveis, a práxis ou a poíese, em tarefas que supõem a liberdade, a criatividade e a atenção ao outro, mas para tal seriam necessárias relações de direção mais do que de dominação, i.e., o princípio da autoridade do argumento mais do que o argumento de autoridade degenerado em poder: a corresponsabilidade comum no lugar de uma cadeia única de comando.

A organização social do trabalho depende dos produtores – e não só consumidores –, ao optarem por uma produção duradoura e sustentável, tanto em relação aos meios quanto no que tange aos fins: para quê e para quem? A mercantilização das esferas da vida como um não-tão-novo *hegemon* da

7 Supiot, Alain. *Le travail n'est pas une marchandise*. Ed. Collège de France/Leçons de Clôture. Paris, 2019.

8 A avaliação individual de desempenho é objeto de uma crítica, demolidora, em Christopher Dejours (2012).

9 O tema da *servidão voluntária* – tipicamente boeciano – ressurgiu, numa série de analistas do trabalho, como Antunes (2018), Dejours (2010) e vários outros. Não nos parece obra do acaso e mera coincidência.

nossa época parte da generalização absoluta do conceito de capital, inclusive o de “capital humano”. Na sua *leçon de clôture* no Collège de France, Alain Supiot¹⁰ rogou que: “não esqueçamos que o primeiro inventor (da ideia de ‘capital humano’) foi Estaline,¹¹ e que o único sentido rigoroso que se lhe pode dar (a ele) está nos ativos dos livros de contabilidade dos proprietários de escravos”. Caso não façamos a crítica mais desapiedada à ditadura estalinista e às sociedades do Leste a expressão “O trabalho liberta” será um apanágio, exclusivo, dos umbrais de Auschwitz.

Não é uma tarefa nada fácil interpretar um universo tão complexo, multi-dimensional e/ou esquivo. Para compreender tais interpenetrações de fenómenos complicados – eventos e processos, factos ou categorias, realidades e/ou representações – exige-se-nos lidar com investigações transdisciplinares e multiprofissionais sólidas em estudos globais, no contexto de vários sistemas académicos. Como podemos então, à medida que a metamorfose do capital global cada vez mais integra todos, resistir às pressões que nos levam ao “nacionalismo metodológico” e aos estudos fragmentados? Ou, o que seria o seu equívoco simétrico, uma abstração olímpica, “universalista”, da particularidade empírica?

Trabalhar a pesquisa

Qualquer investigação se inicia por uma questão, uma dúvida ou uma pergunta – articulada com o conhecimento social anterior, mas que também poderá requerer a criação de novas referências. O ponto de partida que anima a atividade científica é o espanto, a admiração e/ou o “estranhamento” face ao que é desconhecido. Que nos provoca a imaginação filosófica, conduzindo os seus investigadores a confrontar-se com uma dada temática de relevância para o mundo real e a eventual contribuição para um campo particular do saber. O tema não é mais do que o terreno sobre o qual os investigadores formularão os seus problemas mais relevantes de pesquisa social, problemas capazes de suprir lacunas nos saberes previamente existentes. Tais questões devem ser construídas de maneira que as suas soluções não só esclareçam aspectos até então não explicados deste tema, como apontem para novos problemas, para futuras investigações científico-sociais de relevo.

10 *Idem, ibidem.*

11 “O capital mais precioso é o homem” e “Por uma formação bolchevique” 4/5/1935, Discursos no Kremlin, In: Stálin *apud* Supiot (2019a).

Não existe forma unilateral e esquemática de responder a tal questão nas ciências sociais. Na história das ideias teóricas e metodológicas sobre o trabalho não deve haver qualquer veleidade exclusivista. O que podemos propor – para início de conversa – é algo simples: partir da tradição intelectual que conhecemos de perto, da “sociologia do trabalho”, passando então ao horizonte da história global do trabalho e da psicodinâmica do trabalho, respectivamente coordenadas por Duarte Rolo e Raquel Varela.¹²

As nossas aspas iniciais em “sociologia do trabalho” não põem em cheque, científica ou socialmente, a acima referida especialidade. Antes partimos da premissa de que a própria origem das ciências sociais – ou a sociologia moderna – tem lugar a partir da crescente divisão do trabalho e na nascente sociedade civil, estreitamente relacionadas com o trabalho assalariado na sociedade do capital – para além das novas (emergentes) questões de método, da aceção do problema social e a conceção de mundo (liberal) que reboca. Apesar das objeções à centralidade do trabalho – expressadas por parte considerável dos expoentes da sociologia – para o ser social em geral, poucos cientistas sociais negariam o fulcro sobretudo social do fenómeno laboral, isto é, o seu carácter em si socialmente estruturado e estruturante. Toda a ciência sociológica enquanto tal surge para responder a interrogações, interpelações, desafios ou dilemas postos pela génese do labor moderno.

De modo algo sinóptico e para os fins que se fazem aqui necessários, poderíamos começar por dizer que por sociologia do trabalho se entende uma dada disciplina cuja razão de ser se refere essencialmente ao estudo sistemático e consistente do trabalho humano – e societariamente organizado – e toma por objeto a sua natureza, limitações, contradições e mudanças. Ocupa-se de fenómenos económicos-sociais e político-culturais associados ao mundo do trabalho e ao universo da produção, quais sejam: sujeitos-trabalhadores, quer nas relações sociais de trabalho, quer nos processos sociais de produção, a “questão social” da condição social assalariada a grupos sociais operários, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual tipicamente capitalista, o aparelho estatal e o seu ordenamento jurídico, da cultura de classe social,

12 A indicação supra não deve aludir nem à personalização das áreas disciplinares, como as zonas exclusivas dos três autores, nem a uma lógica interdisciplinar de baixa intensidade, como se reduzida ao comparatismo.

ao quotidiano laboral até ao modo de vida societário dominante, sindicatos, conselhos, partidos políticos ou movimentos sociais das classes trabalhadoras, regimes de acumulação e modos de controlo sociometabólico, reestruturações produtivas e mundialização capitalista, até o mercado mundial, e o sistema internacional de Estados.

Se é bem verdade que todos os principais expoentes clássicos da ciência social moderna têm como objecto de reflexão social a divisão social do trabalho tipicamente capitalista – de Émile Durkheim a Max Weber passando por Vilfredo Pareto –, não seria justo ignorar a centralidade de Karl Marx¹³ na explicação e compreensão científico-social do “mundo do trabalho”. Muito embora o projecto intelectual de Friedrich Engels e de Karl Marx fosse muito mais amplo que o estudo do trabalho, este representa um azimute central para a constituição do verdadeiro canteiro de obras que o funda enquanto edifício teórico. Neste sentido, pode-se dizer que a sociologia marxista do trabalho é um eixo axial central para a génese e desenvolvimento de determinadas correntes de pensamento social que irão avançar uma série de teorias, métodos, categorias e procedimentos dos mais prolíficos.

É célebre a distinção feita por Marx, em diferentes momentos da sua vasta obra, entre o “pior arquiteto e a melhor abelha”. O primeiro realiza a prévia-ideação social do trabalho que vai realizar, enquanto a abelha “labora”, por assim dizer, instintivamente. Esse saber-fazer humano-societal tornou a história do ser social verdadeira realização monumental, rica e plena de aventuras e desventuras, desafios e dilemas, de avanços e/ou retrocessos. O espectro da autodeterminação do homem sobre si, o outro e o meio encontrou aí lugar. É a partir deste *momentum* – o alargamento de barreiras naturais – que se funda a liberdade. O trabalho converteu-se num momento de mediação sócio-metabólica entre a humanidade e a natureza – ser social e ser natural – e ponto de partida para a constituição do ser social. A afirmação sustenta-se em Marx, Lukács, Vigotski e muitos outros pensadores clássicos, mas, apesar do modo expositivo rústico, ainda é mais notória a partir do Friedrich Engels de *A Dialética da Natureza* ou, em específico, *O papel do trabalho na transformação*

13 Diferentemente dos expoentes clássicos da sociologia a teoria de Marx desenvolveu-se fora da academia.

do macaco em homem (1876), trabalho que, durante anos a fio, teve a sua reputação algo abalada.¹⁴

A sua verdadeira recuperação como uma peça científica viria não de historiadores sociais e/ou economistas políticos, mas de cientistas naturais. “Em 1975, Stephen Jay Gould, escrevendo na *Natural History*, celebrou abertamente a teoria evolutiva em Engels, o qual enfatizou o papel do trabalho, descrevendo-a como a noção mais avançada do evoluir evolutivo humanoide da era vitoriana, o que antecipara a descoberta antropológica, no século XX, do *Australopithecus africanus*” (Foster, 2020b). Em 1983, Gould amplia o seu argumento, na *New York Review of Books*, apontando que todas as teorias da evolução humana eram teorias de “coevolução genético-cultural” e que seria o melhor expoente do século XIX o notável texto de 1876 (publicado, *a posteriori*, em *A Dialética da Natureza*). Nesta peça inacabada, o autor demonstra a relação íntima entre o trabalho humano e a natureza, um nexos que, se interrompido, seria devastador para a humanidade, assim como para as demais espécies do Planeta. Para ele, toda a nossa vantagem sobre o meio advém do facto de termos já o proveito da prévia-ideação laborativa – justamente aquilo que nos permite não só “viver em sociedade” mas “produzir a sociedade”, dirá Maurice Godelier.

Marx havia já demonstrado que o trabalho é fundamental na vida dos homens porque é a condição para a sua existência social:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo social entre o homem e a natureza e, portanto, atividade vital humana.¹⁵

E, ao mesmo tempo que os indivíduos transformam a sua natureza externa, alteram, também, a sua própria natureza humana, num processo de transformação recíproca que reconverte o trabalho social num eixo central de autodesenvolvimento, da própria sociabilidade humano-social.

14 A crítica à *Dialética da Natureza* teve origem na nota de rodapé 6 de *História e Consciência de Classe* de György Lukács e tornou-se axiomática para o marxismo ocidental, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

15 Marx, *O Capital*, p. 50.

Contudo, o complexo laborativo funda-se a partir de um duplo carácter assaz contraditório. Por um lado, trata-se de um momento fundador da vida humana, pressuposto no processo de humanização/hominização; por outro, a sociedade do capital transformou-o em trabalho assalariado. O que era a finalidade fundadora do ser social converte-se, agora, em meio de subsistência. A força social de trabalho torna-se então numa mercadoria, ainda que especial, cujo fim é criar novas mercadorias e assim valorizar o capital. Transmuta-se em meio e não em primeira necessidade, ou fim, da própria auto-realização humana como tal.

Com o advento do sistema capitalista, houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Este duplo carácter, presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo, inventa ou subalterniza, emancipa e aliena, humaniza ou estranha, oferece autonomia mas subordina, liberta e – a um só tempo – também escraviza, teve já, na obra marxista, tratamentos diversos desde os *Manuscritos Económico-Filosóficos* até *O Capital*.¹⁶ Mas não nos encontramos entre aqueles que se reveem na ideia-força de uma espécie de ruptura epistemológica¹⁷ entre um jovem Marx e um Marx maduro, buscando flagrar ao largo da sua vida e obra o instante ideal em que se teria convertido em si mesmo, para quem objeta à obra juvenil, ou a hora da sua “traição”, segundo os críticos da teoria do valor.

Muito pelo contrário. Estamos convencidos de que o caminho de Marx, da filosofia até à ciência social e, daí, à própria economia política, traduz distintos níveis de abstracção necessários ao evolver da sua própria *démarche* intelectual para a apreensão da realidade. Da teoria da alienação ao fetichismo da mercadoria, quando fala de auto-estranhamento ou relações sociais de produção – ao valorizar a subsunção real do trabalho ao capital ou a reificação – as categorias não deixam de problematizar, de diferentes formas e sob vários eixos, a crítica da economia política do capital e/ou a emancipação do ser-que-trabalha: do “estranhamento” – nos *Grundrisse* – até à “mais-valia”, na Crítica da economia política, o que equivale a dizer, desde os seus primeiros rascunhos exploratórios até à obra magna:

16 Marx, 1844 e Marx, 1867 são as respetivas datas, da primeira publicação, de ambos os materiais, inéditos.

17 Contrariamente à tese althusseriana, muitos autores afirmam a continuidade dialética de sua laboração. Um exemplo recente à contrapêlo é a obra *Karl Marx' Writings on Alienation* (In: Musto, Palgrave: 2021).

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo no qual participam o homem e a natureza, e em que o homem, por conta própria, inicia, regula e controla (...) com as suas próprias forças, colocando em movimento braços e pernas, cabeça e mãos, as forças naturais do seu próprio corpo, a fim de se apropriar das produções da natureza de uma forma adaptada aos seus próprios desejos. Agindo assim no mundo externo, e transformando-o, ele ao mesmo tempo muda a sua própria natureza. Ele desenvolve os seus poderes adormecidos e obriga-os a agirem em obediência ao seu domínio.¹⁸

A sociologia crítica do trabalho e os seus objetos configuraram-se – historicamente – tanto muito vinculados às realidades sociais, económicas, políticas e/ou culturais de cada país, quanto, a partir de finais do século XX, tendencialmente unificadas por uma agenda global em torno a questões afins à relação entre a financeirização da economia, a reestruturação produtiva, o avanço de políticas de austeridade, a transformação dos ciclos de conflito social e a destruição dos sistemas de bem-estar social, em geral, e laboral, em particular.

O empreendimento da sociologia do trabalho a partir do Brasil, por exemplo, deparou com as peculiaridades de um Estado-nação que teve força de trabalho escravizada até finais do século XIX, uma economia associada-dependente, de industrialização/modernização tardia, bem como uma frágil estruturação do mercado de trabalho e da proteção social laboral. Também por conta do atraso relativo e da formação do próprio sistema universitário local da América Latina, a disciplina foi pródiga em incorporar tanto o empirismo do que constituiu a *industrial sociology* na América do Norte quanto o teorismo em que se funda a *sociologie du travail* da Europa Ocidental, aclimatando-as a novas questões sociais. Tal desenvolvimento desigual e combinado é responsável pela excelência lograda na área.

A história do trabalho, por sua vez, oferece uma série de perspectivas de investigação. A “lógica da história” é a ciência do diálogo constante entre conceito e evidência. Diálogo este conduzido já por “sucessivas hipóteses” teórico-metodológicas, de um lado, e por “investigação empírico-concreta” de outro, segundo Edward P. Thompson (1978). A especificidade deste ponto de vista avançado pela história social do trabalho tem a ver com a relação estabelecida entre o trabalho, enquanto a atividade vital humana, e os seus nexos eminentemente políticos – quando é reinserida no complexo das relações sociais. Desde

18 Marx, *O Capital*, Volume I, p. 187.

a mais austera objetividade, trazida pela perspectiva da teoria do valor-trabalho, até à mais dinâmica subjetividade, evidenciada pelo devir mesmo dos conflitos sociais, são decorrentes das mesmas premissas, classicamente estabelecidas, pela área disciplinar.

Já a *global labour history* não é uma teoria *per se*, mas sim um campo de estudo. Diz respeito à história “de todas as pessoas que através do seu labor constroem o mundo moderno”, a partir de uma conceção ampliada da classe trabalhadora¹⁹ que interliga a produção à escala global e no tempo histórico. Foca-se nas relações e processos de trabalho destas pessoas e nas suas interligações. Enquanto eixo fulcral dessa abordagem, desenvolveu-se a ideia da plataforma Global Collaboratory on the History of Labour Relations, com o recurso a informações estatísticas e demográficas sobre a distribuição global das ocupações sociais e profissões do século XVI aos nossos dias.²⁰ A explicação e compreensão das continuidades e rupturas sinalizadas nas relações de trabalho em todo o globo são uma vantagem adicional do seu *collective research model*.²¹ No interior destas balizas gerais coordenou-se o projeto coletivo global de História das Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono 1800-2000 (com edições em Lisboa, Portugal, e no Rio de Janeiro, Brasil)²² e fizeram-se vários estudos histórico-sociais sobre Estado social nacional, perquirindo a sua génese e devir, a constituição da força de trabalho e os seus desdobramentos.

A visada predominante sugere uma abordagem macro-analítica, assente numa *social science history approach* e a história comparativa transnacional – onde amiúde se começa por levantar dados, em bases nacionais, no interior de um mesmo enquadramento de variáveis e, depois, compará-los, no sentido das interações entre padrões e/ou fatores, mas também é possível realizar-se a mirada micro, escalonada por um viés globalizante. A busca de conexões, interações e influências – crescentes e/ou decrescentes – pode dar origem a uma chamada “viragem espacial”, com a ressignificação do “global”. Por outro lado, a superação do nacionalismo metodológico, que encapsulava a impostação programática primeva da historiografia clássica, pode dar lugar à

19 In: Marcel van der Linden & Jan Lucassen, *Prolegomena Towards a Global Labour History*, IISH, 1999.

20 Karin Hofmeester, *Global Collaboratory on History of Labour Relations 1500-2000*, Amsterdam, 2013.

21 Raquel Varela, *Shipbuilding & shiprepair workers around the World (1950-2010)*, IISH, Amsterdam, 2015.

22 Raquel Varela et. al., *A História das Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono, 1800-2000*.

problematização tanto de Estado ou governos (*from above*), quanto das classes e movimentos (*from bellow*).

De maneira mais clássica poderíamos partir das ciências histórico-filosóficas enquanto pressuposto fundamental da chamada totalidade social, i.e., as práticas, os discursos, estruturas sociais e agências humanas assumem contornos mais nítidos na, com e através da história objetivamente humana enquanto ciência social fulcral. As entrevistas semiestruturadas e focadas no trabalho – mas não reduzidas ao mesmo –, a análise de fontes primárias para a reconstituição de acontecimentos e/ou de processos e a atenção ao “movimento social como um todo”, ofertada pela noção de historicidade, em especial os nexos dialéticos como longa duração/ciclo curto, singular/universal, trabalhador coletivo/indivíduo trabalhador são disposições centrais para a história global do trabalho.

A psicodinâmica do trabalho, enfim, oferece um instrumental teórico-prático para melhorar a relação entre o homem e o trabalho e responder, daí, às questões sociais geradas pelos problemas laborais, desde os nexos entre a organização do trabalho e as funções psíquicas. Nascida do encontro entre a ergonomia e a psicanálise em França,²³ no fim dos anos 70, é uma abordagem científica que investiga estratégias de defesa dos trabalhadores frente a situações causadoras de sofrimento, advindas do que é a organização social do trabalho. Direcionada para o estudo das patologias sociais – resultantes das novas formas de gestão da organização social do trabalho – busca explicar e compreender os efeitos do trabalho sobre os seus processos de subjetivação, a descompensação psicossocial e a saúde do e no trabalho. Uma das peculiaridades do dispositivo de inquérito, em psicodinâmica do trabalho, é que ele só pode ser realizado por uma solicitação de transformação formulada pelos próprios representantes dos trabalhadores. O método do inquérito visa à elaboração coletiva, que é a própria fundamentação de uma prática racional de transformação e de organização do trabalho. Para realizar essas “intervenções”, labora-se com organizações que aspiram por melhorar situações de trabalho e avançar o seu conhecimento científico sobre o trabalho (in Ganem, 2011).

A psicodinâmica do trabalho parte de um pressuposto fundamental do trabalho como tal:

23 Vide os trabalhos de Dejours e Derranty na bibliografia para mais informações sobre esta área.

pese embora a sua aparente evidência e até trivialidade, o labor quotidiano encerra sempre uma dimensão enigmática. Devemos no entanto começar por assinalar que, do ponto de vista conceptual, o trabalho não se cinge, tão-só, ao simples facto de possuir um emprego. Contrariamente às definições mais correntes, o trabalho não é apenas uma profissão, um emprego ou tão-só o complexo de relações sociais de produção. Além do mais, quando usamos o termo trabalho não nos referimos exclusivamente aos organogramas, aos descritivos funcionais ou aos procedimentos e regras que enunciam as prescrições da organização do trabalho. Referimo-nos, pelo contrário, ao trabalho real. Isto pela simples razão de que a atividade dos trabalhadores é sempre diferente das previsões da organização do trabalho.

Tal como ficou demonstrado pela ergonomia da atividade, a ação dos trabalhadores tem sempre uma componente imprevisível, a qual nunca pode ser planificada de antemão. Os estudos em ergonomia da atividade mostraram que existe sempre uma discrepância entre aquilo que apelidamos de trabalho prescrito, ou seja, os objetivos e as tarefas atribuídas aos operadores e a atividade real, i.e, o que os trabalhadores acabam realmente por fazer.

Esta divergência sensível foi muito frequentemente atribuída à irresponsabilidade e à incompetência dos trabalhadores, ou às insuficiências da organização do trabalho. Julga-se habitualmente que se o trabalho estiver “bem-definido” e/ou organizado, e se os trabalhadores executarem escrupulosamente as instruções, o processo produtivo poderá decorrer sem incidentes. No entanto, os diversos estudos realizados na área das “ciências do trabalho” refutaram esta tese. Por muito bem concebida, por muito bem parametrizada ou definida que esteja, não há organização que consiga antecipar todos os imprevistos. Existem e existirão sempre acasos, os quais não podem ser antecipados pela organização do trabalho. Na psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2011a) dá-se a este conjunto de imponderáveis a designação de “real do trabalho”. O dito trabalho real refere-se a tudo aquilo que escapa ao domínio e à mestria, saber-fazer técnico-científico. “Pese embora todo o conhecimento social acumulado de que dispomos, não há solução antecipada para as dificuldades do real, pois ignoramos os problemas por ele revelados” (Rolo, 2018, p. 30).

Na nossa opinião, o processo de observação merece ser complementado por um processo baseado em conversação ativa. Pois a observação do trabalho defronta-se geralmente com dificuldades devidas à natureza do objecto a estudar. A análise ergonómica do trabalho permite descrever com precisão

a atividade. No entanto, parte considerável do trabalho não é diretamente observável. De facto, não se pode separar gestos de trabalhadores do seu pensamento e linguagem internas. Para ter acesso à dimensão oculta do trabalho, é necessário passar por um dispositivo específico – baseado no ato de fala de quem trabalha.

Por ser imprevisível, o real obriga cada um de nós, enquanto trabalhadores, a improvisar face às vicissitudes do quotidiano laboral real. E é precisamente por isso que trabalhar é, fundamentalmente, inventar. Trabalhar seria, portanto, criar novas formas de contornar a prescrição.²⁴ O trabalho define-se então como aquilo que o indivíduo deve dar para poder atingir os objetivos que lhe são atribuídos. Ou, ainda, o que ele deve acrescentar de si à organização do trabalho para resolver aquilo que não fora contemplado pelas previsões oficiais. Neste processo reside a dimensão fundamentalmente singular do trabalho, que não nos permite simplesmente deduzir, a partir de estudos anteriores e/ou de modelos teóricos, uma caracterização universal ou tipologias do trabalho sócio-humano facilmente reproduzível e/ou aplicável, de forma descontextualizada. Qualquer contexto de trabalho é único e singular. Logo, as formas de contornar a prescrição são também elas inéditas e estão, portanto, sempre à espera de ser reveladas. Desde logo, toda e qualquer investigação no campo do trabalho humano deve enfrentar-se à partida com este verdadeiro “enigma do trabalho”, que consiste em apreender os modos operatórios desenvolvidos pelo trabalhador para mitigar a desconformidade existente entre trabalhos prescrito e efetivo. Não nos parece falacioso argumentar pela mútua independência e complementaridade das áreas disciplinares, cada qual iluminando, focalmente, zonas de penumbra umas às outras. Vale lembrar: Rolo e Varela são as vozes autorais originárias em psicodinâmica e história.

A partir de agora, iremos tratar do que chamamos por modelo de pesquisa coletiva, o que seria a proposição de uma ciência social pública e orgânica ao mundo de trabalho e o que viemos há algum tempo a nomear como “triangulação metodológica combinada”.

Para um modelo de pesquisa coletiva

A globalização reestruturou as dinâmicas mundiais em torno da reconfiguração regressiva das sociedades nacionais, mercantilização/precarização das

24 Rolo, *idem*, *ibidem*.

relações laborais, degradação e destruição de todo o metabolismo social do homem com a natureza em nova escala global, uma obscena financeirização ou deslocação económica, acréscimo exponencial de fluxos imigratórios forçados, o endividamento e a desintegração das famílias, intensificação da exploração e/ou espoliação do trabalho vivo, alteração brutal das relações campo-cidade por conta do modo capitalista de produção internacional e, para cúmulo, uma tremenda crise de hegemonia dos “de cima” combinada com uma inaudita crise de direção dos “de baixo”. O que ocorreu não é uma catástrofe natural, mas uma tragédia social – evitável antes e felizmente superável hoje. Mas para realmente debelar esta crise orgânica é absolutamente indispensável que uma crítica social radical tenha hora e lugar.

Neste sentido, acreditamos que sejam possíveis e necessárias formas renovadas de ciência, e é neste contexto efetivo que apresentamos um programa de investigação social global, ou ao fim ao cabo, uma proposta de pesquisa coletiva, afinada pelos desafios do século XXI.

A proposta que nos orienta parte do pressuposto global de uma ciência social do trabalho não só crítica e reflexiva, mas também pública e orgânica ao mundo laboral do século XXI. Num contexto convulsionado como este, é imperativo que as ciências sociais recuperem a fibra moral e intelectual que faz parte da sua própria génese. Assim, determinado modo de ciência social pública, engajada com o mundo do trabalho, assume sentido e toma forma, no qual uma inexpugnável busca por objetividade científica – com toda a responsabilidade ética e compromisso valorativo inerentes a tal – não fica baralhada pela adoção de certa neutralidade. Pelo contrário, procurámos centrar o foco nos nexos realmente existentes entre o que são as perturbações privadas e questões públicas – a partir do ser-que-trabalha.

Nesta aproximação ulterior não iremos tratar – aqui e agora – as questões de método, nem microscopicamente, qual técnicas ou procedimentos, nem macroscopicamente, enquanto teorias sociais *per se*. A metodologia – tal qual aqui referida – tratará dos nexos entre instrumentos de investigação, de modo restrito, e teoria do conhecimento, de forma mais ampla. Sobretudo, é uma exploração provisória para dispor dos meios hábeis para se avançar teoricamente a partir da ação empírica. Se a *‘tekhné’*, *stricto sensu*, estará preocupada com ferramentas e estratégias de recolha de dados, já o *‘methodos’* ocupa-se da fertilização recíproca entre dados e teoria no sentido da reconstituição científico-social das realidades.

A proposta que iremos desenvolver parte de determinada metodologia, aquilo que iremos denominar, a partir de certa literatura, como a metodologia do chamado *extended case study*.

Tal expressão idiomática dificilmente pode ser bem traduzida para línguas neolatinas sem que se perca o seu significado, que envolve sentidos de ampliação e de contextualização. A tradução francesa optou usualmente por *étude de cas élargie ou étude de cas situé*, o que produz um certo estranhamento no leitor. Um muito diligente tradutor²⁵ já especificou que “na primeira formulação, é o estudo que é ‘ampliado’ ao contexto (= *du cas*) e, na segunda, o cerne do problema reside na ‘situação’ do caso (= *cas situé*).” O nó da questão é o de sublinhar a pertinência da noção (*extended*) numa língua e a sua impossível versão noutra. Se em espanhol se usou *el método del caso extendido*, decidimos seguir a tradução adotada em *Marxismo Sociológico* (2014): o “estudo de caso ampliado”.

A metodologia do estudo de caso ampliado²⁶ é uma (re)construção da teoria a partir da recolha de dados, desde uma observação participante do trabalho. Na verdade, constitui-se numa tentativa de responder às principais críticas classicamente voltadas contra dado viés etnográfico: i) de ser incapaz de generalização/universalização e, portanto, não-científico e ii) de ser assaz micro/a-histórico e, portanto, não sociológico. À ciência positivista contra põe-se uma ciência reflexiva, partindo do diálogo crítico entre os observadores e os participantes, através de sucessivas extensões: do processo micro/local para o macro/extralocal e da teoria consigo mesma – “concreto pensado” e/ou repensado. O objetivo é, no interior da tradição marxista, extrair o universal do particular, mover-se do ‘local’ para o ‘global’, ligar passado e presente e antecipar deste modo o futuro. A proposta, resultado de anos de acumulação, sobretudo no Campus de Berkeley, é exemplar.

O estudo de caso ampliado emula um modelo reflexivo de ciência que pressupõe a assunção da intersubjetividade de cientistas e sujeitos do estudo. Se a ciência reflexiva valoriza intervenção, processo, estruturação e reconstrução

25 Ricardo Festi é professor doutor em Sociologia do Trabalho na Universidade de Brasília (UnB/Brasil).

26 Nesta secção valemo-nos, extensivamente, dos desenvolvimentos de Michael Burawoy (2014) a este respeito. Até onde sabemos por ora, é o único sociólogo a trabalhar em quatro países como operário semiqualficado e decifrar a grandes transformações sociais: a transição pós-colonial (Zâmbia), a transição do fordismo ao neoliberalismo (EUA) e a transição do estalinismo ao capitalismo periférico (Hungria e União Soviética).

teórica, a ciência positivista, em simultâneo, proscreve a reatividade e defende três érris: regularidade, replicabilidade e representatividade. A ciência positivista, amiúde retratada em pesquisas-tipo *survey*, opera através de premissas de alienação de ‘sujeitos’, da ciência, e ‘objectos’, do estudo.

Enquanto a ciência positivista tem como limites “efeitos de contexto” (e.g. entrevistas, respondentes, campo e/ou situação), a ciência reflexiva apresenta como limitações “efeitos de poder” (dominação, subsunção, coisificação e/ou normalização). Com o foco em trânsito – da técnica ao método e do último à teoria –, a metodologia aqui exposta pode reconverter-se na forma mais apropriada para, através de uma observação participante do trabalho, (re)construir uma teoria social das relações laborais no capitalismo tardio global.

O conceito sistematiza uma autêntica inovação metodológica. O estudo de caso ampliado busca, através da etnografia do trabalho e da observação laboral participante, analisar microfundamentos de macroprocessos tanto quanto macrofundamentos de microprocessos.

O programa de investigação marxista evita o erro, no mais das vezes banal, da sociologia e/ou da etnografia do trabalho, de ser excessivamente empirista e relativista e a etnografia pode mitigar a tendência do marxismo a pairar “nas nuvens”, i.e, a sua tendência ensaística. E ambas as vertentes tendem a ser dinamizadas e reestruturadas a partir de determinada forma de se fazer ciência e de se relacionar com os seus públicos, i.e, a ciência social pública. Este modelo de investigação social global do trabalho baseia-se nos pressupostos gerais e descobertas realizadas, nos últimos anos, através do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, como síntese complexa de múltiplas determinações e relações várias. Ainda que de um modo introdutório, pudemos expor as coordenadas centrais do que aqui denominamos, por ora, um modelo de pesquisa coletiva do OCVT. Nesta exposição exploratória pudemos enquadrar, na área clássica da teoria e metodologia das chamadas ciências sociais e humanas, alguns *designs* e/ou dispositivos de inquérito social quantitativo-qualitativo multicêntricos, para perspetivar modelos de triangulação com o cânone das ciências exatas e naturais a rigor com o qual trabalhamos como método auxiliar.

No meio de uma profunda crise simultânea, envolvendo sociedade e ecologia, tecnologia e economia, saúde coletiva e individual do mundo do trabalho, em todo o Planeta, demos lugar, a partir do OCVT, a uma série inédita de inquéritos sobre o mundo do trabalho com base num modelo de pesquisa

coletiva com sede em Lisboa e realização de um programa de pesquisa científica bastante inovador, em perspectiva de totalidade. Nos últimos dez anos, estudámos a realidade sócio-profissional do mundo do trabalho de vários sectores em extensas séries de *surveys* longitudinais nos últimos anos: professores, estivadores, médicos, jornalistas, tripulantes, enfermeiros, maquinistas de comboio, condutores de metro, funcionários de administrações públicas, funcionários judiciais e metalúrgicos (AutoEuropa). No nosso OCVT trabalhamos de modo transdisciplinar com relatórios de pesquisa produzidos por um coletivo de 20 doutores nas seguintes áreas: sociologia, história, direito, antropologia, educação, medicina, psiquiatria, psicanálise, psicologia, saúde, segurança e higiene no trabalho, fisioterapia, neurologia (especialista em sonos e turnos noturnos), saúde pública, urbanismo/arquitetura e ordenamento territorial. A influência do cronotipo do sono e o ciclo de vigília nos turnos laborais, a análise multivariada de dados – com matemática estatística e dinâmica de populações –, a geografia do trabalho e o seu impacto no metabolismo social, a noção da justiça laboral a quem trabalha, as enfermidades músculo-esqueléticas e a sobrecarga laboral, as interações simbólicas no mundo do trabalho, para citar só alguns exemplos, não são especialidades aleatórias.

Alguns prolegómenos importantes – iniciativas públicas, no campo científico ou social – são dignos de nota como antecedentes da formação do OCVT. O lançamento de *Quem Paga o Estado Social?* (2012) e *A Segurança Social é Sustentável* (2014), ambos pela editora Bertrand, são amostras de um diálogo social público ampliado, que repercutiu entre associações de reformados e, depois, sindicatos de enfermeiros. Outros agrupamentos, como a revista *Rubra* e a Associação de Defesa dos Direitos Laborais, Culturais e Sociais – Solid,²⁷ por exemplo, reverberaram a necessidade da ampliação de uma esfera pública do trabalho no País. Apenas como exemplo, e sem um compromisso estrito com uma genealogia qualquer, poderíamos citar uma série de movimentos sociais do trabalho que de alguma forma e em alguma medida também deixaram um contributo para germinar tal ideia, como a campanha “Don’t Fuck My Job!”, do Sindicato dos Estivadores, ou a plataforma “Não TAP os olhos!”, do pessoal de voo. Já os trabalhadores da Carris/Transportes Públicos de Lisboa e os docentes da educação escolar pública – de todas as latitudes

27 A revista *Rubra* foi um projeto editorial, afinado com o jornalismo alternativo, com forte pegada social. A Solid foi uma associação cívica em defesa dos direitos do mundo do trabalho em Portugal.

e longitudes do País – com diversos ritmos e intensidades, deram azo a uma série de variegadas atividades, no arco do conflito social, importantes para o efeito, durante os duros anos das políticas de austeridade. São indícios de uma conjuntura que ficou para trás.

Quando em 2017 eclodiu a primeira greve na AutoEuropa, contra uma decisão da gestão da empresa, depois de mais de 25 anos de relativa paz social na qual todos os conflitos eram circunscritos entre a administração e a comissão de trabalhadores, houve um verdadeiro divisor de águas. O que estava em jogo era agora a dura imposição de uma laboração contínua compulsória aos sábados, flagrantemente contra a ordenação jurídica laboral do País, por ocasião da força-tarefa para produzir o veículo *Volskswagen T-Roc*. Era não só a ofensiva contra os metalúrgicos de Setúbal, mas uma impostura contra o mundo laboral português. Os últimos cinco anos marcaram um volte-face de importante recrudescimento antilaboral. Foram dias de guerra, muito mais que dias de glória. Tal assertiva não é uma figuração.

Importantes órgãos de comunicação social e o XXI Governo Constitucional de Portugal desempenharam-se o infeliz papel de criminalizar uma série de jornadas grevistas multitudinárias, nomeadamente a batalha dos estivadores pela efetivação dos precários, em Setúbal, a greve cirúrgica da enfermagem, por condições mais decentes de laboração, o embate dos motoristas de matérias perigosas por reposição remuneratória digna e até a campanha dos docentes pela sua carreira profissional. Sousa Santos foi mais longe quando sugeriu abertamente que o acto mesmo da criação de um sindicato desafecto da CGTP significava a antessala da entrada da nova extrema-direita em Portugal.²⁸ Ao fim e ao cabo, o Estado encetou uma requisição civil-militar contra motoristas que batalhavam por 900 euros de salário, uma requisição civil contra enfermeiros em greve cirúrgica, uma invasão policial contra a greve dos estivadores de Setúbal e um golpe de força contra os professores para congelar a contagem dos tempos de serviço da carreira. Muito antes da proibição do direito à greve, previsto nos quadros do estado de emergência, os aparelhos de Estado – da procuradoria da República aos ministérios, e até o Estado-Maior General das Forças Armadas – deram lugar a uma cruenta bonapartização estatal, a saber a violação sistemática de direitos, liberdades e garantias do movimento da classe-que-vive-do-seu-trabalho, que reconverteu este governo num *apparatchik*

28 Portugal, um alvo estratégico da extrema-direita, in *Público*, 11 de agosto de 2019.

neothatcherista. O Estado-coerção mostrou a sua verdadeira face depois de poucos anos de alguma paz social.

O OCVT procurou pensar, estudar e analisar estes conflitos que marcaram sectores chave do mundo do trabalho em Portugal.

Embora os nossos estudos tenham sido realizados sobre a realidade social portuguesa, acreditamos que nos fornecem uma perspetiva global – e totalizante – do trabalho, pelas características permanentes da globalização neoliberal e pela extensão dos métodos de trabalho de gestão a quase todo o mundo, desde os anos 70 do século XX, em resposta à queda tendencial da taxa de lucro após a crise cíclica dessa década decisiva e, certamente, o semiperiférico “Sul global” onde Portugal está inserido. Em primeiro lugar, porque a nossa equipa nuclear é amplamente internacional e transdisciplinar; em segundo lugar, pela razão de que muitos dos sectores já estudados por nós têm trabalhadores imigrantes e emigrantes (por exemplo, as enfermeiras); em terceiro lugar, eles fazem parte de uma logística global e cadeias de transporte, que definem as condições locais de trabalho pelo modelo *just-in-time* (por exemplo, marítimo e aeronáutico); já no campo dos serviços públicos, escolas e hospitais foram “fordizados” e os seus métodos de gestão usados pelas fábricas automóveis nos anos 30 estão contra-intuitivamente generalizados pelo Globo.

No caso dos docentes, temos 15% de respostas (19 000 professores responderam), e 20% de estivadores, enfermeiras 10% (7000 de 70 000 no País) e 15% do pessoal de cabine (TAP, Easyjet, Ryanair, etc.). Combinamos métodos quantitativos e qualitativos, tanto matemática, engenharia e medicina social quanto história social, psicologia e sociologia do trabalho. As metáforas mais metafísicas foram reunidas às ciências duras num diálogo aberto. Percebemos a “psicodinâmica do reconhecimento” entre os professores, o “trabalho emocional” dos tripulantes de cabina, o “esgotamento socioprofissional” das enfermeiras ou a “solidão no trabalho” dos estivadores. Depois de descobrirmos que mais de 60% dos nossos inquiridos – 65 000 docentes do ensino básico e secundário – estão exaustos, metade dos estivadores portugueses são moralmente assediados no trabalho, quase $\frac{3}{4}$ dos enfermeiros sentem-se no fim da linha e, por último mas não menos importante, as tripulações de cabina têm um índice de fertilidade já tão minúsculo quanto 1,1, precisamos idealizar e imaginar como o próprio trabalho poderia ser desmercantilizado, democratizado e/ou desalienado.

As nossas pesquisas partem da crítica metodológica às investigações ao trabalho realmente existentes, da *enquête ouvrière* de Marx até à *économie du bonheur* de Pierre Bourdieu, incorporando e superando o que de melhor já foi feito neste campo. Nos últimos anos, o OCVT tem realizado inúmeras pesquisas-ações-participantes, de ampla extensão e grande profundidade, como autênticos inventários sociais do mundo do trabalho. Com uma longa tradição intelectual, do final do século XIX até aos dias atuais – da Tendência Johnson-Forest, de CLR James e Raya Dunayevskaya, nos EUA, passando por Socialisme ou Barbarie, em França, ao operáismo autónomo de *Quaderni Rossi* na Itália –, tais estudos combinam a produção social de conhecimento, o contacto vivo com os trabalhadores e uma verdadeira reavaliação do que as estatísticas estatais e prescrições oficiais escondem, constituindo-se num poderoso instrumental de interpretação e de transformação social.²⁹ Em seguida, iniciamos um novo tipo de trabalho científico-social interdisciplinar global baseado em cinco eixos: a) um programa de pesquisa social teórico e crítico; b) um método empírico reflexivo e baseado na etnografia laboral dos “estudos de caso ampliados”; c) a pesquisa-ação-participante sobre coletivos de trabalhadores e mediante a sociologia do trabalho; d) uma ciência social global pública e orgânica ao mundo do trabalho, próxima à base dos sindicatos de trabalhadores, ordens profissionais e autarquias públicas; e e) uma análise coletiva do trabalho mediante a psicodinâmica crítica do trabalho. O raio-X desta situação da classe trabalhadora não é auspicioso: semiperiferia, trabalho barato e declínio nacional.

Sobretudo partimos de uma dupla crítica metodológica – e a um só e mesmo tempo teórica – aos *thopoi* de polo negativo e positivo no escopo hodierno da sociedade do trabalho, a saber, o *burnout* e o *decent work*. A crítica ao *burnout*, já amplamente documentada nos nossos relatórios, tem a ver com a primazia dos fatores individuais de adoecimento por sobre a organização do

29 O fascinante universo do “inquérito social operário” enquanto metodologia de pesquisa-ação-participante própria do mundo do trabalho, de forma crítica e reflexiva, e ainda pública e orgânica, amealhou nos últimos anos uma fortuna crítica digna de nota: Thorne, J. & Wheeler, S. *Workers' Inquiry and Social Composition*. In: *Notes from Below*, Jan./2018; Haider, A. and Mohandesi, S. *Workers' Inquiry*. In: *Viewpoint Magazine*, Sep./2013; Woodcock, J. *Workers' Inquiry from Trotskyism to Operáismo*. In: *Ephemerá*, vol.14(3), 2014, p.493-513; Ovetz, R. *Workers' Inquiry and Global Class Struggle*. Pluto, London, 2021 e Thiollent, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquête Operária*. Editora Polis, São Paulo, 1987, p. 255.

trabalho. Enquanto a crítica ao *decent work* tem a ver com a ausência do sentido real – e do conteúdo efetivo do trabalho – na sua delineação.

Começamos com um inquérito bastante extenso (com cerca de 150 questões) para cada sector, que inclui questões relacionadas com a saúde mental (*burnout*), riscos psicossociais, doenças músculo-esqueléticas; cansaço, sono e exaustão, cruzamos estes dados com as condições de trabalho (trabalho por turnos, trabalho noturno, tipos de contrato de trabalho, regime salarial); questões de gestão (com destaque para o assédio moral no trabalho, estudos de género, assimetrias entre fixo e precário); impacto na família e na vida pessoal (por exemplo, tempo de lazer e vida social); condições de habitação, incluindo dívidas bancárias; perceção subjetiva dos métodos de gestão (cooperação, competição; avaliação de desempenho, trabalho em equipa, *bullying*). Esta pesquisa, assim como todo o nosso método de trabalho, parte da pesquisa-ação-participativa em que o objeto não se distingue do sujeito, o trabalhador participante é sempre o sujeito da investigação. Todos os nossos respondentes foram alcançados pela equipa, em conjunto com os trabalhadores.

A partir daí, partimos de uma crítica teórica, incluindo à psicometria e aos próprios dados da *survey*, à fachada ergológica do trabalho real e da ideia central de que o trabalho não se separa do trabalhador (subjetividade e objetividade, como um todo). Segue-se aí a análise coletiva do trabalho, realizado com 15 a 20 trabalhadores voluntários, em “grupos focais”, psicodinâmicos, com conversa ativa: fala diligente e escuta atenta. Os relatórios de pesquisa são, então, discutidos com todos os trabalhadores em plenário, em conferências abertas. O relatório em si nunca é “coisificado” como uma mercadoria sagrada da divisão académica do trabalho, mas apreciado como um produto não alienado de um trabalho grupal.

A investigação psicodinâmica do trabalho inicia-se com a formulação de um pedido. Ou seja, começa pela definição do objeto do inquérito, das questões que pretendemos investigar prioritariamente, das interrogações dos participantes, etc. Cabe-nos portanto, numa primeira fase, escutar as preocupações de cada um e tentar chegar a uma formulação minimamente consensual das questões centrais que interessa investigar ou aprofundar. Assim que houver um acordo sobre os conteúdos e o sentido deste pedido, passamos à constituição de um ou vários grupos focais. Os grupos são constituídos por voluntários, devidamente informados acerca das exigências, regras e implicações do inquérito. Para que tal seja possível, a metodologia e o desenrolar do inquérito de

seguida são escrupulosamente expostos, muito amiúde em conferências dos próprios trabalhadores.

Os grupos assim constituídos participam em sessões coletivas de reflexão de meio dia: 2.30 a 3 horas de duração. Cada grupo reúne-se à razão de duas a quatro sessões com um intervalo (15 dias a um mês de preferência) entre cada sessão. O material recolhido durante as sessões de trabalho será depois compilado pelos investigadores num primeiro relatório, que por sua vez será integralmente apresentado – e revisto, linha a linha – com os participantes do grupo de trabalho. A restituição oral do relatório ocorre também durante uma reunião, que poderá ter uma duração já mais prolongada, cujo objetivo é validar o mesmo. Assim que houver acordo sobre uma versão definitiva este é transmitido aos participantes, que são os seus primeiros destinatários. De acordo com a vontade dos participantes, este relatório poderá ser divulgado e apresentado junto de instâncias e assembleias junto às quais servirá de esteio-mor, para dar azo a reflexão coletiva sobre os nexos trabalho-saúde.

No seu âmago, o trabalho é, essencialmente, trabalho vivo (Dejours, 2000; Marx, 1971). Este trabalho humano nada tem a ver com as operações de autómatos ou máquinas, incapazes de lidar com a imprevisibilidade do real ou de improvisar soluções face a acidentes, imponderáveis e/ou avarias. O trabalho vivo de que falamos é intangível e inestimável. Consequentemente, o trabalho vivo ou o real-trabalhar não pode nunca ser medido. Pode, naturalmente, ser apreciado e avaliado segundo certos procedimentos, dos quais se ocupa a psicodinâmica do trabalho. Mas não pode ser quantificado nem traduzido em variáveis numéricas. Podemos, na melhor das hipóteses, medir os resultados do trabalho, mas não o trabalho em si. Porque não há qualquer proporcionalidade entre o esforço, a dedicação e/ou o empenho investidos numa tarefa e os seus resultados. O médico psiquiatra, por exemplo, caso tenha ao seu cuidado pacientes novos, com perturbações passageiras para as quais as indicações terapêuticas já existentes são (altamente) eficazes, terá certamente melhores resultados (em estritos termos de indicadores quantitativos) do que ao cuidar de pacientes com afeções crónicas e historial clínico complexo, junto dos quais as soluções terapêuticas disponíveis resultam num sucesso limitado. Porém, a segunda tarefa exigirá certamente mais esforço e talento, sem todavia lograr resultados tão tangíveis quanto isso. Como explica Rolo (2018), os eixos da qualidade e da cooperação laborais são intangíveis.

Tal ‘inteligência das mãos’³⁰ antecipa-se à consciência do mesmo modo que o real à teoria. Ou seja, existe sempre um desfasamento entre aquilo que fazemos e a “consciência” que temos das razões pelas quais o fazemos. No mundo do trabalho, o “corpo” antecipa-se e ultrapassa a “mente”. Por isso mesmo, a maior parte de nós é incapaz de verbalizar o nosso trabalho de modo realista, satisfatório. A sabedoria do trabalho é uma inteligência incorporada, “ser-consciente”, que toma a forma de alguns hábitos, de automatismos, de “artimanhas”, que fazem de tal forma parte de nós, que nos esquecemos que foi preciso inventá-los. O saber-fazer, a destreza e a habilidade profissional são construções nossas. Mas estas criações acabam por nos ser incorporadas, tornando-se deste modo invisíveis e indizíveis, até para o seu próprio criador. Por esta razão, falar do trabalho exige um esforço consciente e voluntário de verbalização e de formalização grupal das capacidades práticas.

Antes de passar à nota conclusiva sobre a triangulação metodológica combinada vale a pena, pelo menos, esboçar aquilo que referimos, por fim, num terceiro lugar: o que seria, afinal de contas, uma ciência social pública, (re)engajada com o mundo do trabalho?

Por uma ciência social pública e orgânica ao mundo do trabalho

A ciência social pública compreende genericamente um “estilo”³¹ e saber-fazer científico que poderíamos qualificar de “engajado”, o qual não confunde a indispensável busca da objetividade científica – com todas as exigências ético-políticas e compromissos intelectuais morais inerentes a essa busca – com a adoção ostensiva de certa neutralidade axiológica.

Pelo contrário, trata-se de uma forma investigativa que procura iluminar os elos realmente existentes entre perturbações privadas e questões públicas a partir da centralidade valorativa do conhecimento dos trabalhadores. Trata-se, antes de qualquer coisa, de um “estilo”, na medida em que também supõe uma maneira de escrever e de comunicar com diferentes públicos além de supor também certa modalidade de compromisso histórico e político. Representa, assim, uma forma consistente e inovadora de problematizar o vínculo cognitivo realmente existente entre o conhecimento científico rigoroso e um engajamento social democrático, transformando-se assim numa nova síntese

30 Rolo, *idem*, *ibidem*.

31 Vide “Para uma sociologia pública”, Burawoy (2000), e “Abrir as ciências sociais”, Wallerstein (1995).

possível entre o marxismo e a sociologia, por um lado, e a história global e a psicodinâmica do trabalho, por outro. Os cientistas sociais trabalham em estreita ligação com um público visível, denso e ativo, situável no tempo e no espaço, um público realmente existente, não redutível a conceptualizações prévias e/ou projeções estatísticas e, no mais das vezes, a contrapêlo. Trata-se de um processo de autoeducação recíproca, entre cientistas sociais e público trabalhador, nos quadros da terceira das teses de Marx sobre Feuerbach, aquela que compreende a noção de práxis ou de que “as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos, e também o educador tem ele próprio de ser educado”. Segundo o cânone reflexivo dir-se-ia: intelectuais trabalhadores, trabalhadores intelectuais.

Mais do que debater técnicas *quantum* ou *qualis*, método crítico ou tradicional, ciência macro ou micro, interessa interrogar: para quem e para quê exercemos ciências sociais? Ao que poderíamos acrescentar: porquê e como trabalhar em geral e trabalhar em ciência?

É bem verdade que existe um risco “ideológico”, ou seja, o risco de o saber científico ser instrumentalizado por forças político-sociais “exteriores” ao campo, ou cujos interesses predominantes se apresentem como refratários ao *ethos* científico e ao compromisso com os resultados das diversas investigações. Contudo, o reconhecimento da existência desse tipo de risco não deve servir de pretexto para obliterar a questão fundamental endereçada ao próprio saber científico pela ciência social pública: é realmente viável, sustentável ou até mesmo desejável uma sociologia científica livre de quaisquer compromissos sociais públicos? Os diversos campos científicos constituem-se enquanto relações de poder que pressupõe clivagens ou conflitos. O maior “risco” – menos alardeado e muito mais grave – que o saber científico corre é o do reino da razão instrumental sobre as teorias críticas, ou, trocando por miúdos, as ameaças da tirania do mercado e do despotismo de Estado. O interesse (e a necessidade) pela ciência social pública renovada deriva, em parte, da reação social ao avanço generalizado das políticas de austeridade, da ofensiva neoliberal sobre o Estado social, das duras ameaças constantes contra os direitos humanos, de gravosos ataques ao metabolismo social entre humanidade e natureza, do atentado contínuo a modos de vida, do estado de exceção permanente contra direitos, liberdades e garantias dos que trabalham. Trata-se, por isso, de uma defesa qualificada do “social”, nos seus múltiplos aspetos, em tempos difíceis caracterizados pela economia em crise e pelo Estado em derrocada, ou, enfim,

por uma crise orgânica do capital. Para tanto é mister operar a partir da chamada triangulação metodológica combinada.

Triangulação metodológica combinada: um sistema topológico e de centro móvel

A triangulação metodológica combinada, ou TMC, é uma metáfora topológica. O seu azimuth, tridimensional e multicentrado, perfaz um tipo de “sistema topológico de centro móvel” no qual pesquisas em ciências sociais e humanas costumam operar. Mas antes da TMC é preciso rever o que se entende por “triangulação”.

A triangulação envolve o uso de várias fontes, dados e métodos de análise numa mesma investigação para se produzir compreensão. Alguns veem-na como um “método” para corroborar achados ou um teste de validade e verificação. Isso, porém, é controverso: pressupõe que a fraqueza intrínseca de dado método será compensada por outro (método), e que sempre será possível fazer sentido partindo de perspectivas distintas. Seria isto provável? Ao invés de considerarmos a triangulação como novo “método” para a validação e/ou verificação, os pesquisadores “qualitativos” geralmente usam a tal “técnica” para garantir um *output* final rico, robusto, abrangente e bem desenvolvido, ainda que provisório. Uma única abordagem nunca lança luz, adequadamente, sobre dado fenómeno social; o uso de diversos pontos de vista pode ajudar/facilitar entendimentos mais extensos e profundos. Para explicitar o nosso ponto de vista, lancemos mão da epistemologia de Antonio Gramsci, alargando a citação a que recorremos inicialmente para captá-la na sua totalidade:

A elaboração unitária de uma consciência coletiva exige condições e iniciativas múltiplas. (...) O mesmo raio de luz passa por prismas diversos – e produz diferentes refrações luminosas. (...) Encontrar a identidade real, sob a aparente diferenciação e contradição, e encontrar a diversidade substancial, sob a aparente identidade, essa é a qualidade mais essencial do crítico das ideias e do historiador do processo social (Gramsci. *Quaderni del Carcere*. Torino, Einaudi, 1975, Q1, §.43.).

Há uma nova “auscultação” do ente no “mundo do trabalho”, a partir do alargamento das chancelas que lhe foram impostas a qual nos permitirá, de alguma forma e em alguma medida, uma série de retificações de prismas singulares para obter refrações de luz – se nos vale a imagem gramsciana, oriunda

da física óptica –, que perpassa prismas vários, com o fito de reencontrarmos a dialética viva dos fluxos de unidade e diversidade. Os raios e o prisma sintetizam uma das principais ‘questões de método’ que acompanham o programa de pesquisa carcerário de Gramsci: o nexa de aproximação e distanciamento. “Elaborar e tornar coerentes temas e problemas” postos pelo mundo do trabalho com a sua “atividade prática”, tal como Gramsci, é uma função da crítica.

Denzin (1978) e Patton (1999) identificam vários tipos de triangulação: a) de técnicas – ou a verificação da consistência de achados gerados por diversos métodos de recolha de dados, e.g. é comum ter dados *quali* e *quanti* num estudo, posto que elucidam aspetos complementares do mesmo evento e muitas vezes os pontos em que esses dados divergem são de grande interesse para o pesquisador qualitativo e fornecem o máximo de *insights*; b) fontes – examinando-se a consistência dos diferentes dados, desde dentro do mesmo método, por exemplo, em diferentes lapsos, configurações públicas e privadas, ou comparando pessoas com diferentes pontos de vista; c) analistas – vários observadores para rever descobertas, ou usando vários observadores de campo, o que pode ofertar uma verificação à percepção seletiva e/ou iluminar pontos cegos desde a interpretação (o objetivo não é buscar consensos, mas entender várias maneiras de ver); d) teorias – utilizando várias perspectivas teórico-metodológicas para examinar, agrupar e reinterpretar os dados. Ao fim e ao cabo, temos aí (pelo menos) três modos de aplicabilidade para a triangulação: i) como uma estratégia de validação, ii) enquanto abordagem para a generalização de achados, ou iii) como uma rota alternativa e de acréscimo ao conhecimento adicional.

O termo não é novo em ciências sociais (Denzin e Lincoln, 2006). A metáfora de cunho topográfico simboliza a técnica para determinar uma posição e o seu alcance a partir de um ponto de referência, por exemplo, determinado ponto C, desde que se tenham informações suficientes entre distâncias A e B, que ajudam na localização, i.e., o ângulo entre os pontos a formar figuração triangular. Tal modelo, tipicamente cartesiano, exige ressignificação transliterar ou, se preferirmos, determinada tradução, no caso de paradigmas não positivos/não naturais. No drama clássico, e.g. a triangulação (ator-cena-espectador) arroga-se outra conotação, para além do símile de coordenadas e dos quadrantes da engenharia e/ou da arte marítima.

A triangulação é, então, a exposição simultânea de realidades múltiplas refratadas. Cada uma das metáforas “age” no sentido de criar a simultaneidade, e não o ‘sequencial’ ou o ‘linear’. Os leitores – e os públicos – são, daí, convidados a explorarem as visões concorrentes do contexto efetivo, a se imiscuírem ou fundirem a novas realidades sociais a ser compreendidas (2006, p. 20).

Na investigação-ação realizada pelo Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, que congrega um grupo de investigadores de licenciatura e pós-graduação, a partir de distintas áreas de conhecimento científico e de atuação profissional, académicas ou extra-académicas, vimos usando a triangulação metodológica combinada, métodos *quantum* e *qualis* de recolha de dados, com técnicas diversas de análise e múltiplas perspetivas de pesquisa empírica e teórica. A investigação acede a um volume diferencial enorme de informações ou dados, que comportam fontes primárias e/ou secundárias. E compreende dados recolhidos por meio de inquéritos sociais operários, observação participante e atos de fala colhidos em entrevistas ou grupos focais. A análise de dados tem permitido o avanço da crítica social e reflexão teórica, projetos diversos, voltados para o mundo laboral.

As ciências sociais e, entre elas, os estudos do trabalho, vêm se apropriando de estratégias metodológicas capazes de apreender a complexidade de objetivos, nas diversas pesquisas, bem como o compromisso com o retorno, aos públicos, sobre os resultados da investigação.

A triangulação metodológica combinada requer certo *design* de pesquisa, cujo âmago é a crítica da divisão sociotécnica do trabalho socialmente necessário em geral e, em particular, a autocrítica, de viés reflexivo, sobre o próprio trabalho da pesquisa: a “teoria do trabalho” deve voltar-se aí para o “trabalho da teoria”. A coerência e/ou unidade em termos de técnicas, métodos e teorias – caso se quiser crítica – deve interrogar também os fins da investigação social, sem fetichizar os seus meios ou formas técnicas, sem tabus. A ideia de sistema topológico de centro móvel ou TMC parte *ipso facto* da própria noção retroativa – técnicas, métodos e teorias são categorias interdependentes. Não se pode isolar momentos de pesquisa empírica e pesquisa teórica. O diálogo vivo entre conceito e evidência, mediado por sucessivas hipóteses, continua a ser o critério clássico de verdade.

Conclusão

A ciência, a filosofia e a arte são processos cujos objetivos conformam a “produção social de conhecimento”. Depreende-se disso que as práticas intelectuais são sobretudo relacionadas com a produção social e.g. fazem parte do mundo do trabalho. Em amplo sentido, os cientistas/filósofos/artistas, a partir do *locus* universitário, não são diferentes dos demais trabalhadores sociais. Usam materiais tangíveis e cognitivos, bem como os seus “cérebros, músculos, nervos, mãos” (Marx, *O Capital*, v/e), para criar e distribuir um produto de trabalho específico, i.e., os próprios saberes. E, na ampla maioria dos casos, encontram-se em relações de trabalho – e sobretudo de labor em educação – na academia. As condições de vida e de trabalho em educação viralizaram uma tendência que se tornou algo mais pronunciada em todo o Planeta: a precarização, intensificação e flexibilização do trabalho acadêmico, que se reflete na progressiva proliferação de contratos temporários, subremuneração crônica, perspectivas de carreira pouco claras e expectativas declinantes. O trabalho docente na educação, por sua vez, também incide em certa captura da subjetividade, esvaziamento de sentido, deterioração laboral e perda de prestígio e *status*. A escola enquanto instituição por excelência voltada para a transmissão do conhecimento acumulado pelo gênero humano a cada ser singular é acometida por uma crise que possui um nexo ao mesmo tempo de identidade e distinção para com os *campi* universitários: o professor, conferencista, investigador, pesquisador – precário ou fixo –, o acadêmico.

A crise e mal-estar da universidade, debatida em conferências, periódicos especializados e cadernos de jornal mundo afora, tem também um aspeto laboral: o trabalho acadêmico. Os caracteres referidos sobre paixões tristes e alegres no trabalho também têm lugar aqui. Como garantir que haja mais cooperação e menos competição, mais *qualis* que *quantum*, mais autonomia do que heteronomia, mais emancipação do que subjugação, também no nosso trabalho de pesquisar? Vale a pena olhar mais de perto para as condições e para a organização deste trabalho específico, especialmente não programável e não calculável.

Num resumo brutal, e numa elipse narrativa somente justificável numa *fermata* à italiana, o que propomos aqui é a questão de saber se académicos, ao fim e ao cabo, devem ser pagos. A pergunta não é evidente. O problema é se os soldos arrecadados são o fim que perseguem ou um meio para alcançá-lo, a

saber, o conhecimento científico, o qual não tem preço. Por outras palavras, o trabalho dos pesquisadores pode ser tratado como mais uma mercadoria? Ao longo dos últimos anos, de lecionação e investigação, vimos que a dinâmica do mercado caminhava nessa direção, i.e, qual “mercado de ideias”.

O que testemunhamos no nosso tempo é o esvaziar da academia como *locus* da crítica. Desde os anos 70 o seu papel social tem sido de servir o *statu quo* e não desafiá-lo em nome da justiça, tradição, imaginação, bem-estar social ou visões alternativas de futuro. Não mudaremos isso simplesmente aumentando o financiamento público da universidade em vez de reduzi-lo a zero. Vamos mudar isso insistindo que uma reflexão crítica sobre os valores e princípios sociais e humanos deve ser fulcral para tudo o que acontece nas universidades, em rigorosamente todas as áreas. Por fim, o trabalho académico só pode ser defendido enfatizando-se o quão indispensável é. E isso significa insistir no seu papel vital em todo o espectro humano. Não há universidade sem investigação social e humana, o que significa que universidades e capitalismo tardio são diametralmente antagónicos.

Não foi à toa que nomeamos os nossos subtítulos como “pesquisar o trabalho” e “trabalhar a pesquisa”. Mais do que um jogo de palavras, parece-nos que qualquer proposta para um modelo de pesquisa coletiva necessita de pensar o trabalho para além do trabalho de pensar. Um trabalho cooperativo não vai ser pré-ideado num ambiente laboral fundado sobre a concorrência desenfreada. Nem a qualidade do trabalho será bem elaborada por quem só se orienta por quantificações. É urgente selar um compromisso de refundação da existência destes hoje distintos grupos sociais caso queiramos buscar as trilhas nada fáceis de contribuir ao máximo para o bem-estar comum e utilizar da melhor forma o saber para tal. Não se trata de buscar melhores condições para estes ou aqueles. A única estratégia viável passa pela desmercantilização de todo o labor, com o fim da alienação entre mãos e cabeças.

O horizonte deve reunir, sem cisões, a inteligência do trabalho e o trabalho da inteligência.

Com cauteloso realismo temos acompanhado o que pretende augurar o ocaso da ofensiva neoliberal face às universidades. Numa altura em que a política científica e investigativa europeia oficial, plasmada em programas-quadro como o novo Horizonte Europa (2021-2027), acentua a importância de ajustar modelos de avaliação em termos menos métricos e empresarializados (estes, com uma lógica contábil baseada em “produtos” e “serviços”), a centralidade

da ciência cidadã e socialmente envolvente, a relevância de incluir vastos atores, movimentos e comunidades em busca da sustentabilidade social, o estímulo a uma cultura científica enraizada e abrangente, o encorajamento à cocriação junto à sociedade civil e em participação ampla, sobretudo a ideia-força de uma ciência menos orientada para o produtivismo estéril e mais voltada para o cânone da abertura, é chegada a hora de sepultar *bibliometrics, impact factors, fund raising, new management e benchmarking...* A desmercantilização, democratização e desalienação do trabalho investigativo e docente só pode advir de uma resistência e luta pela livre associação de todos os produtores sociais.

Referências

- ANTUNES, Ricardo, *The Meanings of Work: Essay on the Affirmation and NEGATION of Work*, Chicago: Haymarket Books, 2013.
- (2018) *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 325 pp.
- AREOSA, João. Capitalismo e Precarização do Trabalho, in: Veloso, L. et al. (Org.), *Anarquismo, trabalho e sociedade*. Almedina. Coimbra, 2017a.
- (2017B) O suicídio no trabalho: um fenómeno social (in)decifrável? | Revista *Segurança*, w/ Duarte Rolo.
- BASSO, Pietro (2003), *Modern Times, Ancient Hours: Working Lives in the Twenty-first CENTURY*, London: Verso.
- BELLAMY Foster, John. *The return of nature: socialism and ecology*. New York, Monthly Review Press, 2020, 687pp.
- (2020B) Engels's Dialectics of Nature in the Anthropocene. *Monthly Review*, New York, Nov. 2020 (Volume 72, Number 6).
- BIHR, Alain (1991), *Du 'Grand Soir' à 'L'Alternative': le Mouvement Ouvrier EUROPÉEN en Crise*, Paris: Les Éditions Ouvrières.
- BRAZ, Marcelo. *Para a Crítica da Crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*. Curitiba: Prismas, 2016.
- BRAVERMAN, Harry (1998), *Labor and Monopoly Capital*, New York: Monthly REVIEW Press.
- BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- (1983) *Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class and States*. Chicago: University of Chicago Press. Supplement to the American Journal of Sociology, w/ Theda Skocpol.

- (1985) *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism*. London: Verso.
- (1990) Marxism as science: historical challenges and theoretical growth. *American Sociological Review*, Vol. 55, n° 6, Dec., pp. 775-793.
- (2002) Sociological Marxism, pp. 459-86, in Jonathan Turner (ed.), *The Handbook of Sociological Theory*. Plenum Books, w/ Erik Wright.
- (2003) For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics and Society*. 31 (2): 193-261.
- (2007) Private Troubles and Public Issues, pp. 125-133 in Andrew Barlow (editor), *Collaborations for Social Justice*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- (2009A) *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition*. University of California Press.
- (2009B) *Por uma Sociologia Pública*. São Paulo: Alameda, 2009, w/ Ruy Braga.
- (2010) *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp.
- (2014) *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. 1ª ed. São Paulo: Alameda.
- (2017) Manufacturing Consent revisitado: uma nova aproximação. Revista *Outubro*, n.º 29, São Paulo, pp. 95-122. Trad. Ricardo Festi.
- DELLA Santa, Roberto e Varela, Raquel. O Maio de 1968 na Europa – Estado e Revolução. *Direito e Práxis*, [S.l.], v.9, n.2, p. 969-991, Mai. 2018a. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/33600>>.
- (2018B) Marx na Europa do Século XX, revista *Em Pauta*, Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social da UERJ, v.16, n.41, 2018. <https://doi.org/10.12957/rep.2018.36686>, pp. 93-106.
- (2019) The Labour Immigration and Capitalist Restructuring in an Internationalist Perspective— Mainstream Official Policy of ‘Open-Borders’ and Radical Left Case for No-Borders: The IDC, International Dockworkers Council, *Critique*, n. 47, pp. 457-471.
- (2021) “Pandæmonium Educacional? – para um manifesto docente contra a “distância social”.” Revista *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 48, doi.org/10.12957/rep.2021.60306.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. Cortez. São Paulo, 1991.
- (1999) *A banalização da injustiça social*. FGV Editora. Rio de Janeiro.
- (2004) Subjectivity, work and action. *Production*, 14(3), 27-34.
- (2005) *O factor humano*. FGV Editora. Rio de Janeiro.
- (2010A) Suicídio e trabalho: o que fazer? *Paralelo 15*, w/ Florence Bègue.
- (2010B) The Centrality of Work. CRIT, 11.2, 167-180, [doi:10.1558/crit.v11i2.167](https://doi.org/10.1558/crit.v11i2.167), w/ Jean-Philippe Deranty.
- (2011A) Psicopatologia do trabalho, psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, VII(1), 13-16.

- (2011B) “Trabalhar” não é “derrogar.” *Laboreal*, VII(1), 76–80.
- (2011C) *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, w/ Selma Lancmann.
- (2013) A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanalise*, 33(2).
- (2017) *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Porto Alegre-Sao Paulo: Dublinense.
- CORREIA, Mickäel. A face oculta do milagre português. In: *Le Monde Diplomatique*, Ed. 146, Lisboa, Set. 2019.
- DENZIN, N. *Sociological Methods: A Sourcebook*. New York: McGraw Hill, 1978.
- DENZIN, Norman e Lincoln, Yonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto. Alegre: Artmed, 2006.
- DYER-WHITEFORD, Nick (2015), *Cyber-Proletariat: Global Labour in the Digital VORTEX*, London: Pluto Press.
- ENGELS, Frederick (1990), ‘Introduction to Karl Marx Wage Labour and Capital’, MECW, vol. 27, pp. 179–91.
- (1934/1986) *Dialectics of Nature*. Progress Publishers, Moscow, 10^o Edition.
- EUROPEAN Commision. Horizon Europe (Program Guide). Version 1.1 19 July 2021. 58pp.
In: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/guidance/programme-guide_horizon_en.pdf.
- FINN, Daniel. Luso-Anomalies, In: NLR 106, July-Aug. 2017, newleftreview.org/issues/ii106/articles/daniel-finn-luso-anomalies.
- FISCHER, Eran, and Fuchs, Christian (2015), *Reconsidering value and Labour in the DIGITAL Age*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- GALASTRI, Leandro. Jangada de Pedra contra a Maré? ou a experiência do governo de esquerda em Portugal (2015-2019), doi.org/10.36311/0102-5864.2019.v56n1.09.p107, v. 56 n.1, revista *Novos Rumos*, São Paulo, 2019.
- GANEM, Valérie. Relato de experiência de terreno em Psicodinâmica do Trabalho (PDT). *Laboreal*, v. 7 n.º 1, 2011, p.68-75.
- GORZ, André (2010), *Immaterial: knowledge, value, capital*, London:Seagull.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione Critica. Torino, Einaudi, 1975.
- HABERMAS, Jürgen (1992), *The Theory of Communicative Action*, vol. 2: *The Critique OF Functionalist Reason*, London: Polity Press.
- HAIDER, A. and Mohandesi, S. Workers’ Inquiry. In: *Viewpoint Magazine*, Sep./2013.
- HARRIBEY, Jean-Marie. La centralité du travail vivant. In: *Les Possibles*, n° 14, 2017.
- HOFMEESTER, Karin. *Global Collaboratory on History of Labour Relations 1500-2000*, Amsterdam, 2013.

- HUWS, Ursula (2003), *The Making of a Cybertariat: Virtual Work in a Real World*, LONDON: Merlin Press.
- LAZZARATO, Maurizio (1992), 'Le Concept de Travail Immatériel: la Grande ENTREPRISE', *Futur Antérieur*, 10: 54–61.
- LESSA, Sergio. Centralidade do trabalho: qual centralidade? *Revista de Ciências Humanas*, v. 15 n. 22, doi.org/10.5007/%25x, 1997.
- (2012) *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, Georg (1971), *History and Class Consciousness: Studies in Marxist DIALECTICS*, London: Merlin Press.
- (1980), *The Ontology of Social Being: Labour*, London: Merlin Press.
- MAAR, Wolfgang Leo. A dialética da centralidade do trabalho. *Cienc. Cult.* 2006, vol. 58, n. 4, pp. 26-28, 2006.
- MANDEL, Ernest. *Tratado de Economia Marxista*. México: Ed. Era, 1962.
- MARX, Karl (1975), 'Comments on James Mill, Elements d'economie politique', MECW, vol. 3, pp. 211-28.
- (1975), *Economic Philosophic Manuscripts 1844*, MECW v3, p.229-346.
- (1977), 'Wage Labour and Capital', MECW, vol. 9, pp. 197–228.
- (1985), Value, Price and Profit, MECW, vol. 20, pp. 101–49.
- (1986), The Civil War in France: Address of the General Council of the International WORKING Men's Association, MECW, vol. 22, pp. 307–59.
- (1987), 'Outlines of the Critique of Political Economy [Grundrisse]. First INSTALMENT', MECW, vol. 29, pp. 5–550.
- (1989), Critique of the Gotha Programme, MECW, vol. 24, pp. 75–99.
- (1994), 'Chapter VI (unpublished)', MECW, vol. 34, pp. 339–471.
- (1996) (1997) (1998), Capital, volume I, II and III, MECW, vol. 35., 36 and 37.
- MARX, Karl, and Engels, Fredrick (1975), German Ideology, MECW, v. 5,19-539.
- MÉSZÁROS, István (1970), *Marx's Theory of Alienation*, London: Merlin Press.
- (1995) *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*, London: Merlin Press.
- (2013) Presentation. In: Antunes, Ricardo. *Meanings of Work*. Brill: Boston, p. 9.
- MUSTO, Marcello (2012), 'Revisiting Marx's Concept of Alienation', in: MARCELLO Musto (ed.), *Marx for Today*, London: Routledge, pp. 92-116.
- OCVT (Observatório para as Condições de Vida e Trabalho/FCSH Nova UNL Lisboa). Des-
gaste, Condições de Vida e Trabalho em Portugal: uma perspetiva multidisciplinar. In:
Estudos do Século XX, n20, doi.org/10.14195/1647-8622_20_9, p.183-210, w/Raquel
Varela; Roberto della Santa; Henrique M. Oliveira; António Coimbra de Matos; Duarte
Rolo; Roberto Leher; João Areosa.

- OFFE, Claus (1985), 'Work: The Key Sociological Category?', in: Clauss Offe (ED.), *Disorganized Capitalism*, Cambridge: Polity Press.
- OVETZ, R. *Workers' Inquiry and Global Class Struggle*. Pluto, London, 2021.
- PATTON, M. Q. Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis. *Health Sciences Research*, 34, 1189-1208, 1999.
- POSTONE, Moishe (1996), *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of MARX'S Critical Theory*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ROLO, Duarte. *Novas perspectivas sobre sofrimento ético no trabalho: o caso da mentira como prescrição. Saúde dos Bancários* (pp. 83-104). São Paulo: Brasil Publisher, 2011.
- (2015A) Esplendor e miséria de uma categoria: a centralidade do trabalho nas ciências sociais. *Teoria e Cultura*, 10(2).
- (2015B) *Mentir au Travail*. Paris: Presses Universitaires de France/PUF.
- FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. *Revista Fronteiras*, 16(2): 124-131 maio/agosto 2014, doi: 10.4013/fem.2014.162.06.
- S. Santos, Boaventura. Portugal, alvo estratégico extrema-direita, *Público*, Ago. 2019.
- SUPIOT, Alain. The transformation of work and the future of the employment relationship. On the Supiot's Report. Society for the Advancement of Socio-Economics, London School of Economics, 8 juillet, 2000.
- (2015A) *Critique du droit du travail*, Paris, PUF, coll. "Quadrige", 336 p.
- (2015B) *Homo juridicus, essai sur la fonction anthropologique du droit*, Paris, Le Seuil, coll. Points, 333 pp.
- (2015C) La gouvernance par les nombres : cours au Collège de France, 2012-2014, Paris, Fayard, coll. Poids et mesures du monde, 520 pp.
- (2016) *Au-delà de l'emploi*, Flammarion, xlvii-317 pp.
- (2019) *Le travail n'est pas une marchandise*. Ed. Collège de France/Leçons du Clôture, n.17. Paris, ISBN : 978-2-7226-0513-8, 72pp.
- (2020) Les tâches de l'OIT à l'heure de son centenaire, *Revue internationale du Travail*, vol. 159 n° 1, p. 131-152.
- (2021) La "Constitution sociale" de la Ve République, *Revue Politique et Parlementaire*, n° 1098, janvier-mars 2021, pp. 215-233.
- THIOLLENT, Michael. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. Polis, São Paulo, 1987.
- (2005) *Metodologia da pesquisa-ação* (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). São Paulo/campinas: Cortez/Autores Associados. 14.ed. revisada e aumentada.
- THOMPSON, Edward P. *The Making of the English Working Class*. Penguin, NY, 1963.

- THORNE, J. & Wheeler, S. Workers' Inquiry and Social Composition. In: *Notes from Below*, Jan./2018.
- VAN der Linden, Marcel. *Prolegomena Towards a Global Labour History*, IISH, 1999, w/ Jan Lucassen.
- VARELA, Raquel (org.) *A Segurança Social é Sustentável: trabalho, Estado e segurança social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2013, w/ Renato Guedes.
- VARELA, Raquel (coord.). "Don't fuck my job!" – *As Lutas dos Estivadores: uma perspetiva global*. Húmus, Porto, 2019, p. 328.
- (2014) *Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono – história e demografia*. Lisboa: Edições Colibri, w/ Marcelo Badaró Mattos.
- (2017) *Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World, 1950-2010*. Amsterdam University Press, 10.5117/9789462981157, w/ Marcel Van der Linden.
- VINCENT, Jean-Marie (1993), 'Les Automatismes Sociaux et le "General INTELLECT"', *Paradigmes du Travail, Futur Antérieur*, 16 (2): 121-30.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Abrir as Ciências Sociais: Relatório da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.
- WOODCOCK, J. Workers' Inquiry from Trotskyism to Operaismo. In: *Ephemera*, vol.14(3), 2014, pp. 493-513.
- (2021) *Workers Inquiry and the Experience of Work: Using Ethnographic Accounts of the Gig Economy*, Jamie Woodcock in: J. Aroles, F-X. de Vaujany, and K. Dale (eds) *Experiencing The New World of Work*, Cambridge: Cambridge University Press.



“A organização do trabalho é um problema político”

Entrevista com Christophe Dejours*

O pensamento de Christophe Dejours tem vindo a assumir um papel de cada vez maior relevo nos trabalhos do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho, designadamente em estudos recentes dedicados ao problema do desgaste no trabalho e, inevitavelmente, à questão mais vasta do sofrimento no trabalho. Sobre este tema, a psicodinâmica do trabalho aparece como uma alternativa teórica preciosa às abordagens dominantes no campo da psicologia, baseadas na sua maioria em conceções puramente psicométricas ou psicologizantes do sofrimento no trabalho. Contrariamente a estas abordagens, a psicodinâmica do trabalho considera que o sofrimento psíquico está intimamente ligado à questão da organização do trabalho. Este tema encontra-se no centro do singular diálogo entre Raquel Varela¹ e Christophe Dejours² que aqui publicamos. Nesta conversa, Dejours descreve a evolução das formas de organização do trabalho, aproveitando para caracterizar aquilo que apelida de viragem gestonária, principal causa, segundo o autor, do aumento dos problemas de saúde mental no trabalho. Aborda também a relação controversa do movimento operário com estas questões.

* Transcrito por Virginie Hervé. Traduzido e editado por Duarte Rolo

- 1 Raquel Varela é historiadora na Universidade Nova de Lisboa, coordenadora do Grupo de Estudos de História do Trabalho e dos Conflitos Sociais no Instituto de História Contemporânea e do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho do Instituto Superior Técnico e da Universidade Nova de Lisboa
- 2 Christophe Dejours é médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista. Foi professor no Conservatoire National des Arts et Métiers, responsável pela cadeira de Psicanálise, Saúde e Trabalho e diretor do Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação. É hoje professor emérito na Universidade Paris-Nanterre e diretor científico do Instituto de Psicodinâmica do Trabalho, em Paris. É o fundador da psicodinâmica do trabalho, uma disciplina que se dedica ao estudo das relações psicodinâmicas entre organização do trabalho e subjetividade.



DR, RV e RS³: Por que há sofrimento no trabalho?

Christophe Dejours: Existem múltiplas causas, múltiplas etiologias – falando em termos mais técnicos – do sofrimento no trabalho. O sofrimento no trabalho está sempre presente. Em quase todas as situações de trabalho, porque se trata de uma espécie de invariável do “trabalho vivo”. É um invariável do trabalho vivo porque o trabalho nunca se apresenta como o pensaram os responsáveis pela organização do trabalho. Outrora, eram os engenheiros que organizavam o trabalho, um pouco por toda a parte no mundo do trabalho. Hoje em dia perderam um pouco esse poder, o poder de decisão, o poder de organização, mas disso falaremos mais daqui a pouco. De um modo mais geral, todo o trabalho é organizado por pessoas que pensaram o processo de trabalho, a divisão das tarefas entre os diferentes indivíduos e finalmente a definição da tarefa, aquilo que em ergonomia chamamos a tarefa. Ou seja aquilo que devemos fazer, a meta, o objetivo a atingir e o caminho que convém utilizar para atingir esse objetivo, chamado modo operatório prescrito. Todo e qualquer trabalho supõe uma organização, com um certo número de prescrições. Mas a experiência do trabalho vivo mostra que se os trabalhadores seguirem exatamente as prescrições, ou seja se a sua obediência for perfeita, então na realidade o processo de trabalho avaria. Trata-se de uma situação muito conhecida, e aliás de uma forma de greve, já antiga, em que os indivíduos executam estritamente as ordens. Quando nos metemos a executar as ordens, avaria tudo, pois a prescrição repousa na possibilidade de prever, de predizer a forma de execução do trabalho. Na realidade, quem trabalha faz sempre a experiência da ocorrência de anomalias, de disfunções, de incidentes, de avarias, de “bugs”. Existem sempre coisas que não estavam previstas em todos os processos de trabalho, quer se trate de uma linha de montagem automóvel, de uma central nuclear, quer seja no trabalho de um serviço de reanimação junto de doentes, existem sempre incidentes imprevistos. Estes incidentes revelam-se a quem trabalha, a quem domina um saber, dispõe de uma técnica, de um saber-fazer, que adquiriu capacidades, portanto alguém competente, e revelam-se sob a forma de um fracasso e de um sofrimento. Todos estes elementos que ocorrem e não estavam previstos fazem sofrer quem trabalha. E em todo o trabalho, seja ele qual for, temos de lidar com esses incidentes que chamamos cientificamente o “real

3 Duarte Rolo, Raquel Varela e Roberto della Santa. A entrevista foi feita pelo coletivo de organizadores deste volume.

do trabalho”. O real do trabalho define-se da forma seguinte: o real é aquilo que se dá a conhecer àquele que trabalha pela sua resistência à mestria. Mas o real é inevitável, logo o sofrimento também é inevitável. Em qualquer trabalho há sofrimento e isso não é de hoje.

Só há sofrimento no trabalho no capitalismo?

Não, é independente do capitalismo, não é uma questão capitalista, é uma questão inerente ao trabalho. Em qualquer trabalho há sofrimento. Em contrapartida, o destino desse sofrimento não está determinado de antemão. Em certos casos, esse sofrimento pode ser transformado em prazer, noutros não pode. Logo, o trabalho nunca é neutro no que diz respeito ao sofrimento e à saúde mental. Ora consigo transformar esse sofrimento em prazer, e então o trabalho torna-se um mediador extraordinário de construção da saúde ou então, como é o caso em numerosas situações, evidentemente bastante mais numerosas hoje do que no passado, essa transformação do sofrimento em prazer torna-se impossível. O que permite transformar o sofrimento em prazer? A primeira condição é poder mobilizar a inteligência. À custa de aguentar o confronto com o real, ocorrem-me ideias que são oriundas dessa *endurance* face ao fracasso: falho, recomeço, volto a falhar, recomeço... Esta capacidade de aguentar o fracasso é muito importante, é preciso aceitar que trabalhar é antes de tudo fracassar. É importante perceber que a capacidade de superar o real resulta de achados da inteligência que são rebentos do fracasso. É portanto quando sou capaz de suportar o sofrimento do fracasso, de aguentar, começar, recomeçar, voltar sempre ao trabalho, que um dia me ocorrem as ideias sobre a maneira de resolver um problema e finalmente de superar o real. E aqui vem uma primeira transformação do sofrimento em prazer, ou seja este trabalho torna-se numa ocasião de resolver o sofrimento. Esse sofrimento não é unicamente um ponto de chegada terminal da relação com o trabalho, tal como pensam numerosos cientistas: haveria situações de trabalho nas quais poderíamos evitar o sofrimento, onde não haveria nenhum sofrimento, mas apenas prazer, e depois haveria situações infelizes nas quais o trabalho gera sofrimento. Do meu ponto de vista, esta conceção é perfeitamente falsa. O sofrimento está presente em qualquer trabalho e não é apenas o ponto final do trabalho, é também um ponto de partida. É precisamente porque sofro, porque o sofrimento constitui uma espécie de condensação do afeto do fracasso, de toda essa frustração que me empurra para o mundo, empurra-me para o trabalho para tentar

encontrar uma solução. Portanto o sofrimento é o ponto de partida da mobilização da inteligência, para finalmente conseguir superar o obstáculo que o real opõe à mestria.

Teria também de lhe explicar, mas seria demasiado longo, que a inteligência em questão é uma inteligência que está fundamentalmente enraizada no corpo, é o corpo que trabalha, é o corpo que experiência o sofrimento, é o corpo que procura a solução e intui a solução. Isto é verdade não apenas para o trabalho industrial, não apenas no trabalho artesanal, mas mesmo no trabalho mais intelectual, como o professor com a sua turma. É preciso sentir os alunos, sentimos com o corpo e é o corpo que intui a solução. Entrando nos detalhes, na realidade esse trabalho, que é um trabalho de produção, uma poiese, só é possível se, num segundo tempo, efetuar igualmente um trabalho sobre si, se eu efetuar um trabalho sobre mim próprio. Isto é, para superar a dificuldade devo iniciar uma transformação do corpo graças à qual adquiro uma nova capacidade. A procura de uma solução exige que me transforme a mim mesmo. Adquirir uma nova capacidade implica uma transformação entre eu e eu mesmo e mais precisamente poderia mostrar-vos que é uma transformação da relação com o seu próprio corpo, com a forma de habitar o corpo. Logo, como está a ver, é um processo bastante longo e que faz com que trabalhar não seja apenas produzir, é também transformar-se a si mesmo. E nesta relação complicada entre o real do trabalho e a transformação de si existe a possibilidade de me tornar mais capaz do que antes de ter trabalhado e mais inteligente do que antes de ter trabalhado. Graças ao meu trabalho adquiri capacidades e finalmente a minha inteligência aumenta, e também de uma certa forma o amor por mim próprio. E tudo isto se inscreve num processo mais vasto que chamamos a realização de si pelo trabalho. É um processo muito complicado, que é estudado evidentemente em profundidade pela psicanálise, através da noção apaixonante e complicada de sublimação. Portanto, isto é um primeiro registo de transformação do sofrimento.

O segundo aspeto da transformação do sofrimento em prazer é algo que não diz respeito somente à relação individual com a tarefa, mas tem a ver com a relação com os outros no coletivo de trabalho. Aqui entra efetivamente em causa o capitalismo, a dominação capitalista, mas é necessário ser mais específico. A dominação capitalista evoluiu. Houve uma transformação importante das relações de dominação, com alguns compromissos que foram obtidos, que levaram à formação de um movimento operário, à formação dos sindicatos,

com lutas, relações de força, e arrancámos algumas conquistas sociais, em particular um direito do trabalho. Hoje encontramos-nos numa fase muito particular do capitalismo, que alguns caracterizam como neoliberalismo. O neoliberalismo corresponde a uma transformação dos métodos de dominação. Outrora o trabalho e a sua organização eram principalmente da responsabilidade dos engenheiros ou das gentes de ofício. Por exemplo, na maioria das esferas de produção, em particular industrial, eram os engenheiros que dirigiam. Um hospital era dirigido por um médico. Outrora, e ainda é um pouco o caso, na justiça, a chefia era da responsabilidade dos magistrados, os magistrados é que dirigiam. O neoliberalismo representa uma viragem considerável, pois os engenheiros perdem o poder sobre a organização do trabalho e são substituídos por aquilo a que chamamos gestores. Os gestores são pessoas com uma formação cujo poder é baseado num distanciamento relativamente ao saber e ao conhecimento da experiência do trabalho vivo. O poder do gestor sustenta-se na ideia fundamental segundo a qual tudo neste mundo é mensurável. Mensurável quantitativamente. Logo, aquilo que não é mensurável é suspeito de ser ou falso, ou obscurantista, ou dissimulador da verdade. Neste ponto os cientistas têm uma responsabilidade muito importante, porque a maioria da comunidade científica pensa que tudo aquilo que é verdadeiro é mensurável, tudo aquilo que é verdadeiro pode ser apreendido por estatísticas. Fizeram vingar esta ideia, que é uma primeira etapa da dominação simbólica. Num segundo tempo introduziu-se um método que se chama avaliação quantitativa e individual do desempenho. Isto é um novo dispositivo, mas é um dispositivo de dominação na realidade porque aquilo que é medido não é o trabalho. Podemos demonstrar que o que é medido não é o trabalho. O que é medido é, no melhor dos casos, o resultado do trabalho. Aquilo que medimos, por exemplo, quando se trata de um juiz, é o número de processos ou de casos tratados. É interessante saber quantos julgamentos conseguiu fazer um magistrado e quantas sentenças pronunciou, mas o número de processos não é proporcional ao trabalho que foi feito. Porque alguns processos são enormes e vão levar-lhe vários dias, enquanto outros processos mais simples vão levar apenas alguns minutos ou algumas dezenas de minutos, porque são mais fáceis, entende-se o processo rapidamente e resolve-se de forma simples. Dito de outra forma, o número de processos não é proporcional ao trabalho efetivo realizado pelo magistrado. É a mesma coisa para os polícias. Posso demonstrá-lo em todas as tarefas, a redução ao quantitativo não é somente falsa, é evidentemente

geradora de uma terrível injustiça. Então chegámos por este processo a exaltar a quantidade e isso produz inevitavelmente em resposta uma degradação da qualidade.

Se trabalho de mais trabalho sempre mal? O excesso de horas de trabalho tem sempre impacto na qualidade do trabalho?

É inevitável, há sempre uma contradição entre a quantidade e a qualidade. Se trato mais doentes, mais rápido forçosamente, trato-os menos bem. Dito de outra forma, quanto mais rápido trabalho, mais degrado o meu trabalho. O que não quer dizer que devamos excluir do trabalho o interesse pela quantidade, o interesse pelo fluxo, o interesse pelo ritmo de trabalho e as cadências. Temos todos, evidentemente, uma preocupação de trabalhar mais depressa, mas é preciso contrabalançar isso com referências precisas em termos de qualidade. Mas é aqui que reside o grande problema, pois posso mostrar-vos que fora do trabalho ainda pensamos nos doentes. Fora do tempo de trabalho no laboratório ainda pensamos na nossa investigação. E até à noite enquanto dorme, ou nas noites em que não consegue adormecer, porque está preocupada com o seu trabalho. Isso faz parte do trabalho. E nalguns casos vai até sonhar com o trabalho. Portanto sabemos onde começa o trabalho, mas não sabemos onde acaba. Não há separação entre o trabalho de produção e o não trabalho, não é verdade. O trabalho penetra a vida subjetiva e habita-a para além do que julgamos. Em terceiro lugar, a subjetividade não pertence ao mundo visível, logo não pode ser medida. Não podemos medir aquilo que pertence ao mundo subjetivo: a dor, o sofrimento, o prazer, o amor não se medem. Portanto aquilo que pensam os gestores não é verdade. Não é verdade o que pensam os cientistas, que o verdadeiro é mensurável. É perfeitamente falso.

Hoje somos todos empurrados a acelerar, acelerar, acelerar, por causa desta preocupação única do gestor: metas quantitativas, desempenho quantitativo. E portanto somos todos levados a degradar o nosso trabalho. As novas formas de organização do trabalho, as novas formas de dominação do mundo do trabalho destroem as condições de possibilidade da sublimação e da realização de si pelo trabalho. E isto está absolutamente generalizado ao conjunto do mundo do trabalho, sem exceção. Hoje, até as profissões mais qualificadas estão a desqualificar-se. O juiz já não tem orgulho de ser juiz, o médico tem vergonha daquilo que faz e há cada vez mais suicídios de médicos nos hospitais. Em França é uma verdadeira tragédia.

Portanto, o primeiro ponto sobre o qual acabo de insistir é que os novos métodos de organização do trabalho introduzidos pela viragem gestonária característica do neoliberalismo são um obstáculo que se opõe sistematicamente à dinâmica da sublimação. Segundo ponto: somos levados pouco a pouco, uns e outros, cada vez mais frequentemente e em esferas cada vez mais alargadas, a contribuir para atos que condenamos moralmente. Chamamos a isto sofrimento ético, quer dizer o sofrimento de ser levado a fazer coisas que o nosso sentido moral desaprova. Todos fazemos coisas que desaprovamos. Por exemplo, em França, todas as universidades estão fechadas, só podemos falar com os alunos através daquilo a que chamam videoconferências. Trata-se de uma deterioração escandalosa do ensino. É extremamente penoso para os professores, pois percebem perfeitamente que se perde o contacto com os alunos. Em França existe uma deterioração absolutamente trágica da relação entre professores e alunos, porque o volume de trabalho que se abate hoje sobre os professores é de trabalho administrativo, é de trabalho de gestão. Fabricar dados para os introduzir no computador, para poder fornecer os dados cujos gestores precisam todo o tempo para dirigir e dominar os docentes. São os administrativos que dominam os docentes. São os administrativos que dirigem o trabalho dos médicos. É inacreditável! E os médicos, os enfermeiros, passam cada vez mais tempo da sua jornada de trabalho a introduzir dados, porque os gestores são incapazes de produzir eles próprios os dados sobre o trabalho efetivo dos enfermeiros, dos médicos, dos auxiliares, dos psicólogos, dos fisioterapeutas. Portanto obrigam o fisioterapeuta, o psicólogo, o enfermeiro, o médico a fabricar dados e a introduzi-los no computador. E se não introduzirem esses dados nem sequer conseguem prescrever um medicamento a um doente nos hospitais. É diabólico! E todas estas pessoas sofrem, evidentemente, pois não foi para isso que se tornaram enfermeiros, não foi para isso que se tornaram médicos. Este sofrimento ético toma hoje em dia proporções monstruosas e é particularmente perigoso. É perigoso porque se aceito participar em atos que o meu sentido moral desaprova, então existe o risco de, à custa de trair os outros, à custa de trair o doente, à custa de trair a deontologia médica, acabar por me trair a mim mesmo. E a traição de si pode muito rapidamente degenerar em ódio de si, em desprezo por si. É assim que aparecem os suicídios nos locais de trabalho. O sofrimento ético é o elemento chave de compreensão do aparecimento dos suicídios nos locais de trabalho.

O que mudou nos locais de trabalho? Atualmente, o que adocece os trabalhadores no trabalho?

A competição permanente que destrói os elos entre as pessoas. Antes tínhamos relações de entreajuda entre colegas. Entre médicos e enfermeiros havia relações de solicitude, de atenção, de respeito. Havia uma série de formas de saber viver, onde as pessoas se falavam, se entreajudavam e se formavam elos de solidariedade que estão completamente ligados à questão da cooperação. Hoje a avaliação individualizada do desempenho quebra os elos entre as pessoas e destrói sistematicamente a cooperação. É cada um por si. A confiança desaparece e instala-se a desconfiança. E quanto mais se sobe na hierarquia, mais as pessoas se tornam desconfiadas umas em relação às outras. Os quadros superiores, os próprios dirigentes e gestores, passam grande parte do seu tempo a vigiar os colegas para terem algum avanço sobre as armadilhas e os golpes baixos que os outros estão a urdir. Todos os golpes são permitidos para acabar com um rival e ficar com os prêmios para si próprio. Logo, todas estas pessoas se detestam, é o ódio que se instala no mundo do trabalho.

E aqui só vos estou a falar de um dos métodos introduzidos pela viragem gestonária, mas há na realidade cinco métodos que foram introduzidos pelos gestores: o primeiro é a avaliação individualizada do desempenho; o segundo é a qualidade total; o terceiro, a standardização dos modos operatórios; o quarto, a comunicação empresarial, que é um meio extremamente poderoso.

Por que refere a questão da comunicação empresarial? Que significa isso?

Hoje em dia existem direções de comunicação em todas as empresas e agora até em todas as instituições, até nas instituições públicas: cada universidade, cada hospital, tem a sua direção de comunicação. Esta comunicação é um meio extremamente poderoso de dominação. A comunicação de empresa destina-se essencialmente a apresentar os resultados de produção de uma empresa ou de uma atividade de serviços, ou de um hospital, ou de um colégio, ou de uma universidade. Existe uma primeira vocação da comunicação de empresa que é apresentar de forma vantajosa a qualidade da produção, direcionada para os clientes. É para mostrar ao exterior, sempre para atrair o cliente, que nesta empresa não só existe qualidade total, como também as pessoas estão felizes, estão bem no seu trabalho. Portanto vamos fabricar toda uma série de fotografias, eventualmente pequenos filmes, agora muitas empresas usam pequenos

filmes, fazem pequenas sequências, que metem no *site* da empresa, nos quais se mostra que as pessoas estão felizes, com grandes sorrisos, estão contentes por trabalhar na empresa, quando na verdade às vezes é precisamente o contrário (existe sofrimento, assédio, avaliação individualizada, humilhações permanentes e repetidas, sobrecarga de trabalho e todas as patologias de sobrecarga). É essencialmente assim que pensamos a comunicação empresarial. Mas não é verdade. A comunicação da empresa não é apenas dirigida ao exterior. Na realidade é também dirigida para o interior da empresa e funciona como um conjunto de prescrições. E essas prescrições incidem sobre a linguagem que se deve utilizar. Esta comunicação utiliza formulações nas quais há muitas palavras em inglês, penso que é a mesma coisa em Portugal e em França. Trata-se do que chamamos a novilíngua da gestão. Deve-se falar com um conjunto de anglicismos (*performance*, etc.), todos esses termos substituem a linguagem que utilizávamos antes para falar do trabalho. Na realidade são um conjunto de prescrições que indica às pessoas como se deve falar se quiser ser bem visto na empresa. É preciso mostrar que somos capazes de utilizar a linguagem da empresa. E a linguagem de uma empresa não é a mesma linguagem da empresa do lado. É preciso que essas linguagens se distingam umas das outras. Logo, o serviço de comunicação tem por função fabricar uma linguagem própria a essa empresa na qual ela pretende evidentemente brilhar para o exterior, mas igualmente ter uma espécie de personalidade. Chama-se *branding*. Hoje o *branding* faz parte da novilíngua da gestão: deve empregar certos termos cuja utilização permite reconhecer que pertence a tal empresa. Tem a noção do que isto quer dizer? Quando nos apercebemos daquilo que é a linguagem e que estudamos Victor Klemperer sobre “A língua do Terceiro Reich”,⁴ vemos bem que quando se utiliza certas palavras, pensa-se de uma certa forma. Por exemplo, hoje já não se deve dizer colegas, já não se deve dizer trabalhadores, já não se deve dizer assalariados. Já não se diz trabalhadores no mundo do trabalho. Qual é a palavra usada? Em francês é colaborador, toda a gente é um colaborador. E portanto se disser colaborador vai ser bem visto, mas se disser trabalhador ou assalariado ou colega, vai aparecer como alguém que não se quer submeter, e isso é mal visto. Por conseguinte, a comunicação de empresa é um instrumento capital da dominação porque apanha-nos a linguagem e apanha-nos até no interior de nós próprios, nas nossas maneiras de pensar.

4 Victor Klemperer (1996). *LTI, la langue du IIIème Reich*, Albin Michel, Paris.

E depois há um último dispositivo que é a precarização, o facto de transformar todos os contratos que eram até agora contratos de longa duração em contratos precários. É o que se passa com os funcionários públicos hoje em França. Fizeram-no na France Télécom, de que ouviu certamente falar, e agora no ensino. Trata-se de uma mudança muito importante porque em França – mas penso que é igual noutros países da Europa – a república, a própria essência da república, funda-se na lealdade dos funcionários públicos. Toda a educação nacional, que é a base da República Francesa desde a terceira república, repousava sobre o estatuto de funcionário. O estatuto de funcionário é um estatuto no qual se ganha menos dinheiro do que no privado, mas que confere uma segurança que dá o direito de pensar livremente. É uma questão fundamental no mundo do ensino, sabe-se que os funcionários têm uma lealdade relativamente ao Estado, à população, à instituição da educação nacional, mas em contrapartida dessa lealdade têm segurança no emprego e essa segurança do emprego é a garantia da liberdade de pensamento. Que é fundamental no ensino, a liberdade de pensar e de fazer pensar.

E a qualidade total o que é? Por que é um fator de adoecimento no trabalho?

Bem, a qualidade total também é um contrassenso teórico, é um contrassenso relativamente aos conhecimentos que possuímos nas ciências do trabalho, pois em qualquer trabalho somos confrontados com o fracasso. É preciso falhar primeiro, logo a qualidade nunca pode ser total. Há sempre incidentes, imprevistos, há sempre acidentes, há sempre avarias, até nas centrais nucleares, até com as novas tecnologias, e a qualidade total nunca existe. Ora, a introdução da qualidade total e das normas de qualidade tornou-se uma coisa internacional. Toda a Europa está submetida a critérios de qualidade total, pretende-se assegurar que os produtos que são colocados no mercado têm uma qualidade total. A qualidade total é obrigatória inclusive nos serviços de medicina. Existem serviços de medicina que estão certificados com qualidade total. Mas é completamente idiota! A qualidade total não existe, a qualidade total é um ideal. Mas se obrigarmos os trabalhadores a dizer que cumprem a qualidade total, bom, então de facto estamos a obrigá-los a mentir, e é o que toda a gente faz. Toda a gente mente sobre a qualidade total, que se tornou a condição *sine qua non* de certificação para introdução no mercado.

Hoje existem imensos laboratórios de investigação que são obrigados a obter a certificação de qualidade total, o que é completamente imbecil, completamente contraditório. Não há qualidade total na investigação. Investigar é antes de mais errar. Logo, para obter essa certificação é preciso mentir. Toda a gente mente. Fabrica um relatório de atividades sobre o seu laboratório pejado de mentiras. Posso assegurar-lhe que esta mentira é muito mal suportada psicologicamente por aqueles que são obrigados a mentir. Dizer constantemente que sou o melhor laboratório do mundo quando isso não é verdade é custoso. Eu faço investigação, faço o que posso, mas não sou o melhor laboratório. Mas não, é preciso mentir, mostrar que somos os melhores, para assim podermos manter os subsídios e os financiamentos. Pois se não for o melhor, retiram-me o financiamento. Se lhe mostrasse o que se passa nos laboratórios de pesquisa científica, veria que as pessoas inventam coisas que permitem desdobrar um artigo numa dezena de textos que permitem ter dez publicações em vez de uma. O trabalho foi feito por um precário, quer dizer por um jovem investigador, um doutorando, que nem sequer é pago pelo trabalho que fez, foi ele que fez o trabalho e no final é o chefe que assina em primeiro o artigo. Isto tem consequências psicológicas dramáticas, não apenas para o jovem investigador, que fez o trabalho e que finalmente vê o seu trabalho roubado pelo seu superior hierárquico. É assim que chegamos aos resultados extraordinários de alguns investigadores que têm centenas de publicações todos os anos, o que é materialmente impossível. A qualidade total acaba por prejudicar. Os resultados científicos que saem hoje dos laboratórios na realidade degradaram-se em termos de qualidade. E isto faz sofrer terrivelmente.

Como se resolve este problema? Legislando melhor, como sugerem a maioria dos sindicatos hoje?

Claro, seria bom podermos criar leis para proteger os trabalhadores. Mas a experiência histórica que tenho pessoalmente é que as mudanças que tem havido foram em detrimento das leis de proteção dos trabalhadores. O que foi ganho no século XX perdeu-se a pouco e pouco, em todo o caso em França, mas também noutros países que conheço. Vejo que retiram progressivamente todas as conquistas que foram feitas no curso da segunda metade do século XX, em particular toda a construção do direito do trabalho e da proteção dos trabalhadores. Porque o direito do trabalho é essencialmente um direito apoiado na

proteção. Proteção dos trabalhadores primeiro contra os acidentes do trabalho, e depois contra as doenças profissionais. A questão da saúde é a questão central do direito do trabalho. Em razão do desequilíbrio de poder entre o patrão e os operários, por causa de toda uma série de movimentos sociais organizados desde o fim do século XIX e durante todo o século XX, conseguimos introduzir as leis constitutivas do direito do trabalho. Hoje esse direito do trabalho é sistematicamente atacado. Em França de uma forma perfeitamente caricatural, porque Emmanuel Macron quando era ministro já tinha começado a introduzir leis que desfaziam, que desconstruíam o direito do trabalho. E assim que foi nomeado Presidente da República foi o seu primeiro canteiro, em setembro (aquilo que chamamos as leis de setembro) quebrou todos os direitos adquiridos. Os principais direitos adquiridos pelo direito do trabalho que foram estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1950, eram sustentados pelo Conselho Nacional da Resistência, ou seja por pessoas que tinham lutado contra a ocupação nazi em França. Os resistentes conseguiram depois da guerra fazer aprovar toda uma série de leis favoráveis à proteção da saúde. Aprovaram os comités de empresa, os comités de higiene e segurança, criaram a medicina do trabalho, instalaram a segurança social. Não sei se consegue ter a noção do que isto é, são avanços colossais, que estão ligados ao programa do Conselho Nacional da Resistência. Ora todos estes direitos foram destruídos por Emmanuel Macron. Portanto, no período histórico atual estamos a perder terreno. Estamos a perder os direitos conquistados pelos nossos pais e avós, que lutaram no período dos grandes movimentos sociais, dos movimentos sindicais, das greves, para obter essas leis. Hoje já não há movimento social em França. Os novos métodos de organização do trabalho arruinaram as possibilidades de ação coletiva. A avaliação individualizada do desempenho não colocou unicamente as pessoas em concorrência umas com as outras nos locais de trabalho. Estes métodos destruíram as solidariedades constitutivas dos sindicatos e os próprios sindicatos derreteram. Dantes, a França era o país mais sindicalizado da Europa. Hoje nem 6% dos trabalhadores estão sindicalizados. Portanto o movimento social acabou, foi completamente quebrado por estes métodos introduzidos pelos gestores. Hoje em dia a possibilidade de recuperar pela lei novas proteções para os trabalhadores é extremamente difícil. Penso que a razão principal é que o movimento sindical – que desempenhou um papel extremamente importante na conquista das leis para a proteção contra

os acidentes de trabalho, contra as doenças profissionais, em suma sobre todas as questões que dizem respeito à saúde do corpo – nunca quis, incluindo em França, onde no entanto existe um debate importante sobre a saúde mental no trabalho, levar verdadeiramente a sério a questão das relações entre trabalho e saúde mental. Nunca consegui que os sindicatos em França tomassem verdadeiramente a cargo a questão da saúde mental. Houve uma recusa sistemática. É uma história bastante comprida que foi estudada de uma forma espantosa por Bruno Trentin, uma figura sindical histórica italiana. Trentin escreveu “A Cidade do Trabalho”,⁵ um livro no qual estuda precisamente esta questão na história do movimento operário desde Marx até à viragem do século XXI. Trentin mostra que o movimento operário nunca quis assumir a questão da organização do trabalho, considerando que a organização do trabalho não era um problema político. Para a clínica do trabalho, pelo contrário, a organização do trabalho é um problema político. Qualquer organização do trabalho é na realidade ao mesmo tempo uma repartição das tarefas, ou seja uma divisão técnica do trabalho, e uma certa concepção da dominação. Taylor não inventou nada do ponto de vista da engenharia, o que ele inventou foi um método de dominação, que é a divisão das pessoas, a confiscação do saber-fazer operário. Posso mostrar-lhe que o sistema Taylor é uma concepção da dominação. E é uma certa prática da dominação. À qual sucede o sistema fordista. Ford tem uma outra concepção da dominação, é o “*five-dollar day*”, toda uma organização que parte da fábrica e organiza toda a cidade em volta da fábrica: pagamos melhor aos operários, mas em contrapartida exigimos o controlo de todo o seu modo de vida, que vai até ao facto de cada operário comprar uma viatura Ford. É portanto um controlo da população que representa um salto considerável em matéria de organização do trabalho e, por conseguinte, de método de dominação. É um salto qualitativo considerável em relação a Taylor. E depois de Ford temos o terceiro sistema, que é o sistema japonês, o toyotismo, inventado por Taiichi Ono. O toyotismo é ainda uma outra tecnologia, uma outra concepção da dominação, que representa um progresso em relação ao fordismo. E por fim a quarta etapa é a viragem gestonária com aquilo que chamamos “governança pelos números”, uma expressão forjada por Alain Supiot (professor de Direito do Trabalho no Collège de France). O movimento operário pensa desde o princípio que a organização do trabalho é um problema de engenheiros, é um

5 Bruno Trentin (2012). *La cité du travail: le fordisme et la gauche*, Fayard.

problema de acadêmicos, que não é um problema político, é um problema técnico para eles. E o primeiro a concretizar isto verdadeiramente foi o próprio Lenine. A Nova Política Económica, a NEP, adotada por Lenine é um verdadeiro movimento de paixão por Taylor e por Ford. E se ler os textos de Lenine sobre Ford e o fordismo, é deveras impressionante: ele pensa que o fordismo é um modelo magnífico, que deveria ser expandido e servir de base ao sistema social soviético. Há textos inteiros de Lenine sobre isso que estão compilados num livro chamado "Lenine, os camponeses, Taylor", de Robert Linhart.⁶

Em todo o caso, jamais o movimento operário teve confiança nos operários para serem capazes de, a partir da experiência do trabalho, produzir um pensamento político. As organizações sindicais constituídas pelo movimento operário tinham por missão não fazer política. A função do sindicato é estabelecer uma relação de forças com o patronato, contra o patronato. A questão política não pertence ao sindicato, pertence ao Partido Comunista e mais precisamente ao comité central do Partido Comunista. São eles quem faz política, não os operários ou os sindicatos. E aqui temos um desacordo fundamental entre esta história do movimento operário e em todo o caso o que eu faço em psicodinâmica do trabalho. Pois penso precisamente que devemos partir da experiência dos trabalhadores. Todas as pessoas têm uma experiência do trabalho e mediante certas condições podemos elaborar essa experiência. Essas condições são precisas: trata-se da constituição de espaços de discussão ou espaços de deliberação sobre a maneira de trabalhar. Se criarmos espaços de deliberação em que as pessoas começam a discutir, a entrar em controvérsias sobre a forma de pensar o trabalho, então assiste-se progressivamente ao que chamamos atividade deôntica. E a partir daqui forma-se uma construção da organização do trabalho a partir de baixo, a partir da experiência das pessoas, a partir da maneira que têm de pensar. Trata-se de confiar nos trabalhadores e apostar nas suas capacidades quando entram numa discussão coletiva. Assim que as pessoas se metem a falar, a discutir, e que as chefias se metem a ouvir o que as pessoas dizem, é inacreditável o número de ideias e de pensamentos originais que aparecem para transformar a organização do trabalho, e portanto mudar os métodos de organização, mas também os métodos de dominação e reconquistar terreno. Portanto se houvesse um progresso possível deveríamos de novo permeabilizar essa via do *bottom up* em vez justamente do *top down*.

6 Robert Linhart (1976). *Lénine, les paysans, Taylor*, Éd. du Seuil.

O *bottom up* é partir do terreno e da inteligência de todas as pessoas que trabalham para produzir regras de trabalho que depois serão institucionalizadas sob a forma da organização do trabalho. A primeira etapa são estas regras empíricas que partem da experiência do trabalho das pessoas e que são inventadas por eles e para eles, para trabalhar melhor, porque trabalhar melhor é a vontade de todos os trabalhadores. Querem trabalhar bem porque está em jogo a sublimação.

Poderíamos pensar que se nos livrássemos dos dirigentes que temos hoje e os substituíssemos por dirigentes de esquerda ou dirigentes socialistas iríamos resolver o problema, mas nada disso. Não resolveremos o problema da organização do trabalho. Já substituímos a direita pela esquerda e no final de contas não mudou nada na organização do trabalho (a viragem gestonária foi levada a cabo também pelos socialistas, inclusive quando os comunistas estavam no governo, no período de Mitterrand em França). A transformação da organização do trabalho só se pode fazer a partir do trabalho, dos próprios trabalhadores, da experiência do trabalho. Se não pensarmos a organização do trabalho, deixamos a iniciativa sobre a organização do trabalho aos dirigentes e eles reproduzem sempre sistemas que são *top down*, sistemas hierárquicos.

Na realidade, foi a partir da introdução dos novos métodos de organização do trabalho que se transformaram os métodos de dominação de toda a sociedade. Chama-se a esta relação entre o trabalho e a sociedade no seu todo a centralidade do trabalho. É no mundo do trabalho que os dirigentes experimentam as novas formas de dominação. Experimentam-nas primeiro no trabalho e depois generalizam-nas ao conjunto da sociedade. Quando se consegue introduzir no mundo do trabalho a avaliação individualizada do desempenho quebram-se as solidariedades no interior da empresa. Mas quebrar as solidariedades no interior da empresa é também quebrá-las no exterior. A individualização que foi construída na empresa conduz a uma individualização na sociedade. Toda a gente está sozinha nesta sociedade. Estamos sozinhos e a solidão é uma solidão tão grave que perdemos o senso comum. Já não sabemos uns e outros o que está bem ou o que está mal. O que é justo e o que é injusto. Este senso comum relaciona-se sempre com um sentido partilhado de justiça. Ora o sentido comum da justiça é o solo sobre o qual nos apoiamos, que constitui o mundo comum, aberto à pluralidade dos homens (retomo isto de Platão). O que é aliás retomado por Hannah Arendt, “o mundo aberto à pluralidade

dos homens". O mundo aberto à pluralidade dos homens quer dizer que as pessoas podem ser diferentes umas das outras, mas têm um solo comum que é a partilha do sentido de justiça. Se retirarem esse solo, chegamos a uma forma particular de solidão que em francês chamamos "desolação". Vem de Hannah Arendt, que distingue a "solidão", distingue um segundo termo que é "isolamento" e um terceiro que é "*loneliness*". A solidão pode ser boa. Preciso em certos momentos de estar sozinho, sozinho comigo próprio, para pensar sobre mim próprio. O isolamento já é mais complicado porque já é algo que vem do facto de ser empurrado pelos outros, que já não procuram estabelecer relações comigo. E depois o terceiro termo, *loneliness* é a desolação, de-solação (o solo que se retira), que é uma forma da solidão que caracteriza o totalitarismo segundo Hannah Arendt. Hoje estamos nesse estado de desolação. O mundo do trabalho produz a desolação, produz a *loneliness*. Já lá estamos, não é para amanhã, está feito. Foi porque experimentaram estes métodos de dominação, o neoliberalismo, no mundo do trabalho, que conseguiram dominar toda a sociedade. E isso o próprio movimento operário nunca compreendeu. Não percebeu que a organização do trabalho é um problema político. E esse problema político não se reduz ao problema de tomar o poder ou tomar o aparelho de Estado. Posso conquistar o aparelho de Estado; se não trabalharmos sobre a organização do trabalho, não a podemos transformar. Devemos tomá-la como um campo de preocupação específico, diferente da questão da conquista do Estado. A conquista do Estado não me garante minimamente que vamos ser capazes de alterar a dominação no interior da empresa e dessa forma a dominação na sociedade.

Mas se retomarmos as coisas como lhe disse a partir da deliberação, então o trabalho pode, pelo contrário, tornar-se o local por excelência onde aprender a democracia. Partilho o ponto de vista de um filósofo americano, John Dewey, um grande pensador do pragmatismo em política. Um colega filósofo, Emanuel Renault, mostrou que Dewey advogava a centralidade do trabalho. Para John Dewey, o trabalho é um local capital de aprendizagem daquilo que ele chama os "hábitos democráticos". Eu pessoalmente chamaria a isso as aptidões, as competências democráticas. A democracia aprende-se. Não cai do céu, e o local por eleição onde aprendemos a democracia é no trabalho. Mas se não aprendemos a democracia no local de trabalho, aprendemos o que há de pior, a exploração do outro, os golpes baixos, o cada um por si. Também



podemos aprender o que há de pior. Portanto, o trabalho pode gerar o melhor ou o pior em termos de saúde. E pode gerar o melhor ou o pior em termos de política. Penso que não há neutralidade política do trabalho.

Há algo que queira acrescentar?

Agradeço a amabilidade, não tenho nada a acrescentar, já falei demais!

Tradução de Duarte Rolo







Parte II







Trabalho e saúde mental: a perspectiva da psicodinâmica do trabalho

DUARTE ROLO

Neste capítulo, que pode ser lido como uma breve introdução a alguns dos principais conceitos em psicodinâmica do trabalho, proponho num primeiro tempo traçar um rápido itinerário histórico-teórico da disciplina, a fim de apresentar o contexto social e científico em que nasceu e se desenvolveu. Esta contextualização procura tornar visíveis os problemas e preocupações que presidiram à gestação de um corpo teórico que se foi construindo progressivamente com o objetivo de entender a relação subjetiva com o trabalho. Na segunda parte deste texto procurarei expor e definir alguns dos conceitos basilares da psicodinâmica do trabalho. Tais conceitos fazem parte do arsenal teórico que nos permite analisar e entender diversos fenómenos relacionados com o trabalho, entre os quais o sofrimento psíquico, que se tornou uma preocupação científica central nos estudos do Observatório para as Condições de Vida e de Trabalho.

1. Elementos de história da disciplina

1.1. A psicologia aplicada ao trabalho e a psicotécnica

Sem qualquer pretensão historiográfica, tentarei delinear sucintamente a forma como a psicodinâmica surgiu e se implantou enquanto disciplina científica. Parece-me importante começar por referir que as primeiras tentativas para introduzir a psicologia nos locais de trabalho em França foram essencialmente motivadas por uma vontade de aperfeiçoar o processo de trabalho, no sentido de uma maior eficácia e produtividade (Billiard, 2001; Clot, 1999). Os métodos da psicologia científica de então, como a experimentação em laboratório e a utilização de testes e questionários, foram usados para avaliar e selecionar as competências e características dos trabalhadores. Assim, os instrumentos da psicotécnica foram utilizados essencialmente para a seleção profissional. Posteriormente, chegou a dizer-se que o lema desta primeira etapa da psicologia do trabalho era adaptar o homem ao trabalho, ou seja, selecionar e adaptar



as características dos trabalhadores àquilo que era exigido pela organização e planificação do trabalho. Esta corrente continuou a desenvolver-se para mais tarde vir a dar, de forma mais ou menos direta em função dos casos e contextos locais, a psicologia das organizações e dos recursos humanos que nos é hoje relativamente familiar.

1.2. A saúde dos trabalhadores: ergonomia e psicopatologia do trabalho

Num segundo tempo, sob a influência de duas disciplinas nascidas no pós-guerra em França (a ergonomia e a psicopatologia do trabalho), a psicologia do trabalho acabou por interessar-se por uma questão até então considerada secundária: a saúde dos trabalhadores. Na verdade, a escola francesa de ergonomia (Wisner, 1995) demonstrou que os trabalhadores constroem compromissos constantes entre a produtividade e a salvaguarda da sua integridade física e psicológica. Ou seja, a proteção da saúde é sempre uma parte integrante do comportamento de todo e qualquer trabalhador. As estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores para conciliar produtividade e saúde foram reveladas através da observação e análise minuciosa do trabalho, assim como pelo comentário dos próprios operadores sobre a sua atividade. A ergonomia acabou deste modo por renunciar aos métodos utilizados pela psicotécnica, privilegiando a observação e análise direta do trabalho, única forma de ter acesso ao trabalho efetivo dos operadores.

Paralelamente aos avanços da ergonomia, médicos e psiquiatras começam a interessar-se pelos efeitos patogénicos do trabalho, seguindo neste campo o modelo de correspondência das doenças profissionais já estabelecido por outras especialidades médicas. Pondo a questão de forma mais simples, tentam averiguar o efeito das condições de trabalho sobre a saúde mental. Em suma, tentam perceber se o trabalho “produz” doenças mentais específicas. E assim nascerá a psicopatologia do trabalho, um ramo da psiquiatria que estuda especificamente as interações entre as situações de trabalho e a saúde mental (Billiard, 2001).

Tanto a ergonomia como a psicopatologia do trabalho partilham uma preocupação pela saúde dos trabalhadores, vindo assim abrir uma nova via, ou um novo ponto de interesse, para a psicologia do trabalho da altura, essencialmente focalizada em questões de seleção e qualificação profissional. Ao invés de procurarem adaptar o homem ao trabalho, os investigadores que posteriormente seguirão esta via adoptam por lema o adágio contrário à psicotécnica:

adaptar o trabalho ao homem. Procuram assim refletir sobre quais são as condições que permitem aos trabalhadores construir a sua própria saúde e desenvolver as suas competências.

1.3. Da psicopatologia do trabalho à psicodinâmica do trabalho

A psicodinâmica do trabalho propriamente dita surge na década de 80 e nasce do encontro entre a psicanálise e a ergonomia. Nessa altura, Christophe Dejours e os seus colaboradores propõem uma reformulação das questões herdadas da psicopatologia do trabalho (Dejours, 1988, 2008). Dito de forma resumida, os estudos levados a cabo nesse período demonstraram que, contrariamente às hipóteses da psicopatologia do trabalho, os trabalhadores não sofriam passivamente os constrangimentos da organização do trabalho taylorista e que o confronto entre sujeito e organização do trabalho não conduzia invariavelmente à doença. Antes pelo contrário, os trabalhadores estavam em condições de agir sobre a organização do trabalho e, dessa forma, se protegerem dos seus efeitos nocivos. Para além disso, contrariamente ao que supunha a psicopatologia do trabalho, não foi possível identificar uma síndrome específica associada a uma qualquer situação de trabalho: a descompensação psicológica, quando ocorre, depende mais da estrutura de personalidade do sujeito do que da natureza da organização do trabalho. No entanto, se nos baseássemos nos estudos precursores da psicopatologia do trabalho, tudo indicava que o destino do confronto entre o sujeito que trabalha e a organização do trabalho taylorista seria forçosamente o adoecimento. Mas como podemos então explicar que, numa grande maioria dos casos, os trabalhadores consigam manter a sua saúde? Esta é a questão levantada pela psicodinâmica do trabalho. Desde logo, não são apenas as causas da doença que importa elucidar, mas sobretudo aquilo que permite a numerosos trabalhadores permanecer na esfera da normalidade. A normalidade torna-se enigmática na medida em que o que devemos explicar não são apenas os processos que conduzem à doença, mas sim aqueles que permitem evitá-la. A preocupação central da psicodinâmica passa a ser perceber de que forma é que os sujeitos agem sobre a organização do trabalho para protegerem a sua saúde. Desde logo, a investigação não se focaliza unicamente na dimensão do sofrimento no trabalho mas igualmente sobre as vivências de prazer. A principal consequência deste período será uma “reviravolta” na problemática científica da disciplina que constituirá um momento fundador para a psicodinâmica do trabalho (Dejours et al., 2011). As questões herdadas da tradição

da psicopatologia do trabalho, cuja preocupação essencial era compreender de que forma o trabalho conduzia à doença, são reformuladas, e a preocupação central torna-se outra: perceber e explicar a normalidade, tendo em conta os constrangimentos patogénicos impostos pela organização do trabalho aos trabalhadores. Esta mudança de perspetiva está intimamente ligada à descoberta fundamental das estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho (cf. infra).

2. Descobertas e desenvolvimentos conceptuais

Tendo apresentado um breve itinerário da disciplina, de forma a situar o contexto intelectual do seu aparecimento e desenvolvimento, cabe-me agora introduzir os desenvolvimentos teóricos propostos pela psicodinâmica do trabalho.

2.1. Trabalho vivo e inteligência prática

A teoria do trabalho da psicodinâmica foi desenvolvida a partir da descoberta seminal da ergonomia francesa, que demonstrou que a ação dos trabalhadores tem sempre uma componente que não pode ser planificada de antemão. Os estudos da ergonomia da atividade mostraram que existe sempre uma discrepância entre aquilo que apelidamos de trabalho prescrito, ou seja, os objetivos e as tarefas atribuídas aos operadores, e a atividade real, isto é, aquilo que os trabalhadores acabam realmente por fazer. Esta divergência era tradicionalmente (sobretudo na perspetiva da engenharia e da tradição taylorista) atribuída à irresponsabilidade e à incompetência dos trabalhadores, ou às insuficiências da organização do trabalho. Julga-se, habitualmente, que se o trabalho estiver bem definido e organizado e se os trabalhadores executarem escrupulosamente as instruções, o processo produtivo poderá decorrer sem incidentes. Contudo, por muito bem concebida, muito bem parametrizada ou definida que esteja, não há organização que consiga antecipar todos os imprevistos. Existem e existirão sempre acasos que não podem ser antecipados pela organização do trabalho. Em psicodinâmica do trabalho, damos a este conjunto de imponderáveis a designação de “real do trabalho”. O real do trabalho designa tudo aquilo que escapa ao domínio e à mestria do saber técnico e científico. Pese embora todo o conhecimento acumulado de que dispomos, não há solução antecipada para as dificuldades do real, pois ignoramos os problemas por ele revelados. Por ser imprevisível, o real obriga cada um de nós, enquanto trabalhador, a improvisar face às vicissitudes do quotidiano. E é precisamente

por isso que trabalhar é fundamentalmente inventar, tanto para o investigador, como para o operário numa linha de montagem. Para lidar com as disfunções recorrentes, os operadores contornam, infringem e subvertem instruções concebidas pelos dirigentes. Estas transgressões necessárias, ou “artimanhas” como são denominadas em psicodinâmica do trabalho, revelam-se primordiais. A sua existência deve-se essencialmente aos defeitos, falhas e insuficiências das previsões e prescrições da organização do trabalho. Com efeito, os trabalhadores não transgridem as normas pelo prazer de desobedecer, por provocação, irresponsabilidade ou por falta de competência. Antes pelo contrário. Fazem-no para poderem lidar com as contradições da organização do trabalho e para responderem às necessidades reais do trabalho. Fazem-no, em suma, para poderem trabalhar da melhor forma possível (ao demonstrar isto, a ergonomia e a psicodinâmica do trabalho refutaram os principais pressupostos do taylorismo, que advogava uma estrita separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre conceção e execução).

A arte de contornar as prescrições depende no entanto de um processo psicológico relativamente complexo (Dejours, 2013). O trabalho de produção implica uma subversão das indicações técnicas, uma interpretação das ordens e uma adaptação dos modos operatórios. Esta capacidade provém da mobilização de uma forma específica de inteligência, que a psicodinâmica do trabalho caracterizou como sendo uma “inteligência prática”. A inteligência prática, forma de inteligência criativa e astuciosa, é solicitada predominantemente quando do nosso encontro com o real. Porém, o desenvolvimento de novas aptidões técnicas, necessário para vencer as dificuldades do real, implica uma transformação que não opera apenas no mundo objetivo. Na realidade, a transformação do mundo material exige primeiro uma transformação subjetiva. Ou seja, o aparecimento de novas competências, de novas capacidades práticas, só é possível mediante um processo subjacente de transformação interior que Dejours denomina subversão poiética. A subversão poiética exige do trabalhador que este seja habitado e até quase assombrado pelo seu trabalho, pelos problemas que procura resolver. Esta colonização da vida subjetiva pelo trabalho é uma etapa necessária à reorganização interna do sujeito, reorganização esta que está ligada à génese de novas capacidades, mas também ao aparecimento do prazer no trabalho. Eis porque o trabalho, na aceção que toma este termo em psicodinâmica do trabalho, é sempre vivo e subjetivo. Deveríamos igualmente acrescentar que a essência do trabalho é inevitavelmente invisível,

pois desenrola-se no mundo subjetivo. De facto, as preocupações, as angústias, os sonhos de trabalho ou até as insónias são invisíveis e consequentemente impercetíveis para um observador externo.

2.2. Sofrimento no trabalho e estratégias de defesa

Embora o encontro com o real represente um momento privilegiado para a expressão da criatividade de cada um de nós, a verdade é que a experiência do real demonstra ser, num primeiro tempo, uma experiência desagradável. Isto porque o real se revela sempre pela negativa, ou seja, o real é aquilo que não funciona, aquilo que gostaríamos de fazer, mas que no entanto não conseguimos fazer à primeira. O real impõe a qualquer indivíduo, por muito inteligente que seja, um fracasso. Ao enfrentar tais contrariedades, o indivíduo sente-se invadido por sensações de frustração ou de desânimo. Como tal, o real materializa-se sempre através da vivência passiva do sofrimento. Razão pela qual somos levados a afirmar, fundamentando-nos nas investigações em clínica do trabalho, que não existe trabalho sem sofrimento. Deste modo, o sofrimento não é apenas uma consequência contingente do trabalho. Pelo contrário, é aquilo que conduz o trabalhador a procurar uma solução que lhe permitirá ultrapassar o próprio sofrimento que o persegue. É para lutar contra o sofrimento gerado pelo confronto com o real que o trabalhador se mobiliza, insiste e aguenta os fracassos até encontrar uma solução. Logo, tal como afirmamos que o sofrimento constitui a experiência *princeps* do trabalho, também podemos afirmar que o mesmo sofrimento representa o motor da criatividade e da inteligência.

Pese embora o seu potencial criativo, na grande maioria dos contextos de trabalho o sofrimento representa um risco considerável para a saúde. Para se protegerem desse risco, os trabalhadores desenvolvem estratégias defensivas contra o sofrimento. Tal como não há trabalho sem sofrimento, também não há trabalho sem estratégias de defesa. A utilização dessas estratégias de defesa é necessária para a salvaguarda e para a manutenção do equilíbrio psíquico, na medida em que estas tornam suportáveis as situações causadoras de sofrimento. Podemos definir estas estratégias como mecanismos através dos quais os trabalhadores buscam modificar, transformar e minimizar a percepção da realidade que os faz sofrer. Todas elas têm um impacto sobre a percepção da realidade e sobre a cognição dos sujeitos e, nesse sentido, revelam-se muitas vezes problemáticas, pois impedem uma tomada de consciência dos fatores

objetivos causadores de sofrimento. No entanto, são estas estratégias de defesa que permitem à grande maioria dos trabalhadores manterem-se “normais”, ou seja, evitarem a descompensação psicopatológica.

2.3. A cooperação

Até agora abordámos o trabalho essencialmente de um ponto de vista individual. No entanto, o trabalho não é uma atividade solipsista. Não só porque se enquadra em organizações e sistemas sociais que regem as relações individuais, mas também porque todos nós trabalhamos com outros ou para outros, sejam eles colegas, chefes, clientes ou pacientes. Consequentemente, a nossa situação de trabalho, aquilo que podemos ou não podemos fazer, depende também em parte destes outros, que estão altamente implicados nos destinos do sofrimento e do prazer no trabalho de cada um de nós.

Da mesma forma que existe uma discrepância entre trabalho prescrito e trabalho real no nível individual, existe também um hiato entre a coordenação, que é a prescrição coletiva (a planificação das relações e interações entre trabalhadores), e a cooperação, que é aquilo que os indivíduos fazem realmente para poderem trabalhar em conjunto. A cooperação não pode ser prescrita e depende de um processo de construção coletivo extremamente subtil. Em primeiro lugar, para que a cooperação possa formar-se, é necessário que o trabalho possa ser objeto de discussões coletivas. Ou seja, implica que exista um lugar e tempo para a troca de opiniões sobre a atividade. Dito de outra forma, requer a existência de um espaço de discussão no qual os trabalhadores possam deliberar entre si, com as chefias, etc.¹ A deliberação coletiva sobre o trabalho é fundamental por várias razões. Em primeiro lugar, porque trabalhar em conjunto é extremamente complexo: para que o trabalho coletivo resulte, é necessário coordenar as técnicas e métodos de trabalho de cada um e de todos. Quando cada um decide trabalhar à sua maneira, elaborar os seus próprios truques e artimanhas, construir os seus próprios modos operatórios sem consultar os outros, a confusão e a desordem instalam-se sem demora. Para afinar e coordenar as iniciativas individuais, é necessário encontrar acordos normativos ou, melhor ainda, regras de trabalho que permitam regular as formas de trabalhar em conjunto. Estes acordos normativos estabelecem formas de fazer, práticas

1 Em psicodinâmica do trabalho distinguimos atualmente três formas de cooperação: a cooperação horizontal (com os pares), a cooperação vertical (com as chefias) e a cooperação transversa (com os utentes, clientes ou beneficiários do trabalho).

aceitáveis e inaceitáveis e regem uma parte da atividade de trabalho. Quando o seu estatuto se torna mais estável e perene, as regras de trabalho podem converter-se em regras do ofício. Estas regras podem ser formais e dar origem a regulamentos e códigos deontológicos. Mas na grande maioria dos casos são informais e implícitas, são dinâmicas, pois evoluem em função das vicissitudes do trabalho. O processo de negociação e de construção destas regras implica que existam relações de cooperação entre os trabalhadores. Esta atividade de formação de regras, ou atividade deontológica, constitui o fundamento de uma gramática ou até mesmo de uma economia moral do trabalho.

Porém, para deliberar, é preciso mostrar à equipa ou grupo de trabalho os nossos métodos, estar pronto a ouvir as maneiras de fazer dos outros e decidir em conjunto a solução mais apropriada no plano coletivo. Mas revelar aos outros o nosso trabalho implica também mostrar-lhes as nossas fraquezas e incapacidades, as nossas maneiras de contornar e infringir as prescrições. Como poderão facilmente perceber, isto só se torna possível quando existem relações de confiança entre os membros de um coletivo de trabalho. Dito de forma sintética, sem confiança e sem deliberação sobre o real não há cooperação possível. Quando existe um ambiente de trabalho onde vigora a confiança, torna-se possível por um lado partilhar certas dificuldades e pedir ajuda, e por outro lado beneficiar do reconhecimento e da estima outorgados pelo coletivo de trabalho.

Para além do mais, o trabalho coletivo exige por vezes uma restrição da inteligência individual: para que a cooperação funcione, alguns membros do coletivo devem renunciar a empregar todo o seu talento ou exprimir todo o seu saber (por exemplo, os médicos mais experientes devem deixar os internos forjar o seu próprio saber por via de ensaio e erro, mesmo que isso tenha por consequência temporária alguns erros ou uma menor qualidade do trabalho; devem, portanto restringir-se de fazer aquilo que todavia sabem e poderiam fazer). A cooperação exige assim uma autolimitação individual que, quando não compensada pelo prazer de um trabalho coletivo de qualidade, por relações de solidariedade e por uma sã convivência, se pode revelar custosa e até mesmo parecer inútil. O equilíbrio entre o prazer egoísta obtido através da inteligência prática e a cooperação é extremamente difícil de construir, pois a renúncia à satisfação direta exige uma compensação que só se produz nos casos em que a cooperação funciona de facto.

Todo este processo, que em psicodinâmica do trabalho designamos pelo termo de cooperação, desempenha um papel fundamental na gênese da convivência e da cordialidade entre os seres humanos e na sustentação de vínculos sociais benéficos do ponto de vista da saúde mental. A cooperação é um modo essencial de socialização e um meio eficaz para combater a solidão que assola o mundo do trabalho contemporâneo. É, por fim, a principal forma de prevenção do sofrimento no trabalho. Um coletivo solidário e relações de entreatajuda são bem mais eficazes para combater o sofrimento no trabalho do que um batalhão de médicos ou de psicólogos. Um dos principais desafios para todos aqueles que se preocupam com o futuro do trabalho é precisamente tentar favorecer a cooperação face aos métodos de individualização do trabalho.

2.4. Psicodinâmica do reconhecimento

Os espaços de discussão, a atividade deôntica e a cooperação estão para além disso associados às condições de possibilidade da psicodinâmica do reconhecimento. A par da mobilização da inteligência prática, o reconhecimento do trabalho representa um dos elementos necessários para converter o sofrimento em prazer. É, também, um dos conceitos que nos permitem entender a motivação ou o empenho dos trabalhadores, mesmo em situações aparentemente penosas.

O senso comum afirma que os trabalhadores se empenham no seu trabalho simplesmente porque dependem do salário e do emprego para assegurar as suas condições de subsistência. O que é certamente verdade. No entanto, isto não chega para explicar por que razão os trabalhadores se esforçam para solucionar os problemas levantados pelo real do trabalho, ou para preencher o fosso entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivo. De acordo com a psicodinâmica do trabalho, se os indivíduos se empenham no trabalho, é essencialmente porque esperam uma recompensa pelos seus esforços. Com efeito, a mobilização subjetiva baseia-se num equilíbrio entre contribuição e retribuição. O sofrimento necessariamente associado ao exercício do trabalho constitui a contribuição dos trabalhadores para o bom funcionamento da organização do trabalho. Aquele que se dá ao trabalho de corrigir as insuficiências da prescrição contribui para a eficiência da empresa, da administração ou do serviço. Em troca dessa contribuição, ele espera legitimamente uma recompensa. A forma mais comum de retribuição é o salário. Mas a retribuição material, embora fundamental, não representa a única forma de retribuição esperada

pelos trabalhadores. Do ponto de vista da saúde mental, a retribuição simbólica é igualmente importante. A retribuição simbólica remete para o reconhecimento, nos dois sentidos da palavra:

- em primeiro lugar, o reconhecimento como reconhecimento da realidade (ou seja, o oposto da negação da realidade e das dificuldades associadas ao trabalho). Trata-se aqui de reconhecer a contribuição das inteligências singulares e, logo, o mérito dos trabalhadores; reconhecer também o sofrimento associado a esta contribuição; reconhecer, por fim, as imperfeições da organização prescrita do trabalho. Esta dimensão do reconhecimento depara-se geralmente com uma certa resistência por parte das chefias, porque implica admitir que os métodos de gestão não são perfeitos, admitir que a organização do trabalho prescrita é insuficiente e, finalmente, admitir que o bom funcionamento das organizações depende em grande parte da mobilização dos trabalhadores.

- em segundo lugar, reconhecimento como gratidão pela contribuição dos trabalhadores para a qualidade do trabalho.

Todavia, o reconhecimento tal como o entendemos em psicodinâmica do trabalho não se reduz a um elogio fácil ou a uma apreciação complacente. Para realmente poder cumprir o seu papel em termos de identidade, o reconhecimento envolve um processo rigoroso de construção de julgamentos sobre o trabalho. Em psicodinâmica do trabalho, distinguimos dois tipos de julgamentos:

- o julgamento de utilidade, que incide sobre a utilidade social, económica e técnica das contribuições singulares e coletivas dos trabalhadores. Este julgamento provém das chefias, dos subordinados ou por vezes dos clientes ou beneficiários de um serviço. Pode dar azo a prémios, aumentos de salário ou promoções. Este julgamento confere um sentimento de utilidade, que é psicologicamente crucial. O sentimento de ser inútil ou de ser impedido de contribuir para o andamento da sociedade é psicologicamente nefasto, tal como demonstra a clínica da precariedade, do desemprego e do assédio moral (nomeadamente nos casos de trabalhadores “postos na prateleira”).

- e o julgamento de beleza, proferido principalmente de modo horizontal pelos colegas, membros da equipa ou da profissão. O julgamento da beleza é constituído por duas dimensões. O primeiro aspecto implica reconhecer que um indivíduo trabalha de forma adequada, conforme ditado pelas regras do ofício. É graças a este reconhecimento que o indivíduo se vê integrado num

coletivo ou numa comunidade. Beneficia assim de um sentimento de pertença e de afiliação. O segundo aspecto consiste em reconhecer as qualidades únicas do sujeito, ou seja, aquilo que o distingue dos demais: originalidade, engenhosidade, tudo aquilo por que alguém se distingue e singulariza (este julgamento recorre sempre à linguagem do belo: “um belo trabalho”, “um quadro elétrico bonito”, “uma atuação soberba”, etc.). O julgamento de beleza só tem valor quando proferido por quem conhece o trabalho, as suas regras e dificuldades, do interior, a saber: os pares. Em suma, o julgamento de beleza avalia a conformidade para com as regras do ofício, conferindo assim a pertença a uma comunidade profissional, por um lado; mas também se refere à originalidade da contribuição de cada um e, por conseguinte, consagra a singularidade da obra do indivíduo por comparação com os seus semelhantes, por outro.

A eficácia da psicodinâmica do reconhecimento repousa na capacidade coletiva de fazer convergir o julgamento da beleza e o julgamento da utilidade. Os julgamentos de reconhecimento têm uma peculiaridade: eles incidem exclusivamente sobre o trabalho realizado. Ou seja, os julgamentos de reconhecimento avaliam os atos e não a pessoa. Avaliam a atividade de um trabalhador e não a sua personalidade. Este ponto é crucial para evitar as derivas bem conhecidas do “amiguismo”, da cortesia ou da instrumentalização, que acabam por gangrenar a cooperação em numerosos locais de trabalho. Para a psicodinâmica do trabalho, o reconhecimento diz respeito ao trabalho realizado. É a forma como cada um lida com o real que é julgada, não os seus traços pessoais. A contribuição de cada indivíduo para a qualidade da obra comum está no centro do processo de atribuição do reconhecimento.

Conclusão

Esta breve apresentação da psicodinâmica do trabalho revela-se necessariamente incompleta. Não tanto porque ficam por apresentar ainda numerosos conceitos essenciais para compreender a gênese e o destino do sofrimento no trabalho, mas sobretudo porque não nos foi possível abordar os estudos clínicos realizados neste campo, estudos esses que permitem evidenciar o impacto nefasto das novas formas de organização do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores (cf. a entrevista de Christophe Dejours neste volume). Resta-nos no entanto esperar que os elementos aqui expostos sirvam para fomentar a curiosidade dos leitores e quiçá potenciar o debate com outros temas e abordagens igualmente apresentados neste livro.

Referências bibliográficas

- BILLIARD, I. (2001). *Santé mentale et travail: L'émergence de la psychopathologie du travail* (2011th ed.). La Dispute.
- CLOT, Y. (Ed.). (1999). *Les histoires de la psychologie du travail: Approche pluri- disciplinaire* (2002nd-2e éd. augmentée ed.). Octarès Editions.
- DEJOURS. (1988). *Plaisir et souffrance dans le travail: Séminaire interdisciplinaire de psychopathologie du travail*. Association Psy.T.a.
- DEJOURS, C. (2008). *Travail, usure mentale: Essai de psychopathologie du travail* (Vol. 1-1). Bayard.
- DEJOURS, C. (2013). A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanalise*, 33(2).
- DEJOURS, C., Lancman, S., & Sznelwar, L. I. (2011). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3a Edição, revista e ampliada). Fiocruz.
- WISNER, A. (1995). *Réflexions sur l'ergonomie* (Premiere edition). Octarès Editions.



Depressão *major* na população portuguesa no período que antecedeu a eclosão da pandemia por covid-19

MARIANA NETO

O presente estudo pretende contribuir para a caracterização da situação da saúde mental em Portugal no que diz respeito à prevalência de depressão *major* no período que antecedeu o surgimento da pandemia por covid-19.

Para o efeito foram utilizadas as estimativas de prevalência de depressão *major* para Portugal provenientes dos dados recolhidos pelo Inquérito Nacional de Saúde de 2014 e 2019 e pelo painel ECOS (Em Casa Observamos Saúde) e a sua comparação com os valores estimados para os 28 países da União Europeia (EU-28).

Verificou-se que Portugal apresentou como resultado do INS 2014, que faz parte do Inquérito Europeu de Saúde por Entrevista, uma das mais elevadas taxas de prevalência de depressão *major* da EU-28, bem como a maior diferença de género, aspetos semelhantes aos resultados obtidos pelo painel ECOS em 2018, mas não confirmados pelo INS 2019. Observou-se igualmente uma prevalência mais elevada nos grupos etários mais elevados, com o ensino básico ou nenhum, nos desempregados e reformados.

O panorama da saúde mental durante o período que antecedeu a eclosão da pandemia por covid-19 é preocupante e devido aos efeitos negativos das medidas de contenção da pandemia na saúde mental deverá esta situação ser acompanhada com muita proximidade de modo a poder disponibilizar em tempo útil os cuidados de saúde adequados.

Introdução

Um dos efeitos populacionais mais preocupantes da pandemia por covid-19 está relacionado com a saúde mental. Em Portugal, esta tem sido uma matéria amplamente referida nos meios de comunicação social e alvo da atenção



de vários investigadores (1, 2). No entanto, caracterizar uma situação desta natureza tem sempre que ser feito em comparação com a situação anterior ao evento ao qual se pretende atribuir a causa. Como era então a situação da saúde mental na população portuguesa no período que antecedeu o início da pandemia?

A saúde mental é definida pela Organização Mundial da Saúde como “o estado de bem-estar em que o indivíduo pode concretizar as suas capacidades, é capaz de lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e frutífera e é capaz de dar uma contribuição positiva para a sua comunidade” (3). Doença mental é a perda da saúde mental e pode ser decorrente de transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtorno bipolar e esquizofrenia, mas não demência, de acordo com a CID-10 (4).

As doenças mentais, se não forem detetadas ou tratadas, podem ter efeitos profundos e negativos na qualidade de vida dos doentes, afetando a sua saúde física, a sua vida laboral e social, assim como o bem-estar das suas famílias.

A mortalidade associada à saúde mental é baixa e está principalmente relacionada com suicídio e a doença de Alzheimer. O Programa Português de Saúde Mental para 2017 (5) considera que a mortalidade por causas relacionadas com a saúde mental é baixa em Portugal e está associada principalmente ao suicídio, o qual, por sua vez, está relacionado com doenças mentais graves, como depressão *major* e transtorno bipolar. De acordo com Han et al. (6), os transtornos depressivos *major* contam-se entre os fatores de risco mais importantes para a ideação suicida, suicídio na forma tentada e morte por suicídio.

As perturbações da saúde mental têm também forte impacto na economia e no mundo do trabalho. A OCDE e a Comissão Europeia (7) estimaram que, em 2015, os custos globais relacionados com a doença mental ultrapassaram 4% do PIB nos 28 países da UE (cerca de 600 mil milhões de euros), incluindo custos diretos e indiretos. Para Portugal, estimou-se para o mesmo ano que os custos totais devidos a problemas de saúde mental foram de 6580 M € (3,66% da quota do GPD, abaixo da quota do GPD da UE de 4,10%). A despesa direta com o sistema de saúde foi estimada em 2048 M € (1,12% do PIB) e 1652 M € em prestações sociais (0,92% do PIB). Os custos indiretos no mercado de trabalho foram estimados em 2880 M € (1,26% do PIB).

Existe em Portugal a noção de que a situação da saúde mental se reveste de alguma gravidade, tal como ficou demonstrado pelos resultados da versão portuguesa do World Mental Health Survey (8) realizado em 2009. Na análise

comparativa constatou-se que Portugal, em que a perturbação depressiva *major* apresentava uma prevalência de 6,8%, manifestava um padrão de distribuição muito diferente daquele encontrado noutros países do Sul da Europa (por exemplo, Espanha e Itália). Verificou-se ainda que apresentava valores mais elevados no sexo feminino, nas pessoas separadas, divorciadas e viúvas.

Ainda de acordo com o Programa de Saúde Mental de 2017, o consumo de antidepressivos duplicou entre 2013 e 2016 e apenas 35,3% dos doentes têm acesso à medicação durante o primeiro ano após o diagnóstico (9).

Assim, dada a importância da matéria em causa foi desenvolvido o presente estudo, o qual pretende contribuir para a caracterização da situação da saúde mental em Portugal no que diz respeito à prevalência de depressão *major* no período que antecedeu o surgimento da pandemia por covid-19, recorrendo às estimativas de prevalência de depressão *major* para Portugal e à sua comparação com os valores estimados para os 28 países da União Europeia (EU-28),¹ bem como a sua relação com os determinantes socioeconómicos.

Material e métodos

De modo a contribuir para a caracterização da saúde mental na população portuguesa no período que antecedeu o início da pandemia por covid-19 foi realizado o presente estudo transversal, desenvolvido em duas etapas. Numa primeira etapa procedeu-se à contextualização da situação da população portuguesa em relação à depressão *major* face à situação das populações dos países da UE-28 e, numa segunda etapa, caracterizou-se a distribuição da depressão *major* em Portugal em relação com os determinantes socioeconómicos através da comparação dos resultados disponibilizados por dois instrumentos de observação.

Para o efeito foram utilizados os dados disponibilizados pelo *data browser* do EUROSTAT recolhidos pela European Health Interview Survey (EHIS) referentes às estimativas da prevalência de sintomas de depressão avaliados por autorresposta à escala psicológica Patient Health Questionnaire 8 (PHQ-8) nos países da EU-28, os dados do Inquérito Nacional de Saúde 2014 e 2019 (neste último caso apenas os dados públicos disponíveis) e do painel ECOS que utilizaram o mesmo instrumento de medida.

1 Antes do Brexit.

Dado que o INS faz parte do EHIS, apenas foram usadas as variáveis ou a categorização de variáveis como os grupos etários, sobreponíveis às variáveis recolhidas pelo painel ECOS, de modo a possibilitar uma efetiva comparação de resultados.

O PHQ-8 é uma escala psicológica que avalia a existência de oito dos nove sintomas usados como critério para o diagnóstico de depressão *major* pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV* (DSM-IV), excluindo o item relacionado com pensamentos de morte ou de autoagressão (10-12) e está validado para a população portuguesa (13).

Este instrumento mede a gravidade (*severity*) dos seguintes sintomas nas duas semanas que antecedem a sua aplicação:

- Desinteresse em fazer as coisas habituais (anedonia);
- Ânimo deprimido;
- Distúrbios do sono;
- Fadiga;
- Alteração do apetite;
- Sentimento de inutilidade ou culpa;
- Dificuldade de concentração;
- Agitação ou lentidão psicomotora.

A frequência é medida em dias de ocorrência (0, nunca; 1, vários dias; 2, mais de metade dos dias; 3, quase todos os dias) e a pontuação total é obtida pela soma dos valores dos oito itens, variando entre 0 e 24 pontos.

Uma pontuação total de 0 a 4 pontos representa ausência de sintomas depressivos significativos, enquanto uma pontuação total de 5 a 9 pontos significa a existência de níveis ligeiros de sintomas depressivos; de 10 a 14 pontos, a existência de níveis moderados de sintomas depressivos; de 15 a 19 pontos, níveis fortes de sintomas depressivos e de 20 a 24 pontos, níveis muito fortes de sintomas depressivos (14).

A estimativa da prevalência de depressão foi calculada usando o instrumento como *screening test*. Para isso foi utilizado o ponto de corte recomendado pelo autor do instrumento (≥ 10 pontos) para classificação do indivíduo como tendo valores moderados a muito fortes de sintomas depressivos, representando a existência de depressão clínica significativa ou depressão *major* (12). Assim, para efeitos de análise, foram consideradas as cinco categorias

atrás mencionadas e a variável dicotomizada (ter níveis moderados a níveis muito fortes de sintomas/ter níveis ligeiros de sintomas ou não ter sintomas).

Este instrumento foi utilizado no Inquérito Nacional de Saúde (INS) em 2014 e em 2019, e ainda numa ronda de inquérito do painel ECOS de 2018. Foi usado também no Inquérito Europeu por Entrevista (European Health Interview Survey – EHIS) (15).

O INS faz parte do EHIS por força dos regulamentos (UE) nº 141/2013 e 2018/255 da

Comissão, de 19 de fevereiro de 2013 e de 19 de fevereiro de 2018, respetivamente, e é realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA).

A seleção da amostra do INS seguiu um esquema de amostragem estratificado por regiões e multi-etapas e é constituída por indivíduos maiores de 15 anos, não institucionalizados, residentes em Portugal. Os dados foram recolhidos entre setembro e dezembro de 2014 para o INS 2014 (16), e entre setembro 2019 e janeiro 2020, para o INS 2019 (17).

O ECOS é um instrumento de observação gerido pelo INSA. É um painel constituído por uma amostra de aproximadamente 1500 unidades de alojamento, com delineamento probabilístico e multi-etapas, representativo da população portuguesa com telefone fixo e móvel não institucionalizada, que foi selecionada de modo a ser representativa das populações das sete regiões (NUTS II de 1989) de Portugal. O painel atual foi constituído em 2018 e os dados usados neste estudo foram recolhidos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019.

Na análise dos dados do INS 2014 e do ECOS 2018 (18), as estatísticas descritivas, bem como as estimativas de prevalência, foram obtidas com ponderação do desenho das amostras. Foram calculadas as prevalências estimadas e os respetivos intervalos de confiança a 95%. Todas as análises estatísticas foram realizadas no programa informático SPSS 25 (19) usando o módulo de amostras complexas.

O painel ECOS está autorizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Resultados

Participaram no INS 2014 18 204 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de resposta de 80,8%, mas em 2019 a taxa de participação foi de 65,9%, correspondendo a 14 617 respostas válidas.

Participaram na segunda ronda de inquérito de 2018 do painel ECOS um total de 1131 indivíduos, correspondendo a uma taxa de participação de 73%.

Comparação da prevalência da depressão *major* (MDD) em Portugal e nos países da EU-28. Resultados do EHIS 2014.

De acordo com os resultados do EHIS, Portugal apresenta a terceira maior taxa de prevalência de depressão *major* (*major depressive disorder* – MDD) (9,2%) entre os países da UE-28, igual à Alemanha (9,2%) e apenas ultrapassado pelo Luxemburgo (9,7%) (figura 1). O valor de prevalência para a EU-28 é de 6,2%. Portugal ocupa também a terceira posição em relação ao valor da prevalência de sintomas depressivos (25,7%), acima do valor para a EU-28 (20,4%).

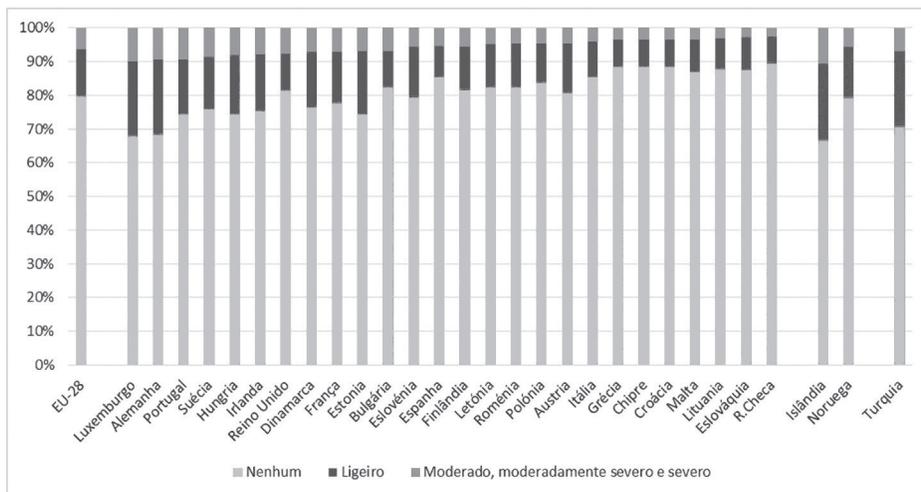


Figura 1: Prevalência de MDD nos países da EU-28. Fonte: EHIS 2014.

Analisando as diferenças na prevalência em ambos os sexos verifica-se que, em Portugal, o sexo feminino apresenta a maior taxa de prevalência de MDD (13,2%), apenas ultrapassada pela Islândia e bastante acima do valor

observado na EU-28 (7,7%). O valor observado para o sexo masculino é semelhante ao valor da EU-28, mas superior aos valores dos países do Sul: Espanha (3,8%), Itália (2,6%) e Grécia (2,6%).

Analisando a diferença entre os sexos (*gender gap*), verifica-se que é em Portugal que se observa a maior diferença (8,7 pontos percentuais), sendo a MDD aproximadamente três vezes mais frequente no sexo feminino do que no masculino (figura 2).

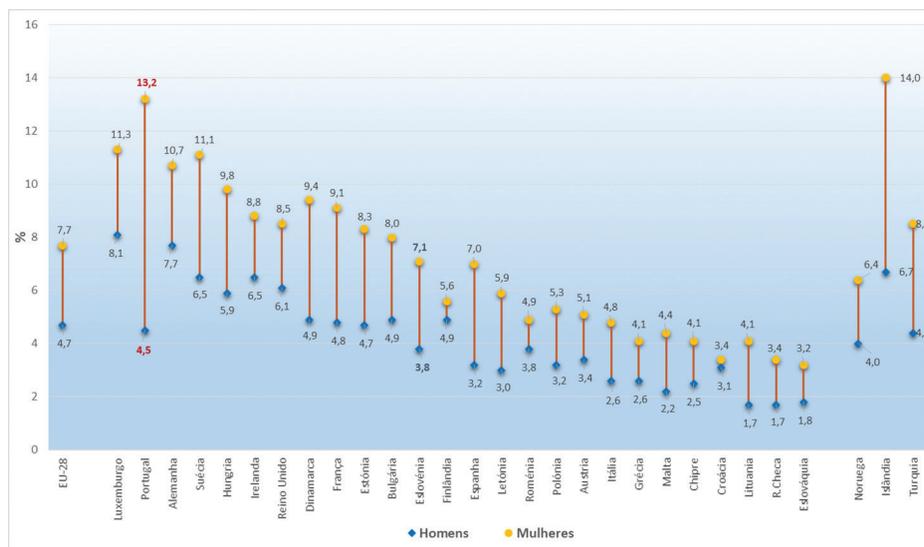


Figura 2: Diferenças na prevalência de MDD por sexo, nos países da EU-28. Fonte: EUROSTAT, EHIS 2014.

Na maior parte dos países da EU-28, o valor da prevalência de MDD aumenta à medida que aumenta a idade. Pelo contrário, a Islândia, a Finlândia e a Noruega apresentam taxas de MDD mais elevadas nos grupos etários mais jovens. Na comparação com os países do Sul da Europa e com a EU-28, Portugal apresenta o aumento mais acentuado, especialmente a partir dos 45 anos. Em Portugal, o valor da prevalência de MDD no grupo etário de 75 e mais anos é de 17,5%, mantendo-se acima dos 13% a partir dos 55 anos.

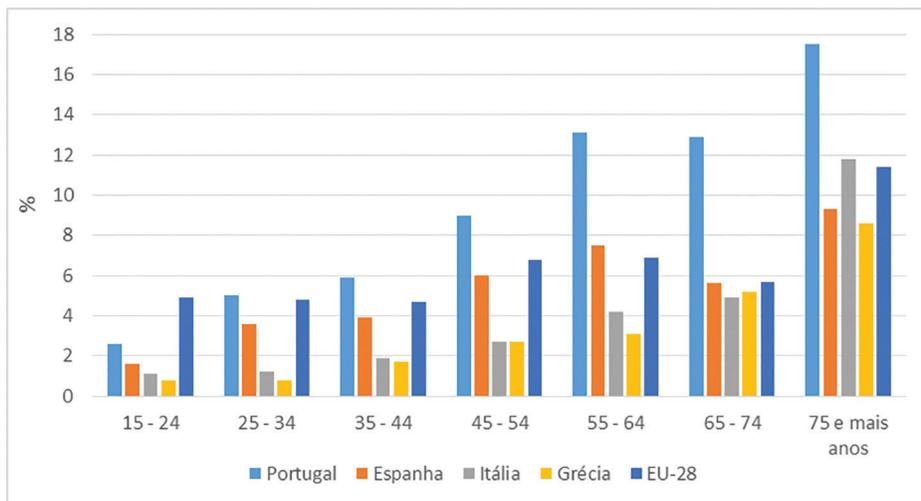


Figura 3: Prevalência de MDD por grupo etário em Portugal, Espanha, Itália, Grécia e EU-28.
Fonte: EUROSTAT, EHS 2014.

Os resultados do inquérito também indicam que na UE-28 as pessoas com mais habilitações literárias tendem a relatar valores mais baixos de MDD e vice-versa. Este padrão é comum a todos os países da EU-28, com exceção da Finlândia, em que não parece haver uma influência tão acentuada das habilitações literárias. No que respeita à prevalência de MDD na categoria “Ensino básico completo”, Portugal ocupa a 4ª posição com o valor mais elevado de MDD (11,5%), estando a EU-28 em 12º lugar, com 8,7%. Em relação à categoria “Ensino secundário completo” Portugal está abaixo do valor da EU-28 (5,8% e 5,9%, respetivamente), ocupando a 10ª posição no contexto dos 28 países. Na categoria “Ensino superior completo”, Portugal ocupa o 8º lugar, com 4,5%, 0,6 pontos percentuais acima do valor da EU-28.

Na comparação com os países do Sul da Europa e com a EU-28, Portugal apresenta valores mais elevados de MDD em todas as categorias de habilitação literária (figura 4).

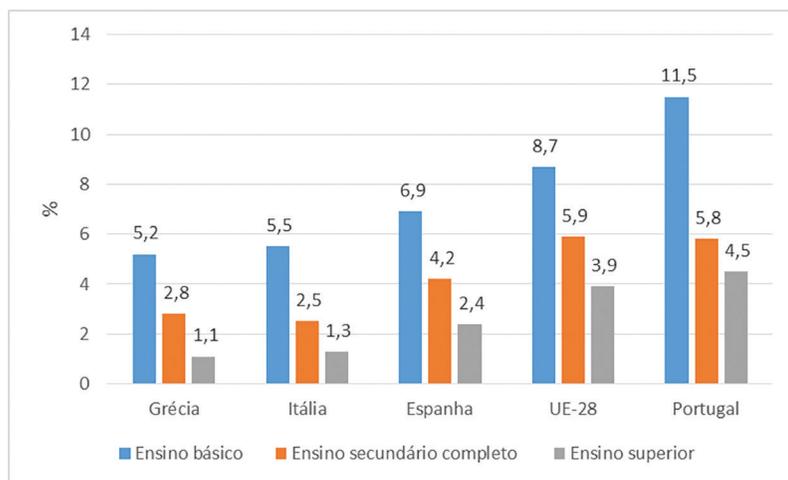


Figura 4: Prevalência de MDD por categorias de habilitação literária em Portugal, Espanha, Itália, Grécia e EU-28. Fonte: EUROSTAT, EHIS 2014.

Características da distribuição da depressão major (MDD) na população portuguesa (INS 2014, INS 2019 e ECOS 2018)

Em relação à prevalência de sintomas depressivos verifica-se que os resultados obtidos pelo INS 2014 e pelo painel ECOS em 2018 são muito semelhantes, embora a prevalência de MDD tenha sido ligeiramente mais baixa em 2018. A prevalência total de sintomas depressivos foi também muito semelhante (2014: 25,4%; 2018: 25,2%).

Já os resultados do INS 2019 levaram à estimativa de valores mais baixos, com uma prevalência global de sintomas depressivos de 23,1% e a prevalência de MDD de 7,3% (Quadro 1).

Quadro 1: Grau de intensidade (severity) dos sintomas de depressão e prevalência de depressão major (MDD)
Fonte: INE/INSA, INS 2014 e INS 2019; INSA, ECOS 2018

Instrumento/ano	Nenhum %	Ligeiro %	Moderado %	Forte ou muito forte %	MDD* %
INS 2014	74,2	16,6	5,9	3,3	9,2
ECOS 2018	74,4	17,0	4,9	3,7	8,6
INS 2019	72,9	15,8	4,4	2,9	7,3

*MDD - Major Depressive Disorder

A diferença entre os dois sexos manteve-se em 2018, mas diminuiu bastante em 2019, aproximando-se dos valores da EU-28 em 2014 (Figura 5).

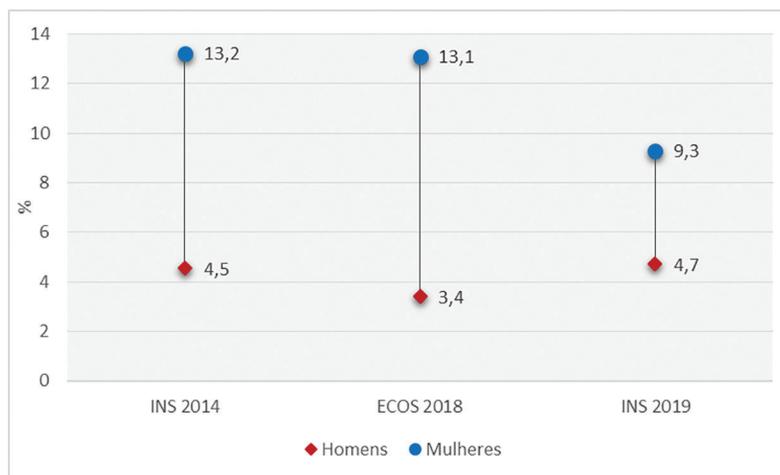


Figura 5: Diferença de género (*gender gap*) na prevalência de depressão *major*, por ano e por instrumento. ECOS, 2018; INS 2014, 2019.

Relativamente ao sexo, verificou-se que as mulheres apresentavam sempre valores superiores aos homens em todas as categorias consideradas dos sintomas de depressão, tanto através do INS como do ECOS (Figura 6). Comparando os resultados dos dois INS verifica-se que o sexo masculino mantém valores de prevalência muito semelhantes, ao passo que no sexo feminino se registou uma diminuição mais acentuada. Quanto aos valores da prevalência estimados pelo ECOS em 2018 são muito semelhantes aos resultados do INS 2014.

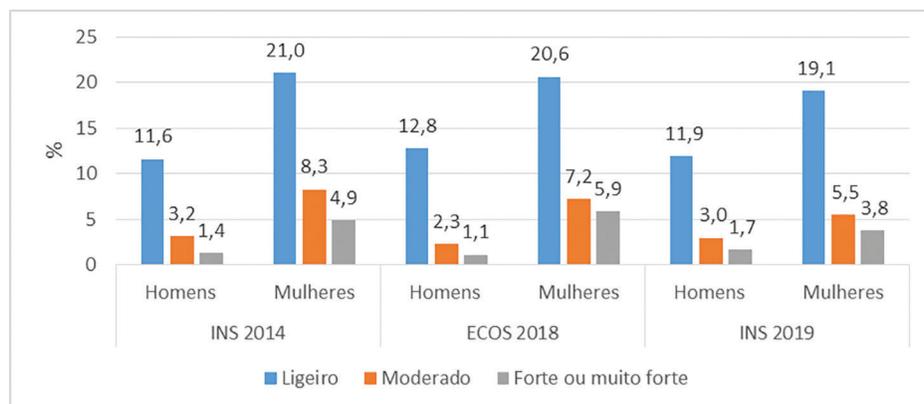


Figura 6: Prevalência de depressão por grau de intensidade dos sintomas, por ano e por sexo. ECOS, 2018; INS 2014, 2019.

Na comparação entre os resultados do INS 2014 e do ECOS 2018 a distribuição da prevalência de MDD por grupos etários foi semelhante e traduz uma progressão de acordo com a idade, mais acentuada a partir dos 45 anos.

Em 2014, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte apresentaram as taxas de prevalência mais elevadas do continente, e nas ilhas, a Região Autónoma dos Açores.

Em 2018, através do painel ECOS, as regiões Algarve, Centro e Alentejo apresentavam as taxas mais elevadas, mantendo a RAA a taxa mais elevada ao nível das ilhas e uma das mais elevadas do País.

Em relação ao nível de escolaridade, os resultados de ambos os inquéritos são semelhantes, revelando uma prevalência maior nos indivíduos com ensino básico ou nenhum e uma prevalência menor nos indivíduos com formação superior.

Foi na categoria Outros, que engloba os desempregados, os estudantes e o trabalho doméstico, que se verificaram os valores mais elevados de MDD em ambos os inquéritos, seguido da categoria de reformados. Ambas as categorias apresentam valores muito elevados de MDD, aproximadamente o dobro, quando comparadas com os valores estimados para a categoria dos empregados.

	2014 (INS)		2018 (ECOS)	
	% ponderada	IC95%	% ponderada	IC95%
Sexo				
Homens	4,66	4,05-5,35	3,4	2,1-5,6
Mulheres	13,38	12,35-14,49	13,1	9,3-18,1
Grupos etários				
18 aos 44	4,79	4,06-5,65	4,02	1,65-9,48
45 aos 64	10,93	9,74-12,25	11,7	7,5-17,8
65 + anos	15,48	14,04-17,04	12,3	8,6-17,3
Regiões (NUTS II)				
Norte	9,36	8,22-10,64	8,58	4,51-15,72
Centro	9,75	8,52-11,13	10,9	6,3-18,3
LVT	10,01	8,53-11,70	4,38	2,15-8,69
Alentejo	7,12	6,13-8,24	10,0	6,3-17,3
Algarve	7,49	6,35-8,80	13,3	7,3-22,9
RA Madeira	6,38	5,15-7,89	8,02	4,24-14,64
RA Açores	8,68	7,04-10,67	12,3	8,0-18,5
Nível de escolaridade (habilitações literárias)				
Nenhum ou básico	11,65	10,75-12,62	13,2	9,6-17,8
Secundário	5,75	4,65-7,09	2,25	0,90-5,51
Superior	4,60	3,49-6,04	4,11	1,35-11,83
Situação face ao trabalho				
Empregado/a	5,54	4,84-6,35	5,48	3,08-9,54
Reformado/a	10,76	9,53-12,13	12,8	9,4-17,3
Outros (doméstico/a, estudante, desempregado)	14,78	13,37-16,31	13,88	6,13-28,46

Fonte: INE/INSA, INS 2014; INSA, ECOS 2018.

Discussão

O quadro da saúde mental da população portuguesa parece ser um problema preocupante e arrastado. Com efeito, no que respeita à prevalência de MDD, além de apresentar valores elevados no contexto europeu, os resultados do Inquérito à Saúde Mental de 2008-2009 (8) já apresentavam algumas alterações em relação à depressão *major*, mas não com esta dimensão. É certo que durante o período que mediou entre o Inquérito à Saúde Mental e o INS 2014 ocorreu

uma grave crise económica, a qual foi causa documentada de fortes efeitos na saúde mental (20) e que poderá ter contribuído para os presentes resultados. Parece lícito afirmar que a prevalência de MDD em Portugal se manteve elevada por um longo período, documentada por instrumentos diferentes.

Em relação ao sexo, a prevalência no sexo masculino foi semelhante à da UE-28 (4,66% para os homens portugueses e 4,7% para os homens da UE-28). No entanto, o sexo feminino registou um valor superior (13,38% para as portuguesas e 7,6% para a UE-28), quase três vezes o valor estimado para o sexo masculino.

Foi também observada uma diferença de género em Portugal no European Social Survey 2006-2007, com uma escala de depressão diferente, onde Portugal registou a maior e mais significativa diferença entre os sexos entre 23 países, mesmo comparando com outros países do Sul da Europa (21).

As diferenças de género na depressão *major* estão amplamente documentadas (22). Por exemplo, Girgus e Yang referem que na infância os valores são semelhantes em ambos os sexos, mas que a partir da adolescência a taxa começa a aumentar no sexo feminino, permanecendo cerca de duas vezes maior que a dos homens até aos 55 anos (23).

A diferença observada em 2014 é bastante superior, apresentando o sexo feminino quase o triplo da prevalência da depressão *major* e esta diferença destaca-se de forma notória no contexto da EU-28. Dado que os valores estimados para o sexo masculino são idênticos em Portugal e na UE-28, embora superiores à Espanha, Itália e Grécia, esta diferença é causada pelo valor estimado para o sexo feminino, que é a segunda maior taxa calculada com base nos dados do EHIS. Quatro anos depois, o painel ECOS, usando a mesma escala, obtém um resultado semelhante, o que parece reforçar a situação verificada para o sexo feminino. Este aspeto já havia sido anteriormente observado na população idosa portuguesa por Leão e Perelman e em que uma explicação possível seria que em Portugal as mulheres auferem rendimentos menores, têm falta de apoio social e são frequentemente portadoras de doenças crónicas (24)

No entanto, os resultados obtidos pelo INS 2019 contradizem um pouco esta conclusão, uma vez que reportam valores dentro dos padrões habituais (aproximadamente o dobro dos valores observados para o sexo masculino) para a escala utilizada. Sendo certo que o INS é um instrumento muito mais robusto do que o ECOS, esta diminuição do valor da taxa de depressão *major* no período de um ano requer acompanhamento e estudo posterior. Será

também útil analisar e acompanhar a contextualização europeia deste fenómeno, em particular no que respeita aos países do Sul, recorrendo aos dados do EHIS 2019 quando ficarem disponíveis.

Em relação à idade, a população portuguesa parece seguir um padrão semelhante ao padrão observado para os países do Sul da Europa relativo à prevalência de MDD, mas de forma mais acentuada. Essa diferença torna-se mais evidente a partir dos 45 anos e é sustentada tanto pelos dados do INS 2014 como do ECOS 2018. Tal sugere a existência da influência de fatores associados ao envelhecimento e, eventualmente, a fatores de ordem económica, uma vez que este padrão está ausente em países como a Islândia, a Finlândia e a Noruega. Uma análise mais detalhada deverá ser tida em conta, nomeadamente no que diz respeito à relação com doenças crónicas, mais frequentes nos grupos etários mais elevados.

A variação regional da prevalência de MDD estimada pelos dois instrumentos não é consistente, o que poderá estar relacionado com as diferentes dimensões amostrais. De acordo com os resultados do INS 2014, a prevalência de MDD foi superior na metade Norte do País, ao passo que, segundo o ECOS 2018, essa prevalência foi mais elevada na metade Sul. O Alentejo e o Algarve são regiões com tendência histórica de taxas de suicídio mais altas (25) e com uma maior proporção de pessoas com transtornos depressivos acompanhadas em cuidados primários. Embora possa existir um efeito decorrente da própria constituição dos instrumentos de observação (INS e ECOS), como medeiam quatro anos entre as duas recolhas de dados, uma explicação possível poderá estar relacionada com uma alteração na prestação de cuidados em saúde mental através dos cuidados de saúde primários, a nível geral ou apenas regional, uma vez que o padrão observado em 2018 é mais consentâneo com o registo histórico.

O gradiente da prevalência de MDD segundo as categorias das habilitações literárias é semelhante ao observado noutros estudos (26) e geralmente está associado aos rendimentos. No entanto, ressalta da análise efetuada que, apesar de o padrão ser idêntico ao padrão observado em Espanha, Itália, Grécia e EU-28, a grande diferença observada em Portugal na prevalência de MDD na categoria do ensino básico, é aproximadamente o dobro da Grécia e da Itália, ao passo que a prevalência de MDD no ensino secundário está ao nível do valor da EU-28. Os valores da prevalência de MDD estimados para as

categorias de habilitação literária são consistentes em ambos os instrumentos de observação.

Tratando-se de um aspeto fortemente associado a menores rendimentos devido à falta de qualificação para o mercado de trabalho, estas observações poderão traduzir situações de profunda desigualdade social associada à pobreza e ao menor acesso a cuidados de saúde (27).

São também as pessoas com menos qualificações profissionais que estão mais sujeitas ao desemprego, também ele associado a alterações da esfera mental (28). Assim, é o grupo dos desempregados, doméstica/os e estudantes que apresenta valores mais elevados de prevalência de MDD tanto em 2014 como em 2018.

Conclusões

Embora os resultados disponíveis do INS 2019 sejam sugestivos de que ocorreu uma melhoria substancial da saúde mental na população portuguesa no período que antecedeu imediatamente a eclosão da pandemia por covid-19, e que se traduziu pela diminuição da prevalência de MDD, especialmente no sexo feminino, o restante panorama é preocupante.

Os resultados de inquéritos anteriores a 2014, nomeadamente do Inquérito à Saúde Mental e do European Social Survey são consistentes com os resultados de 2014 e 2018 e deixam antever a atuação de fatores de longa duração de natureza estrutural, associados provavelmente a deficientes condições de vida e de trabalho com que a sociedade portuguesa se debate há décadas.

As condições associadas ao género geradoras ou perpetuadoras de desigualdades merecem particular atenção, dado o seu potencial para criar efeitos amplificados noutros setores da sociedade, nomeadamente na saúde e no bem-estar de jovens e idosos.

O esforço para reduzir as desigualdades através da promoção ativa e continuada de uma melhor educação ao longo da vida, promovendo a qualificação académica e profissional, poderá contribuir de forma significativa para a redução da prevalência de MDD.

Sendo este o panorama de fundo no qual se inseriu um evento de dimensão planetária com efeitos sociais e económicos ainda não totalmente compreendidos, mas que as medidas de contenção aplicadas se sabe terem um forte impacto direto na saúde mental das populações, a vigilância e o

acompanhamento deste fenómeno constitui um imperativo ético e moral das entidades responsáveis pela saúde pública do País.

As medidas a adotar deverão ser estruturais no que respeita ao sistema de saúde, com relevo para o Serviço Nacional de Saúde, mas também dirigidas aos determinantes sociais e económicos, numa perspectiva de saúde em todas as políticas.

Referências bibliográficas

1. Morgado A. M., Cruz J., Peixoto M. M. Individual and community psychological experiences of the covid-19 pandemic: The state of emergency in Portugal. *Curr Psychol.* 2021;
2. Nogueira J., Gerardo B., Silva AR, Pinto P., Barbosa R., Soares S., et al. Effects of restraining measures due to covid-19: Pre- and post-lockdown cognitive status and mental health. *Curr Psychol.* 2021;
3. World Health Organization. *The World Health Report: 2001. Mental health: new understanding, new hope.* 2001.
4. World Health Organization. ICD-10 Version:2016. WHO. 2016.
5. Direção-Geral da Saúde. Programa Nacional de Saúde Mental. 2017.
6. Han B., Compton W., McKeon R. Interrelationship of Suicidality with Depressive Disorders and Its Implications for Suicide Prevention Strategies at the Population and Individual Levels. In: Cohen N., editor. *Public Health Perspectives on Depressive Disorders.* Baltimore: Johns Hopkins University Press; 2017.
7. European Commission, OECD. Health at a Glance: Europe 2018 State of Health in the EU Cycle [Internet]. 2018. Available from: https://doi.org/10.1787/health_glance_eur-2018-en
8. Caldas-de-Almeida J. M., Xavier M. Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, 1o relatório [Portuguese Psychiatric Epidemiologic Study – First Report]. Faculdade de Ciências Médicas, 2013. Lisbon: NOVA Medical School - Faculdade de Ciências Médicas; 2013.
9. Carvalho A., Mateus P., Xavier M., Nogueira P. J., Farinha C. S., Soares A. P., et al. Saúde Mental em Números – 2015 [Internet]. Lisbon; 2015. Available from: <http://www.dgs.pt/?cr=29588>
10. Santos I. S., Tavares B. F., Munhoz T. N. , de Almeida L. S. P., da Silva N. T. B., Tams B. D., et al. Sensibilidade e especificidade do Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) entre adultos da população geral. *Cad Saúde Publica.* 2013;29(8):1533–43.

11. Kroenke K. Instructions for Patient Health Questionnaire [Internet]. PHQ and GAD-7 Instruction Manual. 1978. p. 1-9. Available from: <https://www.phqscreeners.com/images/sites/g/files/g10016261/f/201412/instructions.pdf>
12. Kroenke K., Strine T. W., Spitzer R. L., Williams J. B. W., Berry J. T., Mokdad A. H. The PHQ-8 as a measure of current depression in the general population. *J Affect Disord.* 2009;
13. Torres A., Monteiro S., Pereira A., Albuquerque E. Reliability and validity of the PHQ-9 in Portuguese women with breast cancer. In: The European Proceedings of Social & Behavioural Sciences 2016: 2nd International Conference on Health and Health Psychology Reliability. 2016. pp. 411-23.
14. Kroenke K., Spitzer R. L., Williams J. B. W. The PHQ-9: Validity of a brief depression severity measure. *J Gen Intern Med.* 2001;16(9): 606-13.
15. Eurostat. European Health Interview Survey (EHIS wave 2) Methodological manual. [Internet]. Luxembourg; 2013. Available from: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5926729/KS-RA-13-018-EN.PDF/26c7ea80-01d8-420e-bdc6-e9d5f6578e7c>
16. Instituto Nacional de Estatística/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Destaque: Inquérito Nacional de Saúde 2014. 2015.
17. Instituto Nacional de Estatística. Destaque - Informação à Comunicação Social: Inquérito Nacional de Saúde 2019. 2020.
18. Santos A. J., Torres A. R., Machado A., Neto M. Bem-Estar e Qualidade de Vida na População Portuguesa em 2018.
19. IBM. IBM SPSS Statistics Software for Windows, Version 25. IBM. 2017.
20. Frasilhilo D., Matos M. G., Salonna F., Guerreiro D., Storti C. C., Gaspar T, et al. Mental health outcomes in times of economic recession: a systematic literature review. *BMC Public Health.* 2015;
21. Van de Velde S., Bracke P., Levecque K., Meuleman B. Gender differences in depression in 25 European countries after eliminating measurement bias in the CES-D 8. *Soc Sci Res* [Internet]. 2010;39(3):396-404. Available from: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.01.002>
22. Salk R. H., Hyde J. S., Abramson L. Y. Gender differences in depression in representative national samples: Meta-analyses of diagnoses and symptoms. *Psychol Bull.* 2017; 143(8):783-822.
23. Girus J. S., Yang K. Gender and depression. *Curr Opin Psychol* [Internet]. 2015; 4:53-60. Available from: <http://dx.doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.01.019>
24. Leão T., Perelman J. Depression symptoms as mediators of inequalities in selfreported health: The case of Southern European elderly. *J Public Health* (United Kingdom). 2018;

25. Nunes A. M. Suicídio em Portugal : um retrato do país. *Suicide in Portugal : image of the country*. 2014;
26. Gibson P. A., Baker E. H., Milner A. N. The role of sex, gender, and education on depressive symptoms among young adults in the United States. *J Affect Disord*. 2016;
27. Hoebel J., Maske U. E., Zeeb H., Lampert T. Social inequalities and depressive symptoms in adults: The role of objective and subjective socioeconomic status. *PLoS One*. 2017;12(1):1–18.
28. Paul K. I., Moser K. Unemployment impairs mental health: Meta-analyses. *J Vocat Behav*. 2009;



Longas jornadas de trabalho: efeitos na saúde

JOSÉ ANTÓNIO ANTUNES

Introdução

Atualmente, as longas jornadas de trabalho são frequentes em todo o mundo. Nos Estados Unidos, cerca de 18,7% dos funcionários trabalhavam 48 horas ou mais por semana, de acordo com o Inquérito Nacional de Vigilância de Saúde de 2010 e o Inquérito Europeu sobre Condições de Trabalho de 2010 indicava também que 14,9% dos trabalhadores na Europa realizavam longas jornadas de trabalho (48 horas ou mais por semana). No Japão as longas jornadas de trabalho são comuns e o chamado *karoshi*, a morte súbita resultante do excesso de trabalho, tem sido um problema crítico da saúde ocupacional neste país (Imai et al., 2014). Com o advento da globalização económica e o crescimento correspondente da concorrência, grande parte da força de trabalho ficou sujeita a um aumento da carga e intensidade do trabalho (Li & Siegrist, 2018).

Jornadas de trabalho longas podem aumentar o risco de acontecimentos desfavoráveis para a saúde como dificuldades psicológicas, sintomas de depressão e ansiedade, declínio das capacidades cognitivas e o aparecimento de perturbações do sono (Virtanen, Stansfeld, Fuhrer, Ferrie, & Kivimaki, 2012), sendo que estes problemas parecem ser mais comuns nos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos e apresentam também elevada prevalência em certas profissões do setor da saúde e do serviço social (Laaksonen, Lallukka, Lahelma, & Partonen, 2012). As longas jornadas de trabalho (mais de 11 horas por dia regularmente) podem aumentar o risco de doença cardiovascular, o que reforça a constatação de as horas extraordinárias mantidas (3 a 4 horas por dia) influenciarem de forma adversa a doença cardíaca coronária, aumentando este efeito adverso à medida que essas horas extra aumentam. A pressão e o excesso de trabalho encurtam a vida (Jackson, 2011).

Nos últimos anos, um número impressionante de estudos epidemiológicos foram realizados no sentido de conhecer os riscos e as ligações entre jornadas de trabalho longas e doenças físicas e mentais. De todos os problemas de saúde a doença cardíaca coronária (DCC) foi a mais estudada. No entanto o elevado



risco de acidente vascular cerebral, sintomas depressivos, diabetes *mellitus* de tipo 2, síndrome metabólica, acidentes de trabalho e incapacidade foram descritos em pessoas expostas a longas jornadas de trabalho (Li & Siegrist, 2018). Um estado de saúde diminuído reflete-se obviamente na produtividade através do absentismo, ou seja das horas, dias e semanas fora do trabalho por motivo da doença e no presentismo, isto é na redução da atividade no local de trabalho devido a doença, tendo custos económicos e sociais elevados (Jones, Payne, Gannon, & Verstappen, 2016).

Os ajustamentos dos ambientes de trabalho no sentido de reduzir o esgotamento mental e melhorar a satisfação no trabalho podem ajudar na prevenção de problemas de saúde mental, que representam uma parte importante da sobrecarga de doença entre os trabalhadores (Laaksonen et al., 2012) e uma vez identificados os fatores de risco ocupacional para doenças, como por exemplo as cardiovasculares, intervenções direcionadas para mitigar esses fatores podem ser desenvolvidas e implementadas através de alterações nos estilos de vida nomeadamente nos relacionados com as condições de trabalho (Whang & Hong, 2012). Estas condições devem ser avaliadas porque os empregadores tendem a subestimar os riscos psicossociais, cujo peso aumenta continuamente com repercussões adversas na saúde. A avaliação periódica da satisfação no trabalho pode ajudar a identificar de uma forma atempada os estressores no local de trabalho e minimizar o seu efeito (Ziemska, Klimberg, & Marcinkowski, 2013).

Método

Foi realizada uma pesquisa na PubMed, que é um mecanismo de busca para acesso gratuito à base de dados MEDLINE de citações e resumos da investigação biomédica, desenvolvida pela National Library of Medicine (NLM), utilizando os termos *MeSH: Overtime work* e *Disease* selecionando os artigos publicados entre janeiro de 2009 e janeiro de 2019. Para a estruturação desta análise aplicou-se o modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analyses), considerado indispensável para elaborar uma revisão sistemática ou meta-análise (Liberati et al., 2009). Os critérios de inclusão foram: serem artigos sobre longas jornadas de trabalho, horas extraordinárias e doenças associadas, estarem redigidos em língua inglesa e terem sido publicados nos últimos dez anos. Foram critérios de exclusão: artigos duplicados, artigos escritos noutras línguas que não a inglesa, artigos

baseados em casos clínicos e artigos não relacionados com a temática em estudo.

Resultados

A pesquisa efetuada resultou na identificação de 50 artigos e na escolha de 29 que respeitavam todos os critérios de inclusão e de exclusão. A figura 1 representa o fluxograma da seleção dos estudos.

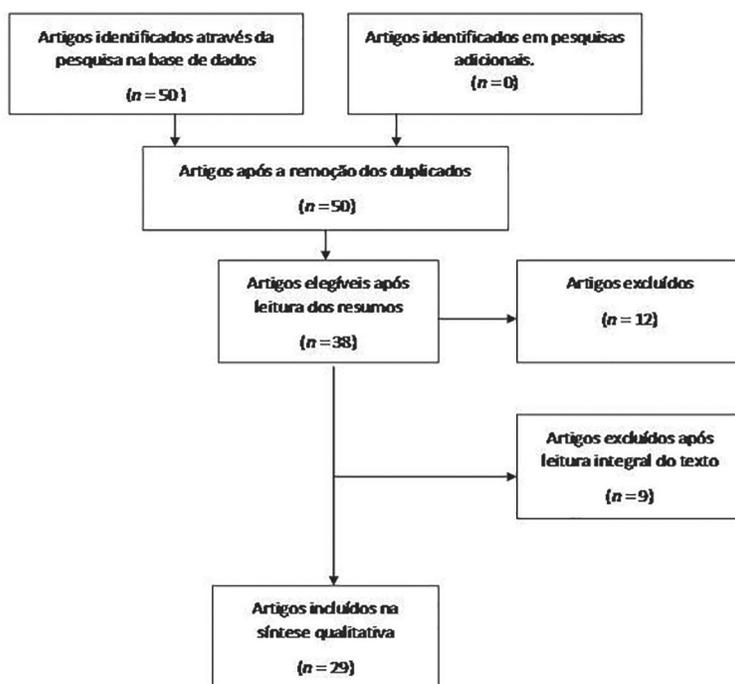


Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos, segundo as normas PRISMA

Aspetos gerais

O impacto dos fatores psicossociais, nomeadamente do excesso de horas de trabalho, ocorre através dos mecanismos do *stress* e os efeitos desse impacto dependem do ambiente de trabalho, de características pessoais do trabalhador e da perceção subjetiva do estressor. Um fator de risco psicossocial é definido como “um estado induzido pelas perceções dos trabalhadores sobre fenómenos no ambiente de trabalho, que são sentidos como desfavoráveis ou

perigosos” (Ziemska et al., 2013). O horário de trabalho é uma medida de *stress* crónico distinto da pressão no trabalho. O horário de trabalho pode agir como um estressor intrínseco ou atuar indiretamente através de comportamentos e conflitos relativos ao controlo desses horários, exigências do trabalho e interferências com outras atividades de vida dos trabalhadores (Parks, DeRoo, Miller, McCanlies, Cawthon, & Sandler, 2011). O *stress* age sobre o corpo através de vários mecanismos ativando o sistema nervoso autónomo e também o sistema endócrino. A resposta do eixo hipotálamo-hipófise-suprarrenal faz-se através de hormonas, neurotransmissores e neuromoduladores que se conjugam numa resposta organizada. A ação do *stress* provoca o aumento da secreção de glicocorticóides, catecolaminas (dopamina, epinefrina e norepinefrina), cortisol e cortisona que estimulam a glicólise e a lipólise. Estas respostas ao *stress* quando mantidas ao longo do tempo provocam efeitos mensuráveis na saúde (Ziemska et al., 2013). Por outro lado a ativação do sistema nervoso simpático provoca um aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial (Choi et al., 2014). Outra possível via geradora de doença são os estilos de vida não saudáveis associados com o *stress*, como sejam a alimentação irregular, o uso de alimentos altamente calóricos, a falta de exercício físico, a diminuição dos períodos de sono e a alteração dos ritmos circadianos (Ziemska et al., 2013; Shiozaki et al., 2017; Li et al., 2018).

O *stress* enfraquece o sistema imunológico (impacto na produção de linfócitos), acelera o processo de envelhecimento das células e o desenvolvimento de doenças, incluindo o cancro, infeções e doenças imunológicas. No Japão, a maioria das empresas proíbe as horas extraordinárias e o trabalho por turnos aos doentes com cancro que regressam ao trabalho após o tratamento (Ohguri et al., 2009). Longas jornadas de trabalho, horas extraordinárias, horários rotativos ou irregulares e o trabalho noturno podem provocar *stress*, perturbações do sono e outros fatores de risco comportamentais e fisiológicos para a doença crónica (Parks et al., 2011). O *stress* foi um dos nove principais fatores de risco preditivos de doença coronária aguda no estudo INTERHEART (Jackson, 2011). Outro impacto negativo manifesta-se na esfera da saúde mental conduzindo à fadiga crónica, ao *burnout*, depressão e neuroticismo. Ziemska et al. (2013) e Sturm et al. (2019) sugeriram que medidas objetivas da carga de trabalho, como por exemplo as horas extraordinárias trabalhadas, podem ser usadas como indicadores indiretos para monitorizar a pressão psicossocial sobre os trabalhadores.

A falta da reciprocidade entre o alto esforço despendido e a pouca recompensa recebida em troca do empregador é outra condicionante que exacerba os efeitos negativos do excesso de trabalho na saúde. Estes efeitos são possivelmente decorrentes das fortes emoções negativas desencadeadas e do *stress* corporal a elas associado. Os estudos demonstram um risco mais elevado de DCC e de distúrbios depressivos entre os que experimentam este tipo de desequilíbrio de uma forma crónica. Um desequilíbrio que se deve, em grande parte, à fraca posição dos trabalhadores no mercado de trabalho, onde não encontram alternativa ou opção de escolha e as condições de dependência acabam por pesar mais (Li & Siegrist, 2018).

Doença cardiovascular

A doença cardiovascular (DCV) é uma das principais causas de morte sendo que esta designação engloba várias situações como sejam a DCC, o acidente vascular cerebral, a doença arterial periférica e a hipertensão arterial (HTA). Um extenso conjunto de investigações publicadas sugere que o ambiente psicossocial e fatores organizacionais do ambiente de trabalho têm uma forte influência sobre a DCV, sendo que a maioria dos fatores de risco da DCV podem ser modificados através de mudanças nos estilos de vida (Hwang & Hong, 2012). A explicação sobre o modo como as longas jornadas de trabalho geram doença é limitada; no entanto, existe robusta evidência sobre o impacto da excessiva ativação do sistema simpático-adrenérgico na patologia cardiovascular (Li & Siegrist, 2018). O trabalho extraordinário pode ser considerado como uma forma de *stress* no trabalho e este está associado a um aumento de até quatro vezes nos eventos cardiovasculares em particular quando existe pouco controlo sobre o ambiente de trabalho (McInnes, 2010). As longas jornadas de trabalho e as horas extraordinárias podem agravar os efeitos do trabalho por turnos e aumentar significativamente o risco de DCV quando combinadas com a diminuição do tempo de recuperação, particularmente com o sono insuficiente (Choi et al., 2014). Virtanen et al. (2010) chamam a atenção para um estudo pioneiro realizado nos Estados Unidos da América, nos anos 60 do século XX, que já apontava para o facto de maiores taxas de mortalidade por DCV ocorrerem nos trabalhadores com longas jornadas de trabalho, sublinhando que o trabalho extraordinário está relacionado com o aumento do risco de DCV, independentemente dos outros fatores de risco convencionais.

A DCC, uma das componentes do grande grupo das DCV, que engloba a angina de peito, a doença cardíaca isquêmica, o enfarte do miocárdio, a morte por doença cardíaca coronária e a insuficiência cardíaca afeta não apenas os idosos mas populações em idade ativa (Hwang & Hong, 2012). As longas jornadas de trabalho (mais de 11 horas por dia regularmente) podem aumentar o risco de doença cardiovascular, o que reforça a constatação de as horas extraordinárias mantidas (3 a 4 horas por dia) influenciarem de forma adversa a doença cardíaca coronária fatal e não fatal aumentando este efeito adverso, à medida que essas horas extra aumentam (Jackson, 2011).

Virtanen et al. (2010) estudaram a associação entre trabalho extraordinário e DCC numa coorte de milhares de funcionários públicos britânicos que foram seguidos em média durante 11 anos no estudo denominado Whitewall II, constatando que 3 a 4 horas de trabalho extraordinário por dia estavam associadas a um risco aumentado de 1,56 vezes de sofrer de DCC após descontarem os efeitos de fatores demográficos e dos vários outros fatores de risco conhecidos para a doença. Uma associação semelhante foi encontrada para a morte por DCC e enfarte agudo do miocárdio não fatal. Estas constatações mereceram na época grande difusão e múltiplos comentários em revistas científicas (Brisbois & Chalupka, 2010; McInnes, 2010; Jackson, 2011).

Ainda que os dados não permitam explicar a ligação entre horas extra e eventos cardiovasculares, os autores apontam como possíveis mecanismos explicativos a dificuldade em relaxar depois do trabalho, a tendência para trabalhar mesmo quando doentes e a HTA oculta, além das modificações na atividade do sistema nervoso autónomo, com o aumento da atividade simpática e o decréscimo da atividade parassimpática, que são conhecidos fatores de risco da DCC. Embora não tendo encontrado evidências de ser a HTA a via patológica que liga as horas extraordinárias trabalhadas e a doença cardiovascular, citam estudos que apontam nesse sentido e referem que o *stress* relacionado com trabalho tem sido associado à chamada HTA oculta, existindo algumas evidências que demonstram que o trabalho extraordinário está relacionado com a HTA. A maioria dos autores apontam para a associação entre HTA e trabalho extraordinário e apenas Imai et al. (2014) não a verificaram, citando estudos que apresentam resultados contraditórios.

Landsbergis, Janevic, Rothenberg, Adamu, Johnson e Mirer (2013) ao analisarem as bases de dados administrativos da Associação dos Fabricantes de Automóveis da América do Norte contendo os dados demográficos, tipo

de atividade, horas trabalhadas e indenizações pagas por seguros de saúde entre 1996 e 2001 relativamente a doença e invalidez, dias de ausência ao trabalho, doença cardiovascular, hipertensão e problemas psicológicos concluíram que os trabalhadores da indústria automóvel com longas jornadas de trabalho têm um maior risco de HTA, DCV e DCC, sugerindo que estas bases de dados podem ser uma ferramenta muito útil para desenhar programas de prevenção de doenças ocupacionais.

Hwang e Hong (2012) citam um estudo efectuado no Japão que mostrou que o trabalho extraordinário durante o mês anterior esteve associado a um aumento do risco de enfarte agudo do miocárdio e que 61 ou mais horas de trabalho por semana e menos de 2 dias de folga por mês, aumentaram as hipóteses de sofrer um enfarte agudo do miocárdio em duas ou mais vezes e ainda outro estudo que demonstra como as longas jornadas de trabalho, particularmente as que excedem as 52 horas semanais, aumentam o risco de problemas de saúde, particularmente de HTA.

Os mecanismos causais hipotéticos que ligam o trabalho extraordinário ao risco aumentado de DCC incluem comportamentos e condições de saúde desadequados, inatividade física, tabagismo, privação de sono, *stress* psicológico, obesidade e consumos elevados ou de alto risco de álcool. O trabalho extraordinário está associado com dois importantes fatores de risco coronário: as perturbações do sono e o aumento do *stress* psicológico. Uma das hipóteses explicativas da ligação entre o trabalho extraordinário e a DCC é que a expansão do horário de trabalho reduz o tempo destinado ao sono, ao relaxamento e à atividade física ou outros tipos de atividades de lazer, sendo o horário de dormir o mais suscetível de ser alterado. Trabalhar horas extra é um preditor de perturbações do sono no futuro. Devido à diminuição do tempo de sono ou do tempo de exercício, aqueles que realizam horas extra podem acabar por experimentar mais *stress* psicológico que, por sua vez, poderá acentuar ainda mais o impacto do trabalho extraordinário (Tsuboya, Aida, Osaka, & Kawachi, 2015).

O mecanismo exato pelo qual o *stress* no trabalho aumenta o risco de doença cardíaca, continua a ser desconhecido sendo provável que seja complexo (McInnes, 2010) no entanto um extenso corpo de literatura, sugere que o ambiente psicossocial e fatores organizacionais do ambiente de trabalho, como o tempo de duração da jornada de trabalho, têm uma influência significativa sobre a DCV. Ora é sabido, que a maioria dos fatores de risco da DCV, podem ser modificados através de mudanças nos estilos de vida. Os fatores

ocupacionais e psicossociais devem ser incorporados na avaliação do risco dos doentes com DCV e no seu plano de intervenção (Hwang & Hong, 2012)

Perfil lipídico

Jornadas de trabalho superiores a 10 horas por dia aumentam o risco de desenvolver síndrome metabólico e a prevalência da esteatose hepática não alcoólica. A explicação poderá residir no facto de as longas jornadas de trabalho estarem associadas à ingestão de alimentos com alto valor calórico, redução da actividade física e diminuição dos períodos de sono (Li et al, 2018). Os indivíduos portadores desta síndrome estão em risco de desenvolver doença cardiovascular e diabetes. A obesidade e o síndrome metabólico e estão intimamente relacionados (Mansur e tal., 2015)

Alterações de estruturas orgânicas

Os telómeros são estruturas constituídas por fileiras repetidas de proteínas e de ADN (ácido desoxirribonucleico) não codificante, que constituem as extremidades dos cromossomas. A sua função principal é impedir o desgaste do material genético e assegurar a estabilidade estrutural dos cromossomas. Os telómeros curtos podem levar à senescência celular ou à mutação carcinogénica, sendo um potencial marcador de envelhecimento celular. Parks et al. (2011) estudaram o comprimento relativo dos telómeros dos leucócitos em mulheres trabalhadoras, tendo observado que as mulheres com maior resposta ao *stress* percebido e jornadas de trabalho mais longas apresentavam maior encurtamento dos telómeros dos leucócitos, quando comparadas com mulheres a trabalhar em *part-time*. Este resultado sugere o potencial papel das respostas neuroendócrinas ao *stress* sobre estruturas biológicas. Os autores acabam concluindo que este efeito é semelhante ao do tabagismo em doentes com antecedentes de doença cardíaca ou de diabetes, levantando a hipótese de o horário de trabalho poder ser um estressor intrínseco ou agir indiretamente através de conflitos entre as exigências do trabalho e outras exigências da vida e citam um estudo que aponta para uma mortalidade significativamente mais elevada associada a cinco horas extra de trabalho por semana após 24 anos de seguimento.

Uma progressão mais rápida na aterosclerose da artéria carótida medida por ecografia foi verificada por Wang, Arah, Kauhanen, e Krause (2015) num estudo comparativo entre trabalhadores com turnos de fim de semana e trabalhadores com horário diurno padrão. A explicação, segundo os autores, pode

ficar a dever-se ao facto de os trabalhadores que laboram ao fim de semana terem uma interrupção das atividades familiares e sociais de fim de semana. Além da perturbação do equilíbrio entre a vida e o trabalho inerentes aos horários variáveis, estes indivíduos não recuperam adequadamente do trabalho. Trabalhadores que raramente descansam durante o fim de semana apresentam um risco aumentado de morte por doença cardíaca. Os trabalhadores mais velhos apresentam ainda uma maior necessidade de recuperação após o trabalho comparativamente com os mais jovens.

Acidentes de trabalho

O excesso de horas de trabalho aumenta o risco de acidentes no trabalho (Jin et al., 2012; Liu, Huang, Huang, Wang, Zong, & Chen, 2016; Li & Siegrist, 2018). Nos motoristas de transporte, o excesso de horas de trabalho, o turno da noite, uma jornada de trabalho não usual ou de mais de 60 horas de trabalho por semana foram associados a colisões relacionadas com a privação de sono. Os motoristas envolvidos em colisões relacionadas com a privação de sono tinham maior probabilidade de trabalhar em múltiplos empregos, no turno da noite ou em jornadas não usuais. O excesso de horas de trabalho foi responsável por 22% dos acidentes rodoviários, estando associado a uma maior taxa de mortalidade quando comparado com as outras causas (Mansur et al., 2015).

Saúde mental

Jornadas de trabalho longas podem aumentar o risco de acontecimentos psicológicos desfavoráveis (Laaksonen et al., 2012; Virtanen et al., 2012; Landsbergis et al., 2013; Tsuboya et al., 2015; Li & Siegrist, 2018) como dificuldades psicológicas, sintomas de depressão e ansiedade, declínio das capacidades cognitivas e o aparecimento de perturbações do sono. O tempo de sono é o fator mais susceptível de ser afetado pelo horário de trabalho. A diminuição do tempo de sono ou das horas de atividade física podem provocar *stress* psicológico, que por sua vez acentuará o impacto do trabalho extraordinário (Tsuboya et al., 2015).

Trabalhar horas extra precedeu, numa média de 5,8 anos, o início de um episódio depressivo *major* numa coorte de meia-idade de funcionários públicos britânicos. Trabalhar 11 ou mais horas por dia aumentou o risco de sofrer um episódio depressivo *major* entre 2,3 e 2,5 vezes comparativamente com os trabalhadores com jornadas de trabalho normais entre 7 e 8 horas por dia. Os

preditores do aparecimento de depressão foram ter idade mais jovem, ser do sexo feminino, baixo grau ocupacional, ter doença física crónica e o consumo de álcool. Longas horas de trabalho podem afetar a saúde através por exemplo de conflitos familiares, dificuldade em relaxar ou pelo aumento mantido dos níveis de cortisol. O efeito das longas jornadas de trabalho na saúde mental também poderá ser diferente em homens e mulheres. Até agora a etiologia exata da depressão não é conhecida, mas é amplamente reconhecido que será multifatorial, envolvendo fatores genéticos, biológicos e psicossociais (Virtanen et al., 2012).

Laaksonen et al. (2012) estudaram, a partir dos dados obtidos nos registos da cidade de Helsínquia, a associação entre um vasto leque de condições de trabalho e problemas de saúde mental medidos através da compra de psicofármacos prescritos por médicos, observando que o excesso de horas de trabalho estava associado à compra de hipnóticos. Esta conclusão vai ao encontro do enunciado por numerosos autores (Parks et al., 2011; Virtanen et al., 2012; Choy et al., 2014; Tsuboya et al., 2015, Li et al., 2018) que chamam a atenção para as perturbações do sono e a diminuição das horas de sono enquanto fator de risco de doença nos trabalhadores com longas jornadas de trabalho.

Tipos de personalidade

Shiozaki et al. (2017) estudaram, numa população de profissionais de polícia do Japão, as características de personalidade e o *stress* no trabalho, chamando a atenção para fatores de personalidade e estilos de vida que podem favorecer o envolvimento em longas jornadas de trabalho. Segundo os autores do estudo, estas pessoas teriam uma menor capacidade de perceber a pressão no trabalho e de desenvolver sintomas físicos e psicológicos, induzindo desta maneira uma maior prevalência de fatores de risco de doença. No mesmo sentido apontam as conclusões de Virtanen et al. (2010) que consideram que as longas jornadas de trabalho estão relacionadas com o comportamento de tipo A, um padrão comportamental relacionado com depressão e sintomas de ansiedade, associado a agressividade e irritabilidade e caracterizado por uma luta contínua e incessante para alcançar mais e mais em menos tempo. Este padrão comportamental em resposta ao *stress* ambiental pode ser um fator de risco de doença.

Profissões da saúde

Acontecimentos desfavoráveis de saúde relacionados com longas jornadas de trabalho são muito prevalentes nas profissões de saúde e no serviço social (Laaksonen et al., 2012). As longas jornadas de trabalho em enfermeiros foram associadas ao aparecimento de síndromes dolorosas músculo-esqueléticas (Lovgren, Gustavsson, Melin, & Rudman, 2014). Nedjjo et al. (2015), num estudo conduzido entre trabalhadores do sector da saúde, demonstraram que o excesso de horas extraordinárias aumentava a probabilidade de acidentes, confirmando os resultados encontrados em estudos anteriores. Longas jornadas de trabalho resultam em exposições prolongadas a diversos riscos e a um tempo de recuperação limitado, que se traduz em esgotamento físico que se repercute nos dias seguintes. Esta forma de trabalhar aumenta também a preocupação com a segurança dos doentes. Forbes, Arthur, Manoharan, Jones e Kay (2016) citam um estudo realizado na Europa em 2014, onde o excesso de trabalho nos médicos foi associado a um aumento do risco de sofrerem acidentes rodoviários e por picada de agulhas. Na investigação que conduziram entre médicos em formação na Austrália constataram que existia um excesso de horas extraordinárias e que grande parte desse trabalho extraordinário realizado pelos jovens médicos ficava por pagar. Leary, Punshon e Mason (2018), que investigaram o trabalho de enfermeiros especialistas no Reino Unido, encontraram também um elevado número de horas de trabalho extraordinário realizado e não pago, nomeadamente no intervalo para refeições, ao mesmo tempo que constaram que nos serviços onde se praticam elevadas cargas de trabalho ficavam por realizar as atividades de apoio psicológico, apoio emocional e aconselhamento, propondo, em face dos resultados encontrados, um aumento do número de enfermeiros por doente no sentido de mitigar estes problemas.

Nos serviços de saúde reduzir as horas extraordinárias dos enfermeiros é uma estratégia chave para melhorar os resultados clínicos. Quando os enfermeiros trabalham muitas horas extraordinárias, a saúde do paciente tem menos hipóteses de melhorar. Esta conclusão é consistente com estudos realizados a nível hospitalar que verificaram a influência prejudicial das horas extraordinárias na mortalidade, infeções, úlceras de decúbito, erros e incidentes médicos. Apesar dos economistas da saúde terem teorizado os efeitos das horas extraordinárias na produtividade e no agendamento dos cuidados, outros modelos

conceptuais são necessários para entender como os mecanismos relacionados com a fadiga e as longas jornadas de trabalho influenciam os resultados nos pacientes (Meyer, Wang, Li, Thomson, & O'Brien-Pallas, 2009).

Os profissionais de saúde devem ainda estar cientes de que pressão do tempo do trabalho sobre os seus pacientes pode criar barreiras para que estes recebam determinados cuidados preventivos de saúde como sejam o rastreio do cancro da mama, o rastreio do cancro do colo do útero e os exames dentários (Yao, Dembe, Wickizer, & Lud, 2015).

Discussão

O recurso por parte dos empregadores às horas extraordinárias e às longas jornadas de trabalho tem aumentado nas últimas décadas em todo o mundo, como resposta à intensificação da concorrência decorrente da globalização. As evidências atualmente disponíveis, baseadas em centenas de estudos epidemiológicos, são inequívocas sobre os efeitos negativos destas formas de organização do trabalho na saúde dos trabalhadores. Ainda que não se conheçam as vias exatas que conduzem ao aparecimento das doenças, a grande maioria dos autores apresenta como possíveis mecanismos explicativos as alterações endócrinas e as modificações na atividade do sistema nervoso autónomo induzidas pelo *stress* crónico decorrente das longas jornadas de trabalho, bem como dos estilos de vida com ele relacionados. O sono, uma necessidade básica do ser humano, é uma das funções mais susceptíveis de ser afetada na medida em que os horários de sono são particularmente prejudicados pelas longas jornadas de trabalho. Mais horas de trabalho significam menos tempo de recuperação, menos horas de sono, mais fadiga e maior pressão psicológica, que vão por sua vez acentuar ainda mais o impacto do trabalho extraordinário, quando este é mantido ao longo do tempo. Estes efeitos são especialmente agravados quando os trabalhadores não se sentem justamente recompensados pelo seu esforço.

As longas jornadas de trabalho são, por si só, um fator de risco de doença, sendo que o seu efeito é do tipo dose-resposta, aumentando o risco à medida que aumenta o tempo de exposição. Desde os anos 60 do século XX que se conhecem estes efeitos, que foram particularmente estudados nos anos mais recentes na área da DCV e da DCC, na saúde mental e na ocorrência de acidentes de trabalho ou até mesmo no impacto que produzem em certas estruturas orgânicas, acelerando por exemplo a aterosclerose e promovendo alterações do perfil lipídico. Além dos problemas que trazem aos trabalhadores

diretamente afetados, as longas jornadas de trabalho causam impactos sociais, nomeadamente através do aumento dos acidentes rodoviários ou dos efeitos negativos nos resultados dos doentes tratados em serviços de saúde por profissionais sujeitos a excesso de trabalho. À luz da evidência acumulada e sendo reconhecido que muitos destes problemas podem ser prevenidos, parece ser urgente adequar o trabalho à dimensão humana ao invés de o programar ao ritmo da concorrência desenfreada imposta pela globalização.

Referências bibliográficas

- BRISBOIS, M. & Chalupka, S. (2010). Overtime Work-Related to Increased Risk of Incident Coronary Heart Disease? *American Association of Occupational Health Nurses Journal*, 58 (7), 312. doi: 10.1177/216507991005800706
- CHOI, B., Schnall, P., Dobson, M., Garcia-Rivas, J., Kim, H., Zaldivar, F., ... Baker, D. (2014). Very Long (> 48 hours) Shifts and Cardiovascular Strain in Firefighters: a Theoretical Framework. *Annals of Occupational and Environmental Medicine*, 26 (1), 1-9. doi: 10.1186/2052-4374-26-5
- FORBES, M., Arthur, T., Manoharan, B., Jones, R., & Kay, M. (2016). Junior doctors and overtime: the Queensland experience. *Internal Medicine Journal*, 46 (5), 635- 637. doi: 10.1111/imj.13032
- HWANG, W. & Hong, O. (2012). Work-related cardiovascular disease risk factors using a socioecological approach: implications for practice and research. *European Journal of Cardiovascular Nursing*, 11(1), 114-126. doi:10.1177/1474515111430890
- IMAI, T., Kuwahara, K., Nishihara, A., Nakagawa, T., Yamamoto, S., Honda, T., ... Dohi, S. (2014). Association of overtime work and hypertension in a Japanese working population: A cross-sectional study. *Chronobiology International*, 31 (10), 1108-1114. doi: 10.3109/07420528.2014.957298
- JACKSON, G. (2011). Pressure of work and overtime shortens life. *International Journal of Clinical Practice*, 65 (10), 1019. doi: 10.1111/j.1742-1241.2011.02777.x
- JIN, K., Lombardi, D., Courtney, T., Sorock, G., Li, M., Pan, R. ... Perry, M. (2012). A case-crossover study of work-related acute traumatic hand injuries in the People's Republic of China. *Scandinavia Journal of Work Environmental Health*, 38 (2), 163-170. doi:10.5271/sjweh.3262
- JONES, C., Payne, K., Gannon, B., & Verstappen, S. (2016). Economic Theory and Self-Reported Measures of Presenteeism in Musculoskeletal Disease. *Current Rheumatology Reports*, 18 (8), 52-67. doi: 10.1007/s11926-016-0600-1

- LAAKSONEN, M., Lallukka, T., Lahelma, E., & Partonen, T. (2012). Working conditions and psychotropic medication: a prospective cohort study. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 47 (4), 663–670. doi: 10.1007/s00127-011-0372-x
- LANDSBERGIS, P., Janevic, T., Rothenberg, L., Adamu, L., Johnson, L., & Mirer, F. (2013). Disability Rates for Cardiovascular and Psychological Disorders Among Autoworkers by Job Category, Facility Type, and Facility Overtime Hours. *American Journal of Industrial Medicine*, 56 (7), 755–764. doi: 10.1002/ajim.22191
- LEARY, A., Punshon, G., & Mason, I (2018). Modelling the Inflammatory Bowel Disease Specialist Nurse Workforce standards by determination of optimum caseloads in the United Kingdom. *Journal of Crohn's and Colitis*, 12, 1295-301. doi: 10.1093/ecco-jcc/jjy106
- LI, C., Guob, P., Okekunle, A., Ji, X., Huang, M., Qi, J., Jiang, Y. ... Lid, R. (2018). Lean non-alcoholic fatty liver disease patients had comparable total caloric, carbohydrate, protein, fat, iron, sleep duration and overtime work as obese non-alcoholic fatty liver disease patients. *Journal of Gastroenterology and Hepatology*, 34 (1), 256-262. doi:10.1111/jgh.14360
- LI, J. & Siegrist, J. (2018). The role of compensation in explaining harmful effects of overtime work on self-reported heart disease: Preliminary evidence from a Germany prospective cohort study. *American Journal of Industrial Medicine*, 61 (10), 1-8. doi: 10.1002/ajim.22895
- LIU, X., Huang, G., Huang, H., Wang, S., Zong, Y., & Chen, W. (2016). Transient Risk Factors for Acute Occupational Hand Injuries Among Metal Manufacturing Workers: A Case-Crossover Study in Southern China. *The American Journal of Medicine*, 59 (10), 832–840. doi: 10.1016/j.amjmed.2015.12.029
- LOVGREN, M., Gustavsson, P., Melin, B., & Rudman, A. (2014). Neck/shoulder and back pain in new graduate nurses: A growth mixture modeling analysis. *International Journal of Nursing Studies*, 51 (4), 625–639. doi: 10.1016/j.ijnurstu.2013.08.009
- MANSUR, A, Rocha, M., Leyton, V., Takada, J., Avakian, S., Santos, A., Novo, G., ... Rohlfs, W. (2015). Risk Factors for Cardiovascular Disease, Metabolic Syndrome and Sleepiness in Truck Drivers. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 105, 560-565. doi:10.5935/abc.20150132
- MCINNES, G. (2010). Overtime is bad for the heart. *European Heart Journal*, 31 (14), 1672–1673. doi:10.1093/eurheartj/ehq116
- MEYER, R., Wang, S., Li, X., Thomson, D., & O'Brien-Pallas, L. (2009). Evaluation of a Patient Care Delivery Model: Patient Outcomes in Acute Cardiac Care. *Journal of Nursing Scholarship*, 41 (4), 399–410. doi: 10.1111/j.1547-5069.2009.01308.x
- NDEJJO, R., Musinguzi, G., Yu, X., Buregyeya, E., Musoke, D., Wang, J., ... Ssempebwa, J. (2015). Occupational Health Hazards among Healthcare Workers in Kampala, Uganda. *Journal of Environmental and Public Health*, 1, 1-9. doi: 10.1155/2015/913741

- OHGURI, T., Narai, R., Funahashi, A., Nishiura, C., Yamashita, T., Yarita, K., & Korogi, Y. (2009). Limitations on Work and Attendance Rates after Employees with Cancer Returned to Work at a Single Manufacturing Company in Japan. *Journal of Occupational Health*, 51 (3), 267-272. doi: 10.1539/joh.O8013
- PARKS, C., DeRoo, L., Miller, D., McCanlies, E., Cawthon, R., & Sandler, D. (2011). Employment and work schedule are related to telomere length in women. *Occupational and Environmental Medicine*, 68 (8), 582-589. doi:10.1136/oem.2010.063214
- SHIOZAKI, M., Miyai, N., Morioka, I., Utsumi, M., Hattori, S., Koike, H., ... Miyashita, K. (2017). Job stress and behavioral characteristics in relation to coronary heart disease risk among Japanese police officers. *Industrial Health*, 55 (4), 369-380. doi: 10.2486/indhealth.2016-0179
- STURM, H., Rieger, M., Martus, P., Ueding, E., Wagner, A., Holderried, M., & Maschmann, J. (2019). Do perceived working conditions and patient safety culture correlate with objective workload and patient outcomes: A cross-sectional explorative study from a German university hospital. *PLoS ONE*, 14 (1), 1-19. doi:10.1371/journal.pone.0209487
- TSUBOYA, T., Aida, J., Osaka, K., & Kawachi, I. (2015). Working Overtime and Risk Factors for Coronary Heart Disease: A Propensity Score Analysis Based in the J-SHINE (Japanese Study of Stratification, Health, Income, and Neighborhood) Study. *American Journal of Industrial Medicine*, 58 (2), 229-237. doi: 10.1002/ajim
- VIRTANEN, M., Ferrie, J., Singh-Manoux, A., Shipley, M., Vahtera, J., Marmot, M., & Kivimaki, M. (2010). Overtime work and incident coronary heart disease: the Whitehall II prospective cohort study. *European Heart Journal*, 31 (14), 1737-1744. doi:10.1093/eurheartj/ehq124
- VIRTANEN, M., Stansfeld, S., Fuhrer, R., Ferrie, J., & Kivimaki, M. (2012). Overtime Work as a Predictor of Major Depressive Episode: A 5-Year Follow-Up of the Whitehall II Study. *PLoS ONE*, 7 (1), 1-5. doi: 10.1371/journal.pone.0030719
- WANG, A., Arah, O., Kauhanen, J., & Krause, N. (2015). Work Schedules and 11-Year Progression of Carotid Atherosclerosis in Middle-Aged Finnish Men. *American Journal of Industrial Medicine*, 58 (1), 1-13. doi: 10.1002/ajim.22388
- YAO, X., Dembe, A., Wickizer, T., & Lud, B. (2015). Does time pressure create barriers for people to receive preventive health services? *Preventive Medicine*, 74, 55-58. doi: 10.1016/j.ypmed.2015.03.008
- ZIEMSKA, B., Klimberg, A., & Marcinkowski, T. (2013). Psychosocial factors and health status of employees at the Poznan University of Medical Sciences. *Annals of Agricultural and Environmental Medicine*, 20, 539-543.





Por um novo SNS

ANA ALEIXO

Introdução

A pandemia de covid-19 que assolou o planeta vai demonstrar que comportamentos devemos mudar nas nossas vidas. Vamos entrar ou entrámos numa era diferente, de crise global, e que vai atingir mais duramente os que pertencem às classes mais frágeis e as mais idosas, com o aumento de desemprego, pobreza, conflitos sociais e políticos.

As razões que levaram à libertação deste vírus são várias: a existência de mercados de animais selvagens na China e o modo de vida das sociedades na Europa e no continente americano, que não vão mudar tão depressa quanto desejaríamos. Mas existe um traço comum que devemos salientar quando observamos estes acontecimentos: o aumento da população no planeta. O aparecimento e aumento de humanos infetados é mais evidente em cidades com grande volume populacional, aumento de emissões de CO2 e crescimento de cimento, miséria suburbana de que é exemplo Wuhan. Milão, apesar da sua capacidade em unidades de saúde de grande qualidade, não foi poupada, assim como Paris e Madrid e outras grandes cidades da Europa e dos EUA, como Nova Iorque.

Estes exemplos significam que as sociedades capitalistas cujo objetivo é o lucro têm invadido o meio não-urbano, transformando a nossa relação com a natureza, com os animais, com a floresta, destruindo os ecossistemas, levando a que as sociedades humanas sejam atingidas por vírus que saltam a barreira animal e se propagam a humanos e de humanos para humanos. A globalização, os fluxos migratórios, as alterações climáticas, com a destruição dos habitats naturais, foram fundamentais para o desenvolvimento e crescimento deste vírus que apresenta uma elevada transmissibilidade e mobilidade, que a globalização facilitou.

Não temos qualquer dúvida de que o atual modo de vida ocidental (social, lazer, trabalho), baseado numa sociedade capitalista, vai ter de ser mudado de modo a conter esta e outras “vagas” epidémicas. As formas de organizar



a sociedade em que vivemos têm de repensadas e alteradas sob pena de continuarmos a ser vítimas de pandemias por total desorganização ambiental e social. Não sabemos se essa mudança vai resultar devido ao medo de sermos atingidos por pandemias sucessivas ou por ação política de contestação contra o modo de vida que se vai instalar no contexto desta pandemia: miséria, desemprego, fome. Mas esta pode ser a razão que pode obrigar a uma mudança pelas suas consequências, ao atingir as cadeias de transmissão fundamentais ao capitalismo desregulado das últimas décadas e à globalização. É fundamental lutar por uma evolução para uma sociedade mais justa, mais humanizada, com redução dos abismos sociais, compensação da força de trabalho, por melhores condições de habitação, de educação e pela existência de ascensores sociais para que as gerações possam evoluir com mais conhecimentos e informação que contribuam para o bem-estar social próprio e da sociedade em que vivem. Pelas suas consequências tão evidentes, este é um momento que pode obrigar a uma transformação e deve ser aproveitado nesse sentido. Um dos exemplos desta mudança está na necessidade de um novo SNS, que vai continuar a enfrentar esta pandemia.

Algumas lições foram rapidamente entendidas pela população de países desenvolvidos e a mais importante foi a necessidade de ter serviços de saúde públicos preparados para o presente e para o futuro. Se a mudança de sociedade for lenta e difícil, podemos ser vítimas de novos episódios pandémicos e necessitamos de estar preparados para os enfrentar.

1. A primeira lição, a mais evidente, é que necessitamos de um SNS robusto, economicamente saudável, alargado, gratuito, universal, pago com os nossos impostos, com profissionais tanto em dedicação exclusiva do pessoal médico como em 35 horas de trabalho. Este SNS foi desmantelado pelo estado capitalista com criação de hospitais privados com fins lucrativos, e esta finalidade tem sido atingida com facilidade no tratamento de doenças crónicas não transmissíveis. Após a Segunda Guerra Mundial e com a introdução dos antibióticos e o tratamento de doenças infecciosas das quais a mais grave era a tuberculose e mais tarde o HIV, as patologias que passaram a ser dominantes foram as doenças cardiovasculares e, um pouco mais tarde, as doenças oncológicas. Porque tratar doenças infecciosas não é lucrativo, os sistemas privados dedicaram-se ao tratamento e métodos de diagnóstico destas patologias crónicas não infecciosas. Para poderem controlar estes segmentos de doentes foi

necessário (com apoio político) reduzir o custo do trabalho no SNS e atrair os seus profissionais para os hospitais privados.

Neste momento e perante um espectro de pandemias que parecem não ter fim, a única estrutura que pode tratar este tipo de patologia, exigente nos cuidados e nas capacidades dos profissionais, é o SNS. Este tem agora a sua oportunidade de ressurgir adotando algumas antigas premissas e adaptando as suas estruturas a novas formas, mais organizadas e com maior facilidade de administrar os seus efetivos. Algumas consideradas essenciais são:

- a] O SNS deve voltar a ter carreiras de médicos, enfermeiros, AAM e administrativas.
- b] Estes profissionais devem ter acesso a remunerações dignas, tanto nos horários normais de trabalho como no horário noturno e de fim de semana de acordo com o horário extra.
- c] Número de pessoal médico de acordo com 35 horas de trabalho médico ou com 40 horas em dedicação exclusiva, às quais são acrescentadas as horas extra de serviço de urgência e de urgência interna, o que significa que devem existir médicos suficientes para cobrir estes horários e não deve ser utilizado o horário de 35 ou 40 horas para fazer os serviços de urgência externa e interna. A reforma destes profissionais deve estar de acordo com as horas totais de trabalho na sua vida ativa. O SNS bem organizado é sustentável desde que esteja bem organizado e com recursos humanos e técnicos bem aproveitados nas suas diferentes áreas de trabalho. Deve promover a prevenção, tratamento e seguimento das doenças nos cuidados primários, hospitalares, continuados e paliativos.
- d] Refazer a relação de unidade funcional para cada região e de acordo com o nível populacional, hospital central, hospital distrital, centros de saúde e unidades de apoio domiciliário e cuidados paliativos entre todos os profissionais de saúde.
- e] Os hospitais universitários devem trabalhar em parceria com as universidades do País.
- f] As carreiras médicas devem ter ligação ao ensino com doutoramento e restantes graus académicos, pagamento de horário escolar executado tanto nas faculdades como nos hospitais onde se faz o ensino clínico.

- g] A carreira de investigação ligada às faculdades de Medicina deve trabalhar em colaboração com os hospitais centrais, especialmente os que fazem ensino médico.
- h] Na sua cadeia de comando os conselhos de administração dos hospitais devem ser constituídos pelo diretor clínico, diretor de enfermagem (eleitos entre pares) e pelo administrador delegado e diretor do hospital nomeados pelo Ministério da Saúde na base da sua carreira médica e de administração hospitalar, em comissões de três anos apenas extensíveis a mais uma comissão.
- i] Deve existir uma ligação na estrutura da organização hospitalar de modo a construir uma cadeia de distribuição de serviços de cima para baixo. Devem estar em ligação clínica e informática e em rede entre todos. Além de se aproximarem de quem necessita delas, a sua organização é mais barata porque o grau de complexidade, maior nas unidades mais importantes e tecnologicamente mais atualizadas, fica à disposição de toda a unidade funcional de saúde e com o acesso facilitado. O custo do seu funcionamento é menor por não existirem repetições de exames e de avaliações clínicas e a tecnologia utilizada pode ser reposta quando a sua vida útil termina.
- j] É necessário refazer uma arquitetura de cuidados de proximidade, cuja destruição há 15 anos tem dificultado o acesso das populações aos centros de saúde.
- Os hospitais devem estar organizados do ponto de vista informático tanto nas áreas clínicas como nas áreas de organização financeira e ligação às plataformas do Ministério da Saúde e Direção Geral de Saúde. Esta estrutura permite acesso facilitado a determinados procedimentos que permitem o conhecimento de todos os doentes, conforme a sua área de residência.
- k] Por estas razões, a existência de hospitais monovalentes (maternidades, pediátricos, doenças cardíacas, doenças oncológicas, doenças pneumológicas, hospitais psiquiátricos) deve (de futuro) ser evitada, porque necessitam de infraestrutura de diagnóstico e de apoio de especialidades médicas e cirúrgicas no mesmo hospital. Um exemplo: maternidades que necessitam de apoio cardiológico, cirúrgico de urgência durante o parto, etc.

- l] Todas as unidades funcionais devem ter ligação direta aos centros de saúde por via informática e estes são a *porta aberta do sistema*.
- m] É necessário terminar com o *sistema hospitalocêntrico*, sob pena de nunca ser possível ter contas equilibradas no SNS. Habitualmente 50% do seu orçamento é gasto em despesa de recursos humanos, mas se o hospital efetuar procedimentos com *case-mix* elevado pode ser ressarcido pelo Estado destes custos. Este *case-mix* elevado está dependente da patologia, da complexidade dos procedimentos, do tempo de internamento e do sucesso final, isto é doente com alta, vivo ou morto e o valor pago pelo Estado é naturalmente diferente. Isto quer dizer que um hospital bem organizado pode reduzir os seus custos em pessoal apesar de aumentar o seu número para cobrir o serviço de urgência e recusar pessoal médico e de enfermeiros de agências de *man-power*, aumentando o seu orçamento com práticas clínicas mais corretas.
- n] Os serviços de urgência devem ter uma dimensão relacionada com o número de doentes/dia que recebem. A partir de um determinado número tornam-se ineficientes, extremamente dispendiosos pelos custos de pessoal de saúde que envolvem, tanto em trabalho diurno como noturno e fins de semana, além de a quantidade de doentes envolvidos ser propícia ao erro médico ou erro em medicina que pode causar a morte de um doente, que seria evitável num sistema bem organizado.
- o] O serviço de urgência deve ter uma direção de serviço com três assessores para Urgência Geral e um assessor para o Serviço de Urgência Pediátrica ou o Serviço de Urgência de Obstetrícia e Ginecologia. Estes profissionais, que estão ligados aos Serviços de Urgência, estão sob a coordenação do diretor clínico, que deve ter, diariamente, a informação sobre o número de doentes entrados, doentes internados e em que departamentos, doentes que aguardam no Serviço de Observação o internamento ou a alta, informação sobre regras de funcionamento ou falta de pessoal de saúde para cumprir o Serviço de Urgência. Com estas regras, o diretor clínico consegue, mediante as suas funções no Conselho de Administração, melhorar o funcionamento do Serviço de Urgência e evitar congestionamento com abertura de outras camas, noutros serviços, para internar estes doentes. Todos os trabalhos de investigação demonstram uma ligação direta de infeções nosocomiais,

aumento da morbidade e mortalidade com o número de dias de internamento no Serviço de Urgência.

- p] Os Serviços de Urgência devem ter Sistemas de Triagem de Manchester para poder estabelecer a gravidade da doença e evitar tempos de espera perigosos para a sobrevivência dos doentes. O Sistema de Manchester já foi testado em vários países ocidentais e deve ser executado pelos enfermeiros mais experientes (com delegação de responsabilidade médica pelo diretor clínico) e reenviar para os centros de saúde os doentes rotulados de verde ou azul que devem acudir à verdadeira porta de entrada do SNS, que é o Centro de Saúde, centros que devem ser compensados com profissionais de saúde para poder receber estes doentes. Deve ser salientado que o Sistema de Triagem de Manchester não está estruturado para a suspeita de infeção por covid. Os hospitais com Serviço de Urgência devem ter entradas e salas de espera separadas para doentes com suspeita de infeção.
- q] É evidente que a estrutura hospitalar existente não pode ser mudada de um dia para outro, mas deve ser tida em conta e sempre que haja construção de estruturas novas, estas devem obedecer a regras que, em situações de emergência de pandemias, possam dividir-se rapidamente em zonas limpas/sujas. Existem projectos de Serviços de Urgência para serem construídos durante estes anos pandémicos de modo a evitar infeções e fazer dos serviços de urgência verdadeiros *clusters*. Estes serviços devem estar separados fisicamente e os profissionais que trabalham numa área não devem trabalhar na outra. Para que não existam situações de exaustão (no caso de novo recrudescimento da pandemia), as equipas médicas devem ser alternadas neste tipo de trabalho, tanto em cuidados intensivos, como em enfermarias e serviço de urgência. Em qualquer local de trabalho no SNS a segurança dos profissionais (batas, máscaras, sapatos) deve estar garantida para evitar que possam contrair a infeção do covid e infeções bacterianas hospitalares que já existiam antes.
- r] Contudo e porque a realidade em que vivemos e ainda vamos viver nas próximas décadas é diferente, a estrutura, alguma abandonada, dos hospitais de doenças infecciosas e psiquiátricos deve ser retomada, como aconteceu durante esta crise da covid-19 (por exemplo, algumas áreas dos Hospitais Curry Cabral, Pulido Valente e Miguel Bombarda,

para referir só Lisboa, mas existem outros no País). Estas estruturas devem manter a sua abertura para poderem receber doentes em caso de exaustão dos hospitais e ser preparadas para serem utilizadas em momentos de pandemia e de modo rápido e eficiente, mantendo as normas de linhas limpas e sujas perfeitamente definidas para defesa dos doentes e do pessoal de saúde.

- s] Investimento na carreira médica de Saúde Pública integrada no Ministério da Saúde, mas existente tanto nos hospitais como nos centros de saúde, unidades de apoio domiciliário e de cuidados paliativos e com ligação aos delegados de saúde.

Sabemos hoje quais são os *clusters* em que a mortalidade por covid-19 foi maior: densidade populacional, tipo de trabalho (matadouros, por exemplo), locais com défice de saneamento básico, de condições de habitabilidade, populações suburbanas com níveis de miséria, bairros de migrantes, prisões, quartéis, lares de idosos, esquadras de polícia, fábricas com número elevado de trabalhadores, escolas, transportes públicos.

- t] Os centros de saúde devem funcionar como estruturas de proximidade para os doentes e devem ter Medicina Geral e Familiar, Pediatria, Obstetrícia, Medicina Oral e Psiquiatria. Devem funcionar todos os dias das 8 horas da manhã às 20 horas e devem funcionar aos sábados e domingos para doentes urgentes. Os médicos podem estar ou não em exclusividade e ter, como agora, uma lista de doentes próprios que incluem os seus familiares.

- u] A ligação aos centro de saúde e hospitais de primeira ou segunda geração deve ser por meios informáticos e o pedido de consulta da especialidade deve ser feito também por meio informático com indicação do grau de urgência, e estes meios devem ser usados até à exaustão. Se acharem que o doente que acede ao centro de saúde corresponde a uma situação urgente e que pode ser resolvida no hospital, deve ser enviado com indicação escrita, falada por internet ou escrita por email e integrada no processo do doente. Um dos problemas financeiros do SNS é a quantidade de exames repetidos e desnecessários porque foram perdidos na confusão que existe no sistema hoje em dia e que urge organizar rapidamente e quando repetidos são pedidos aos sistemas privados com elevados custos para o SNS.

- v] Os centros de saúde devem dispor de análises de química básica, RT-PCR Covid-19 e RX de tórax e ECG. Neste contexto de crise pandémica e com o aumento das doenças mentais, os cuidados de proximidade devem ter o apoio de um gabinete com psiquiatra, psicólogo e enfermeira de saúde mental.
- w] Quando os exames complementares de diagnóstico feitos nos centros de saúde entram no sistema podem ser observados pelos médicos hospitalares que estão no SU. O facto de estarem no sistema informático, repito, implica a sua não repetição. O sistema tem de estar preparado para tratar não só os doentes de covid-19 como todos aqueles com doenças crónicas não transmissíveis.
- Em Portugal deve existir o Cartão de Radiação. Os doentes são submetidos a muitos exames radiológicos e outros são repetidos porque se perdem. Os exames radiológicos são particularmente importantes porque a radiação fica retida, é somada à anterior e pode ser uma explicação para o pico de doenças hematológicas do foro oncológico.
- x] Os acessos às unidades de saúde devem ser claros e respeitar a prioridade a dar aos doentes, por exemplo nos parques de estacionamento dos hospitais e outras unidades de saúde, que devem passar a existir.
- y] As unidades, quer os centros quer os hospitais, devem ter parques de estacionamento, acesso rodoviário, por autocarro e/ou metro que permita a facilidade do acesso aos doentes e profissionais de saúde. As unidades de saúde, de preferência, devem estar na coroa das cidades e não no centro, porque o acesso é mais fácil, principalmente quando se trata de emergências. Mais uma vez, esta decisão deve ser a opção futura de novos edifícios.
- z] O INEM é outra peça fundamental na aproximação dos doentes graves aos hospitais e deve estar preparado com ambulâncias com suporte avançado de vida e com pessoal de saúde habilitado a tomar decisões urgentes e, mais uma vez, preparados para defesa de infeções, pandémicas ou não. Do mesmo modo, deve estar em ligação com o Centro de Referenciação de Doentes Urgentes em Call-Center, CODU, para encontrar, com mais facilidade, a unidade de cuidados intensivos ou serviço de urgência que possa tratar o doente. Neste caso, o centro é avisado e prepara com antecedência a receção do doente.

Investimento na carreira médica de Saúde Pública integrada no Ministério da Saúde, mas existente tanto nos hospitais e centros de saúde, com ligação aos delegados de saúde e outras estruturas de uso público coletivo por entendermos ser fundamental a perceção precoce de sinais que nos podem avisar sobre que medidas devem ser adotadas e, mais importante, medidas de vigilância e deteção de clusters que podem infetar uma agregado populacional e impor um confinamento localizado.

As regras básicas de combate à pandemia, e únicas até agora, devem ser mantidas num contexto de legalidade, isto é uso de máscara dentro de edifícios e em ambientes abertos mas com muita população, manutenção do distanciamento, lavagem de mãos. A política de testar, alertar e isolar deve ser mantida com indicador de urgência pelos profissionais de saúde pública e deve ser executada com rapidez e identificar a existência do vírus, isto é pessoas infectadas, para poder proceder ao isolamento.

Deve ser feito um mapeamento destas zonas consideradas possíveis *clusters* pelo conhecimento adquirido até agora. Indicadores como população por 100 mil habitantes, nível económico, grau etário e saneamento básico deficitário. Estes fatores devem ser considerados em graus de prioridade e de probabilidade de infeção, divididos em pequeno, médio e grande (para determinar a frequência com que devem ser avaliados), prazos de vigilância e desinfeção. A classificação de gravidade sobre a possibilidade de constituir *clusters* de infeção serve para considerar protocolos de vigilância para estas zonas e ainda, se necessário, constituir cercas sanitárias.

Este ponto é fundamental porque não podemos fazer frente a pandemias sem equipas treinadas e em colaboração com a DGS, mapear todo o País e considerar o risco por diferentes critérios: pequeno, médio ou grande de implosão de surto que se pode estender rapidamente. Existe ainda a necessidade de trabalhar com sistemas informático com bases de dados de doentes, assintomáticos, localização e risco para poderem ser estudados rapidamente.

Em alguns países, e com sucesso, as autoridades sanitárias fizeram o controlo dos hospitais que tinham doentes com covid-19 internados; o número, o tempo de internamento, o local de internamento, datas de ingresso, alta e morte. Estes dados, além de poderem dar uma visão mais abrangente da situação sanitária do País, dada a localização dos hospitais também permitem visualizar as zonas mais infetadas e com necessidade de testar doentes.

Em suma, para além do investimento na estrutura física dos hospitais e no aumento de profissionais nomeadamente da área dos cuidados intensivos, medicina interna e médicos de medicina familiar, temos de pensar que nesta fase existe muito trabalho a fazer a montante:

1. a educação da população perante uma pandemia. Razões sobre os comportamentos pedidos, que pode ser feito com a ajuda de figuras públicas.
2. preparação a montante de um cenário de diagnóstico precoce de infetados, rede de infeção e possibilidade de serem montadas cercas sanitárias localizadas.
3. os indivíduos em contacto com indivíduos infetados colocados em quarentena.
4. vacinação da gripe sazonal para reduzir o seu peso, tendo em conta que os procedimentos de máscara, distanciamento e lavagem de mãos podem diminuir o número de doentes atingidos pela gripe sazonal.
5. aumento dos recursos humanos a montante para poder ter a Rede de Saúde 24 a funcionar, mais médicos de saúde pública, formação dos médicos que não entraram nas vagas de especialidades iniciarem formação sobre os inquéritos epidemiológicos.
6. plataformas informáticas que facilitem o acesso aos cidadãos e grupos de risco com possibilidade de ter programas de avaliação contínua dos grupos de risco.

Resolução do problema dos idosos

Este problema é muito importante nas sociedades ocidentais e, com a pandemia de covid-19 aprendemos que não sabemos tratar bem os nossos maiores de idade. Isto envolve uma problemática de alteração de valores éticos e humanos, mas está muito relacionada com os problemas que as sociedades ocidentais apresentam: as pessoas vivem mais anos, mas não vivem melhor esses anos. Várias razões podem ser citadas: financeiras, pela forma como o trabalho dos filhos está organizado ou desorganizado, por razões económicas, trabalho precário e horários excessivos.

Assim, podemos dividir as soluções possíveis em duas hipóteses:

1. Famílias com altos rendimentos e ética mantêm o idoso em casa de família e cuidam dele até à sua morte com o apoio de um cuidador certificado. A morte em casa ainda é motivo de medo, mas quando se trata de situações de final de vida, os cuidados prestados em casas com conforto e alívio da dor

são mais próprias de seres humanos. Internar um doente em final de vida num hospital é próprio de uma sociedade sem valores éticos e extremamente deseducada sobre o que é vida e que a morte tem de ser assumida com a dignidade que merece. Mesmo um doente infetado pode ser colocado em casa com isolamento próprio (quarto e casa de banho).

2. Famílias de classe média vão ter dificuldades em cuidar do idoso em sua casa, principalmente quando este deixa de ser autónomo e necessita de ser colocado num lar de idosos.

Existem lares de idosos para as restantes classes sociais: da Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia, de iniciativa privada e lares ilegais.

Esta pandemia mostrou que grande parte dos que morreram estavam em lares de idosos (50%). Quer dizer que esta solução não permite segurança perante uma infeção, pandémica ou não, e que nos lares de idosos não tem havido formação adequada para cuidar destes idosos e vigiar a situação de início de infeção. É necessário que sejam criados protocolos de atuação para que seja detetada a infeção o mais precocemente possível e tomadas decisões de internamento ou de isolamento. O Estado tem a obrigação de zelar por todos os cidadãos.

Mas que soluções podemos encontrar para as classes médias e trabalhadoras que não possam ter os seus idosos em casa?

É um problema de solução mais complicada, mas podemos assegurar que os lares, quer pertençam à Segurança Social, a autarquias, à Santa Casa da Misericórdia e mesmo os lares privados devem ter um teto protetor do Ministério da Saúde e do centro de saúde que esteja mais perto. Devem ser definidas as condições destes lares, construção, quartos únicos com casa de banho.

Os lares devem ser certificados pelo Ministério da Saúde e os cuidados médicos devem ser orientados pelos médicos e enfermeiros do centro de saúde. Um lar de idosos não deve ser considerado um hospital, mas deve ser uma última casa onde um ser humano idoso possa encontrar conforto e segurança na fase final da sua vida.

Os cuidadores informais que trabalhem nesses lares devem ter formação no centro de saúde e, se possível, passar por um treino num hospital, em enfermarias de Medicina, Ortopedia, Oncologia, para obterem um certificado também. Os lares serão certificados e periodicamente avaliados pelo Centro de Saúde (médicos e enfermeiros). Os cuidadores que o lar pode contratar

devem ter uma formação própria e certificada pela unidade de saúde que, nestes casos, dada a proximidade, é o centro de saúde.

Os lares de idosos devem obedecer a protocolos de vigilância e atuação para detetar a via infecciosa e seus canais de transmissão. É necessário evitar, quanto mais precocemente possível, a transmissão da infeção a um idoso com o risco de propagação muito rápida pela existência de comorbilidades e reduzida imunidade.

Os doentes em hemodiálise

Outro problema que preocupa a gestão do SNS neste contexto pandémico são os doentes em hemodiálise, por várias razões:

1. o transplante de órgãos começou nos países ocidentais e em Portugal nos anos 80.

2. O transplante renal é, de todos os transplantes, o mais fácil em termos técnicos. É preciso é que existam órgãos e colheita nos serviços de urgência.

3. Os órgãos são obtidos em doentes pós-trauma e retirados ainda em fase final, quer dizer ainda com dadores vivos antes de desligar todos os suportes de vida, como a ventilação assistida ou a circulação assistida. São retirados os rins, córnea e ainda coração, fígado e pâncreas.

4. Os transplantes mais fáceis de executar são os renais. Todos necessitam de centros especializados, que existem em Portugal, mas unicamente nos hospitais públicos.

5. Uma instituição nacional do sangue e do transplante, dependente do Ministério da Saúde, contém todos os dados dos doentes em lista de espera e pode verificar se o dador é compatível com algum doente nessa lista.

6. O aumento da idade dos doentes e as patologias concomitantes implicam que cada vez existam menos dadores. A existência do INEM que consegue, dentro da chamada “*golden-hour*” assistir doentes mais jovens que, noutra circunstância morreriam por acidente, conseguiu reduzir a mortalidade e morbilidade destes doentes e não serem dadores.

7. Existem em Portugal muitos doentes em lista de espera para transplante. Contudo, para os doentes renais a existência da hemodiálise permitiu que a espera fosse feita e mitigada em sessões semanais de hemodiálise até que exista um dador. Alguns doentes pela idade, superior a 70 anos, estão excluídos do transplante.

8. Com a melhoria dos cuidados hospitalares em Portugal muitos doentes ficaram em hemodiálise, primeiro em hospitais com a especialidade de Nefrologia. Os médicos nefrologistas, em grupo, decidiram montar clínicas para tratar estes doentes com contratos feitos com o Ministério da Saúde.

9. Na década de 90 estas clínicas foram compradas por operadores privados e existem em grande número em Portugal. Os nefrologistas venderam a sua posição a estes operadores e apenas ficaram com uma posição de responsáveis técnicos destas clínicas, que implicam equipamento e manipulação de vias de acesso. Estes doentes, além da sua doença, têm um sistema imunológico muito deprimido. São locais em que o aparecimento de uma infeção viral pode ser explosiva.

10. A Direção Geral de Saúde garante que estes centros têm as suas regras e condições para evitar surtos deste tipo, mas convém considerar que se acontecer um surto pode ser explosivo porque funcionam 24 horas por dia com pessoal técnico e médico de urgência que vem de fora, portanto com possibilidade de transportar o covid-19.

11. Nestes momentos virais não podemos deixar de preocupar-nos com estas clínicas mais apetrechadas que os lares de idosos, mas também propensas à disseminação infecciosa. É impossível, de momento, imaginar a solução deste problema e a mudança de todos estes doentes para a esfera direta do SNS devido ao seu número avultado, embora todos sejam pagos pelo SNS. É também difícil imaginar que se consigam programas rápidos de transplante.

12. Estes centros de hemodiálise que o Estado paga a entidades privadas devem obedecer a protocolos que possam prevenir a infeção por covid porque são doentes de risco.

Finalmente, um último ponto importante. Devemos, os que achamos que a sociedade deve mudar para melhor, aproveitar este momento para pôr em causa o desmantelamento do SNS e utilizar os fundos que a UE vai enviar para recolocar o SNS no lugar que lhe compete para defesa da população. É uma oportunidade única. Deve ser trabalhada politicamente de modo a confrontar o modo como o poder político, que afirma querer um SNS, que dizemos que é sustentável se for bem orçamentado, ainda não foi capaz de o reorganizar com medo de confrontar os *lobbies* dos cuidados de saúde. O poder financeiro também necessita de um SNS forte e seguro para relançar a economia e, pela

primeira vez, coloca essa segurança como obrigatória. Chegou a oportunidade que temos de aproveitar.

Referências bibliográficas:

1. Se préparer maintenant pour anticiper un retour du virus à l'automne. 27 Juillet 2020. Conseil Scientifique Covid-19. France.
2. Why inequality could spread Covid-19. *The Lancet/ Public Health*, vol 5, May 2020. [www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667\(20\)30085-2/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667(20)30085-2/fulltext)
3. Covid-19. Towards controlling of a pandemic. *The Lancet* 2020, March 17. <https://doi.org/10.1016/S0140-6736/20/30673-5>
4. WHO. A coordinated Global Research Roadmap.
5. Strategies shift as coronavirus pandemic looms. <https://science.sciencemag.org/content/367/6481/962>
6. Post-pandemic recovery: use of scientific advice to achieve social equity, planetary health, and economic benefits. *The Lancet/Planetary Health* Vol 4, Set 2020 [https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(20\)30176-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(20)30176-5/fulltext)
7. <https://www.healthrecovery solutions.com>
8. Community Health Centers and Covid-19-Time for Congress to Act. *N Eng J Med* 2020; 383: e54. DOI: 10.1050/NEJM p2020576
9. Seeing Covid-19 through José Saramago's 'Blindness'. *The Lancet*, vol 395, June 2020. [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(20\)31352-0.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(20)31352-0.pdf)
9. The emergence of SARS-CoV-2 in Europe and North America. *Science* 10 Set. 2020. <https://science.sciencemag.org/content/370/6516/564>



O trabalho e os dias no Paleolítico Superior

MIGUEL REAL

Bô, o primeiro europeu

A mulher que me dá a seiva foi atacada, chamo-lhe ablalá porque assim me canta para eu adormecer, um doce embalar que me amacia o corpo e me cerra as pálpebras, quente no seu colo, corpo acalorado pelas labaredas do fogaréu que afasta os bichos rastejantes e uivantes, foi atacada por um daqueles bichedos de longos cornos, eu grito, berro com quantas forças, nada mais posso fazer, é preto e suado, brilhante como a noite no céu, jogou ablalá ao chão, espojou-a e arrastou-a, ela dobrou-se sobre si, como eu quando tenho medo, ablalá rolou e redemoinhou, saltou sobre o focinho do mostrengo preto, fincou os pés nas suas narinas, que fumegavam de fúria, agarrou-se aos seus chifres e pulou para o costado, vincando as unhas e as mãos no pescoço, gostei, ablalá não se deixa vencer, defende-me e defende-se, com ela sinto-me seguro, o auroque escuro esperneia e escoiceia, alquebra o costado, agitando-o repetidamente, tenta jogar ablalá de cima de si, a grande-bá aproxima-se, homens e mulheres brandem os piques aguçados, com ponta de pedra, urram esforçadamente como o urso peludo, bufam e ostentam os curtos caninos, como hienas do mato, ferem o peito com punhadas como o macaco que, conta-me a ablalá, segundo as lendas da grande-bá, deixámos para trás, na terra onde os nossos antepassados nasceram, ablalá diz que sou filho desta terra fértil, por isso me chama bô, os outros também, mas sei que foi ela quem me pôs o nome, gosto do meu nome, é redondo como o de ablalá, roda na boca como um seixo, sabe a terra nova, vivemos os dois, somos uma bá, dormimos grudados um no outro, eu aninhado no colo dela, ela abraçando-me, aquecendo-me, uma nova terra, bô, mais fria, com muita água do céu, por vezes adormeço entre as pernas de ablalá, respirando-lhe o odor da fonte da vida, que beijo apeticidamente, sugando-lhe a seiva, já sei que foi daquela escuridade que vim, ela caminha sempre à minha frente, vira as pedras, receando lacraus pontiagudos, protege-me das aves altivas que planam sobre o arvoredado, atentas a um descuido da ablalá para me furtarem, não entramos numa caverna que os homens



não joguem um rincão de carne crua para o seu interior, prevenindo ser casa do urso dormidor ou sombra refrescante do leão, lá dentro, para eu adormecer sem medo, ablalá, diz-me que a nova terra é boa, macia, fresca e fértil e os bichos menos arrojados, o sol menos ardente e o vento não carrega areia, perguntei-lhe o nome desta terra, ela improvisou, eu percebi, ró, e a anterior, fri, nessa noite tinha tantas perguntas por fazer mas adormeci de seguida, também não as saberia fazer, o meu espírito prenuncia-as mas a língua não se mexe, não tinha palavras para tantas perguntas, apontava para os altos cumes brancos, queria perguntar o que era aquela alvura cristalina, um branco mais branco que o branco, não sabia dizer as palavras, não as tinha, mas era o que sentia, as palavras nascem-me na boca quando delas preciso, mas nomes das coisas não, rá picou o auroque na coxa, a ponta da lança espetou-se na carne, rutilando seiva igual à minha e à da ablalá, manchando o solo, arquejou o bicho danado num salto encovado, uma fiada do cabelo da ablalá prendeu-se na ponta de um dos chifres, a sua cara foi jogada violentamente contra o pescoço do bicho, tombou para a erva, o auroque disparou num estampido furioso, arrastando-a, assustei-me, a grande-bá, correndo, rodeou-o, anavalhando-o com a ponta de pedra dos machados e dos piques, ablalá, saltou de novo para o costado do bicho e enterrou-lhe no flanco carnudo a ponta bicuda de um punhal de pedra, uma, duas, três vezes, à quarta o animalejo claudicou, coxeando, perdendo velocidade, até se espojar no chão com um mugido que me arrepiou a pele, homens e mulheres caíram sobre ele, rasgando-lhe a pele dura, estripando-lhe o corpo, esfacelando-o, retalhando-o, matando-o, eu sorri, tínhamos carne para comer e sangue para beber, abracei alegre ablalá, rodeando-lhe uma perna com os meus curtos braços, ela, orgulhosa de ter matado o auroque, elevou-me sobre a sua cabeça, estendeu os lábios e beijou-me, gargalhando, um gargalhada de júbilo, a boca muito aberta, a esplanada dos dentes coruscando ao sol, o olhar desnordeado, soltando um urro de vitória.

Éramos uma grande-bá, mais do que o total dos meus dedos das mãos e dos pés, mas não muito mais, eu era o único de corpo pequeno, ainda não caçava nem lutava, as minhas mãos ainda não seguravam com solidez a haste redonda de madeira dos machados e dos piques, dos grandes e dos pequenos, estes sobejavam-me em altura, ablalá depusera-me na cintura nua uma enfiada de conchas marinhas e, no pescoço, uma tira de couro com dois caninos de raposa que, depois de raspados com osso de chifre de rena, a mulher de cabelos brancos passara pelo vapor da fogueira, afasta o mal e o perigo, disse-me,

sentia-me protegido por todos, homens e mulheres, e por aquela terra nova, a ró, menos agreste que a fri, dizia ablalá, embora mais fria.

Todos os sóis aprendia palavras novas, que tentava articular, mas a grande-bá comunicava pouco por palavras, mais por gestos, iam substituindo lentamente estes por palavras novas, que eu logo soletrava, aprendendo-lhes o sentido – pedra, o nome dos animais, caverna, fogo, água, árvore, fruto, machado, pique, punhal, osso, carne, água do céu, água da terra, peixe, arco-íris, anúncio dos invisíveis de que doravante tudo correria bem.

Homens e mulheres despelavam o auroque, raspavam a pele, esfolavam-lhe o corpo, já o tinham decapitado com três grossas pedras tombadas sobre o pescoço, um punhal de pedra acabara o trabalho, deram-me a beber do sangue que esguichara do pescoço aberto, quente e acre, bebera-o na concha da mão, sabia bem, não comia há três sóis, espremera os seios de ablalá, mas a seiva branca já não saía, fez-me sede e dirigi-me para a borda do ribeiro, uma mulher ensaiou gestos sibilinos com o braço e ablalá gritou-me, moveu ondulantemente um braço, talvez tivesse serpes de água, já as vira noutro riacho, fui lá espreitar, eram cobras verdes, que ondeavam de cabeça de fora do fundo do leito, pequenas, cria que não me fariam mal, mas obedeci à mulher, e afastei-me, procurei um regueiro da margem, atirei pedras para espantar algum bicho que ali tivesse ficado preso e, com as mãos em concha, bebi com fartura, enchendo a barriga de água, dissolvendo o sabor enjoativo do sangue.

A mesma mulher que me avisara carregava gravetos soltos, enchendo com pedras e colmo a cova de uma fogueira, rá, o homem que seguia sempre à frente da grande-bá, orientando-a, dando ordens, sendo por todos consultado com respeito, até com temor, lascava e raspava pedras, donde chispavam faúlhas, acendendo o fogo que tornaria macia e apetecível a dura carne do auroque, a dos flancos traseiros, mais mole e apetecível, aproximei-me, ele sorriu, exclamou, bô, percebeu, eu queria aprender a fazer brotar das chispas aquelas labaredas quentes que queimavam a carne e, se não travadas, se estenderiam pelo solo, incendiando a terra, ele passou-me duas pedrinhas para a mão, eu raspava-as, chocava-as, mas nada faiscava, ele riu-se com agrado, querendo dizer que me escasseava força nos dedos, percebi, fiquei a ver, a amontoar restolho, apontou para um monte de pedras, rodeei a futura fogueira de pedras e sentei-me, admirando a sua arte. Ele era o homem do fogo e das palavras que soavam como ordens e eu desejei um dia ser também um homem do fogo – foi

o meu primeiro desejo, esse e o de nunca perder ablalá, a minha protetora. Só mais tarde, era já eu adulto, se inventou, e eu aprendia-a logo, a palavra mãe.

Sentados em volta da fogueira, queimámos uma perna do auroque e metade de uma ilharga e comemo-las retalhada em iscas pelas mulheres, que as depunham cruas e vermelhas sobre pedras e as tiravam com a ponta de um pique de pedra, esfriando-as com o sopro e levando-as à boca, o sol declinou, as sombras escureceram e a lua rebrilhou, um homem atçou o fogo, um homem e uma mulher, abraçados, afastaram-se, outro homem e outra mulher levantaram-se, fizeram com os dedos nos olhos sinal de que ficavam de vigia, as hienas e os lobos eram bicho patife, eu brincava com as cinco crias de lobo, levei-lhes iscas de carne crua, que as inquietou, gemendo e ganindo, tentando libertar-se da fiada entrançada de pele que os prendia ao tronco de uma árvore, no final, beiços manchados de sangue, levei-os à margem do ribeirinho para saciarem a sede, afaguei-os, dava-lhes murraças sempre que mordiscavam a minha mão, ablalá, fazendo-o, ensinara-me, pespegas uma punhada sempre que eles mostrarem os dentes, e fazia-o, os lobinhos chiavam de dor, enroscando-se uns nos outros, cada um escondendo-se atrás dos outros, era o meu contributo para a grande-bá, tratar dos lobinhos, dar-lhes comida, constituíam uma reserva de alimento, se este escasseasse matar-se-ia o lobinho mais anafado, já tínhamos matado e comido a sua ablalá, agora íamo-los matando e comendo à medida que iam crescendo.

À entrada da caverna onde a grande-bá se recolhera, ablalá deitou-me no seu colo, embalou-me, cantou-me a toada com que me aprestava a dormida, quando terminou encostou as costas ao tronco de um arbusto interior e contou-me uma história, eu adormecia embalado pelas suas palavras engasgadas, que eu fixava mas pouco compreendia:

O fogo

Do céu, senhor do firmamento, geraram-se duas crianças, irmãs, o sol e a lua, no princípio viviam juntas sob o olhar protetor do céu, para as diferenciar, as duas redondinhas, a uma coloriu de amarelo, a outra de branco, não as deixando afastar do seu regaço, mas as crianças eram ousadas e, mal apanhavam o céu a dormir, ambicionavam, cada uma, ir para mais longe e mais longe, afastando-se, uma pedra gigantesca, brilhante como o fogo, irrompeu inesperadamente entre os três e quase ia matando uma das crianças quando estas se tinham afastado, o céu zangou-se, decidiu que estaria sempre com uma, como uma companheira permanente, e dividiu-as, quando uma estivesse com o céu, seu protetor, a outra estaria

ausente, para além do céu, no mundo invisível, que não conhecemos, depois voltaria esta e a primeira ficaria escondida nuns esconsos atrás do mar. Por isso, quando o sol nos ilumina, a lua esconde-se, com medo de ser castigada pelo céu, e quando a lua brilha o sol lá está, nos fundos dos montes ou do mar, o sol obedece ao céu e todos os dias faz o mesmo trajeto, mas a Lua é irrequieta, curiosa, e busca outros caminhos, desaparecendo, depois, quando tem fome, volta para comer em companhia do céu, este, contrariado, não gostando de se ver no escuro e tendo pena de nós, homens e animais numa escuridão total, deixou-nos bocadinhos de sol para nos iluminar quando a lua desaparece – e assim nasceu o fogo.

Quando acordei, o sol ainda não se levantara, perto, um homem e uma mulher batalhavam os corpos um contra o outro, rá dormia espojado ao lado da fogueira, enrolado em dois piques, um longo, para os grandes quadrúpedes e as aves de fortes carnes que poisavam nos ramos das árvores, outro curto, para os pequenos, que perseguia entre as árvores, toda a noite rá abastecera o fogo de gravetos, o brilho do fogo, o calor, as labaredas altas afugentavam os bichos que de longe cheiravam a carne morta do auroque, as mulheres tinham-lhe envolvido o corpo com ervas fragrantes escolhidas pela mulher de cabelos brancos, que o disfarçava, mas mais perigoso seriam outros homens, de outras bás, quando aqui chegámos vimo-los no cimo da colina, não os conhecemos, afugentaram-se, mas rá, o homem que nos guia, disse não ser por medo, pressentia, não os conhecia, não gosto do seu aspeto, entroncados, grossos peitos, ombros salientes, não se lhes via o queixo, narizes grossos, cabeça fugida para trás, protuberâncias sobre os olhos, procurei o sol, uma lívida mancha anunciava-o rasando os altos montes, as sombras esfumavam-se, e apontou para mim, eram homens semelhantes a bô, a claridade avolumava-se, ablalá debruçava-se sobre o fogo queimando carne, que me daria, deixei-me ficar deitado, corpo amortecido pelo colmo, enrolado numa pele de gazela, espreguiçando-me, sabia-me bem ter uma ablalá que de mim cuidava, dera-me a seiva do seu corpo, agora dava-me calor e proteção, sentia-me apaziguado a seu lado, enrosquei-me, fechei os olhos e avivei as recordações, pressentia, sem saber explicar, ser importante o que ia aprendendo, pouquíssima experiência tinha mas esta ensinava-me que a minha sobrevivência dependia do que a grande-bá me ensinava.

O medo de bô

Tudo me faz medo, menos os afagos de ablalá e as brincadeiras com os lobinhos. O colo de ablalá aquieta-me, protege-me, o tufo de pelos acinzentados dos lobinhos acalma-me e distrai-me, deixei-me ficar à entrada da gruta enrolado na pele de veado de ablalá, fui buscar os cinco lobinhos, enroscámo-nos os seis, eles subiam-me o corpo, eu puxava-lhes a cauda, enfiava as patas de um na cabeça de outro, eu gritava, eles gemiam, ablalá mandou-me para dentro, apresou os animais na tira grossa de pele branca de marta, ligada a outras cinco, que a todos prendia, o grande sol clareava mas o tempo mudara, ventos uivantes começavam a fazer-se ouvir, homens e mulheres corriam para a entrada da caverna, miravam o horizonte, ablalá disse uma palavra que eu já tinha ouvido, uma tempestade aproximava-se, rá dava ordens fulminantes, brutas, guardavam-se as peles da grande-bá, protegiam-se os piques, montava-se uma pala no fogo, o vento penetrava na gruta, rodopiava sobre si próprio e, rabiando, circundava-nos, o céu troava, falava com urros medonhos, explodia de nuvens cinzentas e enxurradas de água, procurei ablalá, um medo terrível enchia-me o corpo, trazidos pelo vento saracoteavam tufos de poeira, grãos de areia atulhavam-me a boca, ablalá enrolou-me totalmente na pele de veado, forçou-me o corpo a encostar-se às pedras irregulares da parede, a água do céu desabou furiosamente sobre o solo poeirento, encharcando o chão, limpei a boca dos grãos de areia, as águas do ribeiro, encrespadas, galgaram as margens, ressumavam das paredes do teto da gruta regueiros de água-do-céu, os lobinhos gemiam assustados, os pelos alagados, peguei atabalhoadamente neles, prendendo-os pelo pescoço e depu-los no cimo da pedra a que me encostara, uma vaga de água cobriu-nos os pés nus, só rá embrulhara os seus em pele dura de cavalo, nunca vira tanta água fora dos ribeiros e dos rios, um frio gélido entrou na caverna, arrepiando os nossos corpos, as árvores à nossa frente abanavam, oscilando, como se quisessem libertar-se da terra e fugir, as ramagens desarvo-radas, ramos chocalhando contra ramos, tudo era novo para mim, habitualmente o céu despedia aguaceiros, não correntezas de água que, tombadas, provocavam riachos, que, acumulados, se tornavam em verdadeiros rios, a água chegava-me aos joelhos, ablalá levantou-me e depôs-me no cimo do penedo, ao lado dos lobinhos, rá correu para dentro da caverna, era curta e baixa, carregada de ossos velhos nos esconsos escuros, fora um abrigo de urso ou de leão, os ossos eram os seus despojos, rá urrou palavras de aviso, como se

estivéssemos a ser atacados, advertia, teríamos de fugir, sair e subir o monte, apontava para cima, o som sincopado e monocórdico do vento e da água do céu encrespava-nos a cabeça, apavorando-nos, todos começavam a gemer, um arrulho baixo, lamentoso, que rapidamente se tornou em gritaria convulsa, as mãos levadas à cabeça, os esgares de horror, os dentes rosnando, homens socando goradamente o vento e a água, combatiam o mal com as defesas que tinham nos punhos, com os gritos esparvoados, eu aterrorizei-me, as lágrimas soltaram-se-me, abandonei a pele de veado, os lobinhos, procurei as pernas de ablalá, a que me agarrei, unhas vincadas nas suas coxas, a força da água puxava-me, os braços de ablalá envolviam a mulher de cabelos brancos, que fraquejava, olhos desorbitados, tão aterrorizada quanto eu, defendendo-se com um arrazoado de palavras sem nexos, uma melopeia secreta e encantada para afastar o mal, rá alçava sobre a cabeça as brasas do fogo embrulhadas numa fração de grossa pele de urso, afanava-se por um e por todos os lados, berrando, o grande sol desaparecera, ensombrado por um céu tão escuro que o horizonte parecia noite de breu, e de repente, a gruta aclarou-se como se banhada por um sol ofuscante, um clarão faiscante mais luminoso que o próprio dia tomou conta do nosso abrigo, espantando-nos e aterrando-nos, as pernas agarradas ao chão, o corpo hirto de pânico, olhámos para a entrada da gruta e para o céu, partido ao meio por um risco irregular de luz, que tudo iluminava, os nossos olhos, entre o espanto e o pavor, contemplavam aquela faixa de luz que dividira o céu em duas partes, rá e todos nós fincámos os corpos às paredes, as bocas abertas, mudas de assombro, e eis que, como cúmulo máximo do medo, um estouro rebentou no céu, seguido de novos estrondos tão imponentes como o primeiro, eu agarrei-me às pernas de ablalá a chorar e a gritar, mulheres e homens atiraram-se para o chão alagado, a gemer, a chiar, a carpir, a lamuriar, outros a berrar, a mulher de cabelos brancos clamava pelos espíritos dos antepassados, os invisíveis, que apaziguassem o espírito dos céus, das águas, dos ventos, bradava por dé, de quem todos éramos longínquos filhos, alçava e baixava os braços continuamente, lançando súplicas, rá preocupava-se com as brasas, tapando-as ciosamente, e com todos, afastando-nos da entrada da gruta, ablalá com a mulher de cabelos brancos, que, de olhos cerrados, gemia continuamente, não se sabia se se lamentava, se lançava uma prece aos espíritos invisíveis, as mãos espetadas no peito, o olhar de dor e medo, homens fustigavam com lanças o vento e a água, querendo domá-los ou expulsá-los, um lobito caíra do alto da pedra, ficara preso pela trela de marta, que o

asfixiava, vi mas não tinha força para me libertar das pernas de ablalá, o lobito esperneava furiosamente, a boca cada vez mais aberta, o pescoço asfixiado, a língua de fora, tesa, não tirava os olhos dele, devia ajudá-lo, mas o medo prendia-me as pernas, ir libertá-lo significava abandonar a proteção de ablalá, os gritos obrigaram-me a virar o olhar para fora, um grande fogo, ao longe, tomara conta do arvoredo, a água do céu não era suficiente para apagá-lo, fiquei-me a contemplá-lo, amedrontado mas maravilhado com as labaredas e as volutas do fumo cinzento, de repente rá gritara a palavra que significava perigo, à porta da caverna um urso peludo castanho aparecera, com a tempestade regressara ao seu abrigo, abria a bocarra, mostrava os dentes esbranquiçados, a língua rosada, a goela hiante, os beiços ainda vermelhos da carne duma presa, urrou descomunalmente, rá, perfílado, jogou as brasas contra o urso, adiantou-se com dois piques longos, um em cada mão, berrou, ameaçou o gigante, o urso recuou, elevou-se, em pé, deitava sangue do pescoço, estava fragilizado, rá percebeu e fez sinal para sairmos, ele cobria-nos, fomos saindo com rá ameaçador interposto entre o urso e nós, saí agarrado a ablalá, que puxava a mulher de cabelos brancos, lancei um olhar esgazeado para os lobinhos, o que se suspendia do cordão estancava a agitação dos membros, os olhinhos desorbitados, a língua rígida fora da boca, os outros quatro gemiam, pareceu-me que olhavam para mim ansiosamente, buscando auxílio, começámos a subir a colina, o vento e a água do céu tinham amainado, rá era o último, o urso fez uma investida, uma patada pelo ar, rá escapou, baixando-se, e lançou um pique ao peito do urso, acertou no pescoço, que já sangrava, a carne medonha do urso descontrolou-se com a dor, dobrou-se sobre si próprio e fugiu rugindo, rá apanhou-nos na subida, fazendo sinal com os braços para que nos apressássemos, o urso, furioso, podia voltar para trás e perseguir-nos, rá não conseguiria travar um animal enfurecido decidido a vingar-se, a mulher de cabelos brancos vacilava, arfava, as duas mãos enterradas no peito, ablalá adiantou-se, puxando-a e arrastando-me, eu não me soltava da sua perna, as minhas unhas cravavam-se mais fundo, fios de sangue, lavados por água do céu, corriam na sua coxa, olhava de baixo para a sua cara, mas ablalá não mostrava dor, pelo contrário, com um braço aninhava-me contra si e, com o outro, apoiava a mulher de cabelos brancos, chegámos ao cimo da colina exaustos, encharcados, eu perdera a pele de veado, presa num arbusto, a mulher de cabelos brancos sentou-se numa rocha, ablalá massajava a perna ferida, vimos o urso ao longe aos saltos, cabriolava sobre si jogando-se contra os troncos das árvores, a dor devia

enfurecê-lo, desapareceu no meio da floresta, rá soltou três urros, descarregava nos rugidos a fúria de que fora apossado, a água do céu parou, como veio assim se foi, os ventos uivantes amainaram e o grande sol, pai de todos nós, brilhou incandescentemente, secando a terra alagada. Eu não parava de chorar, as lágrimas e a baba corriam sobre a cara molhada, ablalá sentou-me, tapou-me com uma pele de rena, limpou-me as lágrimas com a mão e, para me acalmar, contou-me a história da primeira pedra.

A criação das pedras

Quando o firmamento côncavo tirou de si um pedaço do corpo, fazendo a terra que pisamos, o solo era instável, volúvel, fluido, uma espécie de lama funda. Quando fez o homem e a mulher e os restantes seres móveis, percebeu que estes não conseguiam andar, as patas prendiam-se-lhes na areia liquidificada, por exemplo, para perceberes, para subirmos esta encosta demoraríamos vários sóis, e sempre com um esforço recrudescido. Cada animal via-se constringido a permanecer no sítio onde nascera. Então pensou, tenho de inventar algo de firme, de estável, onde o homem e a mulher e os animais possam fincar as suas patas e caminhar sem grande esforço, irem daqui para ali. Perguntou-me ablalá: o que achas que o firmamento inventou? Eu, já sem chorar, de cara seca, respondi orgulhoso: as pedras, os rochedos, os penedos.

As sementes de bô

Ablalá, sentada, adormecia bô, afagando-lhe o cabelo crespo, limpando-o de folhinhas e sementinhas, embalava-o no seu colo como se bô ainda fosse menininho, inspirava fundo, entreabria os lábios e deixava soltar-se o vento do peito compondo uns breves acordes regulares e cadenciados, ablalá descobrira que este sopro do peito, assim manobrado, era diferente do som que proferia quando grunhia e falava, espantara-se quando percebera que bô gostava e que a toada harmoniosa o serenava, serenando-a igualmente a ela e a todos os membros da grande-bá que perto se encontravam, ablalá dissera à mulher de cabelos brancos que devia fazer o mesmo – cantar – quando invocava dé, os mortos e os espírito invisíveis, rogando-lhes segurança e recursos para os vivos, devia cantar, os invisíveis deviam gostar.

Tinham regressado à caverna, recolhido os pertences e partido, os tições ardentes tinham-se transformado em cinzas frias e húmidas, rá teria de fazer fogo de novo, aticá-lo a partir de erva seca, era o que não havia, os campos estavam alagados e ablalá, bô e a mulher de cabelos brancos tinham dormido

juntas sobre uma pedra do cimo da colina, ablalá enfiara o corpo de bô na sua recuperada pele de veado, cobrindo-o, bô alegrara-se quando, pela aurora, entrara na gruta e vira a agitação dos quatro lobinhos presos, que ganharam e chiaram mal o viram, o lobito pendurado pelo cordão estava imobilizado, o corpo estendido, hirto, pendente, bô sabia que a imobilidade significava morte e a morte o desaparecimento ou a ausência do que no íntimo de cada ser o fazia mover-se, dos olhos às pernas, já tinha visto muitos animais mortos, e mesmo dois adultos do grande-bá, mas pela primeira vez bô sentiu pena, algo revolteou dentro de si, como um aguilhão na carne mas sem carne, um espinho interior que o desgostava e o deixou triste, puxou ablalá para si, apontou para o lobinho e soluçou, o coração atormentado pela compaixão, sentiu em si todas as dores que o lobinho devia ter sentido, querer respirar e não poder, querer encontrar um apoio fixo para as suas pernas e não encontrar, ablalá fez uma festa nos cabelos de bô, deixava emergir no seu interior o sentimento de tristeza de bô, mas reagiu, deslaçou o animalzito, depô-lo entre as mãos de bô, fez sinal a este, saíram da gruta e dirigiram-se à primeira árvore, ablalá abriu uma cova com as duas mãos, procurou folhas largas, bô depôs o corpo do lobinho entre as folhas, ablalá tapou-o com outras, enrolou-o nelas, e bô depositou-o entre os tentáculos de uma das raízes, taparam-no com terra, bô levantou-se, sabia o que havia de fazer, abraçou o tronco da árvore, despedindo-se do lobinho, ablalá chamou a mulher de cabelos brancos, que proferiu uns sons desconexos, uns mais altos do que outros, como um rogo, uma súplica sagrada, pedia que o espírito da árvore acolhesse o espírito do lobito, bô deu rincões de carne aos lobinhos, fez-lhes festas, explicou-lhes na sua linguagem natural que o seu companheiro tinha partido.

Rá deu ordem, cada um com os seus apetrechos, afastaram-se da caverna, se o urso recuperasse regressaria, aquela era a sua morada, onde comia e repousava das caminhadas em busca de presas, todos perceberam, nós somos estranhos, vamos procurar uma nova caverna, caminhámos em direção aos bosques ardidos no dia anterior, rá tinha esperança que a avalanche de água do céu não tivesse apagado todas as labaredas, que um lunaréu ainda espreitasse, tínhamos ainda carne do auroque nas peles fechadas que transportávamos presas às costas, rincões crus, outros assados e secos, mas era imperioso encontrar fogo, já não conseguíamos comer carne crua, o sangue agoniava-nos, só quando a fome nos dilacerava o ventre, rá mandara fechar com cordões de lianas as peles onde transportávamos carne, alguma carne crua começara a apodrecer,

só podia ser comida passada pelo fogo, o cheiro pestilento começava a aflorar ao nosso faro, rá vigiava, saltitava sobre pedras elevadas, mirando em redor, receava que os necrófagos nos perseguissem, cercando-nos, suspendendo-se para nos atacar quando a grande lua emergisse no céu, bô levava os quatro lobinhos numa bolsa de pele preta raspada de texugo, os lobinho inquietavam-se, queriam sair, chiavam, guinchavam, ablalá fez sinal a rá, desassossegada, percebi, os lobinhos davam sinal de medo ou de inclinação, atração, felinos, hienas ou lobos perseguiram-nos, rá subiu a uma árvore, regressou, deu ordens para deitarmos para o solo toda a carne crua, espalhada por um círculo grande, se fossem necrófagos seria suficiente para os estancar, avançamos com uma direção determinada, rá tinha lobrigado algo ao longe, ablalá disse fô, sorrindo, contente, afagando a barriga, sim, era, muito ao longe, um arvoredado que fumegava e ardia.

Não tínhamos encontrado nova caverna, rá instalou-nos entre os ramos mortos de uma árvore gigantesca que tombara com a tempestade, a folhagem abundante dava-nos alguma proteção do vento, o solo continuava alagado mas aquela área não tinha ardido, rá e outros adultos fizeram uma espécie de gruta cingida de ramos folhosos, ablalá e eu abrimos três covas e trouxemos pedras para as encher, seriam três fogueiras que nos protegeriam toda a noite, amontoámos lenha até à minha altura, comemos a carne seca, não havia água, estancámos a sede, tínhamos de procurar o rio de que nos tínhamos perdido e caçar de novo, a mulher de cabelos brancos afastou-se, clamando as invocações a dé, as súplicas, os rogos, as graças por nos ter salvado da montanha de carne do urso, dos ventos uivantes e da avalanche das águas do céu, e nos ter trazido até este rincão pacífico de terra. Dormi no colo de ablalá, enrolado com ela na sua pele de veado, com os quatro lobinhos presos a meu lado, e ablalá, inspirando bom ar, trabalhando-o com a língua, como descobrira na noite anterior no cimo da colina, cantou para mim uma melopeia lenta e harmoniosa, depois, porque eu não conseguia adormecer, contou-me uma história.

A grande-terra

Antes da lua e do sol terem nascido, o céu, senhor do firmamento, vivia sozinho, não tinha bá, contemplava-se com a milícia de olhos que nele reluzem à noite, ora observava para um lado, ora para outro, para trás nada podia ver porque não tinha costas – e ablalá afagava as costas de bô. O tempo passava vagaroso, como as águas do rio que passa parecendo imóveis, quando olhava para um dos seus lados, os olhos do lado contrário, reluzindo,

pareciam acelerar o tempo, mas, se assim se deixasse, o vagar de novo tomava conta, e a lentidão importunava o Céu. Um dia o Céu pensou, não vou olhar para os lados, vou olhar em frente. Rasgou de si um pedaço do seu corpo – bô abriu os olhos, ablalá percebeu, não, não lhe doeu, porque o seu corpo é tão imenso e tão numeroso de partes que um pedaço a mais ou menos não o apoquentava – e lançou-o para a sua frente com toda a força que tinha e assim fez a Grande-Terra, onde habitamos. Agora, escusava de olhar para os lados, podia olhar sempre em frente e distrair-se com o mundo de coisas que aqui aconteciam: águas, fogos, montanhas, nuvens, altos, baixos, planuras, animais – bô encostou uma mão ao peito de ablalá e outra ao seu, mas ablalá disse que não, não, animais como nós ainda não havia.

Ablalá também não dormia bem, confiava nos quatro companheiros da vigília noturna, mas dentro de si revolteavam-lhe os pensamentos, bô adormecera, os lobinhos e a mulher de cabelos brancos também, em torno habitava um sossego manso, cálido, as três fogueiras eram continuamente espevitadas pelos vigias, por cima de ablalá uma lua majestosa inundava a grande-bá e iluminava um céu azulino e iridescente, ablalá beijou bô, sentiu vontade de o fazer, de apertar contra si aquele menino, de quem nunca se separava e ele dela, como dois membros do corpo único, saíra do seu ventre mas as crianças da grande-bá eram filhas de todas as mulheres e filhos de todos os homens, bô devia procurar qualquer mulher que a protegesse e alimentasse, e agora uma e depois outra, como faziam todas as crianças, mas bô era diferente e as mulheres hesitavam, tinha o queixo metido para dentro, um nariz grosso, dilatado, uma testa oblíqua, o peito entroncado, pertencia à grande-bá, mas não era bá, ablalá percebia, bô teria de provar merecer pertencer à grande-bá, por isso ablalá não se separava de bô e bô de ablalá, as mulheres poderiam fazer queixa de ablalá a rá e à mulher de cabelos brancos, podiam expulsá-la, todas as crianças eram filhos de todos os adultos, ela não podia açambarcar bô... a não ser que justificasse – fora a grande ideia que a lua lhe dera, contemplava-a sentada, rogava-lhe auxílio, quase chorava, e tão pouco chorara em vida, e, inesperadamente, saltara-lhe na mente que bô era só seu porque não era filho de nenhum homem da grande-bá, a sua semente viera de fora, bô nada devia à grande-bá, assim explicaria se fosse provocada, bô é só meu, eu sei quem foi o pai, as outras crianças desconhecem quem seja o seu pai, só sabem da mulher que as pariu e elas próprias desconhecem de que homem veio a semente. Basta olhar para a figura de bô para se perceber que a sua raiz não estava na grande-bá.

Um dia na vida de bô

Ablalá ensinava bô a britar os ossos da rena que a grande-bá tinha caçado e a sacar a medula, que chupavam, contentes, sabia que ele gostava muito do tutano dos ossos, gelatinoso, rá, cauteloso, dava ordem para que atirassem os ossos para longe da caverna onde se tinham acolhido, mandava bô fazê-lo, abrindo-lhe os olhos, fazendo cara séria, os fiapos de carne atraíam predadores, deu o exemplo, com um fémur da rena abriu uma cova e levou alguns ossos para lá, cobrindo-os com terra enlameada, com a ajuda de bô depositou uma vasta pedra sobre a cova, a mulher de cabelos brancos queimava os ossos pequenos na fogueira, seriam depois lascados para a feitura de pontas aguçadas para os piques, a grande-bá reunia-se à entrada da nova gruta, não era bem gruta, era uma concavidade ampla, larga mas pouco profunda, no final de uma encosta escarpada, sustentada por um enorme paredão de pedras soltas e abrigada por um emaranhado denso de moitas altas de carrascos, libertava-nos da chuva e do vento e protegia-nos à noite, rá deu ordens a todos, uns a raspar e a molhar a pele da rena, depois exposta ao sol, sobre as moitas ou pendurada em ramos de árvores, outros, dois a dois, a procurar comida, cavalos, lebres, coelhos, veados, javalis, marmotas, gazelas, auroques, um adulto fez-se entender apontando os braços para sítios longínquos, as renas estavam a desaparecer, rá confirmou, animal fácil de caçar mas havia cada vez menos, e descobrir um rio, rá disse cav(alo), todos perceberam, o cavalo era mais fácil de caçar a atravessar um rio, rá pegou nos dois chifres da rena, avermelhados de sangue, com restículos de carne, e fez sinal a dois adultos, um homem e uma mulher, fabricar punhais, a mulher de cabelos brancos inspecionava as redondezas, colhia num côncavo de pele bagas e bugalhos, amontoava folhas de arbustos rasteiros, verdes e castanhas, frescas e secas, pequenos frutos carnosos, que cheirava, provava e raspava na pele, esperando sentir ou não um prurido vermelho, se sim, eram peçonha, jogava fora, rá apontou para dois adultos e abriu desmesuradamente os olhos, disse a palavra para vigia, atalaia, lançou os braços para a frente e voltou-nos as costas, desaparecendo entre o maciço de arbustos com uma machado de pedra numa mão e uma lança com ponta de chifre de javali na outra. Ablalá ajudava a raspar a pele da rena com uma pedra aguçada, desbastando o tegumento de carne do interior, iria apodrecer, cheirar mal, torná-la inútil para nos cobrir, fez-me ver que precisávamos de uma nova pele de veado, para nos cobrirmos de dia e aquecermos de

noite, e duas peles para envolvermos os pés, peles de coelho, de marta ou de marmota, aproveitaríamos quando estes se recolhessem a dormir o grande sono, caçá-los-íamos, apontou para o ar, percebi, estava frio e o solo húmido, e depois para o chão, pedregoso, simulou que se ferira na ponta de uma pedra, eu ri-me da sua brincadeira e fui libertar os meus quatro lobinhos, um adulto pegou num deles, e apalpou-o, sorriu para mim e levou a mão à boca, dizendo, comer, eu, sem saber porquê, espetei-lhe uma canelada, o meu pé era fraco e não o feriu, ele continuou a rir, eu não queria que os lobinhos fossem comidos, ele apontou para os meus pés, afagou a pele castanha-acinzentada das quatro crias e mostrou os seus dois pés cobertos de pele de lobo, espetei-lhe nova canelada, já não gostou, abalá parou de raspar a pele da rena e interveio, mostrou os dentes ao homem, rosnando, ele virou-lhe as costas, eu agarrei-me aos quatro lobitos, abracei-os, enrolei-me no chão com eles, brincando, mordiscavam-me a orelha e o nariz e rosnavam para mim, eu fazia o mesmo com eles, prendendo-lhes o pescoço com os meus dentes, apertava, eles ganiam, a mulher de cabelos brancos estendeu no solo a pele e o que colhera, pegava em cada baga, em cada folha, em cada fruto, esmagava-o entre as mãos, rolando estas, provava com a língua, cheirava, guardava ou deitava fora, enrolava na pele o que guardava, punha as folhas no chão a secar ao sol, para depois ralar e moer, fazer um pó seco, levantou-se e foi atijar a fogueira.

Os adultos regressaram, punha-se o grande sol, enchendo o que a vista alcançava de um brilho ardente, que depressa virou cinza, um verde crepuscular, anunciando a negrura da noite, nuvens escuras corriam no céu, amontoando-se, uma humidade nebulosa que se pegava à pele envolvia-nos e escondia-nos, tinham descoberto um rio, mas não cavalos, uma bá de javalis dessedentava-se nas suas margens, rá regressou já o negrume nos cobria, trazia quatro coelhos pendurados às costas num cordame de ramículos entrelaçados preso no pescoço, debateu com os homens, rá não gostava de caçar javalis, apontava para as pernas, tinha visto muitos homens de pernas feridas quando caçavam javalis, este atacava o homem com os dois dentes curvos e mordida as pernas, defendia-se até morrer, não fugia, era um animal pequeno mas muito perigoso, curto e possante. mais do que o lobo, com a rena e os coelhos tínhamos carne para uns dias, e começou a pegar na multidão de peles que jaziam na terra, a levantá-las, foi buscar um ramo, espetou-o no solo e depôs a pele maior, a dele, de um urso, na ponta do ramo, rá tinha encontrado e espiado uma outra grande-bá, a dos homens baixos, sem testa e queixo, com grande

protuberâncias de carne sobre os olhos, não viviam em cavernas nem ao relento, com paus cruzados e peles montavam uma espécie de grutas volantes, onde se abrigavam do vento e da água do céu, ao centro a fogueira, mantendo o corpo quente, rá disse, vamos caçar cavalos ou auroques, com a pele de três ou quatro fazemos as nossas futuras casas.

A sagração de bô

Sucedendo-se sóis e luas, bô, para além da guarda dos quatro lobinhos, ora já crescidinhos, seguia rá a todo o momento, este combinara com ablalá, rá puxara bô para o seu lado e informara a grande-bá, apontando para a cabeça da criança, dizendo o nome por que ablalá o tratava, a mulher de cabelos brancos aproximara-se de bô e, entoando palavras desconhecidas, uma toada descompassada, acompanhada de gestos bruscos atirados para o ar e para o solo, passava as palmas das mãos abertas pela cara de bô, correndo-as de cima para baixo, no final, envolvera as mãos na cinza fria, compondo uma pasta escura, e tingira as faces de bô, do pescoço ao cabelo. A grande-bá, desordenadamente, seguia, não os vocábulos da mulher de cabelos brancos, sem nexos entre si, só pela sua autora conhecidos, por vezes improvisados espontaneamente, mas a entoação da récita, imitava-lhe os últimos sons e seguia as inflexões dos braços, a batida dos pés sobre o solo, o palmear das mãos, um ou outro grito estridente, bô foi obrigado por rá a alongar-se no chão, o peito encostado à terra arenosa, os lobinhos, ora mais corpulentos, ganiam, presos a uma árvore, porventura assustados com o clamor cada vez mais sonoro, bô estendeu uma mão aberta na sua direção para os acalmar, olhou-os meigamente, mas eles não se aquietavam, a mulher de cabelos brancos pisou as costas de bô, os dois pés a vincarem a carne, repisava esta, bô sentia o peito a rebentar, o coração a martelar, o sangue a correr, tremia, rá convidou os restantes membros da grande-bá a imitarem a mulher de cabelos brancos, cada um calçou as costas de bô com a sola couraçada dos pés, ablalá pisou-as meigamente, bô percebeu que lhe transmitiam a sua força, o poder da força do corpo, a sua pujança, a virtude e excelência de cada um, a habilidade do talhador de pedras, os olhos de águia do atalaia, a velocidade do corredor, a pontaria do caçador, a destreza do raspador de peles, a força do lutador, a perícia do chispador de fogo, a mulher de cabelos brancos levantou bô, de novo correu as mãos abertas pelo seu rosto, embelezou-lhe a máscara de cinza e deu-lhe a comer três bagas vermelhas, bô hesitou, olhou para ablalá, que confirmou meneando a cabeça, de sorriso nos lábios,

bô sabia que aquelas bagas eram vedadas a todos os membros da grande-bá, só a mulher de cabelos brancos as experimentava e apenas de quando em vez, havia uma palavra para designar todos as bagas e frutos proibidos, peçonha, ablalá já o tinha levado a uns arbustos verdes cobertos com estas bagas e disse-ra-lhe a palavra maldita, peçonha, a mulher de cabelos brancos abriu a boca e simulou que trincava, bô imitou-a, as bagas tinham um sabor ácido mas suave, apetecível, um caroço duro, que bô expulsou da boca, mastigando a carne do fruto, e sorrindo para ablalá, a mulher de cabelo brancos desferiu-lhe uma chapada, quebrando-lhe o sorriso, envolveu a cara e a cabeça de bô nas suas mãos e, rodopiando sobre si forçou-o a acompanhá-la, martelando os pés no chão, como se dançasse, a grande-bá desatou a imitá-los, cada um gritando desordenadamente e girando sobre si, bô começou a sentir uma agonia no peito, incapaz de endireitar o corpo, uma vertigem que o puxava para o chão mas deixava a mente a vogar, subindo para um espaço vazio, sem árvores, sem animais, sem a grande-bá, cujas vozes ouvia longinquamente, procurou os lobitos, não os via, ablalá desaparecera, pareceu que o corpo de bô era um pássaro e voava, para não cair abriu os braços, abanando-os, percebeu que era inútil, não cairia, voava, planava, pairava, suspendia-se sobre um infinito de ar, olhava para baixo e para cima e nada via senão um espaço vazio, claro, tão branco como a brancura do raio, pensou no sumo das mamas de ablalá, era assim mas não líquido nem terroso, também não tinha vento, era como o corpo de ablalá quando o prendia nos seus braços e suavemente o adormecia à noite, ter os olhos abertos ou fechados era o mesmo, via sempre o mesmo espaço vazio, desabitado de tudo a que se habituara na vida, do fundo leitoso viu aproximar-se outra grande-bá, outro rá, outra ablalá, outra mulher de cabelos brancos, ostentando a carcaça seca de uma cabeça de rena, os chifres salientes, buracos negros no lugar dos olhos, a esplanada dos dentes ameaçadores, caminhavam exaustos pelo vazio do céu, buscavam água, abrigo, comida numa savana extensa, perseguidos por uma matilha de hienas de pele escura e manchas amarelas no dorso, as mais ferozes, de repente um homem coxo, extenuado, agarrado à perna defeituosa, incapaz de continuar a caminhar, afastou-se da grande-bá, nada disse, nenhum gesto esboçou, não se despediu, não olhou para os companheiros, jogou o maça de osso ao chão, o punhal de pedra, e avançou decidido, coxeando, para a chusma de hienas, os restantes apressaram o passo, fugindo, bô, planando, queria ajudar o homem coxo mas sentira-se inesperadamente arrebatado, alguém pegava à bruta no seu corpo, sentiu que o transportavam

às costas, não era ablalá, conhecia instintivamente a sua pele e o seu cheiro, devia ser rá, queria mas não conseguia ver nada, o branco transformara-se em preto, abriu os olhos mas era como se os tivesse fechados, vomitou, de cabeça tombada, aos solavancos, para cima do peito de quem presumia ser rá, este dava longas passadas, saltando por cima de bouças, estendeu o corpo de bô no chão, escondendo-o entre as moitas, e voltou para trás, de machado de pedra e de pique longo com ponta de marfim de mamute empunhados, não chegou a tempo, as hienas malhadas, agora reais, fugiam à distância, lançando o seu chiar de triunfo, melodioso mas tétrico, acoissadas pelos homens e mulheres da grande-bá, tinham esventrado três lobinhos, nem a pele se aproveitaria, toda rasgada, não os puderam levar por se encontrarem presos, comeram-nos à pressa, ainda vivos, a grande-bá respondera em peso, como rá a ensinara, cada um colocando-se lado a lado, corpo a corpo, a mulher de cabelos brancos atrás, resguardada, resguardando bô desmaiado, e avançando como um bloco de piques longos espetados, apontando para os olhos das hienas, seriam sete ou oito, feriram duas ou três de cinco, espirrando sangue, outras duas ou três atacaram os lobinhos, rá salvara bô, de corpo estendido no chão, inconsciente, seria o primeiro a ser atacado, um dos membros da grande-bá encontrava-se prostrado sob a ramagem de uma árvore, a perna ferida, ensanguentada, os caninos de uma tinham-na mordido.

O dia que mudou a vida de bô

A grande-bá avançou em direção a um bosque cerrado, a mulher de cabelo brancos fez-se entender acompanhando algumas palavras com muitos gestos, precisava de bagas vermelhas, outras pretas e flores amarelas para os seus preparos, cobrira a mancha de carne da perna do homem ferido com duas folhas carnudas, atara-as com dois fios de liana, mas não resultara, um borrão roxo alastrava em torno da ferida, ameaçando a totalidade da coxa, à noite dera-lhe fruta fermentada para que ele deixasse de berrar e adormecesse, ficou rouco, mas só adormeceu já o sol raiava, rá trouxe a sua pele de urso, embrulhou o ferido e deixou-o descansar um pouco das dores, a coxa era já uma mancha roxa.

Retomámos o caminho do bosque, dois homens revezavam-se levando às costas o ferido, que voltara a gritar, urrava agora como um urso furioso, dava murraças no peito do seu transportador, rá chamou-me para si, deixei o lobito no colo de ablalá e segui-o, afastámo-nos da grande-bá, que prosseguia em

frente, extenuada e com fome, quase ninguém tinha dormido com os berros que se tinham feito ouvir durante a noite, cada um dos adultos sentia as dores do ferido como se fossem suas, cirandava em torno do seu corpo, lançando grunhidos para o ar, tentando confortá-lo, outros roncavam, fazendo esgares de terror presumindo afugentar seres malévolos que, invisíveis, torturavam a perna do companheiro, rá pôs a sua mão na minha boca, tapando-a, era o sinal para silêncio, e, agachados, de cócoras, por vezes de rastos, ocultados pelas moitas de arbustos, subimos um morro, a meia encosta viam-se atalaias dos animais semelhantes a nós, mas sem testa e sem queixo, de corpanzil robusto e olhos protegidos por um inchaço de carne, que me aterrorizava, que, com a mão, sentia sobre os meus olhos, apontavam para a nossa grande-bá, que seguia ao longe, calcando com os pés os braços folhosos dos arbustos rasteiros, os homens sem testa mexiam a boca, comunicando, guardavam o assento da sua bá com maçãs grossas redondas, cravados de picos de pedra e osso, eu nunca vira uma arma assim, esmagaria a cabeça de animalejo com uma só pancada, rá era ardiloso, subimos agachados até ao cume da colina, serpenteando como cobra por detrás dos atalaias, rastejando e rodeando-os, escondemo-nos entre a penedia de grandes pedras do princípio do mundo, rá, pondo dois dedos nos olhos era como se dissesse, vigiamo-los donde não nos esperam.

Rá, após a minha sagração, dissera a ablalá e à grande-bá que eu o acompanharia sempre, começava a minha aprendizagem de adulto, acabara a minha infância, senti que a grande-bá, inclusive a mulher de cabelos brancos, passara a tratar-me de um modo diferente, a escrutinarem o que fazia, meneavam a cabeça, aprovando ou emendando, alguns sorriam, porventura da minha ingenuidade, da minha inabilidade ainda infantil, outros casmurravam a cara, mostravam os dentes como se dissessem, assim não vamos lá, um deu-me uma murraça na cabeça, não gostei, fiz-me sério, mostrei-lhe os caninos, a mulher de cabelos brancos passou a chamar-me quando preparava os unguentos de folhas apodrecidas e untura de animais com que besuntou a coxa do homem ferido, fez-me levantar os braços, baixar a cabeça e dizer com ela palavras impronunciáveis, sem nexos, percebi que apelava aos seres benéficos invisíveis que destronassem o poder dos maléficos, mas ingloriamente, o homem gritava cada vez mais, não dormia e passava o dia e a noite a berrar, acabava por adormecer de exaustão, ela experimentava todo o seu saber, aplacando a ferida que, sob a pele, estendia as suas raízes nocivas, quando nos sentámos para comer ele sentira o mal a invadir-lhe o pé e as virilhas, a mulher de cabelos fizera um

novo preparado, um cataplasma de folhas tenras e novas, verdes, mas nada surtia efeito, via-se na cara dela, triste, as mão abertas de impotência, e nos urros dele, descomunais.

Sofregamente, bô mirava o acampamento dos animais-homens, de corpo estranho, todos baixos, peitudos, muitos com as pernas arqueadas, tentava fixar todos os pormenores para contar a ablalá, rá passou-me a mão pela testa, depois pela sua, querendo dizer ser a sua mais consistente, vertical, do que a minha, pousou a ponta dos dedos grossos e duros nos pequenos inchaços de carne de bô sobre os olhos, passou-lhe a mão pelo peito, bô percebeu, a arcada era mais saliente, rá sabia que bô nascera do cruzamento de ablalá com um membro daquele assento, bô escancarou a boca de espanto, não conhecia a sua figura, a própria, nunca se apercebera de como o seu corpo era diferente dos restantes membros da grande-bá, rodeou a cara com a mão direita, sim, parecia ter uma queixada menos pontuda, uma testa menos vertical, afagou os inchaços de carne, não tão pronunciados como os dos homens que observava, rá disse, ablalá, sim, era isso, tinha que falar com ablalá, a mulher que lhe dera a semente, bô pensava, distraído consigo próprio, rá deu-lhe um safanão na cabeça, levou os dedos aos olhos e atirou o olhar para baixo, queria que bô observasse o acampamento, bô obedeceu, observou, homens entrelaçavam grandes redes de lianas, certamente para caçar o elefante peludo, rá simulava o gesto de cavar, sim, faziam fossados, enormes, envolvidos naquelas redes, o mamute caía na fossa, tapada com folhas e ramos para disfarçar, e via-se preso, a grande-bá disparava uma saraivada de dardos e piques, jogava pedras volumosas contra a sua cabeça, matava-o, bô percebeu como eram ardilosos aqueles homens, não enfrentavam diretamente o animalejo, não se deixavam esmagar pelas suas pernas gigantescas, rá fez sinal a bô, fogo, que visse o homem do fogo, assava um javali num espeto, o corpo da besta íntegro, menos a pele, um pau aguçado furava-o, assente em dois outros paus mais grossos, o animal ficava pendurado sobre as labaredas e o homem ia rodando o espeto, bô levou a mão ao peito, nós esquartejamos primeiro e depomos os rincões de carne diretamente no fogo, sobre pedras, assando-os, esturricando-os. Bô viu que aqueles homens não viviam em grutas nem sob as árvores, encobertos pelas ramagens, construíaam rendas volantes, cabanas, choças, casinhotos, casebres, bô não tinha palavra apropriada, espetavam uns paus na terra ou uns ossos das pernas do mamutes, firmes, cruzavam-nos no cimo, inclinados, e envolviam-nos com uma longa pele de elefante peludo ou duas de auroque, a fogueira

era aberta à entrada, dormiam lá dentro, abrigados do vento e da água do céu, aquecidos pelo fogo, não precisavam de procurar abrigo todos os dias, levavam o abrigo consigo, bô arregalou os olhos, maravilhado, percebeu que uma mulher usava gordura de animal, uma pasta esbranquiçada e pegajosa, para manter um pequeno fogo sempre aceso, não transportavam brasas envolvidas em peles, untavam a ponta de paus com aquela gordura, lançavam-lhe lume e dispunham-nos em torno do assento, afastando animais, quer de dia quer de noite, bô viu chegar quatro homens armados ao acampamento, vinham da caça, traziam outro javali, preso pelas quatro patas a dois paus, transportavam-no sem dificuldade, dois à frente, dois atrás, cada um segurando numa ponta, não precisavam de arrastar às costas o peso do animal ensanguentado equilibrando-o aos ombros, ao longe, lentos, dois homens, um à frente, outro atrás, traziam um ferido, uma mancha vermelha sobressaía no seu peito, vinha deitado numa pele atada a dois paus horizontais, os olhos de bô exorbitaram de espanto, a sua grande-bá tinha carregado o ferido da perna às costas, passando de um adulto para outro, bô levou a mão à testa, tentava interiorizar as novidades, rá sorriu, indicou com o olhar um homem isolado no fundo do acampamento, adaptava um dardo pequeno a uma vara côncava em forma de meia lua, encostando uma das pontas a uma tira de pele, forçou, puxou o dardo e este saiu disparado, com força suficiente para entrar na carne de um animal, ou de um homem, bô viu o dardo penetrar a casca de uma árvore e lá ficar, tenso, bô abriu a boca, surpreso, disse ah!, saiu-lhe espontaneamente.

As sombras subiam a colina, ao longe, na planície, era já noite, rá e bô perseguiram a grande-bá, que seguira a direito a caminho do bosque, rá sabia que a mulher de cabelos brancos não permitia a entrada da grande-bá no bosque para pernovernarem, o bosque era a morada dos invisíveis, benéficos e maléficos, mas sobretudo destes últimos, coio de cominações noturnas, encantamentos pérfidos que levariam à desgraça de todos, e acertara, à entrada, como augúrio nefasto, duas corujas em dois robles majestosos, rodando a cabeça, piavam ao desafio. Rá e bô apanharam a grande-bá já esta se instalara a uma distância conveniente do bosque, já o grande fogo assava os quartos traseiros de uma cabra diretamente no fogo, e, notícia trágica, o homem ferido tinha morrido, o seu corpo encontrava-se depositado num renque de erva macia, tapado pela sua pele de veado, bô e rá foram vê-lo, bô tocou-lhe com a mão, imobilizado, como o corpo morto dos lobinhos, estava a tornar-se em pedra, depois desapareceria, decompostos, restariam só os ossos. Seria enterrado no dia seguinte.

Bô comeu carne assada de cabra, chamuscada pelas labaredas, pela primeira vez não se sentara ao lado de ablalá, esperando que ela lhe passasse um pedaço de carne fumegante, agora sentara-se entre rá e a mulher de cabelos brancos, já sabia, se houvesse perigo, devia postar-se na linha da frente da defesa e do ataque, um dos homens, seguindo instruções de ablalá, estava a fazer-lhe um pique tão longo quanto a força do braço de bô o permitia, mal bô regressara o homem aproximara-se, mexendo-lhe no ombro, ponderava a sua força, a capacidade de arremesso, depois sorria, continuaria o trabalho nos dias seguintes, rá passou a este a lasca aguçada de um chifre de veado, que, cortado e polido, devia encaixar na ponta do pique.

Bô não resistiu, agora devia dormir sozinho, mas, com o lobito sobrevivente, procurou ablalá para dormir nos seus braços quentes, ambos enroscados numa pele de veado, bô ansiava por contar a ablalá o que aprendera durante o dia e perguntar-lhe que homem lhe dera, a ela, a semente donde ele nascera, mas não tinha palavras para tantas imagens que lhe fulgiam na cabeça, e estava cansado, fechou os olhos para adormecer ouvindo ablalá contar-lhe a história de “A Terra”:

A terra

A terra, irmã do sol e da lua, filhos do firmamento, gera por si tudo o que existe no seu seio, as árvores, os animais, os rastejantes e os possantes, os mansos e os raivosos, os aquáticos e os voadores, as montanhas e as colinas, os buracos das cavernas e os túneis subterrâneos, os bosques e as savanas, os frutos saborosos, os amargos e os venenosos – e criou-nos a nós, a grande-bá, e uns outros que imitam o nosso corpo, seres sem pouso, eternos viandantes que a percorrem. A mãe terra não criou os seres de uma só vez, foi criando, uns no tempo do calor, outros no do frio, uns destinados ao mundo da noite, amantes da lua, outros para o do dia, a cada um deu o seu território, a água para os peixes, as árvores para as aves, a planície para os de quatro pés, e a sua alimentação, servindo-se uns do corpo de outros, vivos e mortos, e as suas armas naturais, a gazela a velocidade, o leão a intrepidez e a coragem, capaz de atacar sozinho o elefante ou um bando de hienas, ao urso a força, aos lobos a caça em matilha, ao abutre a paciência, espera que todos comam, depois debica os restículos de carne pegados aos ossos; da árvore-mãe, a primeira, tinham nascido inúmeras sementes que, tombadas no solo, se multiplicaram por si, sem necessidade de parceiro, aos animais, pelo contrário, a mãe-terra fez-nos aos pares – e ablalá afagava o pénis estéril de bô, elucidando, quando fores grande, bô, multiplicar-te-ás, procurarás mulheres e far-lhes-ás filhos que engrandecerão a grande-bá, bô, ensonado, perguntou-lhe

pelos homens sem testa, levando a mão à de ablalá, esta respondeu continuando a história, eles também, bô, a terra fez-nos aos pares, um deles esteve comigo e deixou-me a tua semente, eles já estavam cá antes de nós chegarmos vindos do território da quentura, fri, viviam nesta terra, alguns acolheram-nos bem, deram-nos da sua carne e dos seus abrigos, outros expulsaram-nos, perseguiram-nos, até nos mataram, a grande-bá hoje é pequena, bô, mas já foi grande, desde então vivemos separados, de quando em vez cruzamo-nos, ora convivemos, ora lutamos, o melhor é cada grande-bá viver distanciada das outras, eles são mais corpulentos do que nós, não os conseguiremos vencer, mais rápido nos venceriam eles. Começara a chover, todos procuravam proteção sob as ramagens das árvores, ablalá e bô cobriram-se com a pele de veado, enroscaram-se um no outro, meteram o lobinho no meio, água ali não entrava, do bosque provinha o som agudo do piar das corujas, sentiram a seu lado, mexerido, o corpo de rá a guardar as brasas, a enrolá-las na pele de urso, e ablalá continuou a história:

A chuva: os ciúmes do céu

O céu é um pedaço do firmamento que nos cobre, ele nunca pensou que a terra criada a partir do seu próprio corpo se tornasse tão bela, tão florida, tão múltipla de movimentos, tão diversificada, cheia de altos e baixos, de coisas duras e coisas líquidas, agitada por tantos seres, animais tão diversos, ele que era sempre igual, de dia azul ou cinzento, só animado pelas formas graciosas das nuvens, de noite, enfim, por uma miríade de pontinhos de fogo, que brilham no escuro, ficou triste, como quando as coisas não saem de feição e entristecemos, e teve ciúmes da terra, os ciúmes, bô, são os desejos de nos apoderarmos de alguma coisa que não temos e não podemos ter, os ciúmes dizem da nossa tristeza, fazem-nos tristes e amargos, infelizes, carregados de desgosto. Então, quando o céu se entristece mais, escurecendo-se, mesmo que em pleno dia, começa a chorar, a chuva que ora cai, são as lágrimas do céu. E a terra, com pena da tristeza do seu pai, nada podendo fazer, conserva as lágrimas do céu, correndo-as para os rios, os lagos, que enchem e transbordam. É o modo que a terra tem de dizer ao céu que também ela está triste pela tristeza do seu pai criador.

Bô já dormia, embalada pela voz meiga de ablalá, sonhando com as descobertas do dia que lhe mudara a vida, ele era, afinal, filho daqueles homens que não eram bem homens, só semelhantes, nariz trombudo, queixo afilado, testa oblíqua, olhos descomunais.

Um enterro, o invisível e a escolha de bô por rá

Quando o sol raiou, a grande-bá enterrou o seu morto, o homem com a perna gangrenada provocada por um ataque de um bando de hienas, a mulher de cabelos brancos, com gestos apropriados, auxiliada pelo pequeno vocabulário referente à morte, abriu a celebração, bô tinha-se levantado noite escura e aplicou os conhecimentos que aprendera no dia anterior espiando os homens sem testa, armou uma maca, desconhecida pela grande-bá, com dois ramos retos desfolhados, cobriu-os com a pele de veado do morto, prendeu-a com atilhos folhosos aos paus, assim, para espanto da grande-bá, transportaram com facilidade o morto. No dia anterior, a mulher de cabelos brancos tinha descoberto o local exato para o repouso definitivo do corpo morto, na orla do bosque, numa cova natural cheia de caruma de pinheiro e folhas secas de medronheiro, macia, mole, o corpo encaixava na perfeição, a mulher de cabelos brancos alegou que foram os invisíveis que a tinham escavado para acolher o corpo do nosso companheiro, que a morte significava imobilidade, não era mais do que isso, o vivo move-se, o morto imobiliza-se, e deitou-se no chão, corpo fixo, parado, olhos fechados, o invisível saiu de mim, disse, levantando-se, agilmente, estar morto era estar sem a companhia do invisível dentro de nós, rá e outro adulto depuseram o corpo morto na maca, envolvido na sua pele, pegaram nela, um à frente, outro atrás, e, entre todos, dirigiram-se para a orla do bosque, a mulher de cabelos brancos entoava palavras desconhecidas, porventura sem nexos, balbucios, exclamações, ora mais alto, ora mais baixo, ora de voz mais aguda, ora mais grave, bô percebeu que o importante era a melopeia, a música soada, a toada, abria e fechava os braços sincopadamente, alteava-os e baixava-os, a grande-bá, seguindo-a, imitava-a, perto da cova descoberta no dia anterior fez-se silêncio, a mulher de cabelos brancos lançou um grito agudo, depois um murmúrio fino, baixo, lamuriento, contínuo, fez sinal aos companheiros e todos replicaram, compondo um coro pungente, doloroso, magoado, triste, abalá verteu umas lágrimas, uma cara desgostosa, amarrada, ainda não se habituara à morte, causava-lhe prostração e nojo, um corpo imóvel, pesado, provocava-lhe nojo, asco, bô encostou-se a ela, consolando-a, estacaram todos perto da cova aberta carumada, olhavam lá para dentro absortos, como se esperassem ver o invisível emergir entre os grãos de terra, um fumo esparso esbranquiçado, um ar disperso com um núcleo condensado, bô perguntou para onde iria o invisível do companheiro morto, a mulher de

cabelos brancos levantou a mão direita, agitou-a e apontou para além, o céu, o bosque, o horizonte, as nuvens, o vento, rá depositou o corpo morto na cova, um adulto cumpriu a sua função, dar de comer ao morto, deixou-lhe um coelho pelado e outro com pele, do outro lado do corpo um pique e um machado de pedra, as armas do morto, a mulher de cabelos brancos lançou preces ao ar, rogava, suplicava, que o corpo do morto e o seu invisível se reunissem de novo, novos balbucios, ora de voz mais martelada, compassada, era a súplica dos mortos, que, para onde fossem, fossem felizes, houvesse muita erva verde, prados, campos abertos, alguns arroios, grutas acolhedoras, caça abundante, água com fartura, não faltassem as bagas retemperadoras, que se desse bem com os mortos já morridos, a grande-bá dos antepassados, com as mãos, ia tapando o corpo do companheiro morto, forçoso cobri-lo bem para que os necrófagos, bestas imundas, não suspeitassem da existência de carne humana, bô, apressado, afastou-se, colheu flores amarelas e vermelhas, trouxe-as às braçadas e depositou-as por cima da cova tapada com terra, o cheiro aromático das flores desorientaria o faro das bestas tragadoras da carne dos mortos, a mulher de cabelos brancos, admirada, consentiu, a grande-bá percebeu, rá deu um carolo na cabeça de bô. Uma grande pedra quadrada, transportada por dois homens e uma mulher, disfarçou o local do enterramento.

À noite, a fogueira alteada, os esculcas vigilantes, armados, rá decidiu explicar a escolha de bô como futuro dirigente da grande-bá, falou levantado, os restantes sentados, tragando carne de auroque, que iria alimentá-los nos próximos dias, pela primeira vez a carne não estava esturricada, as partes superficiais dos rincões, queimados negros, o interior vermelho de sangue, cru, a grande-bá estava contente, alegre, comia com maior prazer, ablalá, esquecida das lágrimas que vertera durante o funeral, sorria, afagava a cabeça de bô, sentado a seu lado, com o lobinho preso entre os joelhos, rá atrapalhava-se, usava palavras poucas, por desconhecer como transmitir o seu pensamento, melhor, a sua intuição, não tinha ainda léxico suficiente, foi buscar o lobinho, prendeu-o pelo cachaco e ostentou-o à frente de todos, com palavras minguadas, queria dizer que bô ia transformando um animal feroz num animal obediente ao homem, vejam, o lobito já não tem cordame a prendê-lo e pouco se afasta de bô, convive com a grande-bá como se fosse um de nós, há pouco tempo, quando ouvi sons noturnos estranhos, reparei, com espanto, que o lobito rosnava, como se nos avisasse e quisesse defender-nos, todos nós, que receamos os dentes do lobo, temos aqui, neste lobinho, uma defesa, até,

porventura, contra a sua própria espécie – foi isto que, em síntese, rá disse, ou quis dizer, usando mais gestos, mãos e braços, do que palavras claras, mais tartamudeando, rouquejando, balbuciando, gaguejando, que falando, apontou para o seu corpo inteiro, percorrendo-a com a mão livre, querendo dizer toda a minha vida, nunca vi, tapou os olhos com a mesma mão, depois, com a outra ostentou o lobinho que, preso, gemia de protesto, é uma grande vitória para a grande-bá, e foi bô que a conquistou. Depois, apontou para a maca criada por bô, e agora para o espeto que permitira assar carne sem a esturricar, depôs a mão sobre a cabeça de bô e sorriu.

Nessa noite, bô, que começara a dormir com o lobinho, a sós – ablalá afastara-o, mandava-o para o pé da fogueira, havia adultos homens que a desejavam, e ela a eles – procurou ablalá, ela fizera má cara, mas bô insistiu, deitou-se, com o lobito debaixo da pele de veado dela, sorriu para ela, juntou a sua à cara dela, as suas mãos na barriga dela, desceu a boca, foi mamar nos seus seios, há muito que não havia suco branco, mas ele gostava do gesto, ablalá começou a rir-se, a empurrar bô, a afastá-lo, mas ele agarrava-se mais aos seus peitos moles-duros, chupando-os, ablalá consentiu, segurou-lhe na cabeça com uma mão, na outra afagou-lhe o pênis, que pela primeira vez se endireitava, para gáudio de bô, que nunca assim o sentira, acontecia com ele o mesmo, pênis túrgidos, vermelhos, que via nos homens que procuravam as mulheres, ablalá também se admirou, e insistiu, afagando-o com suavidade, dando prazer a bô, disse-lhe ao ouvido, vou contar-te a história dos invisíveis:

Os invisíveis

A mãe-terra por vezes zanga-se, treme, tem frio, arrepios, espirra como nós, a cabeça da terra, as montanhas, explodem por vezes, como as nossas cabeças, quentes, doridas – é o mal sobre a terra, e ela zanga-se, enfurece-se, protesta contra o irmão sol por tanto a aquecer, ou contra a mãe-céu que a alaga com água, sente-se infamada. Para defender a sua autoridade, criou os invisíveis, nem o sol nem a mãe-céu os veem, só a lua os espreita, fugazmente, sombras clareadas na noite escura, sombras de sombras, vivem em grutas subterrâneas ou no pico das colinas, nos bosques habitam muitos invisíveis, disfarçados, os corpos transparentes cobertos de folhas, bailam nas clareiras seguindo o balançar do vento, uns são mansos e suaves, outros rapaces e violentos, sugam o sangue dos mortos, mesmo o dos vivos que incautamente pernoitam na floresta, presumindo abrigar-se de todos os perigos, depois abandonam-nos pendurados em árvores, o corpo mirrado, exangue, a cabeça para baixo pingando o resto do sangue, outros invisíveis transmutam-se em

serpentes, que perseguem o homem, picando-o ou mordendo-lhe os pés, sente-se o corpo a imobilizar, de baixo para cima, quando a peçonha chega ao peito, o vivo cai para o chão, morto, a outros só se lhes vê a cabeça, deambulam pelas veredas noturnas, cada fio de cabelo como o teu,

(ablalá afaga suavemente os cabelos de bô ao mesmo tempo que lhe acaricia o pénis, para cima, para baixo, para cima, para baixo, bô gosta, diz a ablalá para continuar a afagar o pénis e a contar a história, não sabe qual lhe dá maior prazer, se as carícias do corpo, se as carícias da mente)

é uma serpente furibunda, torcendo-se, retorcendo-se, preparada para atacar a presa, todas juntas comem uma gazela enquanto esta pestaneja um olho, não te disse mas este invisível é uma fêmea, quando, no caminho, vês figuras de pedra semelhantes a homens ou animais, foi o invisível da pedra que as fez, fez-se visível num ápice, olhou de frente para o homem ou animal e petrificou-o, no ar e no vento habitam muitos invisíveis, na água também, obedecem todos à terra-mãe, descem dos cimos para os baixos, sobem dos baixos para os cimos, envolvem-nos e falam com os invisíveis que vivem em nós, sempre que passamos um rio, a mulher de cabelos brancos fala com eles, quando entramos em território desconhecido o mesmo, roga-lhes permissão para a entrada, eles são vaidosos, gostam de ser reconhecidos, se os desprezamos, nunca neles pensamos, abandonam-nos, arranjam estratégias para morrerem, são os teus maiores amigos, bô, mas também os teus piores inimigos

Ablalá cria a música e as crianças a pintura

Anos tinham-se passado, bô era agora um rapaz entroncado, peito largo e saliente, mais baixote que espigado, cabelo ondulado castanho, testa frágil, olhos bolbosos – figura singular na grande-bá –, não largava rá, seu amigo, seu mestre, seu maioral na sobrevivência de todos, este ensinara-lhe tudo o que sabia, os dois, autoritariamente, dirigiam a grande-bá, que crescera, crianças tinham nascido, os adultos mais adultos, faces enrugadas, dobrara-se e enge-lhara o corpo da mulher de cabelos brancos, ablalá, como se a imitasse, a entrar na velhice, matizada de cabelos brancos, colara-se-lhe, aprendia com ela, preparava-se para a substituir, bô tinha feito uma padiola especial de ramos grossos almofadada com folhas roxas de feto, que transportava a mulher de cabelos brancos, um homem e uma mulher (ablalá), com lianas grossas atadas ao corpo, puxavam-na, a ela e aos seus inúmeros apetrechos, solução de bô, ablalá tivera outros filhos, agora de membros da grande-bá, o lobinho tornara-se um

lobo, companheiro permanente e inseparável de bô, a grande-bá habituara-se a ser a única que se fazia acompanhar por um lobo, este, de quando em vez, desaparecia, à noite, mas regressava sempre, um, dois sóis depois, bô dormia e ele, chegado, pelo molhado, patas sujas de lama, enroscava-se em bô, sob a pele que a ambos cobria, bocejava de cansaço e adormecia, bô chamou-lhe ão, era o ão, a grande-bá era a sua alcateia, nunca conhecera outra, obedecia fielmente a bô e este tinha esboçado um conjunto de gestos e de palavras a que ão se submetia com o rabo curvado para cima, o olhar em bô em veneração, se bô o criticava, elevando a voz ou puxando-lhe um orelha, contorcia-se ganindo, espojava-se no solo, recolhia a cauda entre as patas traseiras, retorcia-se até bô lhe afagar o pelo castanho escurecido, ão atravessava a grande-bá como se esta fosse invisível, a nenhum dos seus membros obedecia, com exceção de ablalá, ao lado da qual se deitava a descansar enquanto esta preparava, com folhas, flores e gorduras animais, as beberagens e as porções curativas, levantava-se e lambia-lhe a cara, não tanto tempo e tão intensamente quanto o fazia com bô, a que este replicava lambendo-lhe o focinho e afagando-lhe o pelo, mas ablalá não, continuava, ainda que longinquamente, a cultivar o medo dos lobos e receava dar excessiva confiança a ão, em verdade ão não deixava de ser um lobo, os seus caninos e os seus olhos raiados atemorizavam-na. ão era agora o ablalá de bô, continuava a procurá-la, a aconselhar-se com ela, mas já não dormia sob a sua pele, só quando queria ter relações carnisais com ela, ela não raro afastava-o, mas bô insistia, nenhuma outra mulher lhe dava tanto prazer quanto a sua mãe, e era função dela iniciar o filho na atividade sexual. Bô e rá dormiam juntos, no centro da grande-bá, o mais perto da fogueira, não faziam atalaias, era o seu único privilégio.

Bô e rá tinham impulsionado na grande-bá os trabalhos dos homens de cabeça em forma de ovo, nariz grosso e sem queixo, constataram, pela experiência, ser impossível coser as peles com lascas de sílex, partiam-se facilmente, bô voltara ao assentamento e vira que as agulhas eram branquilineas e duras, de osso. Já se conheciam, a grande-bá de bô seguira-os à distância, eles assentavam o acampamento em colinas, por vezes em cavernas, e daqui partiam para caçar, fazendo razias nos territórios adjacentes, bô e rá conduziam os seus homens e mulheres para as terras contrárias aos deles. Espiavam-se mutuamente, não haveria conflito enquanto houvesse abundância de caça e água. Bô subira a colina abertamente, sem receio, deixando-se ver pelos atalaias, e entrara sorrindo pela grande-bá dos homens sem testa, não levava armas senão

um machado de pedra de dupla face com cabo de madeira preso num atilho em torno do peito e a seu lado ão, que a todos atemorizava, sempre a sorrir dirigira-se a uma mulher que cosia peles, pegou numa agulha a seu lado, caída na terra, levantou-a e mostrou-a, disse osso na sua linguagem e aquele de maior proeminência entre os homens sem testa disse “agulha”, sim era de osso, constatou que os homens de nariz grosso e saliências de carne sobre os olhos falavam mais do que a grande-bá de bô, tinham mais palavras, exprimiam-se melhor, mas ele não os percebia, decidiu que, quando voltasse à sua grande-bá, poria todos a criar palavras, o homem de maior proeminência, uma vira amarela em torno de cada braço, dirigiu-se-lhe, falando, mal se aproximou ão rosnou, bô acariciou a cabeça do lobo e esboçou um gesto da mão para baixo e ão sentou-se a seu lado, bô apontou para as orelhas, ouvia mas não percebia, o homem de maior proeminência repetiu por três vezes, “agulha”, agulha”, “agulha”, bô imitou-o, “agulha”, percebeu pelos gestos do outro que fora feito dos galhos da rena, bô apontou para baixo, por trás de um renque de copas de árvores, disse que estava ali com a sua grande-bá, o outro confirmou, já sabia, foi à fogueira, ao espeto que assava um javali, cortou uma fatia com uma faca de osso, soprou e ofereceu a bô, talhou outra, soprou de novo e atirou-a a ão sem deste se aproximar, ão embocou-a de imediato, bô meneou a cabeça, sorriu, agradecendo, voltou a pegar na agulha caída e perguntou por gestos se podia levá-la, o homem apanhou uma outra e deu a bô, apontando para uma rena esventrada, foi ao corpo desta e indicou os chifres e a pata, abriu dois dedos, e disse, na sua linguagem, “sim, podes levar”, bô sorriu, dirigiu-se à faca com que fora cortada a carne e avaliou-a, dura como a de pedra mas de gume mais fino e cortante, o homem das viras disse qualquer coisa que queria dizer, também é de osso, bô baixou a cabeça, agradecendo, e, sempre a sorrir, virou as costas e saiu do assentamento, ão atrás de si, vigiado à distância pelos atalaias.

O homem que lhe dera a agulha chamou-o com um grito, aproximou-se de novo de bô, ão rosnou outra vez, agora com menor ímpeto, lembrava-se da carne que ele lhe oferecera, o homem passou a mão pelas protuberâncias de bô sobre os olhos, depois pelas suas, bô entendeu, eram iguais, as de bô menos salientes.

Foi uma revolução na grande-bá de bô, sentaram-se em torno de rá e de bô, este mostrou as duas agulhas de esgalho de osso de rena, uma do chifre, outra da pata, possuíam um furo na ponta superior, bô fez passar por ele um barço, juntou duas peles e começou a cosê-las, simulou um arrepio, criou a

palavra conveniente, querendo dizer que cada vez estava mais frio, olhou para o céu e disse água do céu. Com efeito, o tempo mudara, vagas de vento frio varriam aquele grande território, temporais chuvosos empapavam o solo, forçando a grande-bá a procurar abrigos em cavernas ou sob grandes penedos, mas era o frio que mais atormentava o corpo, sobretudo da mulher de cabelos brancos, peles soltas, duas, três, por vezes quatro, envolviam a totalidade do seu corpo, mantendo-o quente e seco. Bô pegou nas duas agulhas e disse agulha, todos repetiram agulha, agulha, agulha, depois levantou à altura da cabeça um punhal de pedra e disse para todos, pedra não, osso sim, facas de osso, finas, agudas, cortam melhor, enterram-se melhor no corpo da presa.

Desde então, a grande-bá começou a acrescentar aos instrumentos de pedra os de osso, rá foi o primeiro a experimentar, tinha caçado uma rena adulta, manadas de rena atravessavam o território, a grande-bá já percebera que, vindos de um lado ou de outro, sempre que apareciam soltas diversas renas, as primeiras, vigilantes, seguia-se depois a manada, procuravam pastos verdes, erva fresca, eram relativamente dóceis e fáceis de serem caçadas, perigosas quando cuidavam de crias, atacavam de frente com os seus chifres ferozes, aprisionando o inimigo entre os seus galhos, arrastando-o pelo solo e furando-lhe o corpo, uma faca grande de osso, que lhe perfurasse o corpo por duas ou três vezes era o ideal para a caça, rá pegou no seu segundo machado, um bloco de pedra que funcionava como um martelo, separou os chifres esmiçalhando a cabeça da rena, partiu um galho, limpou-o do líquido vermelho, lascou-o, membros da grande-bá atiraram-se a outros galhos, cinco homens e uma mulher fendiam os ossos, estilhaçavam-nos, finalmente rá levantou uma lâmina, que poderia servir de agulha, perfurou-o com a ponta aguçada de um sílex e gritou “agulha” a primeira agulha da grande-bá, nesta estação do frio e da água do céu já estariam mais protegidos, coseriam as peles em torno do corpo. Bô apanhou do chão um fragmento ensanguentado de osso, mirou-o como se este tivesse captado toda a sua atenção, a sua forma assemelhava-se à de um homem pequenino, do tamanho de meia palma de mão, limpou-o, sorriu e mostrou-o a todos, furou-o no sítio da cabeça, enfiou-lhe um barão e prendeu-o ao pescoço de ablalá, esta gostou do penduricalho, sorriu, bô deu a entender, estarei sempre contigo, olhou para os resquícios da fogueira noturna, brasas ainda incandescentes, delas, soprando, tirou um osso queimado, pretíssimo, tinha a forma de uma ave em miniatura, limpou-o rolando-o

nas mãos, lavou-o com cuspo, fez-lhe um furo no lugar dos olhos e atou-lhe um fio de ramículo e prendeu ao pescoço de ão.

Lentamente, pontas de piques grandes e pequenos dardos, punhais e facas de sílex foram substituídos por osso, até que, mais tarde, um dos membros descobriu que, se o osso era ótimo como material rijo e inflexível, o marfim dos elefantes peludos era melhor.

Nessa noite, bô deitou-se com ablalá, ão a seu lado, respirando suavemente, e ablalá, antes de bô entrar nela, contou-lhe uma história:

O homem que subia ao sol todos os dias

Um homem houve que dizia subir todos os dias ao sol, este era seu pai e irmão e sugava-lhe o invisível dentro dele, falavam os dois como se pertencessem à mesma bá, o sol contava-lhe que estava exausto, era pior do que caçar todos os dias, o seu círculo na concha de sua mãe céu esgotava-o, desabava com o filho e irmão, que o ouvia de olhos fechados, um tempo por dia quedava-se de olhos fechados, não estava cá, dizia, o seu invisível subia ao sol, este possuía a sua mãe quando ela sentira uma intensa brasa de calor entre as pernas, no fundilho donde saíam as crianças, abria-as, um raio quente vindo do céu penetrou-a, gerando-lhe aquele filho que subia aos céus todos os dias, falava-se com ele mas era como se ele não estivesse, ficava deitado, imóvel, mudo, as pálpebras eram-lhe transparentes, via-se as meninas dos olhos a circularem lentamente como se seguisse o seu pai e irmão no côncavo do ar, de quando em vez mexia impercetivelmente os lábios sem que som algum se ouvisse, e engelhava a testa como se preocupado, assim ficava um tempo; depois, inesperadamente, levantava-se, erguia os braços ao sol, mesmo se o não visse, e baixava a cabeça proferindo, sim, pai, sim irmão, eu farei, farei isso mesmo – não se sabia o que o sol lhe tinha pedido porque nada fazia a seguir, nem antes nem depois, a grande-bá caçava para ele, cortava lenha para ele, dava-lhe um machado para se defender, mas ele não se defendia nem atacava, limitava-se a seguir-nos para onde fôssemos, à noite afastava-se da fogueira, dizia que era pedaço amputado do corpo do seu pai e do seu irmão, a mulher de cabelos brancos dava-lhes panaceias, beberagens, mas ele nunca deixou de ser outro, não deixes tu, bô, que o teu invisível suba ao sol, ele come-o, comendo-te, ficas outro, como o homem que subia ao sol todos os dias.

No dia seguinte, uma criança descobriu um búzio enterrado, era uma concha irregular, de saliências crespas, ouvia-se um sussurro no seu interior, era o seu modo de falar, dizia ablalá, o cavalo relincha, o javali ronca, o búzio sopra, faz vento. A água do céu tombava, persistente, empapava e alagava o solo, a

grande bá recolheu-se à gruta, onde permanecia há três sóis, rá ordenou que todos aperfeiçoassem os seus instrumentos de caça, de defesa e de trabalho, fizessem outros novos, aguçassem as pontas dos piques e dos punhais, fortalecessem os machados, cosessem as peles, improvisassem cobertas para os pés a partir de peles velhas, fabricassem uma nova padiola de arrasto para a mulher de cabelos brancos, duplicassem o tamanho da fogueira à entrada da gruta para afastar animalejos, estilhassem ossos de presas. As crianças brincavam com o búzio, jogando-o uns aos outros, o búzio no chão, quebrou-se a ponta mais fina, um buraco irregular, levou o búzio ao ouvido, este deixara sussurrar, soprou para o interior do búzio e, do buraco aberto, saiu um som encavado – ablalá achou estranho, pegou no búzio, soprou mais forte e abriu os olhos, espantada, ecoou um som denso, grave, que logo estancava mal se estancava o vento do sopro, todos quiseram experimentar, mas, no final, o búzio voltou às mãos de ablalá, que o conservou entre os seus pertences. Nesse fim de tarde, cada um preparando-se para se deitar na sua pele, bô e rá perto da fogueira, aprontados para repelir o ataque de algum animalejo, ablalá, incapaz de adormecer, foi buscar o búzio e, rindo-se, soprou-o ora fracamente, ora solidamente, ora depondo a boca no interior do corpo do búzio, ora afastando-a, conjugando os sons, tentando encontrar uma harmonia no conjunto dos sons. Com exceção dos dois atalaias, cuja consciência do dever era mais forte do que o sono, todos os membros da grande-bá, inclusive bô, mas não rá, adormeceram pela primeira vez ao som de toques de “música”.

No dia seguinte, e no seguinte, e no seguinte, membros da grande-bá pediam a ablalá para eles próprios experimentarem o búzio, tentando, através de variados sopros, contínuos e entrecortados, bafos fortes e fracos, criar outras harmonias, não raro nascidas de desarmonias, que deliciassem os ouvidos e encantassem a consciência. Chamaram mu àquele som e não houve fim de tarde no silêncio de uma gruta ou na serenidade da planície que não se ouvisse aquela espécie de mugido grosseiro que a todos tanto encantava, tranquilizando-os. Foi o princípio de grandes descobertas – rapidamente se descobriu que canas ocas e chifres de animais imitavam, em tom mais agudo, a música saída do búzio. Bô encontrou uma utilidade (para a sua mente prática, vinculada ao instinto de sobrevivência, a música era inútil) para o búzio, sempre que, por qualquer motivo a grande-bá queria chamar os seus membros dispersos na caça, fazia soar o búzio com grande força de sopro.

A estada na gruta tornara-se serena mas prolongada, a gruta situava-se a meio de uma encosta, não havia perigo de a água do céu a invadir, havia na encosta lenha com fartura, ainda que molhada, produtora de muito fumo, as crianças, seguras, não paravam de brincar entre si, todos afastados do ão, em quem não confiavam, bô cobria-se de duas peles e saía pela aurora, fazia um reconhecimento pelos terrenos circundantes, via ao longe o assentamento dos homens sem testa, levava a mão à sua testa, sentia-a mais vertical, os inchaços sobre os olhos mais diminuídos, crescera e o seu crescimento tornara-o fisicamente mais semelhante aos seus companheiros da grande-bá, três crianças paridas pelas mulheres com quem se deitara tinham traços seus, incontestáveis, sobretudo a ausência de queixo sobressaído, a filha que tivera de ablalá morrera dias depois de nascer, sabia que era dele, pois também não tinha queixo, bô enterrara-a sem flores, não havia na planície, só folhas, não sentira pena, verdadeiramente nada sentira, tinha sido entre as suas mãos que a menina morrera, ablalá entoara os rituais funerários, tocara-lhe uma música do búzio, bô estava insensível, só lhe interessava a sobrevivência da grande-bá, as técnicas de caça, os melhores lugares de abrigo, a certeza de que todos teriam comida no dia seguinte, pensou que só sentiria pena se ão morresse, ou ablalá, e esta menos por ser sua mãe e mais por ser agora a nova responsável do contacto com os invisíveis.

Nos preparos que ablalá aprendia da mulher de cabelos brancos usava o ocre vermelho, uma argila húmida aglutinadora de gorduras de animais, ablalá dava às crianças restículos sobrantes que nada valiam, que se lhes colavam às mãos, tingindo-as de vermelho, e elas, para se entreterem, há muito ociosas no interior da gruta, começaram a desenhar e a pintar animais nas paredes da caverna, um auroque, um elefante peludo, um rinoceronte, veados, javalis, como se disputassem um concurso entre si da melhor pintura, no final de cada brincadeira, para não gastarem água, limpavam as mãos a uma outra parede, que assim gravava a vermelho dezenas de mãos abertas, ablalá começou também a limpar as mãos assim e todos os que tocavam na argila assim o faziam.

Revelação de ablalá sobre a origem de bô

Ablalá descobrira uma lura de coelhos, vira dois entrarem, ali ficaram, com a bola branca peluda do rabo à entrada, presumiu que, lá dentro, no pequeno subterrâneo, uma coelha estaria a parir, os recém-chegados não entraram, fugiram, assustados com os movimentos da coelha e o cheiro fresco dos

recém-nascidos, seriam quatro ou cinco, as peles eram preciosas para envolverem os pés nus, ablalá acorrou-se atrás de uma moita, silenciosa, aguardando oportunidade, poderia agarrar os recém-nascidos ao mesmo tempo, mas a mãe-coelho fugiria, precisava de uma estratégia, foi buscar uma pedra que taparia a entrada da lura, uma pedra larga e pesada, depois enfiaria a mão e, tateando, agarraria a mãe, matá-la-ia com punhadas na cabeça e regressaria à grande-bá, viria mais tarde buscar os outros. Dobrou-se, de braços abertos, para arrastar a pedra para a entrada da toca, encontrava-se numa situação instável, tinha deposto sobre a moita o pique e o machado de dupla face. De repente, atrás de si, ouviu passos sobre as ervas rastejantes, uma passada quase silenciosa, e sentiu-se projetada para o chão, um corpo sobre o seu, mal abrira os olhos recebera uma paulada na cabeça, ainda sentiu o sangue a correr sobre os olhos, a cabeça mareava, abriu os olhos, viu um animal a si semelhante a ameaçá-la com a boca escancarada, os dentes salientes, os olhos desorbitados sob dois bolbões de carne, e desmaiou.

Com gestos e palavras, interjeições e exclamações, os lábios rugosos e descontrolados, o corpo contorcendo-se imitando o ataque que sofrera, o olhar felino e vingativo, ablalá contava a história a bô, explicava-lhe como uma semente estranha ao grande-bá entrara no seu ventre e, meses depois, frutificara em bô, apontava-lhe o dedo ao peito, assim tu foste gerado.

Fora a mulher de cabelos brancos, então ainda cinzentos, que descobrira ablalá, inconsciente, pernas abertas, cabeça ensanguentada, gotas secas de sémen do violador espalhadas pela coxa direita, a mulher de cabelos brancos fora atraída para a lura dos coelhos pelo cheiro de vida a nascer, seguira o rasto aéreo, gasoso, de sangue e das enxúndias vivas que cobriam os coelhinhos nascituros, e dera com ablalá meia morta, espojada no chão. Limpou-lhe o sangue da cabeça e das pernas, amaldiçoara o sémen do violador, cuspiu-lhe em cima, desfazendo-o em pó da terra, tapou a ferida da testa e a gruta da vida de ablalá com folhas verdes, carnudas, que amarrotava, torcia e espremia o suco, pingo grosso a pingo grosso, sobre as carnes violentadas, e sentara-se ao lado de ablalá, nada mais podia fazer senão esperar que os invisíveis das folhas e as preces que jogava ao ar sarassem ablalá e a despertassem, o invisível dela fugira perante ataque tão traiçoeiro, precisava de sentir-se seguro para retornar, as invocações ajudariam, e a mulher de cabelos brancos, então cinzentos, dançava em torno do corpo de ablalá, alçando os braços aos ventos e aos céus, finalmente, ablalá abriu os olhos, o invisível retornara.

Bô fazia esgares, amaldiçoando quem entre os homens semelhantes aos da grande-bá atacara a sua mãe, agora sabia porque a sua figura era diferente dos restantes homens da grande-bá, sabiam que a sua origem era estranha mas não o tinham matado quando nascera, ablalá aclarou, cara zangada, amarrotada, sim, eles quiseram, mas ela e a mulher de cabelos brancos, então cinzentos, não o deixaram, ablalá habituara-se ao corpinho de bô no seu ventre, aos pezi-nhos dele socando do interior a sua pele, aflagava a barriga para que bô percebesse, formava círculos com as mãos, querendo dizer que fora bom, sem linhas agudas, picos, quebras, não o podia consentir, que lhe matassem o filho, ainda que este fosse estranho ao clã, a mulher de cabelos brancos, então cinzentos, invocara os invisíveis protetores para o menino, puxara de um punhal de osso, o punhal sagrado, e ameaçara todos os que queriam esmagar a cabeça de bô com uma pedra, ou furar-lhe o peito com um pique, dissera com as poucas palavras já fixadas por todos, ele é um de nós, da grande-bá, quem sabe se no futuro não será o melhor de nós, da grande bá. Foram estas palavras que te conservaram a vida, disse ablalá, a mulher de cabelos brancos, então cinzentos, já ganhara fama, para além de curadora de males, de adivinhar o futuro.

Bô mirou ao longe a mulher de cabelos brancos, queria abraçá-la e agradecer-lhe, ablalá meneou a cabeça, depôs-lhe um dedo sobre os lábios, a ela nada se agradece pois o que faz é pelas mãos dos invisíveis que o faz, são ordens que recebe sem disso se aperceber, ela está muito contente por te ter salvado a vida, rá, ao escolher-te como seu seguidor, veio dar-lhe razão.

O negrume do crepúsculo descia sobre o vale, dentro das três tendas armadas de fêmures de mamute e peles de urso que ora habitavam, o fogo já crepitava, mulheres e homens despelavam um urso que lhes daria sustento para uma lua inteirinha, raspavam-lhe a pele, ablalá recolheu-se, bô seguiu-a, os grilos estrilavam, as rãs coaxavam, ão uivava à lua branca, os olhos do firmamento pestanejavam no céu, bô aninhou-se no peito de ablalá e ela, como o fazia antigamente, quando ele era criança, entou-lhe uma cantilena com muitos ás, tocou um pouco de música do búzio e contou-lhe uma história:

O homem

O céu, o sol, a lua e a terra nada tinham de fazer para além de seguir o seu curso diário, queriam divertir-se, rir e chorar, cantar e lacrimejar, trocaram sinais no amplo firmamento e decidiram criar o homem.

O homem era o único animal que os podia fazer rir e chorar, cantar e lacrimar, não o leão, o urso, o auroque, o tigre de dentes de sabre, a rena, o cavalo, o javali, a hiena, o coelho, a águia e o falcão, estes faziam no dia seguinte o que tinham feito no dia anterior, o sol disse, é preciso criar um animal imprevisível, sim, comentou a lua, um animal que faça uma coisa e depois outra, inesperada, o céu, mais suave, criticou, assim tão vário esse animal será infeliz, se estiver a fazer uma coisa quererá também fazer outra, o sol disse, e nós cativos da sua indecisão, a terra pensou, coitado deste animal – pau para toda a obra. E fizeram o homem, cozeram o barro da terra nos raios dourados do sol, esperaram, e, à noite, banharam o corpo imóvel no luar branco da lua, faltava a terra dar-lhe um invisível, a terra esmerou-se, escolheu o invisível mais caprichoso que havia, capaz de, humilde, se apagar e, soberbo, se vangloriar, capaz de longos períodos de repouso como de igual tempo de frenesi, a terra chamava-lhe o filho Mais porque, inquieto como era, queria sempre mais, nunca o suficiente lhe era bastante, pelo contrário, sempre lhe era escasso, sempre o suficiente lhe sabia a pouco, passava noites no bosque inquieto sonhando com o que faria amanhã e como faria, e como, feito, a admiração lhe era devida, e a glória maior, e o triunfo consequente, se muito tinha logo mais queria como se o seu espírito se assemelhasse a um nada que só se satisfaria quando se tornasse um tudo.

Olharam para os restantes animais e perfizeram-lhe quatro membros, uma cabeça, onde o invisível se alojaria, uma boca para se alimentar e falar, um peito para lutar, orelhas para escutar, olhos para ver – e pronto, estava feito, a terra aprisionou o invisível inquieto, que se acolhera a uma gruta presumindo escapar da sua mãe, engoliu-o com a sua grande bocarra de lábios rochosos, aproximou-se do corpo do homem, perfeito mas sem vida, e inoculou-lhe o invisível como se soprasse duas, três nuvens mansas. O homem, agora, sim, perfeito, levantou-se, olhou para todos os lados com os seus olhos mexeridos, e protestou. A lua riu-se, já está a protestar, a terra, cansada do esforço, e ainda não certa de que escolhera bem o invisível que habitava o novo animal, disse que ia hibernar, como o urso, no final mudaria de pele, como a cobra, o gelo que cobria a terra do ró tornar-se-ia um calor luminoso mas temperado, o céu não estava a gostar, o homem pisara um escorpião, esmagara-o com a sola lisa do seu pé direito, levava a mão à barriga, procurava comida, o céu disse, vai matar desenfreadamente para comer, mas também para se divertir, entretenendo-se com o sofrimento alheio, o sol estava de acordo, concluiu, criámos um

animal mau, não lhe bastará enfrentar os restantes, terá de esmagá-los, como fez ao escorpião, este animal ainda nos vai dar muito trabalho, a lua respondeu, quanto mais mal fizer mais nos divertiremos, a terra nada disse, já dormia.

O enterro da mulher de cabelos brancos

Muitas luas se passaram, a grande-bá tornou-se menos errante, rodeando um grande lago que lhe garantia água e animais que aqui vinham dessedentar-se, carne de quadrúpedes e de aves, que por aqui ciclicamente poisavam em grandes bandos. Com ossos de pernas e costelas de mamute, unidos por peles, montavam assentamentos mais duradouros, os membros da grande-bá tinham-se individualizado no trabalho, agora havia os caçadores com piques e lanças de ponta de pedra queimada e fundida, havia as caçadoras que escavavam fossas no solo e teciam redes verdes de liana com restolho, ramículos, gravetos e ervas trepadeiras, que simulavam a continuação da terra, eram armadilhas de caça, lá caíam coelhos, veados, gazelas, até lobos e hienas, mortos pelos caçadores especializados em fundas de couro de atirar pedras com certa pontaria para caçar aves rasteiras e furar os olhos dos quadrúpedes, cegando-os, a grande-bá como um todo caçava mamutes ou elefantes peludos enfileirando-os em gargantas entre penedias, despenhando pedregulhos do tamanho de um homem do cimo da encosta, não mais sentiram fome, a grande-bá, e quando as provisões ameaçavam escassear bô e rá davam ordens, uns para os bordos do grande lago, outros para o interior, a caminho das montanhas e das grandes florestas, outros nos bosques recolhiam frutos, bagas e camarinhas, algumas mulheres pescavam jogando o pique certo no corpo do peixe – sim, comida não faltava.

Um adulto descobriu um ramo flexível, maleável, a que aplicou um pique pequeno, um pouco maior do que o punhal, forçando o ramo, que vergava, depois largava o pique, e este era projetado com força e velocidade, foi pensado como uma arma de caça, principalmente para veados e gazelas, cujos saltos e corrida veloz goravam a sua caça, mas, mais tarde, tornou-se em arma de guerra.

Bô crescera, impusera-se como único condutor da grande-bá, principalmente com o envelhecimento de rá, acometido por dores nos ossos, dispersas mas permanentes, aliás, a permanência junto às margens do grande lago deveu-se, num primeiro momento, à necessidade de não forçar rá a longas caminhadas, ele, que recusava ser transportado em padiola de canas e folhas

como a mulher de cabelos brancos. Rá deixou de caçar, de explorar novas sendas e veredas, de descobrir manadas, matilhas e alcateias, deixava-se estar durante dias seguidos deitado entre camilhas de folhas, tapado por peles, lambuzado, pés, pernas e braços, com as unturas animais e as mezinhas vegetais preparadas por ablalá e a mulher de cabelos brancos, quando a dor se tornava insuportável mascava folhas que o faziam visitar outros mundos, mantinha um diálogo permanente com os invisíveis, avisando-os que, breve, chegaria a hora de se lhes juntar. Não havia dia em que bô não permanecesse longo tempo a seu lado, não falavam, bô depunha a sua mão no ombro de rá e assim ficavam, unidos mentalmente.

As mulheres interrompiam este diálogo mudo entre bô e rá, e convidavam bô a segui-las à orla do bosque fronteiro, bô assim fazia, amavam-se à sombra de carvalhos, ciprestes e olaias, e assim nasciam crianças de testa aguda, mas menos do que a de bô, nariz abalado, lábios polpudos e excrescências salientes sobre os olhos, mas menos do que os de bô, peito largo forte, mas menos do que o de bô. Foi um tempo de forte crescimento da grande-bá, uma geração maior em quantidade do que a anterior, as habitações do assentamento triplicaram e, lentamente, como se o passado não tivesse existido, homens e mulheres manifestavam voluntariamente as suas preferências, juntavam-se nos casinhotos de ossos aos dois e aos três, mantendo-se não absolutamente fiéis uns aos outros, mas quase e, claro, a pouco e pouco, as crianças passaram a ter pais, ora um, ora dois, que os acompanhavam na lenta aprendizagem da sobrevivência. Os filhos de bô, feitos avulsamente, eram a exceção, mas, devido ao seu estatuto de principal da grande-bá, eram integrados no casinhoto das mães e educados pelos seus companheiros.

Uma manhãzinha, ablalá acordou, vivia agora na casinhola de ossos e peles com a mulher de cabelos brancos e, quando a lua se altivava branca e redonda, recebia bô, que lá dormia. Ablalá voltou-se para tapar a mulher de cabelos brancos com a pele de urso, ela não se mexeu, ablalá olhou-a e reparou que os seus olhos estavam cristalizados, fixos, imóveis, nos dias anteriores tinha-se queixado de uma agonia que lhe curvava o peito, forçando-a a deitar-se, depunha na língua metade de uma folha castanha, seca, que mascava, engolindo-a, adormecendo quase instantaneamente com os olhos abertos e revirados. O espírito da mulher de cabelos brancos partiu, ausentou-se para o mundo dos invisíveis, disse ablalá para si, levantou-se, gritou para todos com serenidade, a mulher de cabelos brancos, mãe de todos, partiu, afastaram-se as

peles que cobriam cabanas, cada um apareceu, pesaroso, boca cerrada, olhos perscrutadores, indagadores, uma criança chorou, agarrando-se às coxas do pai, ablalá puxou as peles que cobriam a morada e o corpo da mulher de cabelos brancos, deitado, olhos fixos desorbitados, mãos enclavinhadas no peito, já sem a pele de urso que a cobria, ficou ostentado, todos passaram por ela, desordenadamente, depunham-lhe a mão aberta na cara, arrastando-a, como se ela se lhe tivesse ficado colado, bô falou com rá e ablalá, decidiram que o sepultamento devia ser especial, não apenas numa cova, ornada com os seus pertences, tapada com folhas, coroada com flores, todos tinham consciência de que a ela deviam grande parte da sua sobrevivência, de que os invisíveis os tinham guiado pelos sinais que ela interpretara, que, se nunca a floresta contra eles se revoltara, nem os rios os afogaram, nem a água do céu os arrastara na lama, nem as hienas lhes conspurcaram a carne, matando-os, nem os homens de testa inclinada, arcada saliente do peito e pernas arqueadas os atacaram, dizimando-os, a ela o deviam, se as feridas se cicatrizavam, se os talhos abertos na pele não se arroxavam, gangrenando, se as crianças nasciam inteiras e as mães sobreviviam, se não ingeriam frutos peçolhentos, envenenando-os, a ela o deviam, uma comoção tomou conta da grande-bá, todos se sentiam inseguros sem a sua presença, vislumbaram ao longe a ramaria da floresta, presumiram que o invisível da mulher de cabelos brancos lá se acoitaria, uma coruja branca atravessou o assentamente piando insistentemente, procuraria ramo oculto para dormir o sono do dia, mas foi interpretado como recomendação da mulher de cabelos brancos, sim, abandonada numa cova não. Atiçaram o fogo, o lobo de bô uivou respondendo aos sibilos do vento, porventura teria fome, mas ninguém pôs carne sobre as pedras esbraseadas, ninguém queria comer, um nojo interior tomou conta do peito de todos, uma mulher vomitou, as crianças assustaram-se com a atmosfera de seriedade e luto, luto gritado, urrado, puxões do cabelo, escarros para o chão, luto de quem sabe que o invisível chegou um dia ao corpo, levantou-o e um dia o abandonará, fazia parte da ordem da mãe-terra, o grande espírito, ablalá apontou para os pertences da mulher de cabelos brancos – uma dura pele cinzenta de rena embrulhando folhas secas, bugalhos, saquitéis de pele seca envolvendo pós, cabeças de cogumelo, facas finas de osso, uma de marfim, pastas compactas, pomadas melosas, favos de cera, peles enxutas de frutos, lascas de cascas de árvores, ramículos, uma pedra redonda e lisa, gasta pelo uso, com que manipulava os preparos, uma cabeça de coelho com pele, uma pele de serpente, a

cabeça desta, descarnada, bolinhas de gordura de javali, garras de águia, um sapo morto, mumificado, dentes de rato, uma língua endurecida de auroque –, pegou na pele de rena, elevou-a sobre a cabeça, despiu a pele de veado que a cobria, tirou a pele de urso que cobria a mulher de cabelos brancos e trocou-as, virou-se para o redondel da grande-bá com a pele de urso ostentada, querendo dizer, eu sou agora a mulher de cabelos brancos, como que dizendo, quem for ferido, tiver dores, quando todos quiserem afugentar invisíveis malvados e atrair os bons, invocar os que aqui estiveram antes de nós, não procurem a mulher de cabelos brancos, procurem ablalá, a mulher de cabelos pretos que a substituiu, e a insegurança que a todos atravessava, dispondo-se a figurar-se em medo, um medo sólido, esvaziou-se mentalmente, a mulher de cabelos brancos havia muito que ensinava a sua arte a ablalá, a grande-bá ficava resguardada, as relações com os invisíveis continuavam, ablalá em transe, como a mulher de cabelos brancos, iria ao outro mundo amigar-se com os espírito bons e colher deles instruções para guiar a grande-bá.

Bô, rapaz crescido com cara e pele curtida de adulto, falou o que a incipiente língua lhe permitiu falar, cruzando gestos com os braços e mãos com palavras inventadas por todos conhecidas e ordenou – cada dois para seu lado, com o dedo em riste apontava, para trás, para a frente, para os lados, subir colinas e montanhas e descer valados, algares e encostas, calcorrear vales e bacias de rios, não rechar bosques e florestas, era o invisível da mulher de cabelos brancos que o pedia, penetrar grutas e cavernas, e encontrar o lugar natural perfeito para o corpo da falecida, ablalá e rá comandariam as exéquias, lavando, perfumando e preparando o corpo. Eu, disse bô, o indicador espetado apontando para o peito, empunhando o seu punhal de osso de chifre de rena, vou em busca de um javali, o chefe dos javalis, o pai dos javalis, pesado como um cavalo, para comermos com fartura em homenagem à morta mãe de todos, e uma rena, para que a cabeça da nossa mãe seja coroada com a armação mais bela que conhecemos.

Assim foi, ablalá trepanou o crânio da mulher de cabelos brancos, extraiu-lhe o cérebro, que lascou em pequenas tiras, depondo-as sobre duas peles de marta, cada membro da grande-bá, inclusivamente crianças, comê-la-iam em conjunto com a carne do pai de todos os javalis, se bô disse que o caçava, caçá-lo-ia de certeza, bô não era homem para dizer uma coisa que não fizesse, ou dizer uma coisa e fazer outra. Rá ajudou ablalá a distender o corpo da mulher de cabelos brancos, depois a dobrá-lo de lado, para ficar em posição fetal,

assim como chegou à terra, assim partirá, repetindo as palavras encantadas, assim vieste, assim partiste, pela primeira vez chamou-lhe mãe, a mulher de cabelos brancos nunca lho confessara, mas abalá tinha a certeza de ser ela a sua mãe, sempre a protegera desde criança, mas nunca a privilegiara, era a segurança de todos, a mãe de todos.

Bô partiu com o lobo em direção ao vale onde se acoitavam famílias de javalis, chegou já o sol brilhava no zénite, subiu a uma árvore e reconheceu ao longe o pai de todos os javalis, corpo imponente, macho reprodutor, sémen para dar e trocar, presas curvadas as mais altas, focinho gordo mas pontiagudo, pescoço sólido, bô apontou-lhe o amuleto de conchas nacaradas de molusco que a mulher de cabelos brancos lhe oferecera, disse as duas palavras mágicas que ela lhe ensinara – Atié Abacadé –, desceu da árvore, fixou o olhar no javali pai e avançou em linha reta, repetindo as duas palavras, segurando o colar com a mão esquerda e ficando forte os dedos da direita no punhal, cem metros os separavam, os restantes animais afastavam-se mal as patas do lobo se aproximavam, o javali pai não, cabeça hirta, olhar audacioso, parecia esperá-los, raspando a terra verde com os cascos dianteiros, baixando e levantando o focinho, ondulando a pele luzidia do dorso, ameaçando, bô, sabendo-se acompanhado pelo espírito da força, incitou o lobo, que correu, bô seguiu-o correndo também, o javali pai assustou-se com a figura daqueles animalões a correr, o lobo a rosnar, ia fugir, bô saltou sobre o seu corpo, era o que planeava, para que as presas furantes e cortantes não o ferissem, agarrou-lhe no rabo peludo com a mão esquerda, arrastou-o, forçou-o a espojar-se no solo e caiu sobre o corpo, o lobo furou-lhe a garganta com os caninos, com a mão direita bô degolou-o em três punhadas incisivas, o javali espichou sangue como uma bica de água do monte, cobrindo de vermelho o peito e os braços de bô. Bô depôs o corpo do imponente javali sobre os ombros, conservou a punhal na mão direita, podia ser atacado por homens ou animais, virou-se para o horizonte dos grandes lagos e começou a andar, seguido do lobo, que mastigava uma orelha do javali, queria lá chegar com fartura de carne – como prometido – para a festa da morte da mulher dos cabelos brancos. E chegou, estava a lua a nascer e o sol a morrer. Depôs o corpo do pai de todos os javalis junto à fogueira e foi lavar-se à margem do lago, homens e mulheres trataram de estripá-lo, conservando a pele, que seria deposta no túmulo. No dia seguinte, caçaria uma rena, decapitá-la-ia, limparia o seu interior, lavá-la-ia, para que a mulher de cabelos brancos entrasse com toda a glória no mundo dos invisíveis.

Ablalá misturava o tutano do cérebro da morta com os rincões de carne que a todos ia dando, sentados em torno de duas fogueiras, entoando vozes misturadas com o bufar do búzio, cantando-as, as mesmas que ablalá cantava a bô criança, eram cânticos de felicidade, tinham disposto o corpo da mulher de cabelos brancos na sua padiola ervada e florida, que, alçada por dois homens, a todos percorria, chegavam-se ao seu rosto vermelho alumado pelo fogo das labaredas e afagavam-no, despedindo-se, agora sim, alguns e algumas choravam, não de tristeza mas pela dor da separação, sabiam que a mãe de todos partiria para um mundo que visitara muitas vezes, muitos companheiros lá deveria ter, deviam estar a preparar uma festa semelhante para a acolherem.

Chegaram um homem e uma mulher com amplas e felizes novidades, que suplantavam as que durante o dia os restantes exploradores tinham trazido, tinham descoberto uma gruta extensa, de entrada recatada, no sopé de uma encosta, desabitada de animais, uma caverna profunda, onde o corpo da mãe de todos podia ser recolhido. Falavam e faziam gestos descrevendo os contornos do interior escurecido e o caminho para lá chegar. Todos decidiram que, face aos gestos e às palavras, seria o melhor lugar para o enterramento. Faltava a armação de rena para coroar a nossa mãe, disse bô, apontando para a sua própria cabeça.

Bô e o lobo partiram de madrugada para os prados verdejantes onde as renas pastavam, era um animal dócil de caçar, mas excessivamente pesado para transportar às costas. Arrastaram atrás de si uma padiola, com atilhos presos no dorso de ão, bô nada fez, ão seleccionou uma rena fêmea, perseguiu-a, atacou-a, fincou-lhe os dentes no pescoço até o animal se imobilizar. Regressaram, chegaram de novo à noite, comia-se carne de coelho que as armadilhas das mulheres tinham aprisionado, ão banqueteu-se com meio coelho assado, bô não comeu, ingeriu de imediato o pó verde da folha de mandrágora que a mulher de cabelos brancos muitas vezes lhe dera, estava a precisar de libertar-se de si, do cansaço de duas jornadas, em breve o corpo de rá também ficaria imobilizado, mascou o pó, chegou-se à beira do lago, sorveu água fresca, que misturou com o pó, engoliu com avidez, regressou ao assentamento, sentou-se, encostou o tronco a uma árvore folhosa que dava bagas pretas carnudas, oleosas, comeu duas, reparou que ablalá distribuía porções de mandrágora a todos os membros da grande-bá, mesmo às crianças, dizendo, em honra da mulher de cabelos brancos, acompanhemo-la na viagem do seu invisível, amanhã acompanharemos o corpo, hoje falaremos com ela em

espírito, e sentiu-se a voar, corpo transparente, pele translúcida, deixando ver o conjunto dos ossos do esqueleto, mirava o corpo transparente de outros que partiam do solo, dando aos braços como se fossem asas, inclinando o dorso segundo a direção que almejavam, formavam um bando em transe, dirigiam-se para o mundo do céu, superior, onde pairavam os invisíveis dos antepassados, os espíritos dos animais, das árvores, das montanhas, dos rios, dos lagos, bô falou com os invisíveis dos quatro lobinhos que tinham morrido, pediu-lhes desculpa por não ter cuidado deles como devia, deu-lhes novas do seu irmão em terra, espantou-se com a miríade de cores novas que habitava este super-mundo, assemelhava-se a um caos muito brilhante e confuso de arcos-íris cruzados, encontrou o espírito da mulher de cabelos brancos, uma sombra diáfana que lhe agradeceu a companhia, sorrindo, garantiu a bô que teria um futuro ridente, rá soube escolher muito bem, eu opus-me quando ele anunciou que tu serias o dirigente da grande-bá, depois abalá convenceu-me, afinal, tu és filho da minha filha, nós nascemos com um dom, eu e abalá o de intermediar entre o mundo dos vivos e o mundo dos espíritos, tu o de tomares as decisões certas para benefício de todos, bô perguntou se ela gostava da gruta onde a iriam enterrar, ela olhou para baixo, perscrutou e disse que sim, é um belo lugar para conservar o meu corpo, mas devem decorá-la, bô inquiriu o que era decorar, tintas de flores, riscos nas paredes, desenhos, marcas de mãos, bô, intrigado, disse que sim, a sombra diáfana da mulher de cabelos brancos esfumou-se, desaparecendo, em seu lugar emergiu do nada uma longa serpente, que sibilou, mostrando a língua bífida, enroscando-se em bô, era a maior de todas as serpentes, a mãe de todas serpentes, olhou-se e viu-se de pele manchada de estrias e círculos coloridos, planando sobre os altos, atravessando nuvens, provocando ventos, olhou para baixo e vomitou um líquido pegajoso, quase sólido, sobre o assentamento, pensou que assim purificava todos os que o seguiam e nele confiavam, homens, mulheres, crianças, a sombra obscura de um homem de cabeça aguda, nariz grosso e bolbões sobre os olhos aproximou-se, saudando a serpente-bô, reconheceu-o, era o espírito daquele que o recebera quando fora ao assentamento dos homens-animais, disse-lhe, eu sou o teu pai, não, não foi violação, foi desejo violento que eu e abalá sofremos quando nos encontrámos sozinhos no sopé do monte, ela hesitou e eu forcei-a, mas não a violentei, bô-serpente disse que já sabia, mas não conhecia a identidade, agora sei, és tu, gostei de ti mal te vi, o sangue ligava-nos, bô abriu os olhos, uma língua húmida e esponjosa lambia-lhe a cara, despertando-o, era ão, que,

sobre o corpo de bô, lhe abocanhava cara, pescoço, cabelo, mordiscando as orelhas, bô sorriu, não havia maneira melhor de acordar, ão tinha fome, ele também, olhou para o seu peito, restos do vomitado espalhavam-se, o lobo lambia e tragava, parecendo gostar, bô foi à fogueira acesa, assou iscas de javali para si e deu ao lobo iscas cruas, o dobro para ele do que preparara para si.

Cada grupo arrumou os seus pertences, transportados em padiolas, que arrastavam atrás de si, presas por grossas lianas aos ombros, rá não, seguia noutro tipo de padiola, um homem à frente, outro atrás, canas sobre os ombros, bô e ablalá levavam o corpo da mulher de cabelos brancos noutra padiola, em posição fetal, coberto com a sua pele de urso, seguiam os dois membros que tinham descoberto a gruta onde se procederia à inumação. Meio dia de caminhada, lobo à frente, nariz à cata de odores que assinalassem perigo, olhava para bô e abanava a cauda, nada. A gruta, descobriu-se nessa tarde, desdobrava-se em três entradas, cada uma à distância de dez passadas das restantes. Dois homens e uma mulher nelas penetraram com tochas, regressaram passado algum tempo, era um labirinto de túneis subterrâneos, por vezes altos, por vezes baixos, apontaram para a barriga, os baixos não mais que esta altura, os altos, upa, upa, e apontavam para o cimo da encosta, bô alisou o solo arenoso e apontou para o chão, desenhando três entradas, inquiriu em qual delas se devia entrar, e depois, lá dentro, que túneis seguir, qual a câmara onde depositar o corpo da mulher de cabelos brancos, não responderam, entraram de novo com novas tochas, regressaram e fizeram um esboço confuso, ão entrou sem que bô lhe desse ordem, ablalá seguiu-o, regressou a sorrir, encontrara a câmara onde assentaria o corpo de sua mãe, bô dispôs tochas para todos, alguns levariam molhos de gravetos, brasas a fumegar em dois odres de pele, bô mandou esconder os pertences de todos antes de entrarem, disfarçados sob ramos folhosos.

Foi escolhido o túnel mais alto que, por meandros, ligava a uma câmara alta, abobadada, pedregulhos acumulados desordenadamente permitiriam chegar ao teto, perfizeram um longo círculo, acenderam duas fogueiras, que quebraram a escuridão intensa que as tochas pouco aclaravam, ablalá iniciou a cerimónia, depondo-se entre as duas fogueiras, lançou a voz, que retumbava numa melodia estranha, como se a gruta lhe respondesse, dobrou o corpo, imitando o salto do cavalo, dispôs as costas de forma semelhante ao dorso do veado, cobriu as pernas com a pele peluda do javali que bô e o lobo tinham matado, enrodilhou nos calcanhares dois amuletos de dentes de lobo, nos punhos dois

torques de pedra amarela luzidia, no peito inúmeras correntes de concha, de osso de rena, de garras de águia, de espinhos de porco-espinho, jogou de novo a voz como se troasse, alçou o búzio, soprou com quanta força do peito tinha, uma sonância cava emergiu, ecoando, repetindo-se como se soado por múltiplas vozes, a gruta respondia em eco e em eco de eco, acolhendo o corpo da mulher de cabelos brancos, ressoavam nos ouvidos de todos sons de paixão, de comoção, uma mulher arrastou-se até ao corpo da mulher de cabelos brancos, rá, deitado, deu ordem para que a retirassem, ablalá cobriu as costas com folhas secas espinhosas, flagelava-se, penitenciando algum mal que a sua mãe cometera, socou os dois pés no chão, compassadamente, murmurou, sons em u, e todos murmuraram, cantou melodicamente sons de inocência (vogais, sem manejo da língua) e todos a imitaram, socando igualmente os pés no chão, cada vez mais pesados, pés rijos, ablalá voltou-se, rodopiou, girou, e todos se voltaram, rodopiaram, giraram aumentando a velocidade, ablalá alçou os braços, afastou os dedos, chocalhou-os, como se tremesse incessantemente, todos a imitaram, de sus estancou, mirando absorta o corpo da mulher de cabelos brancos, aproximou-se, beijou-lhe os lábios como se respirasse o sopro de vida que não havia, disse que sua mãe lhe indicara o sítio onde devia repousar e apontou para uma saliência destacada a meio da altura da câmara, mulheres e homens dirigiram-se à padiola para a levantar, ablalá mandou parar, pediu que as tochas fossem apagadas, as fogueiras apagadas, ficassem apenas os tições de madeira esbraseada, retirou-se, recolheu-se atrás de umas pedras, algumas crianças choramingaram, receando a quase total escuridão, ablalá regressou, postou-se no centro, bô ordenou que se reacendessem as tochas e as fogueiras

na cabeça, ablalá ostentava o crânio e a armação da rena, dois chifres esplêndidos, na cara um focinho seco de hiena, dois olhos petrificados de coruja, mãos e garras de pele seca de urso, nas costas pele de gazela, rematado por um rabo peludo saliente de javali e um pénis murcho de cavalo

espanto, temor e admiração ouviu-se, ribombando pela câmara e atingindo as galerias naturais, as crianças que tinham choramingado berraram em coro, ablalá passeou de máscara por todos, perfazendo o círculo, bô apontou para dois homens, fez-lhes sinal para desenharem na areia a figura de ablalá, apontou para a cabeça, para fixarem a figura de ablalá, esta jogou de novo a voz,

socou os pés no chão, girou o corpo por três vezes, alçou os braços, estacou, bô, pausadamente, tirou-lhe o crânio e a armação da cabeça, mostrou a cada um e a todos, apontou para a saliência rochosa, homens e mulheres rodearam a padiola da mulher de cabelos brancos, levantaram-na, levaram-na para cima e bô depôs o crânio e a imponente armação de rena na cabeça da morta. A seu lado, entre folhas secas, os seus pertences, menos o que passara a ablalá, a seus pés, para se alimentar na viagem, um grosso rincão de carne de rena assada. De seguida, cada um jogou sobre o corpo morto uma chuva de flores, que a todos comoveu, agora sim, alguns adultos choraram, contristaram as faces, penalizados, sofrendo a dor do luto, adultos fixaram na mente ser a primeira vez que a grande-bá chorava coletivamente um morto. Saíram, tinham cumprido o dever de recordar aquela que fora a mães de todos, montaram as tendas e cabanolas perto da entrada da gruta, dispuseram os apetrechos para comer e dormir, pedras esbraseadas para a fogueira, peles em forma de odres fechados para a água, desenrolaram outras peles, donde saíram rincões de carne vermelha, ninguém falava com ninguém.

Quando regressaram, no dia seguinte, ablalá apontou para uma pele extensa, junção cosida com agulha de osso e fio de liana de duas ou três, sobre esta estendia-se uma pasta terrosa, vermelha de ocre argiloso, a seu lado outras peles cosidas com ocre amarelo, havia para todos. Um homem e uma mulher começaram a pintar na parede a figura da mulher de cabelos brancos assim como ablalá se revelara, acrescentando, por sugestão desta, uma barbicha de bode. Representava a sua viagem para o mundo dos invisíveis, lá falaria com o espírito dos animais, lá rogaria proteção para os seus companheiros da terra. O homem e a mulher trabalharam na figura sagrada da mulher de cabelos brancos durante três sóis, a grande-bá como assistência, sentada no chão, bô teve de prender ão fora da gruta, o lobo uivava contra a permanente obscuridade, encostava-se e lambia bô, não gostava da figura imóvel que pouco a pouco ia sendo pintada na parede. No final, ablalá concordou, estava bem, levantada à altura de três homens a representação da mulher de cabelos brancos era imponente, parecia sair da parede e começar a cantar e a dançar.

Ablalá chamou todos os membros da grande-bá, apontou para os olhos, para que vissem o que ela ia fazer, depois fizessem o mesmo. Sujou a mão direita no ocre vermelho, dirigiu-se à parede fronteira e espalmou-a, fixando a imagem da sua mão. Depois chamou todos e cada um repetiu a fixação da imagem da sua mão, umas de vermelho, outras de amarelo, outras ainda mistura de



vermelho e amarelo, umas com a pasta mais grossa, outras mais fina, as crianças, levadas ao colo das mães, divertiam-se, riam, sujavam a cara dos adultos com os dedos, o último foi rá, transportado por dois homens, o penúltimo bô.

Um dos homens que pintara a mulher de cabelos brancos na parede rochosa entreteve-se a pintar um javali, todos o rodeavam e o imitaram, pintando imagens esguias de auroques até a tinta se esgotar.

Antes de partirem, regressando à zona dos lagos, apreciaram, alegres, as imagens nas paredes da câmara, despediram-se definitivamente da mulher de cabelos brancos, tapando-a com a sua pele de urso, cobrindo-a de flores.

14 de maio de 2021



Biografias dos autores

Ana Aleixo

Nasceu em 7 de março de 1944. Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa em 1967. Especialista em Medicina Interna. Foi chefe de serviço em Cardiologia, bolseira do British Council para trabalhar em Londres em métodos invasivos em Cardiologia (London Chest Hospital, London University, 1978/1981), bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian para trabalhar em Cardiologia Nuclear em Nova Iorque (S. Vincent's Hospital), Yale University e Milwaukee, Chicago (Centro de Diagnóstico da GE) 1986.

Doutorou-se em Janeiro de 1993 pela FCM da Universidade Nova de Lisboa. Fez provas de agregação em 1995 na FCM da UNL. Ex-diretora do Departamento de Medicina do Hospital de S. Francisco Xavier (HSFX). Ex-diretora clínica e ex-diretora do HSFX. Ex-diretora do Departamento de Investigação do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental. Professora associada com agregação da FCM da Universidade Nova de Lisboa das cadeiras de Medicina/Cardiologia e regente do Ano Clínico (6). Atualmente aposentada.

Christophe Dejours

Nasceu em Paris, França, em 1949. Formou-se em psiquiatria, em medicina do trabalho e em ergonomia. É também psicanalista e membro titular da Association Psychanalytique de France. Começou por exercer psiquiatria no Hospital de Orsay e por desenvolver pesquisa no campo da psicossomática (cf. *Le corps d'abord*), antes de se tornar professor titular da cadeira de Psicologia do Trabalho do Conservatoire National des Arts et Métiers em 1990. Em 1980 publicou *Travail, usure mentale*, um livro que anuncia a transição da psicopatologia do trabalho para uma disciplina ainda por nascer, a psicodinâmica do trabalho.

No CNAM foi responsável pela cadeira de Psicanálise, Saúde e Trabalho e diretor do Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação. É hoje professor emérito na Universidade Paris-Nanterre e diretor científico do Instituto de Psicodinâmica do Trabalho, em Paris. É o fundador da psicodinâmica do trabalho, uma disciplina que se dedica ao estudo das relações psicodinâmicas entre organização do trabalho e subjetividade. Autor de inúmeros livros, podemos destacar, de entre as suas obras, *Souffrance en France e Travail Vivant* (publicados no Brasil com os títulos respectivos *A banalização da injustiça social e Trabalho Vivo*).

Duarte Rolo

É psicólogo clínico e doutor em Psicodinâmica do Trabalho (CNAM, Paris). Atualmente *maître de conférences* (professor associado) na Université de Paris, investigador associado no Instituto de Psicodinâmica do Trabalho, no Grupo de Estudos de História do Trabalho e dos Conflitos Sociais da Universidade Nova e investigador integrado no Dinâmia'Cet do ISCTE-IUL. Membro da coordenação do Observatório para as Condições de Vida e de Trabalho.

John Bellamy Foster

Nasceu em Seattle em 1953, no seio de uma família envolvida no movimento pelos direitos civis. Foi ativo nos movimentos antiguerra, ecologista e socialista antes de se matricular na universidade pública, em Washington. Decidiu estudar economia política para avançar críticas e indicar saídas para a “crise estrutural do capital”. Na faculdade, conheceu a revista *Monthly Review*, cujo comité editorial tinha a melhor análise do golpe de Estado em Santiago do Chile, da crise económica internacional e da guerra do Vietname. Tornou-se correspondente e amigo pessoal de Paul Sweezy, após enviar um trabalho final da faculdade para o editor, sob o título de “The US and monopoly capitalism: the question of excess capacity”. Em 1976, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas na York University, em Toronto, Canadá, com o objetivo de estudar Hegel, Marx e a teoria crítica da sociedade. Em 1986, publicou *The Theory of Monopoly Capitalism*, com base na sua tese de doutoramento e a partir dos estudos de Paul Baran, Harry Magdoff e Paul Sweezy, os membros fundacionais da *Monthly Review*. Assumiu o cargo de professor assistente de Sociologia na Universidade do Oregon e tornou-se professor titular na área, catorze anos depois. Em 1989, fará parte do *Monthly Review*

Foundation Board e titular do conselho de redação da revista. Junto a Robert McChesney, Foster tornou-se coeditor da revista. Após a morte de Sweezy, em 2004, a renúncia de McChesney, como coeditor, e a morte de Harry Magdoff, em 2006, Foster ficou como o único editor da revista. O seu trabalho intelectual toca questões da teoria do desenvolvimento capitalista, o imperialismo moderno e contemporâneo, a centralidade do trabalho para a sustentabilidade, a relação entre a filosofia de Epicuro e de Marx e a relação íntima entre a teoria marxista e o ecossocialismo. Em 2020, foi galardoado com o Prémio Tamara & Isaac Deutscher Memorial pela sua última publicação, *The Return of Nature: Socialism and Ecology*.

José António Antunes

Licenciou-se em Medicina em 1989, tendo atualmente o grau de consultor em Medicina Geral e Familiar. Exerce atividade clínica no Centro de Respostas Integradas de Lisboa Ocidental na equipa do Eixo Oeiras-Cascais da Divisão de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (DICADE) da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT, IP). Mestre em Psicossomática pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), tem formação psicoterapêutica em Abordagem Centrada na Pessoa. É especialista em Saúde Pública desde 2007. Enquanto investigador tem trabalhos publicados nas áreas da psicossomática e do trabalho.

Mariana Carreira Neto

É natural de Ponte de Sor, distrito de Portalegre, e é licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Tem o grau de mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública e o grau de mestre em Comportamento Organizacional pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada. É especialista em saúde pública e em medicina do trabalho. Tem o grau de doutora em Saúde Ambiental pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Trabalhou, entre outros, na Direção Geral de Saúde e no Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais, do Instituto da Segurança Social. Trabalha atualmente no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, onde é coordenadora da unidade de Observação em Saúde e Vigilância Epidemiológica do Departamento de Epidemiologia.

Michael Felix Löwy

Nasceu na cidade de São Paulo em 1938, filho de imigrantes judeus de Viena. Licenciou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, em 1960, e doutorou-se na Sorbonne, sob a supervisão de Lucien Goldmann, em 1964. Passou a trabalhar na Universidade de Paris VIII como professor assistente de Nicos Poulantzas, em 1968, e atualmente trabalha como diretor de investigação em Ciências Sociais e Humanidades no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Dirigiu seminário magistral na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales) e foi homenageado, em 1994, com a medalha de prata do CNRS em Ciências Sociais e Humanidades. Com mais de sessenta anos de uma acutilante produção intelectual que se desenvolve através de diversos momentos, os seus trabalhos magistrais difundem-se e circulam pelo mundo em dezenas de idiomas. Com estilo próprio e posição singular no campo científico, a contribuição do cientista social brasileiro para o pensamento social contemporâneo e particularmente para a teoria social e a sociologia da cultura, revela-se fundamental para a renovação da teoria crítica em geral. É autor de livros, artigos e ensaios traduzidos em 25 línguas, entre os quais “Why Ecosocialism: for a red-green future” (*Great Transition*, 2018), *A Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado* (Sundermann, 2015) e *Romantic Anticapitalism and Nature* (Routledge, 2020). É também organizador do livro *Revoluções/Revolutions* (Boitempo, 2009; Verso, 2021), que reúne os principais registos fotográficos dos processos revolucionários do final do século XIX até à segunda metade do século XX. Sobre ele, as universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp) e a Editora Boitempo organizaram um seminário temático e um volume especial, *As Utopias de Michael Löwy: reflexões de um marxista insubordinado* (Boitempo, São Paulo, 2007). Recentemente lançou, junto com Olivier Besancenot, *O Caderno Azul de Jenny: a visita de Marx à Comuna de Paris*, uma obra de ficção que acompanha Karl Marx e a sua filha Jenny numa viagem clandestina fictícia a Paris durante os acontecimentos fulcrais da Comuna de 1871. Os autores reconstróem o que seria o caderno azul de Jenny, uma espécie de diário que teria sido escrito durante a passagem pela cidade. É membro dirigente da ATTAC, do Espaces Marx e da Quarta Internacional.

Miguel Real

Membro do CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Europeias e Lusófonas da Universidade de Lisboa, publicou, nos últimos anos os ensaios *Introdução à Cultura Portuguesa* (2011), *O Pensamento Português Contemporâneo. 1890 – 2010* (2011), *Nova Teoria do Mal* (2012), *Nova Teoria do Sebastianismo* (2014), *Manifesto em Defesa de uma Morte Livre* (2015), *Nova Teoria do Pecado* (2017), *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017) e *Fátima e a Cultura Portuguesa* (2018).

Raquel Varela

É historiadora, investigadora e professora universitária. Em 2021 prestou as suas provas de agregação na Universidade Nova de Lisboa, tendo sido aprovada por unanimidade. Em 2020 foi a primeira investigadora a receber a bolsa Simone Veil da Universidade de Munique, Project Europe, e em 2021 foi convidada para ser investigadora sénior visitante do Instituto Europeu de Estudos Globais da Universidade de Basileia, na Suíça. Em 2020 recebeu o Prémio Ibero-Americano ASICOM/Universidade de Oviedo pelos seus trabalhos nos estudos globais que ajudam a ligar o espaço ibero-americano. É autora e coordenadora de 37 livros sobre história da Europa, da Revolução dos Cravos, estudos do trabalho e do Estado Social.

Roberto della Santa

É investigador integrado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) desde 2020 e professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2015. Doutor em Ciências Sociais / Sociologia com ênfase no mundo do trabalho na Universidade do Estado de S. Paulo (UNESP, 2015). Pós-doutorado em História Moderna e Contemporânea pela UNL, 2019-2020). Ex-professor adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018-2019). Foi investigador visitante na Faculdade de Ciências da Comunicação (FCC) da Universidade Autónoma de Barcelona (2011-2013), bolseiro de investigação no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO-Asdi, Buenos Aires, 2013-2015) e na Swedish International Development Cooperation Agency – Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento



Internacional. Leciona Relações Laborais no Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC, Lisboa) e é cocordenador científico do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (OCVT, UNL).





Apêndice

O Inquérito Operário (1880)*, **

KARL MARX

Prefácio

Nem um único governo, mesmo monarquia ou república burguesa, ainda se aventurou a realizar uma investigação séria para a posição da classe operária francesa. Mas quantas investigações têm sido realizadas em crises – agrícolas, financeiras, industriais, comerciais e políticas!

As características sombrias da exploração capitalista que foram expostas pela investigação oficial organizada pelo governo inglês e a legislação que foi necessária lá como resultado dessas revelações (limitação legal da jornada de trabalho para 10 horas, a lei sobre o trabalho feminino e infantil, etc.), forçaram a burguesia francesa a tremer ainda mais diante dos perigos que uma investigação imparcial e sistemática possa representar. Na esperança de que talvez nós devamos induzir um governo republicano a seguir o exemplo do governo monárquico da Inglaterra e da mesma forma organizar uma investigação de grande envergadura sobre factos e crimes da exploração capitalista, vamos tentar iniciar um inquérito deste tipo com os recursos pobres que estão à nossa disposição. Esperamos contar, neste trabalho, com o apoio de todos

* Publicado na *Revue Socialiste*, de Benoît Malon, n.º 4, de 20 de abril de 1880. O texto é de Karl Marx. Foi reimpresso em papel muito fino, para poder ser amplamente distribuído. Em nota, a redação especificou: “Este apelo foi impresso em 25 000 exemplares e é enviado em vários exemplares a todas as sociedades operárias, todos os grupos ou círculos socialistas e democráticos, a todos os jornais franceses e a todos aqueles que o solicitarem.” A proposta original para um “inquérito estatístico sobre a situação das classes trabalhadoras” foi formulada pela primeira vez por Karl Marx nas Instruções para os Delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1867, e então revivido, em 1880. A intenção era divulgar “factos e delitos” relativos à organização do trabalho e ao processo de produção e de vida que o aparelho estatal e as corporações deliberadamente ocultam, menoscabam ou mistificam.

O texto foi cotejado com as versões francesa, inglesa e italiana disponíveis no Marxists Internet Archive (<https://www.marxists.org/>). Tomámos como base a versão em língua portuguesa de 1974 (Karl Marx, Mao Tsé-tung: Inquérito Operário e Luta Política, Textos Marginais, Porto, 1974. Tradução de Reinaldo Pedreira Cerqueira da Silva).

** O questionário divide-se em quatro partes. A primeira parte refere-se ao emprego e às condições de trabalho; a segunda, aos horários de trabalho e ao tempo livre; a terceira, às condições do contrato de trabalho, aos salários e ao custo de vida; a quarta, à luta da classe trabalhadora pela melhoria das suas condições (Nota dos organizadores).



os trabalhadores da cidade e do campo que entendem que só eles podem descrever com pleno conhecimento as desgraças que eles sofrem e que somente eles, e não salvadores enviados pela providência, podem energicamente aplicar a cura dos remédios para os males sociais de que sofrem. Também contamos com os socialistas de todas as tendências que, estando desejosos de uma reforma social, devem desejar um conhecimento exato e positivo das condições em que a classe trabalhadora – a classe a quem o futuro pertence – trabalha e se movimenta.

Estas declarações de queixas de trabalho são o primeiro ato que a democracia socialista deve executar, a fim de preparar o caminho para a regeneração social.

As cento e uma perguntas seguintes são as mais importantes. Nas respostas deve ser dado o número de pergunta correspondente. Não é essencial responder a todas as perguntas, mas a nossa recomendação é que as respostas devam ser o mais detalhadas e abrangentes possível. O nome do trabalhador ou da trabalhadora respondente não será publicado sem autorização especial, mas o nome e o endereço deve ser dado para que, se necessário, possamos enviar comunicação.

As respostas devem ser enviadas ao Secretário da *Revue Socialiste*, Mr. Lecluse, Rue Royale, Saint-Cloud, n.º 28 (Île-de-France, junto de Paris).

As respostas serão classificadas e servirão como material para estudos especiais, que serão publicados na revista e, mais tarde, reeditados num volume separado.

O Questionário

I

1. Em que trabalhas?
2. A fábrica onde trabalhas pertence a um capitalista ou a uma sociedade por ações? Dá os nomes dos patrões ou dos diretores da companhia.
3. Número de pessoas que trabalham na tua fábrica.
4. Idade e sexo dessas pessoas.
5. Com que idade mínima começam a trabalhar os jovens (rapazes e raparigas)?
6. Número de vigilantes e contramestres e de outros empregados que não sejam assalariados ordinários.

7. Há aprendizes? Quantos?
8. Além dos operários que trabalham normal e regularmente, há outros que só trabalham em períodos determinados?
9. A tua fábrica trabalha exclusiva ou fundamentalmente para o mercado local, para o mercado nacional ou para a exportação?
10. A fábrica está situada no campo ou na cidade? Indica o nome exato do lugar.
11. Se a fábrica está situada no campo, chega-te para viver o que ganhas no trabalho industrial ou precisas de combiná-lo com o trabalho agrícola?
12. Trabalhas à mão ou com a ajuda de uma máquina?
13. Dá detalhes sobre a divisão do trabalho na tua fábrica.
14. Utiliza-se a força do vapor?
15. Número de oficinas em que se dividem os distintos sectores da fábrica. Descreve o sector especial em que trabalhas, com informação não só sobre os aspectos técnicos mas também sobre a tensão muscular e nervosa que implicam e sobre os efeitos gerais do trabalho na saúde dos operários.
16. Descreve as condições sanitárias da oficina, número de salas, espaço atribuído a cada operário, ventilação, temperatura, o branqueado das paredes, dos lavabos, limpeza geral, ruído das máquinas, pó, humidade, etc.
17. Existe alguma supervisão municipal ou governamental sobre as condições sanitárias das oficinas?
18. Há na tua fábrica gases nocivos que provoquem doenças específicas entre os operários?
19. Existe uma acumulação excessiva de máquinas nas oficinas?
20. Existe alguma proteção nas máquinas, nos sistemas de transmissão e nos motores para evitar os acidentes?
21. Enumera os acidentes de que tiveste conhecimento pessoal.
22. Se trabalhas numa mina, enumera as medidas preventivas adoptadas pelo patrão para assegurar uma ventilação adequada e impedir explosões e outros acidentes perigosos.
23. Se trabalhas na indústria química, na metalurgia ou em qualquer outro ramo particularmente perigoso enumera as medidas de segurança adotadas pelo teu patrão.
24. Como está iluminada a tua fábrica (gás, parafina, etc.)?
25. Em caso de incêndio, existem suficientes saídas de emergência?

26. Em caso de acidente, fica o teu patrão obrigado, *por lei*, a pagar uma indemnização ao operário ou à sua família?

27. Se não está obrigado, já pagou alguma indemnização aos que sofrem algum acidente enquanto trabalham para o enriquecerem?

28. Existe algum serviço médico na tua fábrica?

29. Se trabalhas em casa, descreve as condições da divisão de trabalho. Utilizas ferramentas ou máquinas pequenas? Os filhos ou outras pessoas (adultos ou crianças, homens ou mulheres) ajudam-te? Trabalhas para clientes individuais ou para um empreiteiro? Tratas diretamente com este ou com intermediário?

II

30. Número de horas que trabalhas cada dia, e dias de trabalho da semana.

31. Dias festivos durante o ano.

32. Quantas interrupções fazes durante as horas de trabalho?

33. Comes com intervalos regulares ou de maneira irregular? Comes na própria fábrica ou noutra lugar?

34. Trabalhas durante as horas destinadas às refeições?

35. Se se utiliza a força do vapor, quando se põe em marcha e quando se desliga?

36. Há trabalho noturno?

37. Quantas horas trabalham as crianças e os menores de dezasseis anos?

38. Há turnos de crianças e jovens que se substituem durante as horas de trabalho?

39. O governo ou a municipalidade fazem aplicar as leis sobre o trabalho infantil? O patrão respeita-as?

40. Existem escolas para as crianças e jovens que trabalham na tua fábrica? Se existem qual o seu horário? Quem as dirige? O que se ensina nelas?

41. Quando o trabalho é contínuo, dia e noite, como se organizam os turnos?

42. Qual é o incremento normal das horas de trabalho durante os períodos de grande atividade industrial?

43. As máquinas são limpas por operários especialmente dedicados a esta tarefa ou são-no gratuitamente pelos próprios operários que as fazem funcionar durante as horas de trabalho?

44. Como se regula e castiga o facto de chegar tarde ao trabalho? A que horas começa o dia de trabalho e a que horas recomeça após a refeição?

45. De quanto tempo necessitas para chegar ao trabalho e para regressar a casa?

III

46. Que tipo de contrato de trabalho te liga ao teu patrão? Diário, semanal, mensal, etc.?

47. Quais as condições do pré-aviso, por teu lado ou por lado do patrão?

48. Se se rompe o contrato, que castigo se impõe ao patrão em caso de ser ele o culpado?

49. E se a culpa é do operário, que castigo lhe é imposto?

50. Se há aprendizes quais os termos do seu contrato?

51. O teu trabalho é regular ou irregular?

52. No teu ramo, o teu trabalho é por temporadas ou mantêm, mais ou menos, o mesmo nível durante todo o ano, em épocas normais? Se é temporário, de que vives enquanto não trabalhas?

53. Pagam-te segundo o tempo de trabalho ou à tarefa?

54. Se te pagam segundo o tempo, é por horas ou por dias inteiros de trabalho?

55. Há algum pagamento adicional pelo trabalho extra? A quanto monta?

56. Se te pagam por tarefa, qual é a tarifa? Se estás numa indústria em que o trabalho se mede pela quantidade ou peso, como acontece nas minas, o patrão ou os seus representantes costumam cometer fraudes para te roubarem uma parte do que ganhaste?

57. Se te pagam por tarefa, utilizam como pretexto a qualidade do artigo para reduzirem, fraudulentamente, o teu salário?

58. Se te pagam à peça ou à hora, em que dia recibes? Ou, dito de outra maneira: quanto dura o crédito que abres ao teu patrão antes de reciberes o preço do trabalho realizado? Cobras no final da semana, do mês, etc.?

59. O período de pagamento dos teus salários obriga-te a recorrer à casa de penhores,¹ pagando um juro elevado e privando-te, assim, de coisas de que necessitas, ou a contrair dívidas com o lojista e a converteres-te em sua vítima

1 O sistema financeiro tardo-capitalista oferece novas opções de crédito bancário para os trabalhadores.

pelo facto de lhe deveres dinheiro? Conheces algum caso em que os operários tenham perdido os seus salários devido à falência dos patrões?

60. É o patrão, diretamente, ou os seus intermediários (subcontratantes, etc.) quem paga os salários?

61. Se são os subcontratantes ou outros intermediários que os pagam, quais os termos do teu contrato?

62. Qual a média diária e semanal do teu salário em dinheiro?

63. Que salários auferem as mulheres e as crianças que trabalham na tua fábrica?

64. Qual o salário mais alto na tua fábrica durante o mês passado?

65. Qual foi a tarifa mais elevada do salário por tarefa?

66. Qual foi o teu salário durante o mesmo período? Se tens família, quais foram os salários da tua mulher e dos teus filhos?

67. Os salários são pagos integralmente em dinheiro ou de outra forma?

68. Se vives numa casa que o patrão te arrendou, quais são as condições? Reduz a renda do teu salário?

69. Quais são os preços dos artigos de primeira necessidade como: rendas de casa;

condições de arrendamento;

número de divisões, número de habitantes, reparações e seguros, compra e conservação dos móveis, aquecimento, luz, água;

alimentação: pão, carne, legumes, batatas, etc., leite, ovos, peixe, manteiga, azeite, banha, açúcar, sal, especiarias, café, chicória, cerveja, cidra, vinho, etc., tabaco;

roupa para os pais e filhos, lavagem da roupa, higiene pessoal, banhos, sabão, etc.;

despesas diversas: correios, juros dos empréstimos, escola dos filhos ou gastos com as despesas de aprendizagem de um ofício, jornais e livros, quotas das sociedades recreativas ou contribuições para as greves, para as cooperativas e sociedades de defesa;

despesas causadas pelo teu trabalho, se as há;

impostos

70. Tenta estabelecer uma relação das receitas e despesas semanais e anuais tuas e da tua família.

71. Comprovaste pessoalmente uma maior elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade (como os alimentos e o alojamento) do que dos salários?

72. Há flutuações que conheças dos índices de salários?
73. Redução de salários durante os períodos de estagnação e de crises industriais.
74. Aumentos de salários durante os chamados períodos de prosperidade.
75. Indica as interrupções do trabalho devidas a alterações de hábitos e a crises particulares e gerais. Explica as tuas experiências pessoais de suspensão forçada do trabalho.
76. Compara o preço do artigo que produzes ou dos serviços que prestas com o preço do teu trabalho.
77. Cita algum caso que conheças de operários despedidos pela introdução de máquinas ou outros aperfeiçoamentos.
78. Com o desenvolvimento da maquinaria e da produtividade do trabalho, aumentaram ou diminuíram a intensidade e a duração do trabalho?
79. Conheces algum caso de aumento de salários devido ao aperfeiçoamento da produção?
80. Conheces algum trabalhador que se tenha podido reformar aos 50 anos e que possa viver com o dinheiro ganho como assalariado?
81. No teu ramo, quantos anos pode trabalhar um operário de saúde normal?

IV

82. Existem organizações de defesa (*sociétés de résistance*)² no teu ramo? Como estão dirigidas? Envia os seus estatutos e regulamentos.
83. Quantas greves houve no teu ramo durante a tua vida de trabalhador?
84. Quanto tempo duraram estas greves?
85. Foram gerais ou parciais?
86. Foram para exigir um aumento de salários ou para se oporem a uma redução salarial? Referem-se à duração do dia de trabalho ou deviam-se a qualquer outro fator?
87. Que resultados se conseguiram?
88. O que pensas da atividade dos *prud'hommes* (árbitros do trabalho).³

2 Este é o nome genérico dado na época aos sindicatos, que eram então ilegais. A lei que revoga a Lei Lechapelier, de 1792, data de 1884.

3 O Conselho dos *Prud'Hommes* era um comité de arbitragem do trabalho entre operários e patrões. Ainda hoje existe em França.

89. Fizeram, no vosso ramo, greves de solidariedade com os operários de outros ramos?

90. Descreve as regras e os castigos instituídos pelo teu patrão para controlar os seus assalariados.

91. Houve coligações de patrões para reduzirem os salários, incrementar as horas de trabalho, impedir as greves e, em geral, para imporem a sua vontade?

92. Conheces algum caso em que o Governo tenha posto as forças do Estado à disposição dos patrões contra os operários?

93. Conheces algum caso em que o Governo tenha intervindo para proteger os operários contra as exações dos patrões e as suas coligações ilegais?

94. O Governo aplica a atual legislação do trabalho contra os seus patrões? Os inspetores cumprem o seu dever conscientemente?

95. Existe na tua fábrica ou no teu ramo alguma sociedade mútua para os casos de acidente, doença, morte, incapacidade temporária para o trabalho, velhice, etc.? Envia os respectivos estatutos e regulamentos.

96. A adesão a estas sociedades é voluntária ou obrigatória? Os seus fundos estão controlados unicamente pelos operários?

97. Se as quotas são obrigatórias e estão controladas pelos patrões deduzem-se dos salários? Paga-se juros por essas quotas? São devolvidas ao operário quando cessa o seu trabalho ou é despedido? Conheces algum caso em que os operários tenham beneficiado dos chamados fundos de aposentação, controlados pelos patrões, mas cujo capital vem dos salários dos operários?

98. Há sociedades cooperativas no vosso ramo? Como estão dirigidas? Utilizam trabalhadores exteriores à sociedade, tal como os capitalistas? Envia os estatutos e regulamentos respetivos.

99. No teu ramo há fábricas em que os operários sejam remunerados em parte com o salário e em parte com a chamada participação nos lucros? Compara as remunerações recebidas por estes operários com as dos operários das fábricas onde não existe a chamada participação nos lucros. Que obrigações têm os operários submetidos a este sistema? Podem fazer greves? Ou só se lhes permite serem os humildes servidores dos seus amos?

100. Qual é a condição geral, física, intelectual e moral dos operários (homens e mulheres) que trabalham no teu ramo?

101. Observações gerais.



